

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

TAINAN PAULI TOMAZETTI

**GENEALOGIAS DISSIDENTES: OS ESTUDOS DE GÊNERO NAS TESES E
DISSERTAÇÕES EM COMUNICAÇÃO DO BRASIL (1972-2015)**

PORTO ALEGRE

2019

TAINAN PAULI TOMAZETTI

GENEALOGIAS DISSIDENTES: OS ESTUDOS DE GÊNERO NAS TESES E DISSERTAÇÕES EM COMUNICAÇÃO DO BRASIL (1972-2015)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em comunicação e informação

Orientadora: Prof. Dra. Nísia Martins do Rosário

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Carolina Damboriarena Escosteguy
Examinadora

Prof. Dra. Marcia Veiga da Silva
Examinadora

Prof. Dra. Milena Freire de Oliveira-Cruz
Examinadora

Prof. Dra. Laura Hastenpflug Wottrich
Examinadora

Prof. Dra. Elisa Piedras
Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o gesto de abrir-se ao reconhecimento das pegadas de *outrxs* em nossas próprias trajetórias. Assim, inicio esses agradecimentos com o genuíno sentimento de afeto e apreço a todxs que marcaram o meu caminho e, de alguma forma, contribuíram nesse processo de pesquisa.

À minha amada *família*, onde o retorno é sempre caloroso. Obrigado pelo apoio incondicional.

Aos *amigxs-amores-amoras* da vida, cujo o porto é seguro, o carinho é desconcertante e os afetos se concretizam em abraços e sorrisos nas horas necessárias: *Alisson, Gustavo, Melissa, Martha, Marlon, Dieison, Alan, João, Márcia, Pâmela, Fernanda* e tantas outras pessoas especiais que cruzaram meu caminho. Obrigado por me manterem em compasso com uma realidade na qual criticidade e benquerença andam de mãos dadas.

À minha orientadora, *Nísia*, pelo carinho e respeito que tens aos teus orientandos, à pesquisa e à docência. Agradeço a ti, sobretudo, por fazer dessa investigação uma possibilidade concreta e por contribuir com a minha trajetória com doçura e criticidade. Juntxs nos indagamos. Obrigado pela preocupação constante.

Aos companheirxs de trajetória acadêmico-social do *Aquenda, Alisson, Márcia, Dieison, Pâmela e Fernanda*. Meu carinho e admiração por vocês é imenso. Nós mostramos coletivamente ser possível construir conhecimento crítico com afeto. Seja onde quer que for, continuemos a lutar, incomodar, refletir, dialogar e sentir, apenas sentir. Sempre juntx e avante!

Às professoras da banca *Ana Carolina Escosteguy, Márcia Veiga, Milena Freire e Laura Wottrich*. Obrigado por contribuírem com suas leituras generosas nesse processo. Admiro imensamente cada uma de vocês pesquisadoras-mulheres que fazem desse campo uma seara mais humana.

Aos colegas de *Processocom* e *Corporalidades*, agradeço pelas trocas e questionamentos, não conseguirei nomear a todxs, mas meu carinho está com cada um de vocês que esteve presente nessa trajetória.

Aos *professores* do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelos ensinamentos e, de modo geral, por me mostrarem que rigor científico não quer dizer embrutecer, mas se sensibilizar, especialmente à Prof. *Nilda Jacks* e seu grupo de pesquisa.

Aos colegas de Pós-Graduação pela beleza das descobertas de cada investigação. A UFRGS pelo ensino público, gratuito e de excelência.

E, por fim, à Capes, pelo apoio financeiro à pesquisa.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo investigar a incorporação, as apropriações e o tensionamento dos estudos de gênero nas investigações de mestrado e doutorado em comunicação do Brasil defendidas no período de 1972 a 2015. Essa reflexão é realizada a partir de um olhar genealógico sobre os trabalhos mapeados. Trata-se, assim, de refletir sobre uma condição histórica de construção do pensamento e de ação social relativa a gênero e sexualidade em nosso campo. Ao todo, no período analisado, foram produzidas 13.265 investigações de mestrado e doutorado em comunicação. Desse número total, 316 pesquisas realizam algum tipo de interface com os estudos de gênero. Essas investigações estão distribuídas em 28 dos 44 Programas de Pós-Graduação que possuíram defesas nesses 43 anos. O exercício analítico da tese contou com dois momentos. No primeiro, busca-se refletir os aspectos gerais e estruturais que configuram um mapa de dados quantitativos das pesquisas em comunicação e gênero no período estudado, essa etapa teve como objetivo pensar a incorporação dessas pesquisas no campo. A partir da análise quantitativa, observou-se e problematizou-se algumas linhas de força teóricas a partir das quais os estudos de gênero são apropriados. Essas linhas de força conformaram o exercício genealógico dessa tese que se articulou para compreender as apropriações e o tensionamento desses estudos em duas vertentes teóricas principais: os estudos feministas e os estudos queer. A primeira busca realizar reflexões sobre as condições assimétricas de representação, objetificação, violência e emancipação das mulheres e do universo feminino nos meios ou processos de comunicação, representada por 240 investigações. Na segunda vertente estão as pesquisas de viés LGBT e/ou queer, que buscam compreender as relações entre a comunicação e a produção das diferenças de gênero e sexualidade centrados em processos de generificação. Essas investigações correspondem a um total de 62 trabalhos e revelam as potencialidades do gênero para além do binarismo homem/mulher, recorrendo a ideia de embaraçamento entre essas categorias. A partir das genealogias, observou-se, de acordo com as tendências dos períodos estudados – desde a incorporação das teorias e conceitos feministas e de gênero entre os anos 1980-90; a produção de pesquisas sobre homossexualidades somente a partir da década de 1990; o refluxo político das pesquisas feministas no início do séc. XXI, contrariamente à constituição das primeiras pesquisas de viés queer nesse mesmo período, e, por fim; o reflorescer e a revitalização de ambas as perspectivas a partir do ano de 2010 – que o que fomenta as escolhas teóricas e metodológicas das pesquisas em comunicação e gênero é a sua tendência ao empírico. Nesse sentido, como campo científico, ainda tratamos os problemas de gênero como temas subscritos em nossos objetos empíricos e não como problemáticas epistemológicas, com teorias, conceitos e métodos, daí a nossa fraca contribuição e tensionamento, sem contar as dimensões institucionais que reiteram a subalternização desse tipo de pesquisa. Por essa razão, a construção teórica dos estudos de gênero ainda é incipiente no campo da comunicação exigindo o deslocamento e dedicação desses mestres e doutores. Assim, se comparado com o montante de teses e dissertações desenvolvidas no período, é perceptível o pouco empreendimento em estudos científicos que envolvam comunicação e gênero em um sentido conjuntural, fato que indica a necessidade de investir em novas problematizações.

Palavras-chave: Pesquisa em comunicação. Estudos de gênero. Teses e Dissertações. Genealogia. Estudos feministas. Estudos Queer.

ABSTRACT

This research aims to investigate the incorporation, appropriations and tensioning of gender studies in the master's and doctoral studies in communication from Brazil defended in the period from 1972 to 2015. This study is made from a genealogical overview at the mapped works. Therefore, to reflect on a historical condition of gender and sexuality studies in our field. In the analyzed period, 13,265 master's and doctoral studies were produced in Brazilian communication field. Of this total, 316 researches carry out some kind of interface with gender studies. These investigations are distributed in 28 of the 44 Postgraduate Programs in those 43 years. Based on the qualitative analysis of this conjuncture, some theoretical lines from which the gender studies are appropriate were observed and problematized. These lines conform the genealogical exercise of this thesis that is articulated in two main strands: the feminist studies and the queer studies. The first carried out reflections on the asymmetrical conditions of representation, objectification, violence and emancipation of women and the feminine universe in the communication processes, represented by 240 investigations. In the second carried out LGBT and / or queer researches that trying to understand the relationship between communication and production of gender and sexuality differences centered on gendering processes. These investigations correspond to a total of 62 works and reveal the potentialities of the gender beyond the binarism man / woman, resorting to the idea of embarrassment between these categories. From the genealogies, it was observed, according to the tendencies of the studied periods - from the incorporation of feminist and gender theories and concepts between the years 1980-90; the production of research on homosexuality only from the 1990s; the political ebb of feminist research at the beginning of the 20th century, contrary to the constitution of the first queer researches in that same period, and, finally; the revival and revitalization of both perspectives from the year 2010 - that what fosters the theoretical and methodological choices of research on communication and gender is its tendency to empirical. As a scientific field, we still treat gender problems as themes subscribed in our empirical objects and not as epistemological problems, with theories, concepts and methods, hence our weak contribution, not to mention the institutional dimensions that reiterate the subalternization of this type of search. For this reason, the theoretical construction of gender studies is still incipient in the field of communication requiring displacement and dedication. Thus, compared to the amount of theses and dissertations developed in the period, the little undertaking in scientific studies involving communication and gender in a conjunctural sense is noticeable, a fact that indicates the need to invest in new problematizations.

Keywords: Communication research. Gender studies. Theses and Dissertations. Genealogy. Feminist studies. Queer studies

SUMÁRIO

1 NOTAS INSURGENTES: UM GUIA PARA UM PROJETO GENEALÓGICO SOBRE OS SABERES DISSIDENTES NAS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO	8
1.1 Introduzindo uma problemática de gênero para as pesquisas em comunicação	13
2 O MAPA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DO BRASIL (1972-2015)	24
2.1 O campo científico da comunicação no Brasil: aspectos institucionais e epistemológicos	25
2.2 A interdisciplinaridade da comunicação: dos objetos as teorias	30
2.3 Pistas para formulação do mapa	35
2.3.1 Pista 1: o encontro com as pesquisas	35
2.3.2 Pista 2: mapeamento das pesquisas	37
2.4 Os estudos de gênero e comunicação 1972-2015: aspectos quantitativos	39
2.5 Por genealogias dissidentes	47
3 OS ESTUDOS FEMINISTAS EM COMUNICAÇÃO	53
3.1 A perspectiva feminista de gênero: notas genealógicas sobre uma epistemologia insurgente	53
3.2 Por uma genealogia dos estudos feministas de gênero em comunicação no Brasil	62
3.2.1 De 1972-1989: a institucionalização dos estudos sobre a mulher no Brasil	65
3.2.2 De 1990-2000: os primeiros estudos feministas e de gênero na comunicação	72
3.2.3 De 2001-2009: um período de despolitização	81
3.2.4 De 2010 a 2015: a revitalização do feminismo no Brasil. E os estudos feministas em comunicação?	91
4 OS ESTUDOS LGBT E/OU QUEER EM COMUNICAÇÃO	110
4.1 A perspectiva queer para os estudos de gênero	111
4.2 E o que tem de queer no sul global?	121
4.3 O que quer o queer nas pesquisas em comunicação brasileiras? Uma genealogia das teses e dissertações (1990-2015)	134
4.3.1 2001-2009: Os estudos gays e lésbicos em comunicação e o paradigma identitário	138
4.3.2 2010-2015: o queer quer perturbar os estudos em comunicação: das representações para além	146
5 À GUIA DE CONCLUSÃO: ESTUDOS DE GÊNERO NA COMUNICAÇÃO OU ESTUDOS DE GÊNERO EM COMUNICAÇÃO?	161

ADENDO	177
6 REFERÊNCIAS	189

1 NOTAS INSURGENTES: UM GUIA PARA UM PROJETO GENEALÓGICO SOBRE OS SABERES DISSIDENTES NAS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO

O trabalho de uma pesquisa é um trabalho de maturidade, é um processo incessante de questionamentos, buscas e transformações. Absorvermos muito e relatamos pouco. É como se passássemos da puberdade para a vida adulta em meio a escrita de algumas páginas. Quando projetada, assim como nossas puberdades, a pesquisa é imatura, mas repleta de saberes constituídos, verdades absolutas, objetivos formulados e certezas de si. No seu fazer, assim como nos primeiros anos da vida adulta, a pesquisa se torna ciente de que verdades são contextos, que suas limitações não são falhas, mas processos de aprendizagem, e que as certezas são circunstanciais. O processo de pesquisa, assim como a passagem da puberdade para a vida adulta, é laborioso, intenso e confuso, porém, autorreflexivo. Se eu não me engano, depois de quatro anos sendo essa pesquisa, ela é viva, e por detrás dela existe um *eu* que sofre, ama, chora, dói, sorri, odeia e constrói incessantemente a si. Portanto, eu arrisco afirmar que todo o processo de pesquisa se constrói por um ciclo de maturação pessoal. Em suas particularidades circunstanciais, nossas investigações refletem nosso estado de *estar*.

Essa metáfora cíclica não ocorre por acaso, quando decidi escrever uma tese sobre o trabalho de pesquisa que realizamos no campo da comunicação, assumi o desafio de discutir criticamente as pesquisas dos meus pares, mas ao longo desse processo percebi, também, que minhas reflexões não dariam conta de alcançar a complexidade do universo que as constituiu.

Ciente desses limites, o intuito dessa tese está muito menos ligado a busca por resultados objetivos e descorporificados que poderiam desconsiderar a existência de pessoas por detrás das pesquisas, mas muito mais tocado pela constituição de saberes e práticas acadêmicas insurgentes, produzido por/e produtor de *sujeit@s*, *sujeitas*, *sujeites*, *sujeitx*¹ que, assim como eu, se interessaram e foram tocados pessoal e academicamente pelas problemáticas

¹ A escrita dessa tese vai estar cheia de *@/x/e* que irão substituir gramaticalmente os artigos masculinos e femininos, assim como também haverá momentos que o universal será tratado no feminino, como uma estratégia de desafiar a própria linguagem.

de gênero. Por tocar em questões evidentemente importantes e indissociáveis, esse não poderia ser um movimento analítico diferente.

Nesse sentido, torna-se importante considerar que essa tese é uma tentativa de conjunção de reflexões insurgentes e saberes dissidentes em meio a uma conjuntura social normativa, machista e heterocentrada de ciência. A respeito disso, gostaria que essa pesquisa fosse vista como uma forma de reunir e registrar essas insurgências a partir do meu lugar de fala. Considero, portanto, que assim como nossas vidas, as instituições acadêmicas e a ciência que produzimos é política e socialmente demarcada por gênero, corpo, sexualidade, raça e classe social, e que os saberes que fazemos circular são processos e produtos de relações generificadas e, portanto, constituídas por assimetrias e relações de poder. Por quem pode ou não pode falar. Pelo dito e pelo não-dito.

Meu interesse em pesquisar os estudos de gênero nas pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação é suscitado por um olhar autorreflexivo, mas em momento algum ele deixa de ser engajado na coletividade por um interesse social contra-opressor. Quem ler essa tese verá objetivamente o resultado de um processo de coleta e investigação genealógica das pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação e gênero produzidas entre 1972 a 2015. Porém, meu projeto de doutoramento foi constituído muito além do relatório que apresento nas páginas seguintes.

Quando entrei para o doutorado em 2015, logo nas primeiras semanas, decidi construir um projeto de pesquisa que levasse em consideração meus maiores interesses. Entre eles, estavam a metodologia de pesquisa, a antropologia e os estudos de gênero. Eu tive um breve período de formação em ciências sociais entre 2012 e 2013, quando entrei em contato com a antropologia e com a leitura de autoras feministas dos estudos de gênero, o que foi muito importante para a minha pesquisa de mestrado. Mas havia um impasse, porque minha formação primeira era em comunicação, e eu parecia estar desviando os meus interesses para outras áreas. Daí em diante, quando escolhi fazer um doutorado em comunicação, procurei tensionar essas preocupações no meu lugar de fala, já que parecia que nossa área fazia essas intersecções, embora, elas fossem esporádicas e, pela minha experiência, desconsideradas pelas ciências sociais. Esse posicionamento me deixava bastante intrigado, e meu

questionamento no período tinha a finalidade demonstrar que, sim, nós podemos ajudar a produzir essas teorias enquanto campo científico.

O meu grande impulso foi a releitura do livro *Comunicação e gênero: uma aventura de pesquisa*, organizado por Ana Carolina Escosteguy, pois até então eu não me recordava em ler algum pesquisador da comunicação que tivesse interesse tão explícito aos estudos de gênero. Esse trabalho me trouxe algumas questões, pois na medida em lia os capítulos percebia caminhos possíveis que as pesquisas da área da comunicação haviam produzido junto aos estudos de gênero, descobri também uma importante história de investigações feministas junto aos estudos culturais britânicos, porém essas relações pareciam dispersas e fatalmente esquecidas pela área. Meu projeto de tese, então, foi forjado como uma tentativa de dar continuidade, e, quem sabe, maior aprofundamento para as relações entre os estudos gênero e comunicação. Essa, com certeza, era uma pergunta ampla, mas tornou-se um impulso para a constituição de uma problemática melhor delimitada.

Em meio a escrita desse projeto, eu passei a dar aula de metodologia da pesquisa em comunicação na graduação junto com a minha orientadora, a professora Nísia Martins do Rosário. Nessa disciplina, tive uma experiência até então nunca vivida em um contexto de alunos de comunicação, havia um interesse expressivo na produção de projetos de pesquisa e trabalhos de conclusão que tematizassem as questões de gênero. Porém, havia um impasse de ordem conceitual que permeava esses alunos pois, a maioria deles, não havia entrado em contato com os estudos de gênero. Essa omissão de cunho teórico-conceitual também me perseguiu durante os anos de graduação e mestrado, já que a minha formação também não havia contemplado essas questões. Meu caminho, até então, foi praticamente autodidata. Essa constatação me deixou confuso, pois os relatos de desconhecimento dos estudos gênero seguiam nas aulas da pós-graduação. Em meio a isso, eu me perguntava: como fazer uma tese que pensa as relações de gênero na comunicação, se não temos em nossos currículos essa formação, se desconhecemos essa produção?

Diante desses questionamentos, eu resolvi construir junto da tese um projeto de formação teórica e conceitual de alunos de graduação e pós-graduação em comunicação. Em conversas com colegas no grupo de pesquisa e minha orientadora, notei que havia uma possibilidade de realizar cursos de

extensão a partir da Pró-reitora de extensão da UFRGS. Mas esse não poderia ser um trabalho solitário, foi então, que busquei reunir alguns colegas de pós-graduação de diferentes universidades do sul do Brasil², que assim como eu, perceberam essas lacunas e estavam tentando produzir em seus projetos de pesquisa, de diferentes formas, inflexões sobre a construção do conhecimento, sobretudo de um conhecimento comunicacional ligado as prescrições e normativas dos gêneros e das sexualidades.

Assim, em conjunto, formulamos o projeto do curso de extensão *Gêneros, sexualidades e comunicação: desconstruindo normatividades e refletindo dissidências*, que teve sua primeira edição no ano de 2016, com 40 participantes, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além disso, constituímos a partir dessa primeira experiência um Núcleo de estudos em comunicação, gêneros e sexualidade, o Aquenda³. Esse curso nos rendeu profícuas reflexões e, por demanda, foi oferecido novamente na UFRGS no ano de 2017. Nesse mesmo ano, o nosso grupo formado por doutorandxs e uma pós-doutora, resolveu ampliar geograficamente essas reflexões ao oferecer uma edição do curso na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além disso, com a formação do Núcleo Aquenda, nosso coletivo produziu um evento acadêmico no ano de 2018, o *I Aquenda de Comunicação, Gêneros e Sexualidades*, que foi realizado nos dias 1, 2 e 3 de agosto, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Esse evento teve grande recepção da comunidade acadêmica dos cursos de comunicação de todo o Brasil, recebemos mais de 150 inscrições e trabalhos de todas as regiões do país, com três dias de palestras e discussões. Ainda, no final do ano de 2018, tivemos a última edição do curso de extensão na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Nesses cursos de extensão, participaram pessoas de diversos setores sociais, ativistas, professores, alunos de graduação, de pós-graduação, profissionais da área da saúde. Levamos esse debate para além dos espaços

² Naquele momento: Alisson Machado, doutorando em comunicação na UFSM; Dieison Marconi, doutorando em comunicação na UFRGS; Fernanda Nascimento, doutoranda Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da UFSC; Pamela Stocker, doutoranda em comunicação e informação na UFRGS e Márcia Veiga, pós-doutoranda no PPG de ciências da comunicação da Unisinos.

³ Link para o site do Aquenda: <https://aquenda.wordpress.com/>

acadêmicos e dos bancos da universidade. Realizamos, enquanto grupo, o limiar de uma ponte possível e necessária entre academia e sociedade. Essas experiências me trouxeram um novo olhar. A partir do momento em que entrei em uma sala de aula para refletir as questões de gênero e sexualidade, passei a compreender o objetivo social da minha formação e do empenho em produzir essa tese. Eu considero, portanto, que essa investigação foi um projeto escrito e produzido coletivamente, com meus colegas do Aquenda, com os alunos que participaram dos cursos, com a força inspiradora da minha orientadora e do grupo de pesquisa Corporalidades. Essa tese foi feita por meio da prática do ensino, da pesquisa e da extensão. Ela foi produzida, dessa maneira, em diferentes situações concretas e refletiu de forma tão intensa e complexa em algumas situações e pessoas, que esse relato não conseguirá alcançar a potencialidade desse processo. O meu doutorado foi, portanto, muito além de um solitário caminho de formação intelectual, mas foi um ativo processo de construção conjunta.

Eu aprendi que ouvir é, em certos momentos, muito mais relevante do que ser ouvido para fazer ciência. Para ser sincero, nesse processo de doutoramento, eu aprendi muito pouco com os livros, com as referências intelectuais e com as disciplinas. Tive a honra de aprender muito mais com os oito alunos de graduação que coorientei, com suas incertezas e dificuldades, que resultaram em belos trabalhos de gênero e comunicação publicados⁴, e com as

⁴ Pâmela Ramos de Souza. **A identidade da mulher negra e suas articulações com o consumo midiático**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
Nilton Luiz Feijó Silva. **Uma Flor de Dama: performatividades e (r)existências de corpos trans como ato político**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
Marina dos Santos Bitencourt. **Relacionamentos Gays e Lésbicos nas telenovelas da Rede Globo: configurações de gênero, sexo e desejo**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Ingrid Segura Carstens. **Drag queens na Publicidade: Gênero, diversidade e diferenças como protagonistas**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Mariana Somavira. **A hashtag (re)construindo sentidos: subversão e produção de subjetividades de pessoas não-binárias através do Twitter**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Felipe André Schutz Santos. **Liniker: um corpo quer em explosão**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Jéssica Zappas Ocaña. **Buceta Subversiva: Corpo, sexualidade e desejo no zine Garota Siririca**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Mariana Fonte Silva. **As bichas não aceitam ser garotas: História de Vida de uma Mulher Transexual**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

bancas de conclusão de curso que participei, com suas leituras empoderadas de autoras feministas e de gênero. Além disso, vi as universidades públicas de minha formação enegrecerem, vi o feminismo tomar os corredores da faculdade de comunicação, vi semanas de gênero e sexualidade serem produzidas por alunxs, vi e vivi insurgências. Portanto, as linhas que seguem costurando essa tese são apenas um ponto de um entremeado mais complexo e sensível a coletividade que contribuiu para sua produção.

Para quem chegou até aqui, se houve algum incômodo pelo desvio de uma atitude acadêmica mais tradicional, eu peço desculpas. Mas o próprio incômodo, como diz Pelúcio (2014), é o gesto que se abre para fazer uma ciência mais humana e plural, que dá conta de suas interferências e é aberta aos saberes sujeitados. Ao invés de uma introdução tradicional, eu pensei nesse texto como um guia, cujo o desafio é fugir das estreitezas de um saber científico que nos ensinou a objetivar e simplificar as experiências sociais para sermos levad@s a sério. Essa mesma ciência que nos diz que o masculino é universal. Essa mesma ciência que se personaliza como imparcial, mas tem gênero, raça e classe social.

1.1 Introduzindo uma problemática de gênero para as pesquisas em comunicação

Certa vez me perguntaram: “se essa não é a nossa problemática, qual o objetivo de estudar gênero no campo na comunicação? ”. Esse questionamento é consequente da própria obscuridade no entorno da temática. Isso porque sua relevância é resultado da sua particular constituição enquanto problema cultural. O gênero é uma dimensão que ocupa um espaço central em nossas relações com o mundo. É, sobretudo, uma arena de tensões sobre questões basilares da vida humana: diz respeito à identidade, à justiça, ao simples fato de existir e, até mesmo, sobreviver nessa existência.

Os dados sobre a violência de gênero no Brasil são alarmantes. Segundo o *Dossiê Violência contra as Mulheres*⁵, produzido pelo instituto Patrícia Galvão, a taxa de feminicídios no Brasil é de 4,8 para 100 mil mulheres, a quinta maior

⁵ Link: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/o-dossie/>

no mundo, de acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Conforme o Mapa da Violência 2015:

Dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex. Essas quase 5 mil mortes representam 13 homicídios femininos diários em 2013. O Mapa da Violência 2015 revela ainda que, entre 1980 e 2013, 106.093 brasileiras foram vítimas de assassinato. De 2003 a 2013, o número de vítimas do sexo feminino cresceu de 3.937 para 4.762, ou seja, mais de 21% na década (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2016)⁶

Ainda, conforme o relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), 343 LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) foram assassinados no Brasil em 2016. Esses dados comportam um cenário nunca antes revelado na história do país:

A cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Matam-se mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT. Tais mortes crescem assustadoramente: de 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e para 343 em 2016 (MOTT; MICHELS, 2016, p.1).

De acordo com os dados da Rede Trans Brasil⁷, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Em 2016 foram reportados 144 casos de assassinatos. Segundo os dados da rede europeia *Transgender Europe* (TGEU):

de um total de 295 casos de assassinatos registrados de pessoas trans e gênero-diversas entre 1 de outubro de 2015 e 30 de setembro de 2016 em 33 países ao longo dos últimos 12 meses, com a maioria no Brasil (123), México (52), EUA (23), Colômbia (14) e Venezuela (14). Na Ásia, a maior parte dos casos registrados estão na Índia (6) e Paquistão (5), e na Europa, na Itália (5) e Turquia (5) (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017, p.49).

Esses fatos revelam uma dinâmica social que, em maior ou menor grau, opera a permissividade dessas violências de acordo com a cultura. Elas são manifestações diversas de desigualdades e assimetrias historicamente construídas no entorno dos papéis de gênero estabelecidos no campo social.

⁶ Link: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/dados-e-fatos-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>

⁷ Link: <http://redetransbrasil.org/dossiecirc2016.html>

Nessa medida, por estarem envoltos pelo fatal olhar de uma “ordem natural das coisas”, os problemas de gênero são alvo sintomáticos de conceitos pré-estabelecidos e de mitos arraigados no seio das sociedades, cujos parâmetros estão formatados pela irredutibilidade dos corpos sexuados.

Nesse sentido, preocupar-se com as questões de gênero ancoradas no campo da comunicação têm relação com a inserção social de nossas pesquisas e com a relevância sociopolítica de pensar as instituições midiáticas e comunicacionais da sociedade como importantes canais de produção de saberes sobre as relações culturais generificadas. Isso significa atentar-se também para as potencialidades de propagação de outros discursos, outras representações, outras identidades, outras experiências possíveis que podem ser formuladas para contribuir com a redução das violências e das assimetrias sancionadas nos corpos dissidentes (mulheres, gays, lésbicas, travestis, transexuais, não-binários...). Assim, discutir problemáticas de gênero, é, e sempre foi, uma questão de sobrevivência daqueles que são socialmente marginalizados, estando conectado academicamente à produção de ferramentas teóricas, sociais e políticas que trazem à tona as relações de poder e desigualdade que excluem, discriminam e, até mesmo, matam pessoas.

A produção de um campo de estudos de gênero é particularmente recente na história social. Sua constituição é devedora, sobretudo, de um pensamento interdisciplinar que atravessou um extenuante debate sobre a ruptura entre a natureza e a cultura na composição das identidades humanas. Seu primeiro paradigma corresponde a própria formulação do conceito de gênero na década de 1970. Atribuído ao pensamento feminista, o conceito de gênero se dirige a construção social dos corpos sexuados a fim de desmistificar as universalidades que designaram o masculino e o feminino como dimensões restritas de uma ordem biológica e vislumbrá-los como produtos socioculturais baseados em relações de poder.

Isso significou apontar que a classificação binária dos seres humanos como homens e mulheres não corresponde tão somente a um padrão anátomo-fisiológico (imutável), mas a processos de generificação cultural. Pensando o gênero como uma estrutura de classificação social, subjetiva e relativa, as teóricas feministas romperam com a não-historicidade do termo, sustentada por um pensamento androgênico de ciência, que universalizou sexo e gênero como

categorias estáveis. Superou-se, assim, as afirmações que embasavam a noção de inferioridade da mulher em relação ao homem⁸, permitindo a incorporação da dimensão do cultural às diferenças sexuais, o que gerou uma torção no olhar das estruturas e do próprio pensamento social.

Como uma categoria posicionada sobre a mudança e ressignificação das assimetrias de poder, o conceito de gênero elaborado sob o olhar feminista fomentou o debate crítico, tanto acadêmico como social, sobre todas as dimensões sexuais e corpóreas da vida humana que eram alvo de regulação das instituições e dos ditames da cultura. Assim, com a efervescência de movimentos políticos, nas décadas de 1970-80, gays, lésbicas, transexuais e feministas trazem seu olhar para os espaços acadêmicos, formulando o campo de estudos de gênero. Campo, este, que é seccionado de acordo com as próprias demandas e reflexões particulares de cada uma daquelas identidades.

Assim, instituem-se subcampos teóricos que irão dinamizar a categoria de gênero, assegurando sua ótica relacional e historicamente variável. Invariavelmente atrelados aos movimentos sociais que os constituíram, os estudos de gênero tomam para si a promoção de novas políticas de conhecimento, provocando importantes transformações na ótica dominante, “que dizem respeito a quem está autorizado a conhecer, ao que pode ser conhecido e às formas de se chegar ao conhecimento” (LOURO, 2004, p.2). Esses estudos estão atrelados, assim, a temáticas consideradas divergentes e até mesmo menos “dignas” de ocupar os espaços acadêmicos.

Inspirado em Pelúcio (2014) e Bento (2017), considero os estudos de gênero, portanto, como constituintes de saberes subalternos e dissidentes, sobretudo porque este é um campo formulado por pessoas que estiveram historicamente excluídas dos bancos “respeitáveis” da academia. As problemáticas de gênero e sexualidade gestaram consigo, ao longo da história das ciências sociais, rupturas importantes a respeito dos paradigmas científicos canônicos e suas interpretações sobre a realidade concreta. Por sua própria condição epistemológica, na ponte entre o ativismo e a academia, os movimentos insurgentes de gênero e sexualidade que formularam esse campo, trouxeram consigo para a arena acadêmica estratégias de embate para

⁸ Afirmações, estas, condizentes com a própria conformação dos saberes científicos formulados entre os séculos XIX e início do século XX, análises evolucionistas e biocentradas (LEQUEUR, 2001).

desestabilizar a racionalidade científica, forjando ferramentas teóricas que propunham novas análises a respeito de todas as dimensões sociais.

Nesse aspecto, muito mais do que um arcabouço conceitual, as teorias de gênero tiveram que romper com os sistemas de verdade dos saberes científicos hegemônicos. Para escapar das armadilhas de hierarquização do conhecimento, esse descompasso exigiu que pensadoras e pensadores feministas, queer, lésbicas, gays e transexuais, tivessem que substancialmente revisar os saberes cânones com certo teor de inconformismo. Como disse Berenice Bento (2017), um corpo teórico é uma máquina de guerra, é justamente nesse ponto em que se pode afirmar que os estudos de gênero constituem-se de teorias dissidentes e saberes subalternos, pois é necessário que essas teorias sejam contraditórias, divergentes, inconformadas com a hegemonia dominante, com as relações de poder que estabelecem assimetrias naturalizadas, com as práticas de saber que geram verdades infalíveis sobre os corpos, com as instituições que normatizam as marginalidades e as violências, com as leis e com a cultura heterocentrada. Isto porque a condição marginal e subalterna desses sujeitxs e sujeitas está também atrelada ao modo com que a ciência e os saberes passaram a pensa-los e, portanto, a insurreição de outras formas de conhecimento exigiu a criação de uma nova epistemologia, um olhar outro que põe em prática o reconhecimento das fissuras, das particularidades e da produção de saberes engajados e politicamente responsáveis por suas escolhas e formulações:

Essa insurreição dos saberes subalternos foi bastante sensível no marco da produção feminista, do qual a crítica queer é tributária. Postura insurgente que exigiu das teóricas e ativistas dos movimentos feministas a criação de uma linguagem própria para fazer ciência, pois a que havia disponível as apagava como seres históricos e produtores de conhecimento. Usaram, então, seus corpos, falaram na primeira pessoa do singular, jogaram suas subjetividades no texto forjando armas agudas que cutucavam o lugar pantanoso das ciências canônicas (PELÚCIO, 2014, p. 37).

Epistemologicamente, portanto, é estratégico dizer que essas teorias são dissidentes e pensam as dissidências, assim como é também importante denotá-las como saberes inconformados com a realidade social excludente que viola as diferenças. E é nesse sentido que constitui o título dessa tese, apresento nessa

pesquisa o esforço de produzir genealogias dissidentes, de estudos e pesquisas inconformadas que contradizem uma realidade opressora. Aceitando o risco de incompreensões, para pensar e refletir esses saberes, em meio a práticas acadêmicas, é preciso estar disposto a reconhecer-se na margem sem aspirar o centro, e fazer das margens desses saberes um *continuum* de transformação social concreta.

Não sendo este, por sua vez, um contexto de estudos pacífico, o intuito dessa investigação é buscar compreender essas distintas posições nos limites e na formalização dos espaços acadêmicos da área da comunicação. Buscando atrelar e induzir o campo a participar das zonas de debate geradas a partir de dos estudos de gênero. Configurando, assim, deslocamentos múltiplos na produção de saberes dissidentes. Ao mesmo tempo, o tensionamento das interfaces disciplinares entre comunicação e gênero contempla também a tentativa de elaboração de um diagnóstico sobre os processos teórico-metodológicos de nossas pesquisas, para precisamente avançar, em algum sentido, na ampliação e consolidação dos saberes que comunicamos para sociedade.

Construir uma revisão analítica de um conjunto de pesquisas produzidas na área, não é um empreendimento fácil. Geralmente, esse tipo de investigação é apenas parte de um processo de pesquisa, e, em muitos casos, como um levantamento não incorporado nas investigações. Contudo, quando levada a sério, a compreensão sobre o que nossos pares estão estudando e como suas pesquisas vem tensionando determinados temas, nos faz capaz de problematizar o campo de pesquisa do qual fazemos parte. Nos faz invariavelmente apreender a produção de conhecimento, reconhecer metodologicamente o processo de uma pesquisa e a partir de um conjunto de investigações produzir problemáticas sensíveis às carências e às lacunas da área.

Nesse sentido, como eu já destaquei, a constituição dessa investigação foi impulsionada por uma pesquisa bastante similar, o mapeamento sobre os estudos de gênero e comunicação realizado por Escosteguy e Messa (2008) no livro *Comunicação e gênero: uma aventura de pesquisa*. Refletindo as pesquisas de mestrado e doutorado no período de 1992 e 2002, Escosteguy e Messa constataam insuficiência das problemáticas em torno das questões de gênero no

campo, sendo que, do total de 65 trabalhos produzidos sobre gênero no decênio investigado, a maioria das pesquisas flexionam seu olhar para o gênero como uma categoria a indicar a distinção sexual no recorte das investigações. Percebe-se, nesse sentido, que “os vínculos entre as pesquisas de comunicação e os estudos de gênero são ainda pouco explorados” (ESCOSTEGUY; MESSA, 2008, p.14).

As autoras subdividem a pesquisa em três períodos: de 1992-1996, período de pouca relevância para temática e no qual as pesquisas em comunicação no país estavam mais centradas na mensagem. Conforme elas, “das 754 teses e dissertações produzidas, apenas doze foram classificadas como estudos de gênero e comunicação. Cinco priorizaram tal temática na mídia impressa e quatro na mídia audiovisual” (ESCOSTEGUY; MESSA, 2008, p.15). O próximo período analisado se concentra nas produções acadêmicas dos anos de 1997-1999, momento no qual as investigações começam a refletir os posicionamentos do receptor e, mesmo que timidamente, percebe-se “o lançamento do tema na pesquisa brasileira e o crescimento do número de trabalhos sobre gênero e comunicação. Das 835 teses e dissertações defendidas nos três anos especificados, 17 enfocam a temática de gênero” (ESCOSTEGUY; MESSA, 2008, p.19). No intervalo de tempo entre 2000-2002, as autoras notam um movimento de pesquisas em comunicação que irá se ocupar com o universo das representações midiáticas do feminino e constatam que “dos 1665 trabalhos, 36 vinculam-se à temática de gênero” (ESCOSTEGUY; MESSA, 2008, p.22).

Além dessa, as pesquisas de estado da arte de estudos de recepção produzidas por Jacks, Menezes e Piedras (2008), Jacks et al (2014) também contribuíram de forma significativa para a construção dessa problemática. Tendo como recorte as pesquisas de recepção realizadas no país durante década de 1990, Jacks, Menezes e Piedras (2008, p. 186) destacam que das 1769 teses e dissertações desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação naquela década, 22 investigaram de alguma forma as relações entre mídia e mulher, no entanto, apenas “sete têm como objetos de estudo a recepção feminina”, seis dissertações e uma tese, todas elas tendo mulheres como informantes de pesquisa. Porém, como destacam as autoras, não significa que tenha ocorrido a efetiva ou aprofundada problematização de gênero. Na década

seguinte, no intervalo entre 2000 e 2009, esse cenário sofreu um crescimento se comparado ao anterior. Na pesquisa realizada por Jacks et al (2014), dos 209 estudos com foco na recepção, foram encontradas 15 pesquisas com mulheres que discutiram a recepção midiática a partir da perspectiva das relações de gênero. Vale destacar, porém, que nem todos o fizeram de forma aprofundada ou efetivamente focando na questão gênero. Dos 15 trabalhos encontrados, 10 discutem de modo mais efetivo as identidades de gênero, sete deles com foco na recepção televisiva. Além desses 15, foram encontrados ainda nove estudos que envolviam mulheres, mas que não estabeleciam nenhum tipo de discussão sobre as identidades e as relações de gênero. Assim como Escosteguy e Messa (2008), as autoras percebem, ao examinarem o campo, que apesar de observarem a mulher como público alvo dos meios de comunicação ou como receptoras, as pesquisas não se concentraram em assegurar problematizações referentes às relações de gênero, trabalhando-as, muitas vezes, apenas como uma condição sociodemográfica ou nem isso.

Tendo em vista a inspiração que essas investigações vislumbram para essa tese, é também possível reconhecer alguns de seus limites para tentar avançar em certos caminhos. No meu ponto de vista, a principal defasagem desses mapeamentos está na condição da leitura teórica e conceitual dessas investigações, isso porque em muitos casos, o cenário que envolve essas pesquisas poderia ser ainda mais crítico. Explico: alguns trabalhos considerados como estudos de gênero nesses mapeamentos, não estão, na verdade, discutindo analiticamente os conceitos e as teorias de gênero e, portanto, são investigações que, com efeito, apenas tematizam questões de gênero pelo recorte de público, como nas pesquisas de recepção, ou pelo uso de termos como feminino, masculino, mulher, feminilidade, corpo etc. Essa tematização, corresponde, então, ao que eu chamaria de tangenciamento das problemáticas de gênero. Até aí, de fato, é esse o resultado que as pesquisas nos trazem, há muito pouco de gênero nas investigações. Porém, no meu ponto de vista, seria necessário avançar nos objetivos das pesquisas catalogadas a fim de entender os limites de considera-las como estudos de gênero, quando, na verdade, são estudos centrados em outros aspectos, mais ligados aos objetos empíricos selecionados, como os meios de comunicação e os gêneros midiáticos. E exatamente por estarem nesse limítrofe entre tangenciar uma questão de gênero

em detrimento de uma especificidade midiática, que se constituem as linhas de força teóricas do campo. Assim, podemos voltar, aqui, para aquela pergunta que do início dessa seção: Se essa não é a nossa problemática, qual o objetivo de estudar gênero no campo na comunicação? Esse questionamento representa em si o *modus operandi* tradicional das pesquisas em comunicação?

Com os seus limites, essas reflexões me proporcionaram problematizações como esta. Em certo sentido, meu foco está em desafiar a compreensão do que entendemos como estudos de gênero na nossa área. Ao mesmo tempo que procuro, e acho importante defender e endossar a potencialidade da área da comunicação como um *lugar de construto e redefinição teórica das problemáticas de gênero*, assim como são as demais áreas das ciências sociais e humanas.

Nesse sentido, proponho nessa tese um olhar genealógico para as teses e dissertações que englobam a perspectiva dos estudos de gênero no campo da comunicação. Constituindo uma **problemática** que pretende conectar essa produção científica ao seu contexto sócio histórico, a fim de vislumbrar: *Quais as configurações que os estudos de gênero assumem nas pesquisas em comunicação no Brasil, a partir das teses e dissertações produzidas entre 1972 a 2015?* Tendo em vista essa pergunta, pretende-se enquanto **objetivo geral** investigar a incorporação, as apropriações e o tensionamento dos estudos de gênero nas pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação do Brasil. Os termos (incorporação, apropriação e tensionamento) que constituem esse objetivo, perfazem o exercício analítico da tese. Como *incorporação* entendo as múltiplas inserções, integrações e afiliações com as quais os estudos de gênero podem ser notados nas investigações em um sentido conjuntural. A partir dessas relações, a *apropriação* indica o uso e a adequação de conceitos e teorias nas pesquisas, tornando-os próprios de acordo com o contexto de cada investigação e o *tensionamento* vislumbra o caráter crítico desses usos nas investigações, indicando o jogo de forças entre teorias e conceitos formulados *a priori* do universo pesquisado a fim de produzir e estabelecer questionamentos às forças teóricas constituintes.

Dessa maneira, especificamente o objetivo geral será vislumbrado com os fins de: (1) compreender de que forma e sob quais olhares teóricos os estudos de gênero são acionados nas pesquisas da área; (2) identificar problemáticas,

objetos e metodologias utilizadas nessas pesquisas; (3) averiguar como o conceito de gênero é tensionado em relação à comunicação nas pesquisas.

Assim, em um exercício metalinguístico de construção histórica, busco realizar uma pesquisa que se volta por completo para outras pesquisas. Apropriando-me do olhar genealógico (FOUCAULT, 1979) para alcançar os objetivos levantados, proponho refletir, em certa medida, os caminhos constituídos pelas investigações não como verdades originais, mas como acontecimentos singulares produzidos num espaço-tempo. Considero importante, mais uma vez, vislumbrar esse empenho como provisório, pois ele trata, sobretudo, de uma estratégia de conjunção de saberes e práticas científicas. Trata-se, assim, de refletir uma condição histórica para uma vertente de pensamento e ação social em nosso campo. Através da genealogia, essa pesquisa se alia a discussão mais ampla sobre a interlocução entre saberes e campos de conhecimento (teorias, objetos, metodologias, conceitos, interconectados com a finalidade de interpretação do complexo tecido social). Reconhecendo que este é um processo que, por si, está interligado à crítica sobre o reducionismo disciplinar moderno. O desafio corrente nos encaminha a refletir os limites entre os domínios, as fronteiras, as estruturas e os saberes circulantes que solidificam o pensamento científico.

Para cumprir esse desafio, a tese está dividida em três capítulos teórico-analíticos. No **capítulo 2**, entre uma reflexão sobre o campo científico da comunicação e os caminhos metodológicos para o mapeamento das pesquisas que compõem essa investigação, constrói-se uma análise dos aspectos quantitativos das pesquisas de gênero e comunicação do período estudado, identificando alguns caminhos possíveis para que elas sejam refletidas com profundidade qualitativa nos capítulos seguintes. Identificadas as vertentes teóricas dessas investigações, a partir daí passo a refleti-las com um olhar genealógico.

Assim, no **capítulo 3** constituo o exercício genealógico da primeira e mais expressiva vertente teórica dos estudos gênero nas pesquisas em comunicação, os *estudos feministas*. Essa genealogia foi pensada em duas partes, num primeiro momento, busco refletir o que configura a própria perspectiva feminista e sua contribuição aos estudos e gênero e, num segundo momento, procuro vislumbrar as investigações de mestrado e doutorado em comunicação nesse

quadro teórico-conceitual, divididas por períodos históricos e pensadas em relação ao contexto social e acadêmico brasileiro.

No **capítulo 4**, dou continuidade ao exercício genealógico a partir da segunda linha de força teórica mais expressiva, *os estudos LGBT e/ou queer*. Da mesma forma, esse capítulo pode ser pensado em dois momentos, o primeiro deles está ligado a reflexão da perspectiva queer para os estudos de gênero, e o seu vigor teórico-epistemológico em nível global para refletir as dissidências de gênero e sexualidade. No segundo momento dessa genealogia, procuro pensar uma possível trajetória dessa perspectiva de estudos nas teses e dissertações em comunicação, ligadas ao contexto social brasileiro e ao desenvolvimento dos queer nacionais.

Por fim, **no capítulo 5** busco realizar algumas considerações e reflexões provisórias sobre a produção dessas genealogias. Muito embora, eu tente reunir alguns resultados obtidos através das genealogias, minha intenção nesse capítulo final é muito mais realizar projeções para pesquisas futuras.

Para finalizar esse guia, desejo uma boa viagem pelas páginas que seguem. Desejo, sobretudo, que consigamos juntxs, colocar em questão a estabilidade identitária do nosso campo, a fim de que possamos nos nutrir de suas potencialidades não fixadas em um terreno próprio, nem ao menos calcadas por tradições de conhecimento. Que esse trajeto permita construir e articular os traçados de novos percursos, de imersões, de dispersões, de conexões e de afetações múltiplas, mas, principalmente, ajude a produzir um olhar crítico para uma ciência que possui dever social. Afinal, com que finalidade, estamos produzindo as nossas pesquisas?

2 O MAPA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DO BRASIL (1972-2015)

Este capítulo tem o intuito de produzir uma reflexão a respeito da *incorporação*⁹ dos estudos de gênero nas pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação por meio de aspectos gerais e estruturais que configuram um mapa de dados quantitativos. Como um preambulo, este mapa está constituído a partir do primeiro encontro com as pesquisas coletadas. Nesse momento, as investigações que compõem este cenário serão vislumbradas em conjunto, indicando alguns caminhos possíveis para sua compreensão. Para traçar o mapa, tomo como recorte investigativo as pesquisas de pós-graduação – teses e dissertações – que abarcam os estudos de gênero na área da comunicação no período de 1972 a 2015. Essa delimitação temporal está alinhada ao objetivo geral dessa investigação e sua virtude genealógica. Assim, conforme o caminho metodológico da pesquisa que será relatado nesse capítulo, houveram alguns trajetos e afetações, os quais eu chamo de *pistas* para a formulação desse mapa, que me levaram a delimitar esse espaço de tempo e a opção pela análise de teses e dissertações em detrimento de outras possibilidades para realizar tal procedimento genealógico.

Busca-se entender como as investigações em comunicação no Brasil vêm construindo suas reflexões e problemáticas no que configura o desvelar do conceito de gênero enquanto uma categoria de análise sociocultural. Entende-se, assim, que um olhar sobre essas práticas investigativas se faz necessário para compreender as relações entre as problemáticas comunicacionais e as construções e interpelações de gênero no contexto de nossos objetos de conhecimento. Propõe-se, nesse sentido, problematizar nossos relevos internos, enquanto campo científico, explicitando-os em sua configuração. Isso significa dar atenção ao processo de fazer pesquisa e suas implicações, tanto políticas quanto epistemológicas, no contexto contemporâneo.

Mas definir nossos enredos científicos não é tarefa fácil. O campo da comunicação possui uma genética diversa e interlocutora de saberes advindos de diferentes campos disciplinares, além disso, é estruturado pela complexidade

⁹ Como *incorporação* entendo as múltiplas inserções, integrações e afiliações com as quais os estudos de gênero podem ser notados nas investigações em um sentido conjuntural

e espraiamento dos fenômenos comunicacionais. Dessa maneira, torna-se importante contextualizar o terreno dessa problemática refletindo, especialmente, dois pontos urgentes na constituição do objeto de pesquisa: os aspectos institucionais e epistemológicos do campo científico da comunicação, a sua configuração interdisciplinar entre objetos e teorias. Após essa reflexão de caráter conjuntural, constituo um mapa a partir dos dados quantitativos angariados pela coleta das pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação que realizam uma interface com os estudos de gênero.

2.1 O campo científico da comunicação no Brasil: aspectos institucionais e epistemológicos

O aprofundamento de algumas perspectivas históricas que conformam e estruturam as pesquisas desenvolvidas sob a égide do campo da comunicação é imprescindível para a compreensão dos múltiplos contextos de sua realização. O campo científico da comunicação no Brasil é, sem dúvidas, constituído por enlances heterogêneos em termos de estruturas concretas (instituições e organizações acadêmicas); de condições de produção de conhecimento (nas universidades); de sujeitos produtores de conhecimento e de saberes constituintes (pesquisadores, teorias, métodos e objetos).

Entendendo essas correlações como parte das condições epistemológicas e políticas de produção de conhecimento, a noção de *campo científico* de Bourdieu é amplamente utilizada por autores da área (QUIROGA, 2013; LOPES 2001; ROMANCINI, 2006) para debater as conjecturas que envolvem seu fazer científico. Para Bourdieu (2003), um campo é um espaço de disputas com funcionamentos específicos e relativamente autônomos embasado em estruturas hierárquicas. Com leis próprias, cada campo é um microcosmo regido por capitais particulares em um terreno de conflito por sua apropriação, redefinição e legitimidade. De acordo com o autor, os elementos que configuram um campo são sancionados pelo princípio da autonomia, ou seja, pela capacidade de acúmulo de capital reconhecível entre os agentes que dele fazem parte com a finalidade de desvinculação ou independência relativa ao mundo social (o macrocosmo).

Em um campo científico, assim, o que está em disputa é o monopólio de uma autoridade sobre o saber: “compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado” (BOURDIEU, 2003, p.122). O que sustenta o capital científico é o seu reconhecimento social no conjunto de agentes que conforma esse campo (os próprios cientistas). O campo científico, dessa forma, engendra sua própria singularização na medida em que busca, ao mesmo tempo, autonomia e reconhecimento.

Para Bourdieu, a posição dos agentes no campo é, dessa maneira, tanto uma posição científica quanto política, pois, para a produção de um capital intelectual, é preciso reconhecimento entre os pares que são, ao mesmo tempo, concorrentes na disputa pelo monopólio da autoridade intelectual. Dessa forma, os conflitos epistemológicos são também conflitos sociopolíticos pois integram as estratégias de legitimação e subversão do estado de um campo.

Essa noção é, assim, esclarecedora para a sustentação de uma abordagem crítica sobre o processo de produção científica que desenvolvemos como campo da comunicação, a qual queremos também imprimir na presente pesquisa. Se um campo científico é, dessa maneira, um espaço social estruturado com tensionamentos e concorrências entre forças – divergentes e convergentes – seus conflitos envolvem o desenvolvimento de uma dupla dimensão: a política institucional (social) e a epistemológica (do próprio capital científico). As escolhas dos objetos empíricos, dos métodos, das instituições, dos instrumentos, das técnicas e recursos estão permeadas pelos efeitos de lutas por monopólio e poder.

É justamente nesse ponto que sublinhamos a importância da noção de campo científico bourdiana. Primeiro porque ela é substancialmente apropriada nos debates sobre epistemologia da comunicação (MARTINO, 2014), segundo porque, conforme Quiroga (2013), ao conceber a produção científica como relações de poder, Bourdieu contribui para a compreensão dos distintos fatores que envolvem a institucionalização das práticas científicas em comunicação. No mesmo sentido, Lopes (2001) salienta que, ao entender as práticas de um campo científico a partir do duplo fator epistemológico/político como estratégias dialéticas entre posições estruturadas e práticas estruturantes dos agentes, torna-se possível perceber como o capital científico orienta a

conservação/sucessão ou subversão de paradigmas e modelos teóricos, metodológicos ou mesmo de problemáticas e objetos que mereçam maior atenção.

Assim, evidenciar as condições de produção e as estratégias do campo científico torna-se uma maneira perspicaz para problematizar o *modus operandi* do fazer ciência. Lopes (2004), ao refletir as condições de produção das pesquisas em comunicação, nos orienta a discutir esse tema através dos contextos que o configuram. Primeiro, o contexto discursivo, no qual podemos identificar os paradigmas, modelos e temáticas definidores das proposições epistêmicas que circulam no campo. Segundo, o contexto institucional e sócio-histórico dessa produção que constitui as formas de organização entre o discurso científico e a sociedade e sustenta as relações de distribuição de recursos e poder no interior da comunidade científica.

Levando em consideração esses fatores – o discursivo e o institucional/social – podemos definir que o campo da comunicação no Brasil é, de forma abrangente, “um conjunto de instituições de nível superior destinado ao estudo e ao ensino da comunicação e onde se produz a teoria, a pesquisa e a formação universitária das profissões de comunicação” (LOPES, 2001, p.46). Nesse sentido, o campo da comunicação é um aglomerado de ao menos três subcampos: o científico; o educacional e o profissional.

Aqui, nos interessamos, especificamente, na prática científica da pesquisa acadêmica em comunicação, que tem por finalidade produzir conhecimento teórico-empírico por meio de objetos, metodologias e teorias institucionalizadas nas universidades brasileiras através dos Programas de pós-graduação¹⁰. Dessa forma, entendemos que o modo de produção formalizado de nossa ciência está permeado pela formação acadêmica dos profissionais em comunicação e áreas afins nos níveis de mestrado e doutorado e em suas inserções teórico-conceituais nas práticas de ensino e pesquisa nas universidades.

Segundo Marques de Melo (2016), se tratando do nível institucional, o campo científico da comunicação no Brasil existe há pouco mais de 60 anos

¹⁰ No Brasil a área da comunicação está incluída na grande área de Comunicação e Informação, constituída pelas seguintes áreas básicas: Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, com programas de Pós-Graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Jornalismo e Museologia. Constituída por 76 Programas (35 contemplando Mestrado e Doutorado acadêmicos, 28 somente Mestrado Acadêmico e 13 ofertando Mestrado Profissional).

desde que foram criados os pioneiros institutos de pesquisa de audiência da mídia e instalados os primeiros cursos superiores de jornalismo. Os principais marcos são: a fundação do IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (1942) e o início das atividades didáticas da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero (1947) (MARQUES DE MELO, 2016, p.70).

Além desses marcos, é possível reconhecer que o campo das pesquisas em comunicação passa a se fortalecer institucionalmente a partir da década de 1970, com a criação dos primeiros cursos de mestrado em 1970 na PUC-SP, 1972 na UFRJ e USP e 1974 na UNB. Na década de 1980, esses cursos fundam os primeiros doutorados da área e a constituição intelectual em comunicação passa a se consolidar em terreno nacional, formando pesquisadores inseridos nos cursos de graduação nas universidades que passam a desenvolver novos programas de pós-graduação. De lá para cá, o crescimento é exponencial e, hoje, segundo o documento da área na Capes¹¹, possuímos 50 cursos de pós-graduação credenciados (24 doutorados e 26 mestrados)¹².

Do caráter institucional passemos ao aspecto discursivo: a partir de que fatores teóricos, conceituais e metodológicos produzimos as pesquisas em comunicação? Os programas de pós-graduação da área possuem um recente desenho que configura linhas de pesquisa nas quais são desenvolvidas as teses e dissertações. Conforme Lopes (2006), em seu início, os programas abarcavam uma dimensão bastante heterogênea em relação a especificidade das temáticas estudadas em comunicação e

somente no final dos 90 é que começam a aparecer tentativas de especificação do doutorado, com programas que oferecem áreas e linhas de pesquisa exclusivas neste nível de pós-graduação. De todo modo, é na década de 1990, com o surgimento de novos programas, que se torna visível o processo de caráter identitário na pós-graduação de Comunicação, no sentido dos programas dotarem-se de maior identidade científica. É evidente que isso só pode ser exercitado na medida em que cresce a competência e os recursos científicos do campo, acompanhados pelo aumento da competição científica, no dizer de Bourdieu (LOPES, 2006, p. 29).

¹¹Link:http://www.capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/RELATORIO_QUADRIENAL_COMUNICACAO.pdf

¹² É importante considerar que, destes 50 programas, apenas 44 já possuem turmas tituladas.

Hoje, os programas possuem linhas de pesquisa mais delimitadas, mas que ainda confluem e abarcam a diversidade de temáticas que podem ser estudadas em comunicação. De modo geral, as áreas de concentração confluem suas especificidades na tríade comunicação, cultura e tecnologia (LOPES, 2006). No entanto, a discussão sobre o que, de fato, pesquisamos no campo da comunicação é complexa, pois não se define única e exclusivamente por um modo de conhecer uma realidade social ou cultural, mas por processualidades que conectam os aparatos tecnológicos com as múltiplas formas discursivas e materiais de comunicação social, técnica e cultural.

Em outras palavras, somos um campo de estudos que congrega aspectos teóricos e temáticas múltiplas e, por assim ser, enfrentamos o desafio da convergência entre os saberes especializados já constituídos, como das Ciências Sociais e Humanas, para a construção de um objeto científico com especificidades comunicacionais. Portanto, mesmo rubricados institucionalmente na área da Comunicação, nosso desenvolvimento epistemológico é tonalizado pelos diversos subcampos, ou linhas de pesquisa, nos quais estamos inseridos.

Nesse sentido, embora múltiplo e com desdobramentos específicos já está claro, nos últimos anos, que possuímos uma unidade partilhada de empenhos reflexivos que situam a seara da comunicação no tocante das lógicas do fazer científico seja ele institucional ou epistemológico (QUIROGA, 2013; BRAGA, 2011; LOPES, 2003). Mas, que lógicas são essas? E como, através delas, produzimos saberes comunicacionais? Este movimento de intersecção multidimensional sobre os objetos que configuram as teorias e conceitos da comunicação é caracterizado pelo intercâmbio de saberes advindos de outras disciplinas sociais, como a semiótica, a linguística, a sociologia, a antropologia, a psicologia, a filosofia e outras tantas, mas em que momento essa interpenetração de teorias, conceitos e metodologias assumem um caráter comunicacional? Ou suprimimos a especificidade da área pela escolha de objetos empíricos de natureza comunicacional? Chegamos, aqui, a um momento crucial que pontua nosso debate epistemológico o estatuto da interdisciplinaridade da comunicação.

2.2 A interdisciplinaridade da comunicação: dos objetos as teorias

Um campo científico é uma construção social e, nesse sentido, as diferentes disciplinas científicas não correspondem a uma parcela isolada dessa realidade. As disciplinas são os modos de classificação que foram produzidos em determinados momentos históricos, atendendo a constituições específicas sobre o mundo e sobre como se gera o conhecimento. A comunicação, como a maioria dos campos de conhecimento social, por sua vez, não é postulada por um compartimento da sociedade, mas sim, por um ângulo específico de reflexão da mesma. Por isso, os olhares do nosso campo científico não estão, ou não deveriam estar atomizados na natureza de suas problemáticas, e sim focalizados em recortes comunicacionais da complexidade do tecido social.

Ao contrário das demais subáreas das ciências sociais e humanas, que surgiram como resultado de problematizações e recortes sobre a organização da realidade social, os estudos em comunicação surgem em detrimento do fenômeno específico da produção tecnológica dos meios de comunicação no início do século XX. Operacionalizados como objetos de reflexão sociológica, filosófica, linguística entre outras, os primeiros estudos em comunicação apontaram uma visada crítica ou meramente administrativa¹³ sobre o fenômeno dos novos meios de comunicação surgidos na sociedade industrial. É nessa gênese, interdisciplinar por si, que se constituem o que costumeiramente denominamos de teorias da comunicação¹⁴. Ao mesmo tempo, em caráter tecnicista, aparecem os primeiros cursos acadêmicos que irão formalizar o mercado de trabalho do jornalismo, da publicidade e das relações públicas. É no tensionamento dessa conjuntura, entre uma formação instrumentalista e uma heterogênea visada acadêmica, a que devemos nossa diversidade enquanto campo científico.

¹³ Vide os estudos da Escola de Frankfurt e o desenvolvimento da teoria crítica e os estudos funcionalistas norte-americanos, conhecidos como *mass communication research*, ambos produzidos a partir da década de 1930.

¹⁴ De acordo com Martino (2008) as teorias da comunicação no Brasil são comumente divididas entre escolas de pensamento, modelos ou paradigmas. Analisando 11 livros que dizem respeito às teorias da comunicação na área, publicados entre 1997 a 2007, o autor constatou algumas regularidades. Foram encontradas em maior grau as seguintes escolas: "Funcionalismo (8) - Escola de Frankfurt (8) – Marshal McLuhan (7) Estruturalismo/Pensamento francês (4) - Semiótica (3) - Latino-Americanos (3) - Comunicação na pós-modernidade (3) - O modelo teórico dos *Cultural Studies*. (3) - Os autores brasileiros (2) - Estudos de Recepção (2)" (MARTINO, 2008, p. 113).

Somado a isso, o desenvolvimento dos processos comunicacionais na sociedade fez ampliar o escopo da comunicação como fenômeno. Conforme França (2001), a extrema heterogeneidade dos fatos e práticas que constituem a comunicação, como as diferentes atividades profissionais, os distintos meios de comunicação e as inúmeras linguagens, “assumem dinâmicas e configurações tão particulares que torna-se quase impossível pensar na construção e utilização de esquemas conceituais capazes de abarcar e dar conta de tal diversidade” (FRANÇA, 2001, p.49). É pela complexidade de seus objetos que a comunicação, enquanto prática científica, se perfaz por diversos enfoques em interface com filiações teórico-metodológicas em distintas disciplinas sociais, essas já formalmente constituídas.

Desse caráter de colagem e transposições conceituais, peculiar em relação a formalização das demais ciências sociais e humanas, que passamos a pensar os estudos em comunicação enquanto espaço interdisciplinar, campo em construção (BRAGA, 2004). Essa composição suscita, de um lado, o enriquecimento dos olhares em virtude da complexidade dos fenômenos comunicacionais e, de outro, dificulta a possível integração teórico-metodológica do campo.

De acordo com Braga (2011), no primeiro sentido, este menos problemático, devemos reconhecer que a interdisciplinaridade é um fator de constituição, hoje, não apenas da comunicação, mas de todas as Ciências Sociais e Humanas, que produzem articulações entre si e fomentam problemáticas a respeito das mesmas temáticas sob ângulos específicos, sejam compartilháveis ou não. No segundo sentido, este mais definidor de uma crítica, a interdisciplinaridade também pode ser percebida como um fator de desmantelamento do campo, na medida em “que este, não tendo objeto específico nem questionamentos peculiares, seria apenas um aglomerado interdisciplinar, uma espécie de acordo *ad-hoc* de disciplinas para tratar de certos temas” (BRAGA, 2004, p. 226).

A lógica por detrás dessa crítica aciona certos cuidados de maneira a pôr em questionamento se o que produzimos não poderia estar na seara de qualquer outro campo de conhecimento. Assim, se tomarmos a interdisciplinaridade como fator propositivo para integrar a complexidade da comunicação como fenômeno social, cultural, tecnológico, filosófico e assim por diante, ela não pode se tornar,

na prática, um sintoma de justaposição de saberes, mas contribuir particularmente na formulação de um conhecimento próprio resultante dessa integração.

Nesse sentido, a busca pelo enfoque comunicacional torna-se um elemento decisivo para identificar a pertinência dos estudos da área. Há algumas formas de compreender o que seria a especificidade comunicacional, uma delas possui relação com a definição do objeto de conhecimento das pesquisas. Essa definição implicaria, em um primeiro momento, na conceitualização sobre o que se entende como comunicação.

Como aponta França (2001, p.42), na medida em que a comunicação toma forma de campo científico, ela não pode ser caracterizada apenas por uma prática empírica, mas também como um conceito “uma forma de apreensão, uma representação dessas diferentes práticas – uma maneira de concebê-las e conhece-las”. Não seriam, assim, objetos da comunicação os meios comunicativos do mundo, mas um modo de identifica-los e construí-los conceitualmente. Nesse mesmo sentido, Braga (2011) identifica duas propostas sobre o objeto da comunicação que circulam no campo, a primeira delas reflete sua abrangência como espaço de conversação e trocas simbólicas no seio da vida social. E a segunda pensa a comunicação como espaço circunscrito nos meios de comunicação ou nas mídias. Não havendo consenso, ambas as formas de conceber a comunicação são amplamente refletidas e geram grandes tensionamento nas proposições epistemológicas da área (RUDIGUER, 2014; MARTINO, 2008; OLIVEIRA, 2011).

Braga (2011; 2004) e França (2001; 2016), por exemplo, defendem que a circunscrição da área por objetos empíricos oferece certo risco de segmentação e descolamento da complexidade do social, na medida em que a escolha de um objeto por sua “natureza” comunicacional não confere à pesquisa uma ênfase comunicacional¹⁵.

Assim, a distinção que leva à possibilidade de estabelecimento ou reflexão sobre o que estudamos em comunicação não deve ser definida apenas

¹⁵ Um exemplo prático dessa razão é o trabalho pioneiro em televisão da antropóloga Ondina Fachel Leal (1986), que faz um estudo etnográfico sobre a novela das oito no Brasil estruturado, como ela mesmo diz, por um saber antropológico “de que as significações e os significados da vida das pessoas são elementos indissociáveis” (LEAL, 1986, p.10).

por objetos práticos do mundo, mas através de teorizações sobre os mesmos. Isto porque a empiria, as coisas e fenômenos do mundo não são monopólio de nenhuma ciência, elas apenas incitam a criação de problematizações científicas múltiplas sob determinados olhares. O que pode vir a circunscrever a nossa especificidade é a forma pela qual tratamos o empírico enquanto objeto de conhecimento, ou seja, a maneira de estabelecermos relações entre a realidade social e os esquemas e matrizes de saber capazes de compreendê-la e interpretá-la:

a concepção que os pesquisadores deste campo desenvolvem sobre aquilo que eles vão recortar e analisar na realidade; o objeto de estudos da comunicação é uma ideia de comunicação, um conceito, com a ajuda do qual se pode distinguir e apreender, no campo do empírico, algo que chamamos e entendemos como comunicação (FRANÇA, 2016, p. 157).

Dessa forma, como dimensiona Braga (2011), aquela distinção primeira sobre a comunicação como mídia ou como interação social parece não fazer tanta diferença, na medida em que possamos capturar nos processos sociais uma perspectiva comunicacional:

que se busque capturar tais processos e suas características nas mídias, na atualidade, nos signos, em episódios interacionais – não faz tanta diferença. O relevante é que nossas conjeturas sejam postas a teste por sua capacidade para desvelar e explicitar os processos que, de um modo ou de outro, resultem em distinção crescentemente clara sobre o que se pretenda caracterizar como “fenômeno comunicacional” relacionado aos temas e questões de nossa preferência. (BRAGA, 2011, p.66).

Parece-me, assim, improdutiva uma definição estanque no que tange a concretude de um objeto comunicacional, seja ela empírica ou conceitual. De forma a abarcar os múltiplos temas conferidos à relação complexa entre comunicação e sociedade. Essa reflexão nos impulsiona, também, a uma questão metodológica correspondente ao *modus operandi* do fazer pesquisa. Nesse sentido, muito mais importante é a forma com a qual problematizamos determinada realidade a partir de um olhar comunicacional (e não antropológico, sociológico, linguístico, educacional...). Assim, nos afastamos da concepção do fenômeno da comunicação como um tema, forma com a qual ela iniciou a ser

explorada em outras disciplinas sociais, a fim de sermos impulsionados pelo desenvolvimento de seu campo científico como tributário de sua complexidade.

Ao nos voltarmos para a questão da interdisciplinaridade como dinâmica produtiva para a reflexão das subáreas possíveis no viés da comunicação, veremos que não somos, de fato, os “estranhos no ninho” das ciências sociais. Nossas ciências irmãs, sociologia e antropologia, apresentam em seu desenvolvimento múltiplos enfoques e interfaces. Na antropologia, por exemplo, estuda-se antropologia urbana, antropologia das emoções, antropologia do corpo, da sexualidade, entre outras. O que a difere de nós, nesse viés, é que todas essas temáticas apresentam um saber epistemicamente caracterizado como antropológico. Ou seja, se produzem teorias antropológicas sobre determinadas interfaces, nutrindo a constituição de matrizes de pensamento.

Nesse sentido, a partir de um pensamento metodológico, o que produzimos, quando realizada a interpenetração de variadas temáticas e teorias no que concerne a matrizes de pensamento comunicacional? Da articulação entre teorias e empiria sob uma mirada da comunicação fazemos extrair um conhecimento específico? Nutrirmos ou desenvolvemos conceitos e teorias comunicacionais? Essas questões nos impulsionam a avançar na reflexão sobre nossas potencialidades, já que, como salientado, somos um campo institucionalmente articulado, fomentado nos espaços oficiais, e discursivamente produzimos pesquisas e reflexões acadêmicas na área da Comunicação e Informação no Brasil.

É justamente nessa potencialidade, que pode estar sendo exercida ou não, que sustento o *devoir* dessa pesquisa. A exemplo de uma relação mais tradicional da comunicação com subcampos teóricos como política, educação, trabalho, economia, temas interpenetrados também em diferentes disciplinas sociais, as relações de gênero, na mesma derivação holística e estruturalmente configurada, estão conectadas na conformação de nossos objetos. Por essa razão, é sintomática a relação de interface que podemos estabelecer entre os estudos de gênero e as pesquisas em comunicação, reconhecendo que aquele campo de estudos é produzido e fomentado pela interdisciplinaridade, ao mesmo tempo que é sabido da existência de uma produção acadêmica na nossa área que se volta a sua problematização.

2.3 Pistas para formulação do mapa

Para a constituição desse mapa tracei, primeiro, caminhos projetivos relacionados ao próprio campo científico da comunicação. Onde encontramos nossa produção? O que produzimos? Como estão sistematizadas nossas publicações? As vias de entrada para essa problematização poderiam ser múltiplas, pois as pesquisas em comunicação estão distribuídas em dimensões distintas: em artigos científicos publicados em revistas e eventos da área, em livros de pesquisa autoral ou coletânea de artigos e em projetos mais extensos como as teses e dissertações desenvolvidas nos programas de pós-graduação, que levam de dois (no caso de mestrado) a quatro anos (no caso de doutorado) para serem desenvolvidas.

Assim, a escolha pela análise de teses e dissertações nos leva a um primeiro desenho. Primar por essa produção tem relação com fatores importantes na análise de um campo científico. Ao mesmo tempo em que são pesquisas de formação de pesquisadores, as teses e dissertações refletem o estado do campo na medida que mantém certa genética teórica, conceitual e metodológica pelo sistema de orientação sustentado pela pós-graduação. Assim, pesquisadores já inseridos institucionalmente e discursivamente no campo projetam também suas intenções de pesquisa na trajetória de orientação docente, bem como na formulação dos grupos de pesquisa nos quais se constituirão as teses e dissertações. De caráter público pelo seu dever social, as teses e dissertações no Brasil são disponibilizadas para consulta coletiva pela internet no banco de teses e dissertações da Capes¹⁶, sendo catalogadas desde o ano de 1987, além disso, as bibliotecas das universidades também reúnem as pesquisas para consultas públicas em seus respectivos sites. Assim, desenhamos os primeiros contornos do mapa.

2.3.1 Pista 1: o encontro com as pesquisas

Primeiramente, conforme o objetivo de pesquisa sugerido, resolvi fazer a consulta no banco de teses e dissertações da Capes a partir de palavras-chave

¹⁶ Link: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>

que buscassem dimensionar a amplitude e heterogeneidade dos estudos de gênero, entre elas: feminilidade; masculinidade; homossexualidade; transexualidade; bissexualidade; feminismo; gênero; relações de gênero; estudos de gênero; estudos *queer*. A primeira coleta seria realizada pensando um período de tempo menor do que o proposto, a ideia inicial era realizar um diagnóstico que continuasse a pesquisa produzida por Escoteguy e Messa (2008), que analisam o período de 1992 a 2002.

No entanto, surgem, aqui, os primeiros impasses na constituição do *corpus*. As dificuldades se dão em relação as próprias plataformas de busca e sites das bibliotecas que não correspondem exatamente a produção discente dos programas, por razões múltiplas, sejam elas por incoerência entre os dados, como títulos e datas de defesa, ou mesmo a dificuldade de encontrar os trabalhos completos na web. Outro questionamento persistente era se apenas a pesquisa no banco de dados da Capes representaria, de fato, a completude da produção dos 50 programas de pós-graduação em comunicação do país.

Em meio a essas reflexões, no final do ano de 2015, surge o primeiro relevo que daria forma para o mapa aqui proposto. O Núcleo de Pesquisa e Recepção Midiática do PPGCOM/UFRGS, coordenado pela Prof. Dra. Nilda Jacks, inicia a projeção de um mapeamento de estado da arte dos estudos de recepção e consumo midiático, no período de 2010 a 2015, para a formulação do terceiro volume de meios e audiências. Pela proximidade tanto geográfica quanto de problematização, já que as pesquisas anteriores do grupo também impulsionaram essa tese, me inseri no desenvolvimento de meios e audiências III, ficando responsável por produzir um capítulo sobre as relações de gênero nos estudos de recepção e consumo midiático.

Dessa maneira, os caminhos metodológicos das duas pesquisas se entrecruzaram em busca das teses e dissertações em comunicação. Formamos um grupo de 25 pesquisadores que, em conjunto, realizou a tarefa de coletar os resumos das teses e dissertações dos 50 programas de pós-graduação da área. Nosso empreendimento contou com a pesquisa simultânea no site da Capes, nas bibliotecas e repositórios das universidades, Plataforma Sucupira, currículo Lattes de orientadores e autores, além da tarefa de checagem das listas de resumo e defesas pelas secretarias e coordenações dos PPGs. Ao todo, entre 2010 e 2015 foram defendidas, conforme a pesquisa, 4.643 teses e dissertações

(JACKS et al, 2017). É, então, a partir desse *corpus* que encaminho a próxima pista para o mapa aqui proposto.

2.3.2 Pista 2: mapeamento das pesquisas

Com o *corpus de 2010-2015* em mãos, mergulhei nos arquivos já catalogados, com ano de defesa, título e resumo, a fim de encontrar as pesquisas que realizam sua interface com os estudos de gênero no período. Para isso, aproprio-me novamente das palavras-chave. Houve, aqui, um confronto inicial com os termos de busca: as expressões gênero; relações de gênero, estudos de gênero e estudos *queer* me proporcionaram resultados mais amplos, por esse motivo resolvi utilizá-las enquanto termos de verificação e comparação dos resultados. Assim, de maneira a obter o número exato de teses e dissertações, as possibilidades temáticas contidas naquelas expressões foram desmembradas. Dessa forma, as primeiras buscas giraram entorno das palavras: feminilidade; masculinidade; feminismo; LGBT; sexualidade; bissexualidade; homossexualidade; transexualidade e heteronormatividade. Em confluência, as expressões mais amplas serviram para confrontar os resultados, além de incluir novas pesquisas não cotejadas por aqueles termos acima citados. Dessa primeira busca, ao todo, foram encontradas 94 pesquisas que foram lidas e fichadas.

Essa etapa incluiu a constituição de um mapa geral em termos quantitativos, no sentido de verificar em que períodos, em que PPGs e regiões e sobre quais temáticas foram elaboradas as pesquisas. Além disso, realizei um primeiro exame, este de viés qualitativo, referente às territorializações (temáticas e problemáticas comuns que formam um território de pesquisa) e desterritorializações (problematizações latentes e diversas entre si que podem tanto ser isoladas quanto pertencer a um território de pesquisa) com o intuito de agrupá-las de acordo com problematizações similares, mesmo quando conduzidas de forma heterogênea. A análise desse período foi levada para o exame de qualificação em dezembro de 2017 e constituiria, até então, o *corpus* da tese.

Contudo, na medida em que fui avançando na análise desse período e após as considerações do exame de qualificação, senti a necessidade de buscar

refletir essas pesquisas de forma diacrônica, pois ao que tudo indicava, o contexto social no qual elas estavam sendo produzidas influenciava assertivamente em suas problematizações. Cada vez mais instigado por uma questão histórica sobre as pesquisas de gênero no campo da comunicação, resolvi traçar novas buscas em períodos anteriores, até me deparar com a própria história da pós-graduação em comunicação no Brasil e a relevância do contexto histórico nacional para o desenvolvimento de nossas pesquisas. Dessa maneira, para além daquelas investigações de 2010-2015 já catalogadas e lidas, fiz novas buscas em outros materiais e documentos da área que já houvessem realizado esse tipo de inventário. Assim, utilizei como fontes para angariar as pesquisas defendidas entre 1972 a 2009 e completar a produção total de 43 anos de pós-graduação, o entrecruzamento dos dados do banco de teses e dissertações da Capes (1987-2009), as pesquisas de estado da arte de autoras brasileiras como Escosteguy (2008); Jacks, Menezes e Piedras (2008) e Jacks et al (2014) – principalmente para o período de 1990 a 2009. Para além dos dois volumes organizados, por Lopes (2003) do livro *Diversidade & interdisciplinaridade: teses e dissertações: Ciências da Comunicação: ECA-USP, 1972-2002* e a pesquisa de Romancini (2006) para os números de teses e dissertações em comunicação defendidas entre 1972-2004.

Como esses dados estão dispersos e possuem seus limites, é importante considerar, também, os limites dessa pesquisa em relação aos números totais de investigações produzidas nesses anos, como também o número de pesquisas de gênero e comunicação que constituem esse mapa a partir de palavras-chave¹⁷. Outra questão que pode afetar essa análise é que, por diversos motivos¹⁸, não obtive acesso integral às pesquisas de 1972-2009, apenas aos seus títulos e resumos, ao contrário das investigações produzidas entre 2010-2015.

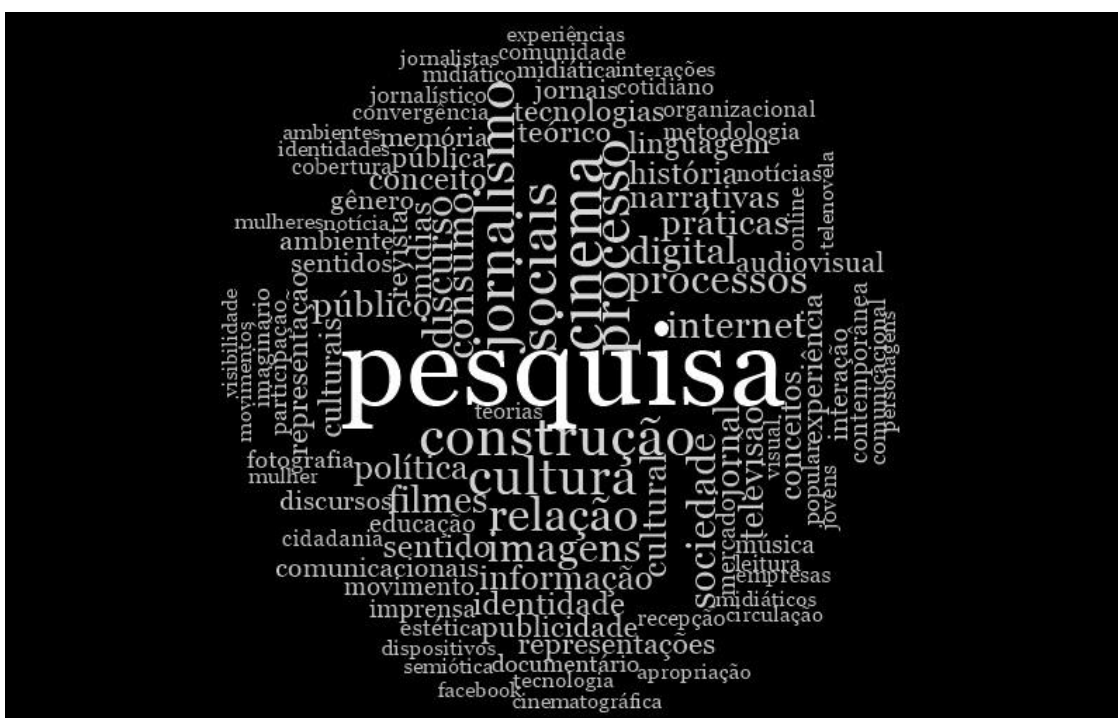
¹⁷ Considera-se especial atenção as pesquisas defendidas nos primeiros 14 anos de pós-graduação em comunicação (1972-1986), pois os dados que correspondem a catalogação dessas investigações são escassos e de difícil acesso, portanto, algumas investigações poderão não constar nessa análise.

¹⁸ Tentei o acesso a algumas pesquisas, contudo, na maioria dos casos não obtive sucesso. Principalmente com as investigações das décadas de 70, 80 e início dos anos 90. De fato, as teses e dissertações não estão disponíveis em sites ou bibliotecas online.

2.4 Os estudos de gênero e comunicação 1972-2015: aspectos quantitativos

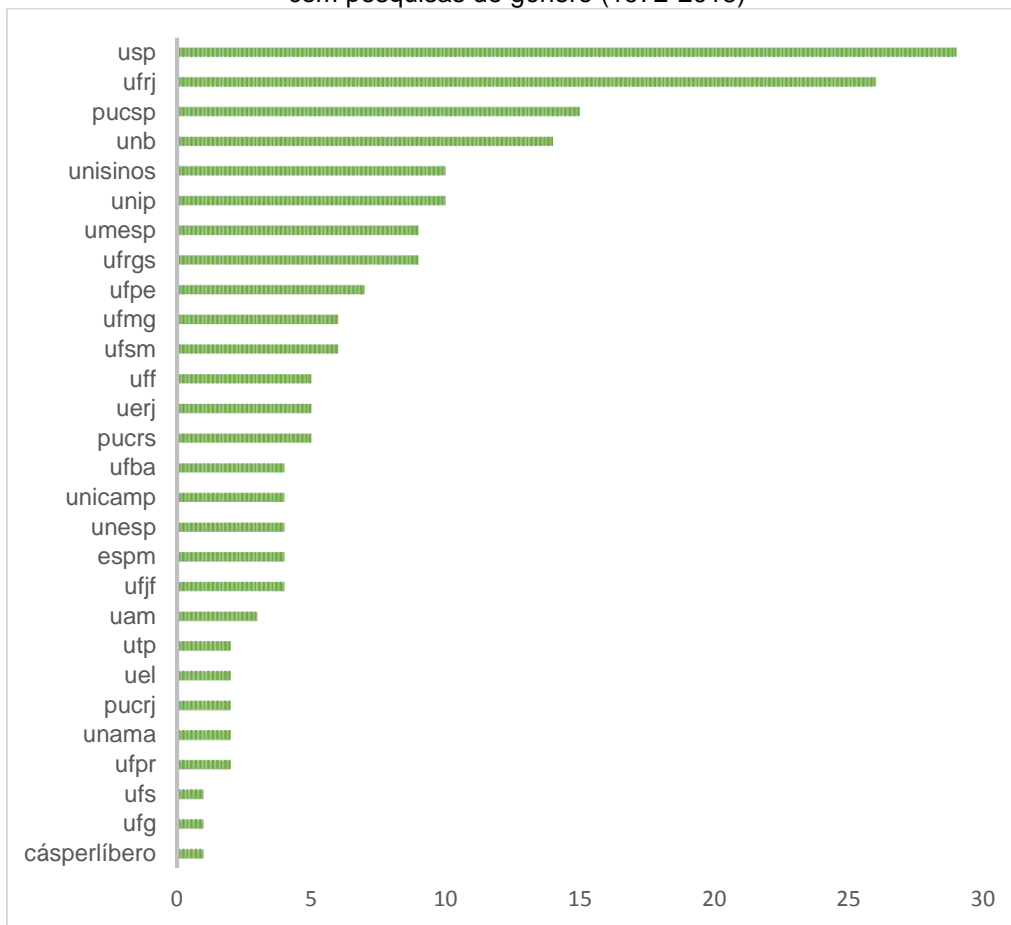
Entre 1972 e 2015 foram produzidas 13.265 pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação, dessas, de acordo com as palavras-chave utilizadas, 316 realizam algum tipo de interface com os estudos de gênero. Esse número representa 2,36% da produção total de pesquisas do período de 43 anos de pós-graduação em comunicação. Devido as múltiplas subáreas de pesquisa empreendidas no campo, não é possível afirmar se esse percentual representa uma escassez ou uma grande produção de gênero e comunicação em nossa área. Por exemplo, na nuvem de palavras produzida a partir os títulos das 4.643 pesquisas defendidas entre os anos de 2010 e 2015, observa-se a multiplicidade de interfaces estabelecidas nas investigações:

Figura 1 – Nuvem de frequência de palavras das teses e dissertações em comunicação (2010-2015)



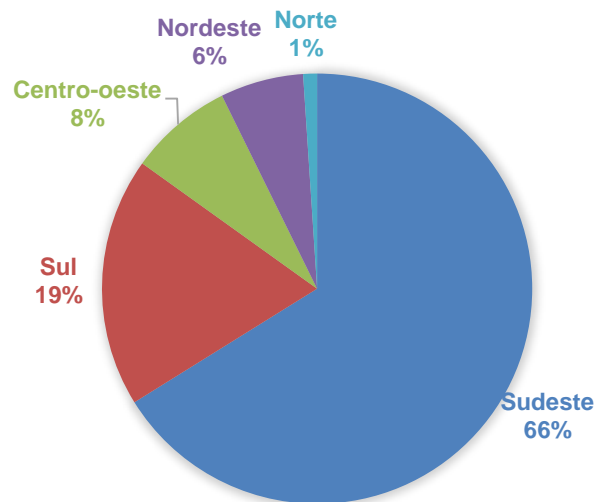
Porém, alguns elementos quantitativos podem ser pontuados. As 316 pesquisas estão distribuídas entre 28 Programas de Pós-Graduação. Isso significa que mais da metade dos PPG's, 65,9%, possui alguma pesquisa relativa às questões de gênero. No gráfico abaixo é possível observar as universidades e suas respectivas produções:

Gráfico 1 – Universidades versus número de teses e dissertações em comunicação com pesquisas de gênero (1972-2015)



Existe uma grande disparidade sobre a produção de pesquisas nas regiões do país. As regiões Sudeste e Sul são as que mais produziram: 66% e 19% das pesquisas respectivamente. Em seguida, as regiões Centro-Oeste com 8%, Nordeste, com 6% e Norte com apenas 1% pesquisas:

Gráfico 2 – Distribuição das pesquisas por região

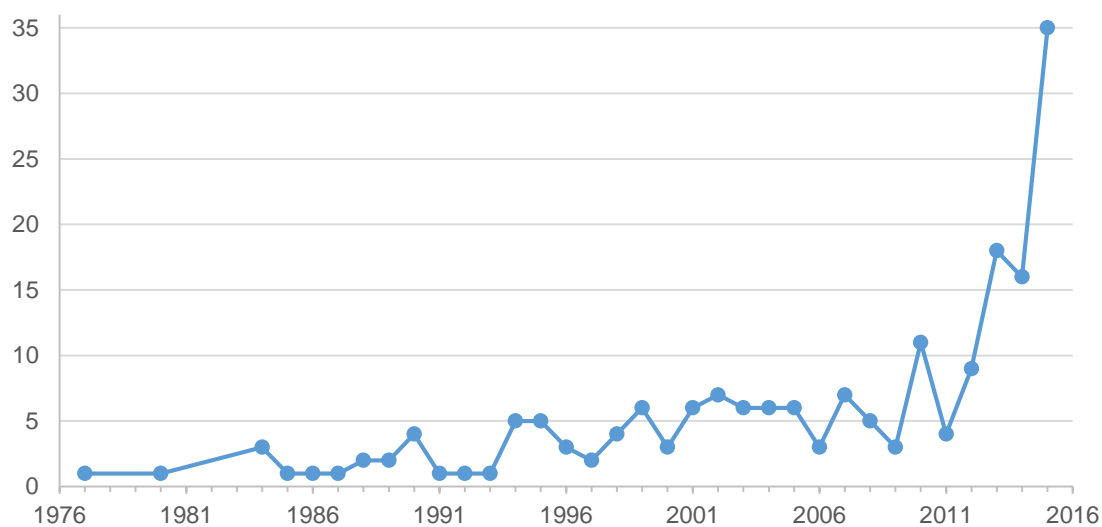


Contudo, essa assimetria na produção de investigações deve também ser pensada em relação a assimetria de programas de cada região do país. As regiões sul e sudeste são as que mais possuem PPGs em comunicação, além disso, foi na região sudeste que se instauraram os primeiros PPG's da área.

Quanto aos anos em que as pesquisas foram defendidas, de acordo com os dados que obtive acesso, a primeira investigação sobre a temática foi produzida no ano de 1977: a dissertação *Personagens femininas da telenovela em suas relações com o trabalho*, de Dulce Monteiro, defendida no PPG da UFRJ, sendo a única pesquisa sobre a temática de gênero da década de 1970. A partir daí, entre os anos 1980-1990 há certa linearidade no número de investigações sendo realizadas, cerca de uma a cinco pesquisas até os anos 2000, quando esse número sofre um tímido aumento, de três a sete pesquisas por ano até 2009.

Um significativo aumento nessa produção ocorrerá somente a partir do ano de 2010, com 11 pesquisas. Mas é possível considerar 2015 como ano ápice com cerca 35 pesquisas de gênero e comunicação defendidas, praticamente o dobro de investigações em relação aos anos de 2013, com 18 e 2014 com 16:

Gráfico 3 – Produção de teses e dissertações em comunicação e gênero por ano de defesa (1977-2015)



A partir de 2010, a temática de gênero parece sofrer uma exponencial preocupação nas reflexões em comunicação. Os fatores para essa expansão podem ser variados: em relação aos temas e objetos de pesquisa do período, por exemplo, ao que tudo indica, as manifestações de múltiplos fenômenos e movimentos sociais midiaticizados e em rede contribuíram para o desenvolvimento das problemáticas de gênero e comunicação. Em 2015, inclusive, pela primeira vez em cinco anos, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)¹⁹, premiou uma dissertação cujo a temática envolvia as relações de gênero a partir dos estudos *queer*²⁰.

Outro fator que deve ser considerado quanto a essa expansão quantitativa, diz respeito ao crescimento do número de Programas de Pós-Graduação em comunicação nos últimos anos e conseqüentemente ao aumento de pesquisas sendo produzidas na área. De acordo com os dados levantados por Jacks et al (2017), entre 2000 e 2009 foram criados 21 PPGs e entre 2010 e

¹⁹ Link para acessar as teses e dissertações premiadas a partir de 2011: <http://www.compos.org.br/premios.php>

²⁰ A dissertação: Documentário *queer* no Sul do Brasil (2000-2014): narrativas contrassexuais e contradisciplinares nas representações das personagens LGBT, de Dieison Marconi Pereira, produzida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

2015 foram criados 11. Ainda de acordo com as autoras, em 2015 foram defendidas 895 teses e dissertações, enquanto em 2010 esse número era de 668 investigações. Nesse sentido, no ano de 2015, as pesquisas de gênero e comunicação representam 3,9% da produção total, enquanto nos outros anos refletiam de 0,6 a 2% das pesquisas defendidas.

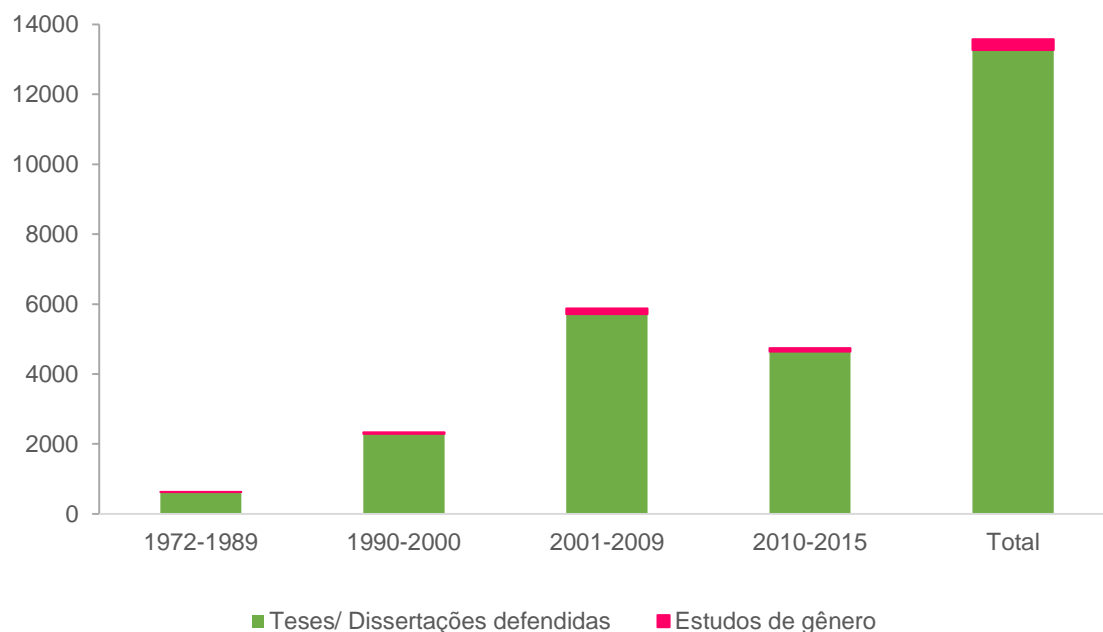
Se observarmos no quadro abaixo veremos o número de investigações defendidas por período e respectivamente a quantidade de pesquisas de gênero e comunicação de cada década:

Quadro 1 – Total de teses e dissertações em comunicação *versus* percentual de estudos de gênero (1972-2015)

Períodos	Teses/ Dissertações defendidas	Estudos de gênero	%
1972-1989	619	13	1,9%
1990-2000	2.288	49	2,1%
2001-2009	5.715	158	2,7%
2010-2015	4.643	94	2,0%
Total	13.265	314	2,36%

Nesse caso, se olharmos os dados por uma perspectiva conjuntural, veremos que o aumento de pesquisas de gênero e comunicação é proporcional ao aumento de teses e dissertações defendidas na área, já que percentualmente essas investigações representam de 1,9 a 2,7% no conjunto total de pesquisas defendidas. É possível também observar esses números desenhados proporcionalmente no gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Número de pesquisas por décadas de 1972 a 2015 porcentagem teses e dissertações de gênero

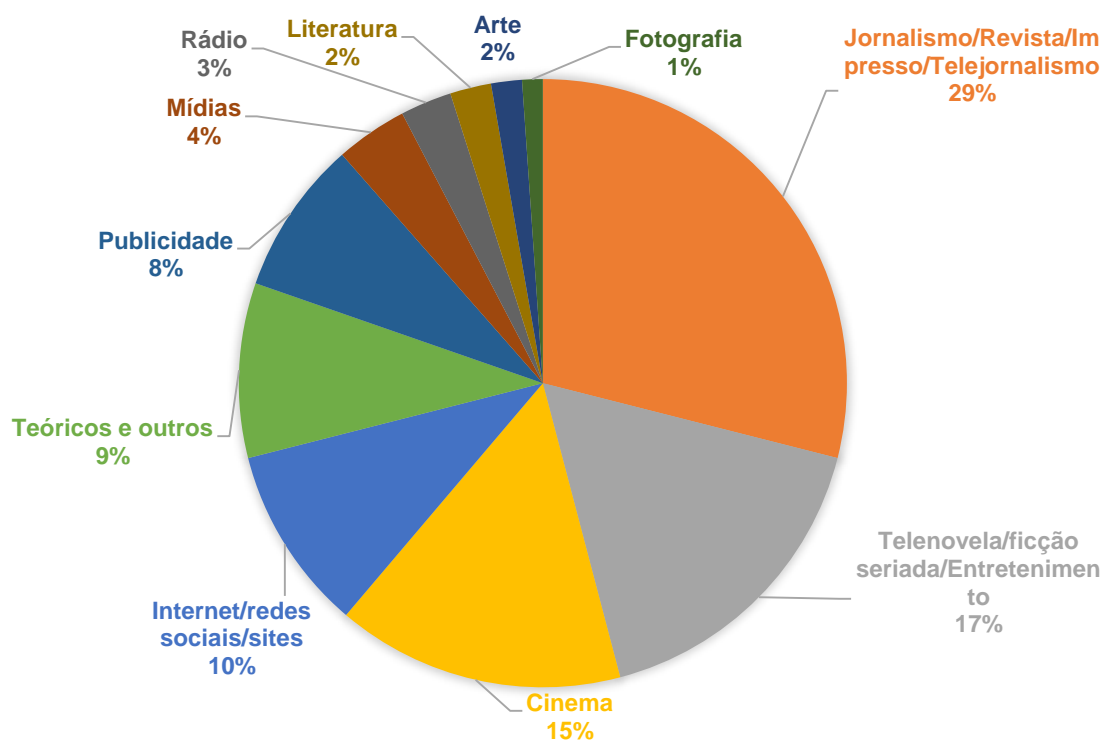


Para além dos dados gerais acima tratados, a leitura das teses e dissertações induziu a construção de algumas correlações entre elas. Eu gostaria de tratar daqui em diante essas correlações como territórios desse mapa. Essas territorializações, correspondem, às problematizações comuns nas pesquisas, referentes aos objetos teóricos e empíricos estudados e dizem respeito, no meu entender, as linhas de força do campo. É importante esclarecer que esses territórios não estão sendo pensados linearmente em relação aos meios ou gêneros midiáticos estudados nas pesquisas, mas pelas problemáticas nas quais as investigações se sustentam, ou seja, o que epistemologicamente essas pesquisas estudam. Nesse sentido, se há uma possível confusão entre um aspecto e outro desses territórios no que condiz seus recortes, essa miscelânea reflete o próprio estado do campo. Basta observarmos os grupos de trabalho de eventos científicos como Intercom e Compós, que reúnem interesses de pesquisas na área, e veremos que esses territórios refletem exatamente essa conjuntura não linear, nem ao menos estática: ora mais ligada aos meios de comunicação, ora aos gêneros midiáticos, ora aos conceitos, teorias e métodos de pesquisa.

Como é possível notar no gráfico abaixo, a principal questão dos estudos de gênero e comunicação nas pesquisas de pós-graduação é o jornalismo, seja ele como um campo de pensamento ou através de uma relação mais empírica

com jornalismo de revista, impresso ou telejornalismo. A ficção seriada, as telenovelas e os programas de entretenimento, estudados principalmente a partir da televisão, estão em segundo lugar, seguido dos estudos de cinema. Em seguida, aparecem os estudos de internet, apropriação de redes sociais e convergência. Em quinto estão os estudos teóricos e outros, que são aquelas investigações que se perfazem, em certa medida, por problemas não midiacentrados, com questões mais sociológicas, antropológicas, históricas, e claro, teóricas. Em seguida aparecem os estudos de publicidade, em diferentes meios. Por fim, os estudos de consumo e apropriação de múltiplas mídias e as pesquisas menos recorrentes que refletem questões ligadas ao rádio, a literatura, a arte e a fotografia.

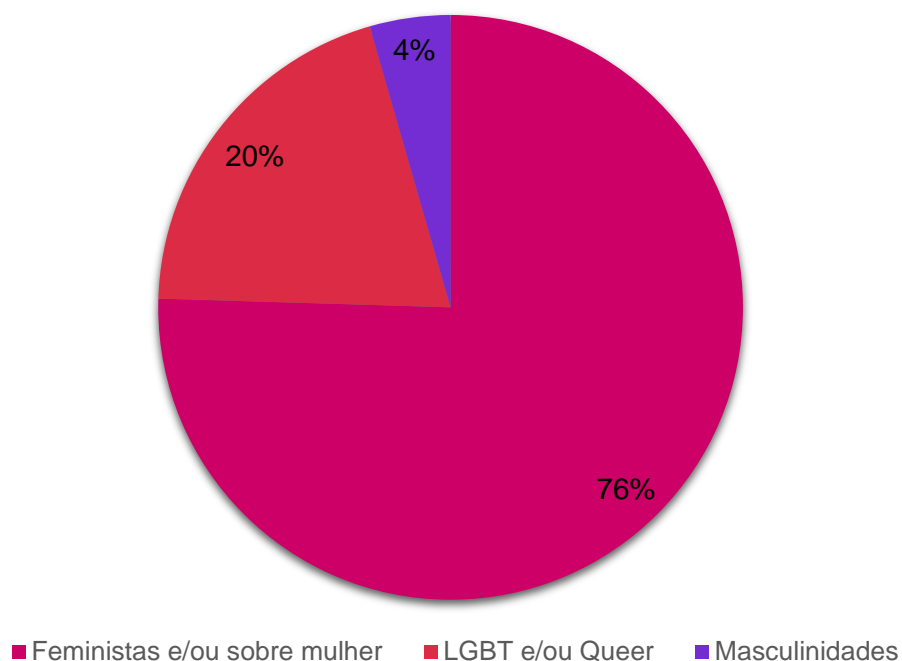
Gráfico 5 – Problematizações comuns entre as pesquisas



A partir desses territórios foi possível observar também alguns segmentos e tendências tanto teóricos quanto metodológicos elegidos pelas pesquisas em comunicação e gênero do período estudado. Um elemento importante dessa divisão foi a descoberta de que as questões de gênero produzidas nas investigações correspondem, principalmente, a três vertentes teóricas. A

primeira e mais expressiva é a dos estudos de viés feminista e/ou de mulheres, que representam um total de 240 investigações, as quais tendem realizar reflexões sobre as condições assimétricas de representação, objetificação, violência e emancipação das mulheres e do universo feminino junto aos meios ou processos de comunicação. As questões que impulsionam essas pesquisas estão, em sua grande maioria, vinculadas a desnaturalização das relações de poder que determinam as desigualdades de gênero ou ainda as particularidades da vida e do cotidiano das mulheres, como as relações de maternidade, trabalho e sexualidade. Os estudos feministas estão em todos os territórios investigados e representam 76% do total de estudos do período analisado. São reflexões de extrema importância e, ao que parece, estão se consolidando no campo da comunicação.

Gráfico 6 – Vertentes teóricas dos estudos de gênero nas pesquisas em comunicação (1972-2015)



Em uma segunda vertente, estão aqueles estudos que buscam compreender as relações entre a comunicação e a produção das diferenças de gênero e sexualidade não centrados apenas nas mulheres como gênero, mas em processos de generificação, como as pesquisas de viés *queer*, *trans*, *gays* e *lésbicos*, que correspondem a um total de 62 pesquisas, as quais se preocupam com políticas de representação e identidade e diferença de sujeitos LGBT. Essas investigações também se espraiam em todos os territórios estudados e refletem

um enredo diverso, porém focado, principalmente, nas problematizações das sexualidades hegemônicas. As formulações de gênero desses estudos rompem com os limites da heterossexualidade, revelando as potencialidades do gênero para além do binarismo homem/mulher. Recorre-se, aqui, a ideia de embaraçamento entre essas categorias.

Em uma terceira e pouco expressiva vertente, estão as pesquisas sobre masculinidades, com um total de 14 investigações, preocupadas com a reflexão das condições mutáveis dos ideais de masculinidade, cujos parâmetros respondem a própria legitimação e conformação histórica do patriarcado. Esses estudos, ainda escassos no campo, nos possibilitam pensar que a generificação do homem, enquanto ser masculino, não está fechada às mudanças históricas, culturais, discursivas e estéticas e ajudam a desnaturalizar a ideia de rigidez e imutabilidade das identidades masculinas.

Com esses dados levantados e mapeados, gostaria de partir para a segunda parte dessa pesquisa. Como já havia salientado, meu empenho em pensar os problemas de gênero nas pesquisas em comunicação acabou tomando um viés histórico. Nesse sentido, a partir daqui buscarei produzir duas genealogias que tentarão dar conta de compreender de que formas e por quais vias contextuais as duas principais vertentes teóricas dos estudos de gênero no campo foram e estão sendo apropriadas e tensionadas nas investigações de mestrado e doutorado²¹. Porém, antes disso, penso ser interessante esclarecer alguns pontos sobre o que configura um procedimento genealógico.

2.5 Por genealogias dissidentes

(...) o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (FOUCAULT, 1979, p. 17-18).

Gostaria de demarcar, aqui, o início de meu empenho analítico em tentar reconstituir aspectos diacrônicos de apropriação e tensionamento dos estudos

²¹ Por não representarem, de fato, uma vertente de fôlego teórico, e por terem pouco inserção e incorporação dos estudos de gênero, as pesquisas sobre masculinidades não estarão refletidas nas genealogias. Essa é, provavelmente, uma lacuna que essa investigação não conseguirá refletir.

de gênero nas pesquisas em comunicação, conforme meus limites de tempo e espaço. Como estratégia metodológica, me aproprio da genealogia como caminho de interpretação a partir de um esforço crítico-descritivo de uma versão da história dos estudos feministas e dos estudos LGBT e/ou *queer* nas pesquisas em comunicação. Esses dois caminhos - estudos feministas e estudos LGBT e/ou *queer* - surgem, nesse sentido, como linhas de força e vias possíveis para realizar tal empreendimento, já que compreendem uma boa parcela das vertentes teóricas e epistemológicas das pesquisas que realizam a interface entre os estudos de gênero e comunicação no período investigado, representando potencialidades.

A proposta foucaultiana de genealogia surge na década de 1970 e corresponde a um olhar sobre história das práticas discursivas de saber-poder. Esse método histórico surge nas análises de Foucault a partir de desdobramentos da proposta metodológica de Nietzsche. A genealogia nesses termos busca compreender as relações e práticas de poder, tensionamento e rupturas nas práticas históricas. Essa análise rompe, assim, com uma tradição historiográfica que buscava pensar os eventos e acontecimentos de acordo com suas semelhanças e coerências. Nesse sentido, Foucault irá pensar a genealogia como método que questiona esse modelo linear de fazer história, dando atenção à multiplicidade e aos acontecimentos dispersos, heterogêneos, sem origens únicas e finalidades essenciais.

Conforme Padro (2017), para Foucault, a genealogia é um método de análise atento às rupturas e descontinuidades históricas e por ser um método formulado a partir de uma perspectiva crítica requer algumas considerações:

é método histórico centrado na análise de documentos, o que tem implicações em termos de limites colocados à análise do discursos de sujeitos; depois, enfatizando, é método, não metodologia, uma vez que não desce ao nível de um detalhamento dos procedimentos, configurando algumas prescrições de prudência, nas sua próprias palavras; mais ainda: não é método a priori, proposta definida aplicável genericamente a qualquer estudo histórico, mas deve ser estratégia traçada para cada situação específica, em correlação direta com o objeto e problema de pesquisa, construídos, todos, num mesmo movimento (PADRO, 2017, p. 312-313).

Nesse sentido, a genealogia pode ser pensada como um caminho de pesquisa que busca romper a rigidez dos métodos positivistas, reformulando uma ideia continuísta de história, pela atenção às singularidades dos

acontecimentos, mas também pela percepção do seu caráter estratégico e político na medida em que se baseia nas relações entre saber-poder e teoria-prática. Um olhar genealógico busca, em certa medida, recusar os caminhos estabelecidos como verdades absolutas e, assim, não se perfaz pela rigidez de uma reprodução metodológica:

A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. ... Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos. (FOUCAULT, 1979, p. 15).

Dessa maneira, é importante que se entenda esse empenho como provisório e inacabado, na medida em que não tenho a intenção de buscar reconstituir a unicidade de uma narrativa original e essencial dessas relações entre os estudos de gênero e os estudos de comunicação. Foucault (1979, p. 28), propõe a genealogia a fim de que faça uma outra história que “reintroduza o descontínuo em nosso próprio ser, que faça ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo”. Nesse sentido, minha intenção é o estranhamento dos acontecimentos que constituíram determinadas formas de conhecimento social, pensamento e ação. Trata-se, então de historizar aquilo que parece não ter história, aquilo que se considerou banal ou nem sequer considerou. Segundo Bouyer (2009), a genealogia em Foucault está atenta aos “saberes sujeitados”:

(...) por “saber sujeitado”, entendo duas coisas. De uma parte, quero designar, em suma, conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. (...) E pura e simplesmente porque apenas os conteúdos históricos podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar. Portanto, os saberes sujeitados são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição (FOUCAULT, 2005, p.11).

Dessa maneira, as genealogias que busco realizar nos capítulos seguintes estão formuladas com a intenção de não subjugar o objeto de pesquisa em detrimento de modelizações teóricas, conceituais e mesmo metodológicas. Há, portanto, um sentido de invenção do próprio caminho de pesquisa realizado em seu fazer-saber. As definições, critérios, metas e planejamentos são

configurados em vista das dimensões, intensidades, fluxos e tensões advindas da relação que busco estabelecer com o *corpus* de pesquisa e com os arquivos consultados. O empenho genealógico nos ajuda, assim, a libertar a pesquisa da constituição de um saber reprodutor a fim de que elabore um conhecimento crítico e liberto (além de tensionador) das estruturas e modelos canônicos do fazer científico. Contudo, isso não significa sua dissolução científica, mas um movimento de ruptura com a linearidade dos procedimentos para dar voz e sentido a objetos que estão em processo. Não há aqui, portanto, um saber metodológico pronto para ser aplicado, ao contrário, há um movimento de abertura para as experiências e múltiplas possibilidades de problematização. Justamente por essa postura, busca-se no contato relacional entre objeto e pesquisador, processos e tensionamentos comumente não apreendidos, propondo um olhar para as dissidências.

Nesse sentido, as análises que proponho para compreender os usos da categoria de gênero nas pesquisas em comunicação têm o intuito de produzir uma história problematizadora. Disponho-me, a voltar para uma história acadêmica que foi pouco refletida e mergulhar em arquivos²² e documentos dispersos e datados. Esses arquivos são, em sua maioria, textos acadêmicos que refletem a história dos estudos de gênero em diferentes campos científicos, além disso, busco conectar esses acontecimentos ao contexto social e político brasileiro a fim de entendermos certas escolhas e caminhos como efeitos de relações de poder tanto em nível institucional quanto cultural de nosso país.

Além de tentar resgatar uma versão dessa história, essas genealogias estão permeadas por um caráter analítico-descritivo. Por esse motivo, entendo ser relevante esclarecer alguns termos recorrentemente utilizados nas análises:

- 1) O termo *apropriação*: indica o uso e a adequação de conceitos e teorias nas pesquisas, tornando-os próprios de acordo com o contexto de investigação.
- 2) O termo *tensionamento*: indica o jogo de forças entre teorias e conceitos formulados a *priori* do universo pesquisado e utilizados para

²²Utilizo-me da expressão arquivo também em termos foucaultianos. Nesse sentido, os arquivos representam um “conjunto dos discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história” (REVEL, 2005, p.18).

compreender, interpretar e analisar os objetos de pesquisa. O tensionamento acontece recorrentemente em uma pesquisa acadêmica mas de modos distintos. O tensionamento é uma apropriação que pode vir a ser um saber reprodutor quando é descritivo e aplicável ou um saber crítico quando estabelece questionamentos às forças teóricas constituintes.

- 3) O termo *problematização*: inicialmente tomo emprestada a definição de Foucault que entende como *problematização*: o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.) (FOUCAULT, 2010, p.242). Nessa investigação, o termo indica, sobretudo, o caráter epistemológico da pesquisa. Desde onde a investigação traça seus caminhos para responder sua pergunta problema até como estabelece suas escolhas metodológicas. A *problematização* pode ser considerada *modus operandi* da pesquisa.

Nesse sentido, irei formular duas genealogias: a primeira diz respeito aos estudos feministas em comunicação e a segunda aos estudos LGBT e/ou *queer* em comunicação. Os dois empreendimentos foram pensados em consonância com os aspectos teóricos e socioculturais em que foram formulados e orquestrados ao longo da história. Assim, cada uma dessas genealogias possui duas partes, a primeira que busca reconstituir alguns caminhos conceituais dessas vertentes teóricas em contexto mundial e a segunda parte na qual busco traçar as relações entre esses campos teóricos com as pesquisas em comunicação no contexto nacional, divididos por períodos datados. Esses períodos foram pensados tanto de acordo com as tendências das pesquisas quanto pelas décadas em que foram produzidas.

Para a produção das genealogias, as investigações de mestrado e doutorado em comunicação do período analisado foram consideradas em consonância com seus aspectos metodológicos e teóricos. Partindo desses dois aspectos, considerou-se, primeiramente, leitura dos resumos e das introduções. A partir disso, as investigações foram lidas em sua totalidade de acordo com a sua disponibilidade integral. É importante, contudo, ponderar algumas distinções

nessas leituras, como as investigações produzidas entre as décadas de 1970-1990, não estão, em sua maioria, disponíveis em sua completude elas foram analisadas a partir de seus resumos. Já as investigações produzidas entre 2000 e 2015 foram analisadas integralmente.

Essas breves considerações a respeito da genealogia ou, de forma mais prudente, dessa genealogia, dizem respeito ao caráter epistemológico dessa investigação, cujo o empreendimento possui em seu cerne um olhar evidentemente metodológico e, por assim ser, intenta reconstituir os caminhos e direcionamentos teórico-conceituais do próprio exercício de fazer pesquisa. Como um aspecto eminente da genealogia incorporado nesse processo, o olhar aqui traçado refere-se às possibilidades de pensar as verdades estabelecidas em um campo científico, tensionando suas linhas de força para buscar no pensamento que está na fronteira, nas vertentes subalternas, o que é negado ou camuflado tanto no seio da sociedade quanto nos campos científicos. Campos estes, altamente formatados por um discurso hegemônico e androgênico de ciência (HARAWAY, 1995).

Nessa intenção, genealogia surge nessa pesquisa para acentuar que, tanto seu modo de fazer e ver quanto seu empreendimento (de analisar, de interpretar, de ouvir e se relacionar) é sustentado em um *devir* político-social e epistemológico, quanto toca em nossos procedimentos científicos.

3 OS ESTUDOS FEMINISTAS EM COMUNICAÇÃO

Por ser um movimento tanto político quanto acadêmico que desenvolve, ao mesmo tempo, sua própria crítica e teoria com a atuação concreta na sociedade, o feminismo carrega consigo a potencialidade de ser uma corrente de pensamento pluralmente composta e está longe de ser um movimento homogêneo (PINTO, 2010). Nessa esteira, os estudos feministas constituem um campo múltiplo, cujos preceitos estão baseados na inconformação com as assimetrias e opressões de gênero. Foi sob o olhar feminista que, pela ótica das relações de poder, reconfiguramos as noções de identidade, política, história, opressão, objetividade científica entre tantas outras particularidades das estruturas sociais, jurídicas e econômicas das sociedades ocidentais.

Sendo assim, com o intuito de compreender a apropriação das teorias de gênero em conjunto com os estudos feministas nas pesquisas em comunicação, esse capítulo é composto por duas partes de uma mesma genealogia. Em um primeiro momento, busco construir uma reflexão a respeito do viés teórico feminista de gênero. Para isso, encontro em algumas fontes bibliográficas marcos conceituais que situam seus empreendimentos epistemológicos na raiz dos problemas de gênero. Na segunda parte, é produzida uma genealogia que tem como força motriz a reconstrução de uma possível trajetória das pesquisas feministas de gênero na pós-graduação em comunicação, essa história está entremeada ao contexto social e ao desenvolvimento do feminismo acadêmico e dos estudos de gênero no Brasil.

3.1 A perspectiva feminista de gênero: notas genealógicas sobre uma epistemologia insurgente

O campo dos estudos feministas se constituiu complexamente por diferentes abordagens e correntes disciplinares. Contudo, é possível agrupar genealogicamente as ideias principais que evocam os argumentos de sua produção. Mas, antes disso, é importante situar que a reconstituição histórica que proponho fazer tem o claro objetivo de situar o que procuro compreender como viés teórico feminista nesta pesquisa, corrente de pensamento conectada aos termos de uma epistemologia feminista.

Para isso, vejo como estratégia teórico política recuperar os acontecimentos de um passado recente escrito e produzido por mulheres que levou a configuração dessa vertente teórica. É importante começar ponderando que a produção dessa breve genealogia, em termos foucaultianos, leva a sério a lição feminista de Donna Haraway (1995), ao propor o posicionamento de nossos saberes localizados para atingir uma objetividade corporificada na produção de conhecimento, ao invés de uma objetividade masculinista e dura de ciência. Meu olhar localizado de pesquisador inserido na área da comunicação e, portanto, parcial e limitado a partir de uma perspectiva sobre o social, é apenas mais um olhar corporificado e ocidental a respeito dessa narrativa.

Para esse procedimento genealógico, me interessa justamente refletir o feminismo como corrente de pensamento e viés teórico apropriado para entender a organização social e seus fenômenos na seara dos estudos de gênero. Como sabemos, foi pela mirada feminista que, na década de 1970, o conceito de gênero foi elaborado como um marcador político e analítico das relações de poder entre mulheres e homens, ou melhor, entre o feminino e o masculino. Buscando superar, na prática, as formas de organização tradicionais permeadas pela desigualdade e autoritarismo masculinista, conforme Piscitelli (2002), o grande problema proposto pelas teóricas feministas para dar desenvolvimento e fôlego aos objetivos do movimento foi justamente questionar “se subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?” (PISCITELLI, 2002, p. 2).

Essa pergunta tem uma virtude histórica importante, já que, em certa medida, desde o final do século XIX até meados dos anos 1960, o pressuposto da igualdade entre os sexos parecia estar sendo concretizado em termos legais e formais no que tange o direito ao voto e o acesso à educação, ideais preconizados pela *primeira onda do movimento feminista*. No entanto, na prática, a ideia de direitos iguais e cidadania ainda carregava consigo em termos políticos os meandros de uma constituição de poder desigual entre os sexos. Essa constatação pode ser entendida como a grande virada epistêmica do pensamento feminista. Em busca de entender as estruturas que levaram as mulheres a ocupar papéis subordinados aos homens, as teóricas feministas irão desenvolver importantes críticas ao pensamento social ocidental, refutando e rearticulando criticamente as teses de autores como Marx, Engels, Freud, Lévi-

Strauss. O viés feminista vai ser incorporado à história, à sociologia, à antropologia e à filosofia a fim de compreender de que formas as mulheres foram socialmente construídas com o pressuposto de desmontar o caráter opressivo de sua constituição social.

Em termos teórico-históricos, nos marcos dessa reviravolta epistêmica estão a produção de novos estudos que refutam os velhos argumentos do debate sociocultural – ligados a classe social, parentesco, psicanálise e outros. Se observarmos essas produções, em um primeiro momento, perceberemos que o debate estará embasado na problematização do binômio natureza e cultura. Esse desdobramento conceitual é referente ao início da década de 1970, período pós maio de 1968, sendo que o desenvolvimento do conceito de gênero é fruto da inscrição acadêmica de feministas da chamada *segunda onda* em espaços universitários. Há, no entanto, importantes obras e autoras precursoras que fomentaram essa arena de discussão em décadas anteriores como Margareth Mead que publica *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas* em 1935; Simone de Beauvoir que publica *O Segundo Sexo* em 1949 e Betty Friedman que publica *A mística feminina* em 1967. Contudo, me interessa, aqui, a produção acadêmica que dará conta de formular os estudos de gênero junto a teoria feminista como um conjunto de pensamento aglutinado academicamente como campo de saber.

É possível considerar que o marco dessa produção seja o livro *Sexo, Gênero e Sociedade* de Ann Okley, publicado em 1972. Assim como muitas outras autoras do período, Okley busca defender que o que entendemos como homem e mulher são construções culturais passíveis de transformação histórica e não formas universais e naturais da existência humana. No capítulo *Sexo e Gênero*, a autora busca revisitar os estudos de Robert Stoller²³ e outros psicanalistas que relatam suas experiências médicas com pacientes transexuais

²³ Robert Stoller foi um psicanalista norte-americano que, em 1968, em seu livro "Sex and Gender", introduziu a palavra identidade de gênero em contrapartida com o termo sexo. Esse livro trata de intervenções cirúrgicas em pessoas intersexuais e transgêneros para redesignação genital ao gênero desejado. Para Stoller, a identidade de gênero era o produto da cultura (psicologia e sociologia) sobre a biologia (genes, hormônios, morfologia, anatomia). Stoller afirmava que esse conjunto de possibilidades de identificações a um gênero existe porque a "identidade de gênero", que está no plano da cultura, dos hábitos e dos aprendizados, não deriva dos genitais, que "pertencem" à natureza, à biologia." Por isso, é preciso separar natureza de cultura, entendendo o que define as diferenças de gênero está no âmbito da cultura (PISCITELI, 2009).

e intersexuais. O argumento da autora possui a finalidade de demonstrar os limites da constituição biológica do corpo humano como fonte total da explicação dos papéis sexuais e de gênero exercidos em sociedade. Após relatar diversas pesquisas das áreas da saúde, biologia e antropologia, Okley conclui a respeito do papel do determinismo biológico:

O consenso de opinião parece ser que este papel é mínimo, na predisposição biológica para a identidade de gênero de um homem ou mulher (se assim uma condição existe) pode estar inarredável e decisivamente sobreposta ao aprendizado cultural. Aqueles que têm trabalhado no campo das desordens hermafroditas e problemas de identidade de gênero parecem muito impressionados pelo poder da cultura ignorar completamente a biologia (OKLEY, 2016 [1972], p. 70).

Outro argumento dessas primeiras reflexões é de que os sexos são estruturas sociais que retém consigo um espectro biológico, e é justamente nessa função anatômica e fisiológica distinta que se constituem os meandros das assimetrias e da opressão de um sobre o outro. A publicação do livro *A mulher, a cultura e a sociedade* em 1974, vem justamente questionar as origens da subordinação feminina em um compendio de importantes artigos de mais de 16 antropólogas feministas. Organizado por Michele Rosaldo e Louise Lamphere, o livro possui um argumento irradiado pela questão do universalismo das desigualdades entre os sexos. Intensamente influenciadas pela leitura de *O Segundo Sexo* (1949), Rosaldo e Lamphere iniciam a introdução perguntando-se sobre como o papel da mulher constituiu e se constitui universalmente como o segundo sexo. De acordo com elas, esse problema não é de mera abstração acadêmica, mas fundamenta a necessidade das mulheres em pensar sobre elas mesmas na esteira de suas perspectivas.

Buscando revisitar as teorias antropológicas sob o viés das mulheres, os artigos demonstram como a maioria dos estudos antropológicos publicados até então, sob o olhar de homens em campo, descreve a natureza feminina como objeto sexual, mãe devota e esposa obediente. As autoras, então, vão a fundo no mapeamento dessas perspectivas para notar que, de fato, haveria uma universalidade de dominação masculina em distintas sociedades, mas que, no entanto, ela não deveria ser explicada pelo determinismo biológico, mas sim, pela capacidade humana de criar e alterar a cultura de acordo com esquemas e necessidades sociais específicas. As diferenças entre os sexos são de uma ordem adaptativa na qual as relações entre as tendências biológicas com as

várias expectativas culturais específicas criam esquemas e símbolos que coordenam as ações sociais (ROSALDO; LAMPHERE, 1974).

Um dos artigos centrais dessa publicação *Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura?*, escrito pela antropóloga Sherry B. Ortner, critica um dos preponderantes fundamentos dessas dualidades. Ortner busca expor a lógica do pensamento cultural que assume a fragilidade feminina como natural e tenta demonstrar o seu caráter persuasivo. Conforme ela, a mulher possui um status intermediário pois suas funções são mediadoras e seu sistema simbólico é ambíguo. Para ela, a cultura reconhece que as mulheres participam ativas em seus processos especiais, mas ao mesmo tempo, as considera como mais enraizadas ou tendo mais afinidade com a natureza.

Com um argumento estruturalista, a autora busca demonstrar a arbitrariedade das formulações culturais. Uma de suas principais e mais polêmicas afirmações é a de que desigualdade dos sexos é fato universal da vida social: “ninguém viu uma sociedade onde a mulher possuía poder publicamente reconhecido e autoridade superior a do homem” (ORTNER, 1974, p.98) Para ela, essa era uma afirmação importante no momento em que escrevia o texto, pois necessitava deixar claro que a ideia de um matriarcado era apenas um mito feminista, já que seus esforços estavam atentos a demonstrar a natureza persuasiva dos meandros culturais. Em entrevista ela comenta:

Naquele período do feminismo, muita gente escrevia sobre todo tipo de tema e mesmo sobre coisas que não conheciam bem. Havia um interesse pelo matriarcado, uma grande busca pelo matriarcado. Eu e outras antropólogas nos sentimos obrigadas a falar, "sentimos muito, mas não existe esse matriarcado". Revisei a bibliografia etnográfica e não pareciam existir nem mesmo sociedades igualitárias. Foi daí que veio esta forte afirmação de que em todas as culturas conhecidas os homens são, em certa medida, o primeiro sexo, se não necessariamente dominantes no sentido político, preeminentes no sentido carismático e do prestígio, ou em ambos (ORTNER, 2006, p.441)

Então, para Ortner (1974), o papel intermediário da mulher é que a coloca em um status inferior ou subordinado ao homem como produtor da cultura e dominador – ou destruidor – da natureza. Mesmo não podendo estar totalmente destinada à natureza, pois há aspectos do contexto doméstico que demonstram sua participação no processo cultural, a função da mulher como mediadora a sujeita às restrições e limitações da unidade doméstica, e contribui para a

manutenção de seu status inferior. Ao homem, nesse sentido, cabe manter o controle sobre os mecanismos pragmáticos e simbólicos de conversão da natureza em cultura. Nesse espectro, conclui a autora, a separação do binômio natureza/cultura é em si um produto da cultura sendo definida como transcendente, por meio de sistemas de pensamento e tecnologias masculinas (ORTNER, 1974).

Outro importante artigo que se insere nesse debate, considerado marco na produção do conceito de gênero no interior do feminismo é *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, de Gayle Rubin, publicado em 1975. Em um diálogo crítico com Lévi-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo, Rubin reitera a negação ao determinismo biológico discorrendo sobre a subordinação da mulher a partir da repressão de sua sexualidade. Referenciando-se a Marx, Rubin questiona quais são as relações que transformam a fêmea humana em uma mulher domesticada. A autora, trabalha, assim, com a separação entre a esfera da natureza (a fêmea) e da cultura (a mulher domesticada).

Esse encaminhamento se reflete na compreensão de que os gêneros são divisões sexuais impostas e produzidas nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de sistema *sexo/gênero*: “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 159). Segundo ela, esse sistema se produz a partir da divisão sexual do trabalho e a troca de mulheres pelo casamento²⁴, atribuindo aos homens direitos sexuais que criam as assimetrias entre os gêneros, na medida em que as mulheres se tornam moedas de troca para estabelecer a aliança entre famílias. Mas para que sejam trocadas, primeiro, a divisão sexual acentua a imposição de tarefas masculinas e femininas. Por detrás dessa conveniência cultural, ainda, a produção psicológica do desejo reprime a sexualidade da mulher em detrimento da heterossexualidade obrigatória. As diferenças de gênero, portanto, impõem também um desejo sexual de viés reprodutivo apontado para seu oposto.

²⁴ Ambos fenômenos estudados por Lévi-Strauss em *Estruturas elementares do parentesco*, publicado originalmente em 1949.

As reflexões de Rubin dão origem a uma teoria sobre as relações de gênero e serão muito revisitadas até a década de 1980. Entretanto, com o avançar das problematizações surgem contrapontos que irão se distanciar da perspectiva binária e notadamente estruturalista, operada nas esferas do masculino (homens) e do feminino (mulheres) e na dualidade entre natureza e cultura, e considerar sexo e gênero, ambos, construtos simbólicos da cultura e, portanto, arbitrariamente formulados pelos discursos sociais. Essa nova ruptura tem como marco a publicação do livro *A história da sexualidade I* de Michel Foucault em 1976, além disso, possui grande influência ao que se considera como perspectiva pós-estruturalista²⁵ dos filósofos da diferença, como Derrida e Deleuze, por exemplo, com um pensamento cuja intenção é refletir novas relações e novos modos de operar no processo da produção do conhecimento.

Genealogicamente, é possível pensar a produção desses estudos de gênero em duas fases: na década de 1970, período embrionário do conceito de gênero e uma fase construcionista e estruturalista, na qual havia um empenho de pensadoras feministas em definir um conceito que pudesse articular politicamente o sujeito mulher na ordem da mudança e da transformação. Nas décadas seguintes, a partir de meados dos anos 1980, passa-se para a fase desconstrucionista, com a epistemologia pós-estruturalista em vigor, há um movimento de autoras voltado a “atacar” o binarismo da categoria de gênero. Esse ataque busca entender gênero como um saber/poder classificador que sustenta assimetrias.

Nessa perspectiva, Joan Scott, teórica feminista que introduz o conceito de gênero à análise histórica tem grande relevância. Para Scott, que publicou seu notório artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, em 1986, o gênero não apenas se constrói sobre a diferença entre os sexos e nas relações entre homens e mulheres, mas dá sentido e poder a essas diferenças, expressas, principalmente, através dos discursos. De acordo com ela, o gênero é um “elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos; é a maneira primordial de significar relações de

²⁵ Uma das grandes diferenças entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo diz respeito ao resgate da história. Nesse sentido, não significa que ocorre conceitualmente uma derrocada sobre a noção de estrutura, mas atribui-se maior relevância aos processos de transformação, descontinuidade e diferença. Além disso, há um importante vetor de crítica ao cientificismo das ciências humanas, principalmente em relação ao positivismo cartesiano.

poder” (SCOTT, 1995, p.197). A autora indica, assim, a função analítica do conceito ao apontar seu caráter relacional de papel variável e historicamente determinado pelos saberes hegemônicos.

Transformando homens e mulheres em perguntas, Scott aponta a constituição dos usos descritivos de gênero, modelos analíticos que devem ser ultrapassados: 1) gênero como sinônimo de “mulheres”, uso mais recorrente, surgido para politizar o termo “mulher” no âmbito acadêmico; 2) gênero como sinônimo da relação entre mulheres e homens, nesse caso, o conceito adquire um caráter relacional e 3) a noção de uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, ponto central da dicotomia sexo *versus* gênero. Há, nesse sentido, a necessidade de extrapolar a descrição dos fenômenos para avançar em uma análise das maneiras como o corpo, o sexo e as relações sociais são generificadas em processos históricos/discursivos e culturais.

Entendendo, assim, a potencialidade de definir o gênero como uma categoria analítica, a autora assegura-se na desconstrução das oposições binárias, interpretadas enquanto máximas universais e atemporais entre homens e mulheres. Desnaturalizando essas afirmações, inclui-se a ideia de que o gênero é um discurso hierarquizado sobre as diferenças. Dessa maneira, o que interessa para sua análise, são as formas com as quais as diferenças são construídas culturalmente, de modo a destituir a impermeabilidade do masculino e do feminino como condições fixas e imutáveis para assegurá-los como categorias questionáveis e relativas.

Nesse breve sobrevoo pelos primeiros anos da produção acadêmica feminista, é possível observar os principais argumentos e tensionamentos que levam a constituição da teoria feminista contemporânea. Os textos elencados acima possuem seus limites contextuais e datados, e exatamente por isso, são reflexões paradigmáticas que nos ajudam a pensar a história e compreender as raízes epistemológicas dos problemas feministas e da produção das teorias de gênero. O que gostaria de deixar explícito aqui é o empenho dessas autoras em revisar os conhecimentos cânones notadamente masculinistas de sua época para formular sofisticadas reflexões que levassem em consideração o pensamento das mulheres sobre a cultura e a sociedade, o que chamo de perspectiva feminista.

Esse olhar epistemológico, então, argumenta a exclusão de suas perspectivas na história, na política, na teoria e nas explicações prevaletes da realidade. Conforme Piscitelli (2002, p.6), esses argumentos tiveram consequências na produção científica: “(...) as formas tradicionais de explicação das diversas disciplinas foram perscrutadas na procura de conceitos apropriados para dar conta da opressão feminina e da realidade das mulheres”. Nesse sentido, o viés feminista produziu uma ruptura nas epistemologias em vigor, configurando novas formas de estabelecer relações com a produção de conhecimento.

Para Rago (1998, p.3), a constituição da(s) epistemologia(s) feminista(s) tenta levar em consideração que o feminismo acadêmico tem buscado redefinir a própria representação de conhecimento como verdade e “não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera”. Nesse sentido, é importante levar em consideração não apenas uma apropriação das teorias feministas e de gênero nas pesquisas como também o papel das relações de gênero nas atividades científicas e epistêmicas. E considerar, portanto, que a ciência é política e socialmente demarcada por gênero, corpo e sexualidade. Importa a essa epistemologia tornar visível essas relações de poder genericadas.

Conforme Ketzer (2017), é emergente encarar uma teoria do conhecimento feminista e de gênero a partir de uma crítica ao sujeito cartesiano descorporificado que “seria, na verdade, um sujeito europeu e branco, que, ao libertar-se do corpo, na verdade liberta-se *dos outros* (o feminino, o não-branco)”. Essa crítica à ciência denuncia o caráter ideológico e sexista da produção de saber ocidental, na medida em que a neutralidade, a objetividade e a própria noção de método e teoria que delas surgem são:

incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência (RAGO, 1998, p.3).

3.2 Por uma genealogia dos estudos feministas de gênero em comunicação no Brasil

Para refletir, assim, uma genealogia sobre os estudos feministas de gênero *em* ou *na* comunicação, penso que há a necessidade também de rearticular um olhar para o nosso passado acadêmico para compreender suas reverberações emergentes. Nesse sentido, gostaria de levantar algumas questões: o viés feminista e de gênero não deve ser considerado um simples adjetivo aos estudos em comunicação que versam sob as temáticas que envolvem o que compreendemos em termos históricos e sociais de universo feminino. A articulação de pesquisas feministas em comunicação e gênero necessita de um empenho epistêmico que desafia as estruturas normativas da neutralidade e da objetividade científica e da razão descorporificada (LONGINO, 2012).

Sobre isso levanto algumas perguntas que podem nos ajudar em nível teórico e epistemológico, como, por exemplo, se quaisquer estudos sobre mulheres ou identidades femininas são, em si, estudos feministas de gênero? Encontro algumas possíveis estratégias para alavancar algum tensionamento a esse dilema, já confrontado em outros mapeamentos e pesquisas de estado a arte no campo da comunicação (ESCOSTEGUY; MESSA, 2008; JOHN; COSTA, 2014; TOMAZETTI; CORUJA, 2017). Primeiramente, vejo como estratégia justamente a percepção de uma epistemologia feminista atuante no *modus operandi* das investigações, ou seja, não apenas o uso deliberado das teorias e métodos mas as formas de utilizá-las são de grande relevância. Essa talvez seja a questão mais difícil na produção de uma investigação nas áreas das ciências sociais e humanas devido as múltiplas fontes e perspectivas teóricas, porém, a questão aqui é metodológica: a natureza dos problemas e objetivos de pesquisa e a relação com o objeto de conhecimento. Dona Haraway (1995), ao criticar os termos de uma objetividade científica, entende que é necessário em uma vertente feminista de ciência um posicionamento crítico que assume a sua parcialidade na interpretação dos fenômenos:

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo" (HARAWAY, 1995, p.36).

A meta dessa epistemologia é a produção de saberes engajados e politicamente responsáveis por suas escolhas e formulações. Portanto, se há uma lição que o feminismo e estudos feministas transferem aos estudos de gênero é que a ciência não deve ser politicamente esvaziada; deve, contudo, produzir uma reflexão múltipla, acostumada a ouvir e se relacionar com aquilo que estuda.

A segunda estratégia seria compreender em nível teórico os termos apropriados pelas pesquisas. O uso das categorias identidade feminina e feminilidade é bastante recorrente nos estudos em comunicação, e, portanto, vou utiliza-los como exemplos de categorias polêmicas para os estudos feministas de gênero. A própria distinção entre estudos das mulheres e estudos de gênero é complexa e congrega variadas posições (HARAWAY, 2004; NICHOLSON, 2000). No entanto, como afirma Piscitelli (2002), é importante voltar alguns passos atrás e entender que a formulação do conceito de gênero buscava superar a ineficácia de algumas categorias centrais nos estudos das mulheres como identidade, patriarcado e a ideia de uma opressão unitária. Nesse sentido, a produção feminista a partir da década de 1980 busca retirar essas categorias de um escopo analítico essencializante (SCOTT, 1995; BUTLER, 2016; NICHOLSON, 2000; HARAWAY, 2004), a fim de perceber os múltiplos fatores institucionais e epistemológicos que formulam a não historicidade e a determinação pré-concebida das categorias de gênero e sexualidade.

Assim, termos como *identidade feminina* e *feminilidade* quando não historicizados, tensionados e relativizados através de uma crítica a suas convenções - sejam elas sociais, midiáticas ou ambas - podem recair nos essencialismos. Se nos voltarmos novamente à Joan Scott (1995), tomar essas categorias como gênero seria alocá-las no espectro das categorias descritivas, referindo-se empiricamente a um conjunto de práticas culturais que estabelece a diferença entre os universos considerados femininos e masculinos. Pela proposta de Haraway (2004), no mesmo sentido, a insistência nessas perspectivas identitárias naturaliza ideias essenciais tais como homens-masculinos e mulheres-femininas. No mesmo ponto, Linda Nicholson (2000), faz uma severa crítica aos essencialismos, pois eles reavivam a dicotomia entre

sexo e gênero. No entanto, conforme a autora, agora não mais alçados pelo determinismo biológico, com uma relação direta entre a biologia e o comportamento humano, mas pelo fundacionalismo biológico, onde essas relações se embarçam com os aspectos culturais. No fundacionalismo biológico há uma coexistência relativa entre cultura e natureza, que está embasada em alguns aspectos fisiológicos gerais que podem distinguir homens de mulheres e esses aspectos são responsáveis pela distinção comportamental dos sexos (NICHOLSON, 2000). Essa perspectiva, então, torna-se um empecilho para a reflexão das próprias diferenças entre quem pode ser considerado homem e mulher em contextos específicos.

Portanto, arrisco afirmar que esses termos nas pesquisas atuais em comunicação brasileiras – feminilidade e identidade feminina – são muito mais prospectados aos estudos de identidade do que aos estudos de gênero. E há, aqui, uma diferença de grau conceitual²⁶. Na medida em que os estudos de gênero realizam uma crítica ao sujeito unificado e a rigidez das categorias explicativas, a noção de identidade ora é refutada ora é reformulada como um espectro múltiplo e interseccional (CRENSHAW, 2002). Essas perspectivas críticas advêm, especialmente, de vertentes feministas dos estudos culturais, descoloniais e pós-estruturalistas e refutam a ideia de representação e identidade como um exercício de papéis sexuais/ e de gênero sistêmicos e funcionalistas.

Contudo, é importante deixar claro que essas estratégias – a epistemológica e a teórica – são complementares porém não excludentes. Além disso, possuem um sentido puramente analítico e não taxativo, pois não há, aqui, a intenção de identificar se as pesquisas *são ou não são* de gênero, mas *como* essas vertentes estão associadas aos estudos em comunicação. Há, portanto, estudos de gênero que se utilizam dessas categorias identitárias, assim como há estudos epistemologicamente feministas que não são propriamente de gênero, pois cada pesquisa remete um espectro contextual específico e deve ser pensada de acordo com suas reflexões. Essas estratégias não estão baseadas, assim, no enquadramento das pesquisas mas em seus níveis de reflexão.

²⁶ Pelo menos da forma com a qual esses estudos se organizaram no Brasil: Ver Estudos Feministas e Cadernos Pagu

Nesse sentido, considero importante voltar novamente para a história, pois existem acontecimentos culturais, institucionais, políticos e acadêmicos que nos permitem refletir, em parte, a utilização desses termos nas pesquisas. Então, a partir daqui, gostaria de conectar a nossa história como campo científico junto à história dos estudos feministas no Brasil.

De início é importante esclarecer que essa reconstituição é, de fato, parcial e precária no seu sentido metodológico, justamente pela dificuldade de esgotar suas possíveis fontes. Contudo, não é de meu interesse esgotá-las, mas sim, considerar em meio a este processo os meus próprios limites e percalços. Essa história poderia iniciar por vias múltiplas, no entanto, como o interesse dessa investigação é compreender as relações entre os estudos de gênero e as pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação, vejo como estratégia apropriada delinear uma possível trajetória dessas pesquisas entremeada ao contexto social brasileiro e ao desenvolvimento do feminismo acadêmico e dos estudos de gênero, além de notar como algumas pesquisas que se destacaram nesses períodos por fatores exclusivamente conceituais e metodológicos.

Gostaria de lembrar que, como estratégia metodológica, me aproprio da genealogia como caminho de interpretação a partir de um esforço crítico-descritivo de uma versão da história dos estudos feministas e do viés feminista nas pesquisas em comunicação. É importante que se entenda, assim, esse empenho como provisório e inacabado, na medida que não tenho a intenção de buscar reconstituir a unicidade de uma narrativa original e essencial dessas relações.

3.2.1 De 1972-1989: a institucionalização dos estudos sobre a mulher no Brasil

Os anos de 1970 foram particularmente importantes para a institucionalização das pesquisas em comunicação no Brasil. Em pleno contexto de ditadura militar repressiva (1968-1974), há um movimento de implantação dos cursos de pós-graduação no Brasil com o intuito de constituir “capital humano” para o mercado de trabalho²⁷. Em meio a essa reforma do sistema universitário

²⁷ Segundo Oliveira (1995, p.63) “o relatório do GTRU apresentava os cursos de pós-graduação como pré-requisito para uma universidade moderna cujos estudos e pesquisas ajudariam no desenvolvimento nacional. Em consequência, o governo militar sancionou a lei nº 5.540/68, Lei de Reforma Universitária, de 28/11/1968”.

brasileiro, em 1972, USP e UFRJ abrem seus Programas de Pós-graduação em comunicação em nível de mestrado, dando início às investigações acadêmicas desse mote em solo nacional.

Nesse mesmo quadro, a história do movimento feminista brasileiro e sua consequente produção intelectual e acadêmica está atrelada à institucionalização da Pós-graduação nas universidades e ao movimento de contestação à ordem política instituída no Brasil desde o golpe militar de 1964. Conforme pontuam algumas autoras (PINTO, 2003; SARTI, 2004; ALVES; PITANGUY, 2003), é importante considerar que o feminismo brasileiro está fortemente vinculado à oposição à ditadura militar e a luta pela anistia, o que imprime ao movimento e suas preocupações características próprias, ligadas à luta pela democracia.

A confluência de diversos fatores fez com que a década de 1970 fosse o momento de eclosão do feminismo no Brasil: a ONU declara 1975 como ano internacional da mulher, propiciando um cenário de visibilidade para a questão social e política do feminismo no mundo. Além disso, a presença das mulheres na luta armada contra a ditadura representou profunda transgressão experimentada cotidianamente, fazendo com que questões como casamento, comportamento sexual e virgindade fossem significativamente questionados; também, com a experiência do exílio, o contato com o feminismo europeu fez decorrer à pauta das mulheres brasileiras questões sobre as diferenças de gênero e opressão, não somente sofridas através do regime ditatorial, mas pelo próprio ambiente de militância, fazendo ascender argumentos contraditórios referentes à igualdade entre os militantes (PINTO, 2010; SARTI, 2004).

É nesse contexto de rearticulação e reordenação do movimento que surgem, nas universidades, as condições necessárias para a legitimação de uma área de estudos em torno das questões das mulheres no país. Heilborn e Sorj (1999), salientam algumas especificidades, segundo elas:

o movimento feminista brasileiro nunca teve a inspiração radical presente na contraparte norte-americana ou europeia. Os problemas sociais em sociedade altamente desigual impuseram ao feminismo brasileiro uma orientação muito mais moderada no que diz respeito ao confronto entre os sexos e mais articulada ao discurso dominante nas esquerdas. Em segundo lugar, o feminismo contou desde a sua origem

com expressivo grupo de acadêmicas, a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais. As acadêmicas, por sua maior exposição a idéias que circulam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados. Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades (HEILBORN; SORJ, 1999, p.3)

Há nesse primeiro momento uma fase de construção de um campo de estudos em diversas áreas do conhecimento e muito embora nem todas as pesquisas mobilizadas pela questão da mulher fossem declaradamente feministas, esse foi um momento de legitimação da temática como problema científico no país (HEILBORN; SORJ, 1999). No entanto, diferentemente do que ocorreu na Europa e nos EUA, onde esses estudos já desde a década de 1960 adquiriram status próprio e questionador, constituindo núcleos independentes dentro das universidades, no Brasil, os estudos feministas tiveram que se adequar às normas acadêmicas em vigor para obter os recursos financeiros necessários. Para isso, as acadêmicas feministas tiveram que demonstrar que suas pesquisas eram “científicas”, tinham “objetividade” e rigor acadêmico e, assim, preferiram se incorporar aos paradigmas científicos da época para obter apoio institucional.

É possível entender a década de 1970 como um período de constituição dos mais diversos campos do pensamento social no país. Com as condições necessárias para a formação de uma área de estudos institucionalizada nas universidades, as feministas brasileiras começaram a integrar a comunidade científica nacional a fim de lograr suas preocupações intelectuais e políticas. No mesmo caminho os estudos em comunicação, ligados às escolas e às faculdades de jornalismo, publicidade, relações públicas e outras, constituem suas primeiras investigações. Conforme Romancini (2006), em 1974 cria-se o mestrado em comunicação na UNB e em 1978 são ofertados mais dois cursos na PUCSP e na UMESP, ou seja, entre 1972 e 1978 possuíamos cinco cursos de mestrado em comunicação no país, localizados, em maioria, na região sudeste. São esses cursos que irão formar os pesquisadores e educadores da área da comunicação no Brasil e também formular campos e eixos de estudos para as pesquisas em comunicação.

É importante considerar que ambos os campos de pesquisa – os estudos feministas e os estudos em comunicação – estavam se organizando no mesmo período. No entanto, enquanto a tradição dos estudos sobre mulher no país foi se constituindo em diferentes áreas das ciências sociais e humanas - a exemplo de outros países - os estudos em comunicação, ainda pouco constituídos em solo nacional não se tornaram, nessa primeira década, uma seara de reflexão daquela temática. Conforme os dados levantados por Romancini, entre 1974 a 1979 foram defendidas 141 dissertações de mestrado PPGS em comunicação. Dentre essas investigações apenas uma está ligada às reflexões sobre a mulher, a dissertação *Personagens femininas da telenovela em suas relações com o trabalho*, de Dulce Monteiro, defendida em 1977 na UFRJ.

Em comparação, entre 1972 e 1979 há uma expoente produção nacional de reflexões sobre a mulher em outras áreas, principalmente amparadas pela constituição de diversos grupos de pesquisa e associações científicas, além de programas de fomento para investigações sobre a temática. De acordo com Zirbel (2007), em 1978 foram realizados dois importantes eventos no país para a consolidação desse campo de estudos: o seminário *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*, organizado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e a primeira série de concursos de dotação para pesquisas sobre trabalho e educação da mulher no Brasil²⁸, da Fundação Carlos Chagas com a intenção de “atingir pesquisadores/as das diversas regiões do país e proporcionar-lhes, além de apoio financeiro, uma formação acadêmica” (ZIRBEL, 2007, p. 103).

Já, a década de 1980 apresenta um cenário distinto em relação aos seus primeiros anos de pesquisa. Os estudos em comunicação sobre a temática de gênero começam alavancar problemáticas nesse terreno fértil de reflexões, ainda que de forma pontual. Conforme Romancini (2006), entre 1980 e 1989 foram defendidas 619 investigações nos PPGs em comunicação. Em meio a essa expansão quantitativa deve ser considerada a constituição dos primeiros doutorados entre 1980 e 1983 (USP, UFRJ e PUC-SP) e o início do mestrado na

²⁸ Dentre os projetos elaborados pelas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas constava o levantamento de dados sobre a bibliografia existente no país em relação à mulher. Assim, no ano de 1979, a fundação publicou o primeiro volume de *Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada*, resultado de três anos de pesquisas (1975-1979) em bibliotecas, centros de documentação e acervos, sobretudo em obras acadêmicas (ZIRBEL, 2007)

Unicamp em 1987. É importante lembrar que em 1977, surge uma das primeiras associações que irá aglutinar pesquisadores em comunicação, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)²⁹.

Das 619 pesquisas defendidas nesse período, 13, ou seja 1,9% do total de pesquisas, refletem de alguma maneira a problemática das mulheres, como é possível observar no quadro abaixo:

Quadro 2 – Teses e dissertações em comunicação com temáticas feministas e de gênero (1977-1989)

Investigações de 1977-1989	Ano	Autora
Personagens femininas da telenovela em suas relações com o trabalho (UFRJ)	1977	Dulce Monteiro
Coração feminino: análise da seção de cartas em duas revistas femininas (UFRJ)	1980	Ana Maria Pereira
Imagem Desfocada: Estudo sobre Indústria Cultural, Ideologia e Mulher	1983	Rosângela Vieira Rocha
Revista Feminina: Imagens de Mulher (1914-1930) (USP)	1984	Sônia de Amorim Mascaro
Mulher e família negra: realidade e representação na obra de Nina Rodrigues (USP)	1984	Solange Lima
<i>Clarice Lispector: a travessia do oposto (PUC-SP)</i>	1984	Olga de Sá
Mãe, Obrigada: Uma Leitura da Relação Mãe/Filho no Suplemento Feminino do Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , 1953-1979 (USP)	1985	Silvia Lustig
Mulher em Cena: Segunda Metade do Século XIX (USP)	1986	Urquiza Maria Borges
Representações femininas na revista voz missionária (UMESP)	1987	Eny de Moraes Canet
Coletivo Lilith vídeo- Novas imagens da mulher (UMESP)	1988	Sandra Albuquerque
A nova mulher. As contradições do modelo feminino na TV (UMESP)	1988	Inez Pereira da Luz
Deus no céu e o rádio na terra: papel do rádio do junto a mulheres rurais de Pitanga (UMESP)	1989	Celsina Alves Favorito
A palavra oculta: as relações da mulher com a linguagem (USP)	1989	Maria Talamo

É interessante notar, acerca desse período, que a ênfase das investigações está fortemente atrelada ao conteúdo dos meios de comunicação de massa, principalmente o jornalismo impresso e a televisão, com uma expoente preocupação sobre as questões de ideologia, representação e

²⁹ A Intercom não foi a primeira associação de pesquisadores em comunicação, mas é a mais longeva. Conforme Marques de Melo (1999, p.19) em 1972 criou-se a “ABEPEC – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação. Fundada em São Paulo, durante evento promovido no campus da USP (...). Essa entidade teve, contudo, vida curta. A estrutura mista adotada pelo estatuto, aglutinando tantas instituições: escolas, departamentos ou cursos (representados pelos seus dirigentes eventuais) quanto por pessoas (pesquisadores e professores), acabou por comprometer sua legitimidade acadêmica. Afloraram, no seu interior, conflitos entre grupos, disputas regionalistas, intolerâncias ideológicas, o que antecipava a pouca maturidade atingida pela nossa comunidade acadêmica”.

cotidiano das mulheres também em obras literárias, como é o caso das duas primeiras teses defendidas em 1984, *Mulher e família negra: realidade e representação na obra de Nina Rodrigues*, de Solange Lima (USP), e *Clarice Lispector: a travessia do oposto*, de Olga de Sá (PUC-SP). Outro fator relevante é o surgimento e a reformulação de revistas especializadas e programas de televisão especificamente voltados às novas nuances da mulher brasileira, com viés específico de modernização do mercado editorial e do próprio jornalismo especializado. Como a revista *Cláudia* e os programas *Malu Mulher* (1979) e *TV Mulher* (1980).

Conforme Grossi (1998), a década de 1980 foi marcada pela problemática da condição feminina no Brasil. Nesse sentido, houve um grande empenho em obter dados nacionais relativos a situação das mulheres, devido à ausência de informações nas mais diversas áreas do conhecimento. Essa foi uma importante fase para compreender as relações de trabalho, família e cotidiano cultural da mulher no país, a fim de denunciar a condição de subordinação, recorrentemente abafada pela luta contra a ditadura, e lutar por sua transformação. Nos primeiros anos da década de 80 são publicados também os resultados das pesquisas financiadas pela Fundação Carlos Chagas:

Devido à grande variedade de temáticas trabalhadas pelas participantes do concurso, os resultados foram agrupados em dois volumes distintos. O primeiro deles, publicado com o título *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*, apresenta artigos ligados à área da literatura, do cinema, da história, do direito e da sexualidade. O segundo volume, "Trabalhadoras do Brasil", foi publicado em 1982, abordando a temática do trabalho feminino, rural e urbano (ZIRBEL, 2007, p.106).

Outra questão importante a ser pontuada sobre essa fase é que o termo "feminista" não era utilizado para qualificar as pesquisas, ainda que fossem identificadas no interior das preocupações do movimento. Segundo Costa (1994), havia uma rejeição de grande parcela da sociedade brasileira a qualificação feminista, dessa maneira, os primeiros estudos irão se organizar em torno de áreas denominadas "estudos sobre a mulher":

A escolha do nome tem seus riscos e incertezas. "Estudos femininos", aliás, foi a primeira denominação que tendeu a ser rejeitada em razão de sua conotação com cursos de Economia Doméstica efetivamente existentes, destinados a mulheres e exclusivamente a elas, versando sobre habilidades adaptadas às mulheres concebidas como donas de

casa e administradoras do lar. [...] Estudos de Mulheres, denominação cara a muitos, em razão mesmo de sua ambigüidade – realizado por mulheres, para mulheres, sobre mulheres – têm gerado controvérsia. [...] Todos os nomes têm seus inconvenientes e defeitos. Da denominação “estudos feministas” quase nem se cogitou em razão da forte conotação negativa do termo feminista, tão negativa que até as próprias feministas tenderam a rejeitá-lo inicialmente (COSTA, 1994, p.162)

É relevante pensar o uso dos termos e categorias em relação ao contexto social e político que os cercam. Diferentemente do que já ocorria em países estrangeiros nesse período, a indagação sobre a perspectiva cerceadora e analiticamente falível do uso da categoria *mulher* foi ressignificada no Brasil a fim de que as próprias pesquisadoras pudessem integrar a comunidade científica nacional, altamente marcada pelo preconceito com a terminologia feminista e pela ideia positivista de ciência. Em contrapartida, o espaço das universidades era visto como importante e necessário para o aprimoramento de questões feministas. Aqui é possível notar uma importante estratégia de sobrevivência adotada pelas pesquisadoras feministas naquele momento, pois muito embora suas pesquisas estivessem abertamente pensando problemáticas associadas ao feminismo, elas tiveram que optar pela incorporação para constituírem-se no campo científico nacional. Para Zirbel, (2007, p.111):

a categoria *mulher* operava como agregadora dentro e fora da universidade. As mulheres das CEBs, dos clubes de mães, dos sindicatos, dos partidos políticos, dos órgãos de pesquisa, das universidades, dos centros acadêmicos, etc., agrupavam-se em torno dela. A idéia da unidade biológica e da existência de problemas comuns a todas as mulheres não causava conflitos.

No entanto, conforme Grossi (1998), os estudos realizados até a segunda metade da década de 1980 demonstravam a impossibilidade analítica de pensar em um sentido singular sobre a condição feminina no país e por essa razão novos termos e categorias começaram a ser refletidos nas pesquisas, principalmente nos últimos anos dessa década com os estudos já identificados pluralmente como “Estudos sobre as Mulheres”. Segundo Zirbel (2007), podemos pensar os principais eixos dos estudos feministas durante esse período a partir das seguintes temáticas: a) Trabalho feminino; b) Patriarcado como paradigma para a dominação e c) Estereótipos sexuais e a dominação masculina.

Não obstante, os primeiros estudos em comunicação que tematizam a condição feminina no Brasil também subscrevem suas preocupações no tocante destes eixos até meados da década de 1990, embora frouxamente articulados entre si. É possível entender que em um momento de grande expansão dos estudos sobre a mulher no país, as pesquisas em comunicação se atrelaram a problemática de modo pontual e sem grandes esforços teóricos. Nesse sentido, considero importante pontuar que, essas 13 investigações muito embora tematizem reflexões sobre a condição feminina no país, são estudos temáticos propulsores e não pesquisas que se constroem evidentemente por problemáticas feministas e de gênero. Isto porque existem questões relativas ao seu contexto social, institucional e científico de que foram realizadas que as fez, certamente, impulsionarem novas reflexões, contudo, há outras preocupações teóricas e conceituais que ocupam maior empenho nas reflexões.

Marques de Melo (1999), por exemplo, define a primeira metade dos anos 1970 como um momento de preocupação com a indústria cultural brasileira – em pleno surgimento – assim, as pesquisas possuem um foco em questões políticas e de classe social (ideologia, alienação, entre outros, eram conceitos eram importantes). Além disso, as transformações dos meios de comunicação e suas reverberações na sociedade brasileira eram tema importante – cultura de massa, telenovelas e revistas especializadas. Para ele, essa intensa difusão se deu à deriva dos padrões teórico-conceituais advindos da Europa e dos EUA. Ainda conforme o autor, o traço dominante da segunda metade da década de 1970 foram as análises de que buscavam tomar a comunicação como objeto de estudo, pensando a comunicação popular e a indústria cultural, sob vistas, contudo, de matrizes teóricas emprestadas das Ciências Sociais.

3.2.2 De 1990-2000: os primeiros estudos feministas e de gênero na comunicação

O final dos anos 1980 foi demarcado por uma nova ordem aos estudos feministas. Com um contexto de reabertura democrática no país e a consolidação de espaços acadêmicos e ativistas no novo cenário político e social do Brasil, questões de ordem teórica e conceitual começaram a ser vetor de reflexão. Conforme Sarti (2004), o movimento começa a atuar no desenvolvimento de áreas específicas, direcionando-se às questões

relacionadas à saúde da mulher e aos direitos reprodutivos. Com um espaço consolidado nas universidades e o crescimento das investigações e problematizações em rigor acadêmico se produz, também, uma importante institucionalização do feminismo, com a proliferação de ONGs e a participação de feministas em governos e organismos internacionais junto à criação de políticas públicas e campanhas de conscientização.

Dentro dessa tendência de especialização, também criam-se conselhos de mulheres em níveis estatais, que passam a discutir com prioridade a violência e a constituição de delegacias próprias. Assim, já no fim desta década, “como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal” (SARTI, 2004, p.42)³⁰.

É nesse momento também que as primeiras reflexões a respeito do conceito gênero no interior do feminismo brasileiro começam a ser produzidas. De acordo com Zirbel (2007), nesse período há uma importante reviravolta teórica e terminologias como “gênero” ou “relações de gênero” passam a ser figuradas em títulos de trabalhos e refletidas em grupos feministas. Em primazia, ocorre uma categórica superação dos estudos dos *papéis sexuais* pelos estudos dos *papéis de gênero*³¹. Esse novo paradigma é marcado, principalmente, pela leitura e divulgação do texto de Joan Scott no Brasil, que será traduzido pela primeira vez em 1989 em Recife pela ONG SOS-Corpo³²

³⁰ Para Pinto (2009, p.17) uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro “foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com *status* de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo”

³¹ Conforme a pesquisa de Zirbel (2007, p.139): Em 1988, nova pesquisa é apresentada na reunião anual da ANPOCS, sobre “relações de gênero” na periferia de São Paulo, e uma dissertação de mestrado, na área da Educação, é defendida na Universidade Federal do Paraná sobre o tema da formação da identidade e do *papel de gênero* na pré-escola. O termo *gênero* também começa a figurar em alguns resumos, palavras-chave e subtítulos. Ainda em 1988, o Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da UFRJ realiza o seminário “Repensando a Diferença: Imaginário e Representação da Mulher”, tendo entre seus temas “A imagem e o simbólico na construção dos gêneros”. Dentre as resoluções finais do seminário, encontramos a proposta de “formação de uma rede de intercâmbio entre instituição e pesquisadores na área da cultura, artes e ciências humanas voltada especialmente à questão das relações de gênero”. A repercussão das discussões sobre o gênero nos núcleos e demais centros de pesquisa fica evidente ao observarmos o grande número de grupos que incorporaram esta terminologia em suas pesquisas e se auto-identificaram com os estudos de gênero (ZIRBEL, 2007, p.139).

³² Que também faz a tradução do texto de Gayle Rubin em 1993. No ano seguinte (1990), a revista *Educação e Realidade* uma nova tradução do texto de Joan Scott.

O conceito de gênero passa então a ser difundido em diversas áreas de pesquisa no Brasil. Essa reflexão simultânea se dá principalmente nos campos da antropologia, da sociologia, da história, da educação e da literatura, espaços acadêmicos nos quais é possível encontrar os materiais, pesquisas e artigos produzidos que reconstituem essa história. Além disso, a crescente importância do tema que irá permear as décadas seguintes está associada, como demonstra Zirbel (2007), às redes criadas pelas pesquisadoras nacionais:

Esta rede atingia não apenas as universidades e centros de pesquisa, mas se estendia também às ONGs e agências de prestação de serviço (como o atesta a publicação do texto de Scott pelo SOS-Corpo). A circulação de informações e o intercâmbio entre as feministas, iniciado na década anterior se ampliava. (p.140)

Essas redes podem ser pensadas como linhas de força constituídas pelas pesquisadoras feministas brasileiras para legitimar um viés teórico de pesquisa, além disso, é possível percebê-las como estratégias para a legitimação dos estudos de gênero no Brasil. Aqui, nota-se uma abertura para a consolidação desses estudos, realizada claramente pela área da antropologia e da sociologia, contudo, esse movimento irá abrir espaço para essas questões em outras áreas das ciências sociais e humanas, e conseqüentemente para os estudos sobre gênero na comunicação.

De forma semelhante com o que ocorre com as pesquisas de gênero, os estudos em comunicação na década de 1990 também irão passar por um importante período de redefinição teórico-conceitual e de descentralização geopolítica de suas pesquisas, antes concentradas na região sudeste do país. Nos anos 1990, houve um avanço importante nas pós-graduações da área com a criação de programas nas regiões Sul e Nordeste: UFBA (1990, mestrado e 1995, doutorado), PUC/RS (1994, mestrado e 1999, doutorado), Unisinos (1994, mestrado e 1999, doutorado), UFRGS (1995, mestrado e 2001, doutorado), UFMG (1995, mestrado), UFF (1997, mestrado), UNIP (1997, mestrado) e UFPE (1998, mestrado).

Esse período é considerado por Marques de Melo (1999), como uma etapa de politização dos estudos em comunicação. Segundo ele, o referencial teórico-conceitual da época era amparado pelos modelos marxistas trazidos da Europa, com análises inspiradas em Antonio Gramsci, Althusser, Raymond

Williams, Lucien Goldman, Nicos Poulantzas, Armand Mattelart, sendo possível assinalar que a partir dessa fase se consolida a corrente teórica crítica da América Latina para os estudos de Comunicação. É também na década de 1990, conforme Escosteguy (2002) que as teorias latino-americanas passam a se difundir nos estudos em comunicação, propiciando análises “menos maniqueístas sobre os textos populares (p.4). Conforme a autora, ainda, a disseminação dos textos de Martín-Barbero, em especial, o livro *De los medios a las mediaciones* (1987), também irão influenciar significativamente os estudos realizados a partir dessa década.

Conforme essa conjuntura, pude notar que, nos primeiros anos da década de 1990, as pesquisas em comunicação ligadas às questões feministas e da mulher ainda estavam bastante conectadas aos estudos da década anterior, sob a égide de reflexões que buscassem compreender o papel das mulheres e a condição feminina junto aos meios de comunicação, tratados como objeto de estudo. Mas é também nesse período que temos a primeira pesquisa assumidamente feminista em termos empíricos, a dissertação *Trabalho de Formiga em Terra de Tamanduá: A Experiência Feminista com Vídeo* (USP, 1993), de Jacira Vieira de Melo, na qual a autora busca investigar os usos do vídeo por grupos feministas da cidade de São Paulo, além de sistematizar dados e informações acerca dos vídeos produzidos sobre a temática da mulher para a formação de videotecas especializadas.

No ano seguinte é defendida a primeira tese em comunicação que traz em seu título o termo *identidade de gênero*, já incorporando a nova realidade dos estudos feministas nacionais, desde o fim da década de 1980, com a apropriação do conceito de gênero em termos teóricos. A pesquisa *Micro-Sistema de comunicação e identidade de gênero* (UFRJ, 1994), de autoria de Lecy Consuelo da Rocha Melo, faz uma reflexão teórica a respeito da formulação do conceito de representação social como micro-sistema de comunicação enquanto unidade mediadora entre subjetividades, tendo como objeto de estudo a própria *identidade de gênero*, como ela denomina, a partir dos limites dos conceitos de identidade feminina/masculina. Essa é provavelmente a primeira pesquisa da área da comunicação cujo o objetivo é refletir, por meio de um olhar conceitual, as questões de gênero.

Em 1995 é defendida a segunda pesquisa dessa década que possui o termo feminismo em seu mote de reflexão. Em *Olhar Feminino: uma década de produção videográfica feminista no Brasil – 1983/1993* (UNICAMP, 1995), de Telma Elita Juliano, há uma preocupação semelhante à pesquisa de Melo (1993), estudar o movimento feminista brasileiro a partir de sua produção videográfica. Nota-se que nos primeiros anos da década de 1990, as questões que produzem uma relação entre comunicação e feminismo estão particularmente centradas na realidade social da região sudeste do Brasil, especialmente no eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Para Escosteguy e Messa (2008), além do privilégio geopolítico da região sudeste, principalmente pelo fato dos principais PPGs em comunicação estarem localizados nessa região no período, entre 1992-1996 as pesquisas em comunicação e gênero estavam centradas na mensagem. As autoras entendem que as investigações desse período mantinham como objetivo analisar o conteúdo veiculado por distintas mídias, buscando também refletir as ideologias implicadas nessas mensagens (ESCOTEGUY; MESSA, 2008).

Concordando com essa reflexão, acrescentaria que essa é a abordagem das pesquisas em comunicação e gênero desde a década de 1970 até o final dos anos 1990. Pode observar, nesse sentido, que há pouca diversidade nos temas elegidos, eles estão centrados principalmente em meios de comunicação de massa como jornais impressos, revistas especializadas, mídias audiovisuais e rádio como objetos de pesquisa, para além das investigações que não tratam de nenhum dos meios e fazem pesquisas de cunho sociológico, antropológico ou histórico.

Quadro 3 – Teses e dissertações em comunicação feministas e de gênero (1990-2000)

Investigações de 1990-2000	Ano	Autora
Uma Análise do Papel da Mulher e sua Evolução nos Desenhos Animados (USP)	1990	Sonia Margarita Castaneda
Valores Preferenciais: O Contexto Discursivo das Principais Revistas Femininas (USP)	1990	Antonia Muniz Rees
Mulher: Mito e Sedução (Utilização do Corpo Feminino no Discurso Publicitário (USP)	1990	Ana Maria de Souza Crippa
Memória Feminina de nova Filadélfia relato de mulheres (UFRJ)	1991	Cleia Weyrauch
O descaminho da mulher: Uma visão jornalística do discurso feminino da mulher na atualidade	1992	Elza Maria Rocha Pádua

Perfil de Mulher: O Processo de Emancipação Feminina na Sociedade Urbana Brasileira (USP)	1992	Giselle Gubernikoff
Mulheres entre linhas: imagens da leitora brasileira do início do século XX (USP)	1992	Barbara Heller
Trabalho de Formiga em Terra de Tamanduá: A Experiência Feminista com Vídeo (USP)	1993	Jacira Vieira de Melo
Rainhas do crime: ótica feminina no romance policial (UFRJ)	1994	Sonia Coutinho
Micro-sistema de comunicação e identidade de gênero (UFRJ)	1994	Lécyc Neves
As Leitoras Indiscretas Visitam as Bancas (USP)	1994	Paulo Sérgio Silva
Formação de Redatores para a Produção de Textos Acessíveis a Leitores Pouco Proficientes: O Caso de <i>Mulher e Saúde</i> , Boletim do SOF na Luta pela Saúde das Mulheres (USP)	1994	Maria Otilia Bocchini
Mulheres e Aids em manchete (UFRJ)	1994	Maria Cavalcanti
Atuação da mulher na preservação/resistência da herança cultural africana: o caso do Ile Leuiwyato. (UMESP)	1994	Maria Regina Aparecida
De Passagem pelos Estúdios - a Presença Feminina no Início do Rádio no Rio de Janeiro e São Paulo (USP)	1995	Tereza Cristina Tesser
A cidade das revistas: imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20 (UFRJ)	1995	Katia de Carvalho
Jornais diários do Rio de Janeiro e seus discursos sobre prostituição feminina no período de 1890 a 1920 (UMESP)	1995	Lenise Cardoso
A mulher de margarina: uma representação dominante em comerciais de TV nos anos 70 e 80	1995	Flailda Siqueira
Amazona, Valquíria e Vitória-Régia (UFRJ)	1995	Ana Callado
Olhar Feminino: uma década de produção videográfica feminista no Brasil – 1983/1993 (UNICAMP)	1995	Telma Elita Juliano
Estética do amor e da morte em Poe: uma leitura possível da dualidade/conjunção do masculino/feminino, de (PUCSP)	1996	Soraya Ferreira Alves
Esterilização feminina e informação (UFRJ)	1996	Maria Marques
Minha Amiga Cláudia (UMESP)	1996	Jacqueline Rios dos Santos
Fragmentos do passado: história de vida de mulheres imigrantes judias (UFRJ)	1996	Kátia Lerner
Mulher Solta, Mulher Louca: Maria Venuto – das horas de seus dias à tela de cinema, de (UNICAMP)	1996	Aline Cristina Sasahara de Oliveira
As filhas de Deméter: o cordão umbilical da cosmogonia feminina (PUC-SP)	1997	Paola Parassini
Em busca de novos papéis: imagens da mulher leitora no Brasil (1890-1920)	1997	Barbara Heller
Publicidade e Ideologia: um estudo dos anúncios de produtos de beleza em NOVA, (PUCRS)	1997	Merli Leal Silva
Mulher, margarina, clichês e outros ingredientes em um estudo sobre mudanças conceituais na criação de propaganda de margarina	1997	Ademir dos Santos Galvão
Mulheres e Aids: As Representações de uma Epidemia Fora de Controle (USP)	1998	Silvana Issa Afram
Para além do próprio umbigo: as mulheres negras militantes de Salvador e a construção do imaginário feminino (UFBA)	1998	Eliane Borges da Silva
Cassandra: uma voz milenar rompe o silêncio (Unisinos)	1998	Ursula Diesel
O Imaginário feminino e a opção pela leitura de romances de série (UFRJ)	1998	Ligia Maria Moreira Dumont
Comunicação e Relações de Gênero em Práticas Radiofônicas da Igreja Católica no Brasil (USP)	1999	Helena Corazza

A Presença das Mulheres na Imprensa Sindical: Um Estudo da Imprensa do Sindicato dos Professores de Campinas e Região (USP)	1999	Claudia Regina Lahini
Deusas de papel - a trajetória feminina no HQ do ocidente' (UNICAMP)	1999	Nadia da Cruz Senna
Mulheres de Papel: histórias em dialeto no anuário rio-grandense 1947/1960' (Unisinos)	1999	Beatriz Koppe
Christiane de Pisan: uma visão da mulher medieval(PUC-SP)	1999	Lucimara Leite
Eu compro essa mulher (UFRJ).	1999	Cristiane Costa
O feminino no cinema de Glauber Rocha (UFRJ)	1999	Lindinalva Silva Oliveira Rubim
Gênero, Política e Eleições (USP)	2000	Celsi Brönstrup Silvestrin
A construção da identidade feminina e o discurso religioso católico (UNB)	2000	Simone Ravazzolli
Nem Amélia nem Geni: um estudo comparativo dos discursos sobre a mulher no jornalismo impresso - o caso Daniella Perez' (UFRJ)	2000	Maria Borges

Quando aos eixos de reflexão que se constituem nesse período, pode identificar duas vertentes: a) *Estereótipos e ideologia dos meios*, no qual se subscrevem a maioria das pesquisas, constituindo as primeiras de uma vertente de estudos de crítica ao conteúdo dos meios de comunicação e suas maneiras de representar, veicular, enquadrar as realidades socioculturais da mulher e do feminino na sociedade brasileira; e b) *Emancipação feminina*, eixo que corresponde a singularidade da produção de conteúdo feminino ou feminista por meios de comunicação tradicionais ou não, para além de refletir ou historicizar figuras femininas emblemáticas e também estratégias de ação e atuação das mulheres em sociedade brasileira.

Na segunda metade da década de 1990, não há uma forte mudança nessas tendências de pesquisa, que ainda estão em sua grande maioria conectadas às pesquisas sobre a condição feminina produzidas na década de 1980. Contudo, a temática das identidades começa a florescer em diversos aspectos, principalmente ligada há um caráter processual e descentralizado de constituição sociocultural, incluindo pesquisas que irão se apropriar de metodologias mais abertas, como as etnografias e outras, não centradas especificamente na linguagem ou nos discursos dos meios, mas também nos sujeitos. Nesse período começam a se desenvolver com mais força as pesquisas ligadas aos estudos culturais latino-americanos e aquelas denominadas de estudos de recepção. Essa reviravolta teórico-metodológica traz à baila novos

caminhos para as pesquisas em comunicação que, de fato, passam a repensar alguns usos tradicionais de conceitos como cultura, ideologia, classe social, por ora atrelados a tradição estruturalista e marxista (JACKS; MENEZES; PIEDRAS, 2008; JACKS; ESCOSTEGUY, 2005)³³.

As pesquisas de recepção irão privilegiar, majoritariamente, as audiências femininas, contudo, isso não significou o avanço dos estudos de gênero no campo da comunicação por meio desses estudos. Conforme os dados levantados por Jacks, Menezes e Piedras (2008) e Escosteguy (2008), apesar de sinalizarem um contexto relativo ao universo feminino, como o ambiente doméstico, o cotidiano e o trabalho, essas pesquisas não se empenharam ou não consideraram problematizar o próprio significado analítico da categoria mulher no contexto de recepção dos meios. Ambos levantamentos constataram que havia um desinteresse

na discussão sobre a questão do gênero (...). Provavelmente, o fato de o ambiente de investigação ser o espaço doméstico, e de que o âmbito familiar contribua para uma naturalização do papel e imagem da mulher, levem a isto, sem tocar na construção social do gênero (JACKS; MENEZES; PIEDRAS, 2008, p.199)

Corroboro com esta constatação em virtude da potencialidade que as pesquisas de recepção do período teriam para suprir, no contexto brasileiro, as lacunas deixadas por outras áreas e pelas próprias pesquisas que vinham sendo realizadas no campo da comunicação. Contudo, no aspecto qualitativo, dentre as investigações da segunda metade da década 90, apenas duas se destacam pelo empenho reflexivo no que configura um olhar de gênero sobre os objetos empíricos, sendo uma delas um estudo de recepção.

A dissertação *Comunicação e Relações de Gênero em Práticas Radiofônicas da Igreja Católica no Brasil* (USP, 1999), de Helena Corazza, a partir dos referenciais teóricos dos Estudos Culturais, realiza uma das primeiras investigações de gênero e recepção no campo da comunicação. A autora busca refletir como os ouvintes de emissoras de rádios católicas do Brasil, homens e

³³ Para Escosteguy (2004, p.2): “trata-se de uma abordagem onde estão envolvidas distintas mediações sociais e culturais que associam a recepção com a vida social, assim os media têm distintas significações para distintas culturas e, em parte, a cultura das audiências tem peso no trabalho de apropriação dos media. Nessa perspectiva, a compreensão da relação que se estabelece com os media se dá a partir das distintas posições ocupadas na estrutura social, apoiando-se com diferentes ênfases na posição de classe social, de gênero, de raça, de idade, de contexto (rural/urbano), de diferentes identidades nacionais, regionais e étnicas, entre outras”.

mulheres, se posicionam frente aos programas e como identificam, pela cultura e pelas relações de poder, possíveis mudanças na liderança da mulher, tanto na sociedade quanto na radiodifusão.

Destaco também a tese *Gênero, Política e Eleições* (USP, 2000), de Celsi Brönstrup Silvestrin, que assim como Corazza (1999), desenvolve seu estudo partindo das relações conceituais entre gênero e poder. A autora traça um panorama sobre a trajetória política das mulheres no Brasil, examinando o tratamento da mídia diante das questões de gênero e política.

De acordo com o cenário da década 1990, é importante sublinhar dois aspectos relevantes: 1) a incorporação do termo *feminismo* e dos *estudos feministas* nas pesquisas, abertamente dotadas por um teor político, que já vinha sendo prospectado desde a década anterior; e 2) a importante incorporação do *conceito de gênero* entremeado às *relações de poder* como forma de olhar para os objetos empíricos elegidos pelas pesquisas. Nesse sentido, sublinho a admissão do termo identidade de gênero nos primeiros anos (MELO, 1994), mas sua apropriação e tensionamento apenas no final dessa década (CORAZZA, 1999; SILVESTRIN, 2000).

Escosteguy (2012) nos apresenta um fato interessante desse período, que demonstra um ligeiro interesse da área sobre a temática: em 1996 cria-se na Intercom o grupo de trabalho *Comunicação e Mulher*, este passa a se chamar, em 1998, *Comunicação e Relações de gênero*, ampliando seu escopo e seguindo as tendências dessa área. Porém, em 2000 esse grupo é dissolvido e passa a integrar o GT *Comunicação e Cultura das Minorias*, o qual encerra suas atividades em 2006 (ESCOSTEGUY, 2012).

Por fim, conforme a conjuntura da pós-graduação em comunicação no país, entre 1990-2000 foram produzidas 2.288 teses e dissertações (ROMANCINI, 2006), em 14 PPGs. Entre essas, 43 pesquisas refletem as questões das mulheres, 1,87% do total de defesas do período. Comparado com a década anterior não há, de certa forma, uma ampliação do interesse sobre a temática no campo, já que esse crescimento, de 13 para 43 pesquisas deve ser ponderado em relação ao número de PPGs entre os dois períodos e, conseqüentemente, de teses e dissertações defendidas. Contudo, é possível destacar o salto qualitativo dessas reflexões, já mais empenhadas em sentido teórico e conceitual em suas problematizações.

3.2.3 De 2001-2009: um período de despolitização

A década de 1990 foi um período de consolidação das teorias feministas e de gênero no Brasil com a formação de distintos grupos, projetos e publicações importantes. Já para a área da comunicação é importante ponderar que anos 90 foram um período de introdução dos estudos de gênero e do próprio feminismo nas pesquisas, com as primeiras teses e dissertações que instigaram alguma apropriação teórica de importantes conceitos como identidade, opressão, gênero e poder.

Portanto, nesse momento já é possível dizer que a relação entre as duas áreas no Brasil ocorre de forma tímida, tardia e com efêmera aderência nos espaços institucionais. Mas quais seriam os motivos para tal relação? Essa é provavelmente minha maior inquietação ao escavar essa história, que foi pouco refletida pela área e, portanto, não se constituiu como uma problemática. Na mesma medida, a tarefa de formular essa frouxa relação como um problema não é simples, e para constitui-la devemos considerar seus limites: os meus, de um pesquisador em formação e com pouca experiência vivida na história desse campo; e o das fontes pelas quais torno essa história pública. Assim, analisando a produção dos PPGs em comunicação, e observando o contexto social no qual se configuraram, encontrei algumas pistas que dão conta de, se não explicar, situar esse cenário de frouxa problematização.

No início do século XXI os estudos de gênero se constituem como um campo de direito próprio no Brasil (LOPES; PISCITELI, 2004), o que é evidenciado pelo seu grau de incorporação institucional em linhas de pesquisa e agências de fomento. Contudo, ao passo dessa notável ascendência, o feminismo brasileiro em seu caráter cultural passa a sofrer forte reação patriarcal nos limites do seu êxito:

Foi nesse momento que a mídia criou a imagem da “Supermulher” – que escondia por trás deste nome aparentemente poderoso – a exploração que a dupla jornada supõe: trabalhar dentro e fora de casa e, além disso, ser mãe perfeita, amante excepcional, sempre bonita e acolhedora (GARCIA, 2011, p.95).

Refletindo também o processo de constituição do campo dos estudos de gênero, veremos que sua formulação possui desdobramentos relacionados ao anti-femismo nos espaços acadêmicos, ou seja, a substituição do termo

feminismo pelo termo gênero na qualidade dos estudos, no contexto brasileiro, fez com que essas pesquisas fossem mais facilmente incorporadas nas instituições científicas. Conforme destaca Zirbel (2007), a pressão das agências de fomento a respeito do grau de cientificismo dos estudos timbrados como feministas fez com que a aderência ao termo gênero, ainda em construção no país, fosse mais aceita por diversos setores da comunidade acadêmica:

As respostas econômico-marxistas, até então utilizadas por muitas das militantes para explicar a dominação nas sociedades capitalistas, perdiam força nas Ciências Sociais. Paralelamente, era preciso obter legitimidade no espaço acadêmico. Pesquisadoras e objeto de pesquisa eram colocados sob suspeita. A proximidade entre a pesquisadora/mulher com seu objeto/mulher (entendido muitas vezes como uma coisa só) gerava críticas. A aparente abertura para novas questões teóricas e metodológicas nas Ciências Sociais possibilitava a criação e utilização de nomenclaturas que se diferenciavam das comumente aceitas (Novos termos eram viáveis. Terminologias ligadas ao feminismo, não) (ZIRBEL, 2007, p.151)

Isso resultou o desenvolvimento de pesquisas de gênero pouco ligadas ao teor político de transformação feminista. E em certo grau, como destaca Cláudia Lima Costa (1998), os estudos de gênero conquistaram um espaço mais seguro no universo acadêmico nacional, simplesmente porque foram amplamente incorporados em determinado momento como uma substituição de termos e não de acordo com seu vigor epistemológico. Para a autora:

Falar de gênero em vez de mulher (concebida como essência ontológica) também dava mais status e revelava maior sofisticação por parte da pesquisadora, a qual então saía definitivamente do gueto dos estudos da mulher. Dessa forma, podia-se estudar a opressão da mulher e as relações desiguais de poder entre mulheres e homens sem necessariamente assumir um projeto político feminista. Não havia no terreno supostamente neutro do gênero a necessidade de “politizar a teoria e teorizar a política”. Segundo a lúcida análise de Costa e Sardenberg, a mudança de rótulo nem sempre trouxe revisão de conteúdo. Simplesmente houve a substituição de um termo (mulher) para outro (gênero) (COSTA, 1998, p. 131).

Em meio a essa crítica contundente no sentido epistemológico esse foi um período de forte expansão do conceito de gênero no país. Da mesma forma, é possível considerar os anos 2000 como um momento de ampliação da pós-graduação em comunicação, que praticamente dobra o número de PPGs espalhados por todas as regiões do país. São abertos os programas da UTP (2000, mestrado e 2009, doutorado); UERJ (mestrado, 2002 e doutorado, 2012); PUC/RJ (2003, mestrado); Cásper Líbero (2006, mestrado); ESPM (2006,

mestrado); UFSM (2006, mestrado); UNISO (2006, mestrado); UFSCar (2006, mestrado); UFJF (2006, mestrado); UAM (2006, mestrado); PUC/MG (2007, mestrado); UEL (2007, mestrado); UFG (2007, mestrado); UFPB (2007, mestrado); UFSC (2007, mestrado); UCB (2008, mestrado); UFAM (2008, mestrado); UFC (2008, mestrado); USP (PPGMPA, 2009, mestrado e doutorado); UFRN (2009, mestrado); USCS (2009, mestrado). Além disso, os doutorados da UFRGS em 2001, da UFF em 2002, da UFMG em 2003 e da UFPE em 2006.

Nesse cenário de espraiamento e multiplicidade, a comunicação vai se consolidando como uma área cujas fronteiras são negociáveis e os objetos são variados. Esse talvez seja o momento mais interessante para se pensar os estudos em comunicação brasileiros, pois é nessa primeira década que se constituem importantes grupos de pesquisa e associações científicas temáticas, organizando o desenho e as zonas de interesse e força do campo³⁴. Entre 2000 e 2009 foram defendidas 5.715 teses e dissertações em comunicação (JACKS *et al*, 2014). Por oferecer mais de o dobro de pesquisas em comparação a década anterior, a análise dessa década merece um olhar mais criterioso.

As minhas fontes foram o inventário produzido por Jacks et al (2014) e o banco de teses e dissertações da Capes. Nas buscas utilizei as seguintes palavras-chave: *mulher*, *feminilidade*, *feminino* e *feminismo*. Nesses casos encontrei resultados distintos para cada uma. No termo mais amplo, *mulher*, temos 129 pesquisas indexadas. O termo *feminino* apresentou o resultado de 91 pesquisas. Já o termo *feminilidade* representou 43 resultados. Por fim, o termo *feminismo* expôs 18 pesquisas do período. Cada um desses termos pode ou não representar um arcabouço conceitual, mas as suas utilizações significam distintas posições sobre a ótica dos estudos de gênero. Por esse motivo, resolvi destacar no quadro abaixo apenas as investigações que trazem em seus títulos e resumos um encaminhamento reflexivo no tocante dos estudos feministas e de gênero, que é, afinal, o que pretendo discutir. Contudo, de maneira geral, faço uma análise da conjuntura dessas 129 pesquisas a fim de compreender seus estímulos. Assim, desse total de pesquisas, temos 29 investigações elegidas em

³⁴ Em 2003 a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em 2006, foram criadas a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp) e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABciber).

conformidade com as estratégias *epistemológica* e *teórica* explicadas no item **3.2** desse capítulo.

Quadro 4 – Teses e dissertações em comunicação feministas e de gênero (2001-2009)

Investigações 2001-2009	Ano	Autora
Mídia e cartografias feministas: estratégias comunicativas e micropolíticas' (UFRJ)	2001	Eugenia Pfaeffle
Mulheres jornalistas' (USP)	2001	Iara de Jesus Dias
Vozes do silêncio: uma análise do discurso sobre a mulher na mídia impressa: tradição e transgressão, ficção e realidade' USP	2001	Claudia Lukianchuki
Da mulher objeto ao objeto mulher, o novo do mesmo: as representações de gênero e suas máscaras no discurso publicitário (UFRJ)	2001	Sylvia Frota
Esferas Públicas Feministas na Internet (UNB)	2002	Lara Podestá Haje
Mulher e Ciência: Questões e problemas da inserção feminina na pesquisa científica identificados pela "agenda setting" de dois periódicos científicos internacionais (UMESP)	2002	Betania Maciel de Araújo
Mulher e publicidade: um estudo da produção e da recepção da identidade da mulher-mãe na mídia televisiva (Unisinos)	2002	Denise Teresinha da Silva
Como as mulheres ama- uma leitura semiótica-psicanalítica do amor feminino (PUC-SP)	2002	Maria Madalena de Freitas Lopes
A escritura semiótico-diagramática de Virginia Woolf: interfaces comunicativas (PUC-SP)	2002	Soraya Alves
Brasil Mulher: Joana Lopes e a Imprensa alternativa Feminista (UFRGS)	2002	Karen Debértolis
As cores da mulher negra no jornalismo: o discurso nos jornais e revistas (USP)	2002	Edna de Melo Silva
"Ocupar, Resistir, Produzir" - a voz da mulher no movimento dos Sem Terra (UFF)	2002	Marcia de Gusmão Paraíso Cavalcanti
Adélia Prado: a matriz jornalística' (PUC-SP)	2003	Dionísio Pedro da Silveira
Imprensa feminista pós-1974' (USP)	2004	Elizabeth da Penha Cardoso
Legado - gestações da arte contemporânea: leituras de imagens e contextualizações do "feminismo" na cultura e na criação plástica' (USP)	2004	Joedy L. Bamonte
Quem é Você Mulher: construção e representação do feminino em revista (UNB)	2005	Luísa Guimarães Lima
O fenômeno rádio mulher: comunicação e gênero nas ondas do rádio (UFPE)	2005	Ana Maria da Conceição Veloso
Mulher Negra na Política: Imagem veiculada na imprensa (USP)	2005	Karina Fanny Fernandez Arias
A formação da imagem da mulher negra na mídia' (UFRJ)	2005	Azoilda Trindade
Marie Claire: Cartas e Histórias de Vida - Um Estudo de Gênero e Comunicação Epistolar' (PUC-RS)	2005	Suelly Maria Maux Dias
As mulheres só querem ser salvas: Sex and the City e o pós-feminismo' (PUC-RS)	2006	Márcia Rejane Postiglioni Messa
Cinema e gênero: A trajetória de Gilda de Abreu (1904-1979) (UNICAMP)	2006	Lucilene Margarete Pizoquero
Memória, Imaginário e Poder: práticas comunicativas e de resignificação das organizações de mulheres negras' (UFRJ)	2007	Ana Angélica Sebastião
A revista Capricho: imaginário, ficção e realidade' (UNIP)	2007	Edgard Bohn

Construindo o gênero: feminilidade através do discurso dos depoimentos na revista Nova' (UNIP)	2007	Monica da Silva
Mulher na ciência: representação ou ficção' (USP)	2007	Joliane Olschowsky da Cruz
Eternamente Pagú, Leila Diniz, Olga e Zuzu Angel: a mulher como protagonista' (UTP)	2008	Deisi Bilinske
O assédio sexual como fenômeno cultural contemporâneo: análise comparativa das representações de homem e mulher em filmes, cartilhas e códigos de conduta empresariais'(PUC-SP)	2008	Carmen Nigro
Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas' (PUC-SP)	2009	Marina Gazire Lemos
Prazer e resistência: A legitimação do melodrama nos contextos acadêmicos (UFRJ)	2009	Clara Fernandes Meirelles

A década de 2000 não apresenta variadas matizes em relação à produção da década anterior, principalmente a respeito dos temas, objetos e meios problematizados que seguem conectados, em sua maioria, ao jornalismo impresso e as revistas especializadas, logo em seguida às mídias audiovisuais, principalmente televisão e cinema, e ao rádio.

Contudo, também surgem nesse período as primeiras pesquisas sobre internet e gênero, merecendo destaque pelo ineditismo de seus empenhos reflexivos. A tese *Mídia e Cartografias Feministas: estratégias comunicativas e micropolíticas* (UFRJ, 2001), de autoria de Amalia Eugenia Fischer, inaugura o tema no período ao investigar as estratégias comunicativas e micropolíticas do feminismo latino-americano. O trabalho concentra-se nos seguintes eixos: o feminismo no contexto de globalização; novas tecnologias da comunicação e o ciberfeminismo, esta é, inclusive, a primeira vez que este termo é utilizado na comunicação para pensar o feminismo e a internet sob a ótica das construções de gênero. No ano seguinte a dissertação de Lara de Podestá Haje, *Esferas Públicas Feministas na internet* (UNB, 2002), busca realizar uma discussão sobre as potencialidades da internet para a formação de esferas públicas habermasianas com uma análise sobre como o movimento feminista vinha se apropriando desse espaço para a publicização de suas demandas.

Quanto aos eixos de pesquisa dessa década, a análise dos trabalhos permitiu reconhecer dois importantes núcleos de reflexão. O primeiro deles, 1) *estereótipos e representações dos meios*, aqui ocorre a substituição da *crítica a ideologia dos meios*, da década anterior, para os estudos que recorrem a indagação ou a descrição dos simbolismos e figurações das feminilidades nos

objetos de estudo elegidos. Este eixo forma a maioria das pesquisas do período, inclusive grande parte daquelas que não estão em destaque no quadro acima. Um fator que conforma essas investigações é a recorrência aos conceitos de representação e identidade como operadores analíticos-descritivos para entender algumas especificidades das mulheres, dos produtos midiáticos ou meios de comunicação ligados a essa categoria identitária.

Há dois importantes fatores que produzem essas pesquisas, e, ao que tudo indica, merecem nossa atenção daqui para frente pois conformam o que poderíamos denominar de uma breve tradição de estudos em comunicação e gênero. O primeiro deles é o trabalho de análise da condição das mulheres no Brasil sob a ótica dos estudos em comunicação. Por motivos institucionais e teóricos, o campo da comunicação estimulou esse debate pelo viés da crítica em teor denunciativo ao conteúdo dos meios. Essa crítica é produzida tanto pelos modelos discursivos e semióticos de enquadramento, representação e objetificação, quanto pelas ações sociais de identificação ou aversão a esses modelos. Com estratégias metodológicas distintas, o que une essas pesquisas diversas nesse eixo é o debate exaustivo sobre alguns aspectos da “feminilidade” e do “feminino” – assim no singular – por muitas vezes não ligados às disputas de poder e opressão tão caras aos estudos feministas de gênero. Por outro lado, quando vistas em conjunto, genealogicamente essas pesquisas conformam um importante olhar generificado para os meios de comunicação e sobre a realidade das mulheres brasileiras.

O segundo fator é contraditório, já que situa sua crítica justamente na operacionalização do primeiro. O destaque para as singularidades do feminino em tais estudos, quando não associada às relações históricas de poder que as constituem, rescindi ao risco da homogeneização. Isso pode acarretar na ênfase pouco relacional da maioria dessas pesquisas, operadas sob o viés dos binarismos homem-mulher e masculino-feminino como polos opostos, percebendo muito pouco como as construções da feminilidade não são exclusivas a uma categoria, mas são agentes metafóricos e estruturantes das relações de poder como um todo nas construções de gênero.

O segundo eixo segue sendo, como na década anterior, a 2) *emancipação feminina* cujo vetor de discussão está em análises de cunho histórico e pesquisas sobre estratégias de ação feministas em mídias alternativas ou

mesmo em mídias tradicionais. Essas pesquisas formam um núcleo de investigações epistemologicamente feministas, na medida que intencionam caminhos singulares para refletir a condição das mulheres por uma ordem tensionadora dos aspectos dominantes da cultura. Contudo, são poucas as investigações que fortalecem esse eixo no período.

O grande salto dessa década é o aumento de pesquisas que refletem a intersecção entre os marcadores de raça e gênero. Essa importante relação pode ser vista nas investigações: *As cores da mulher negra no jornalismo: o discurso nos jornais e revistas* (USP, 2002) de Edna de Mello Silva; *Mulher Negra na Política: Imagem veiculada na imprensa* (USP, 2005), de Karina Fanny Fernandez Arias; *A formação da imagem da mulher negra na mídia'* (UFRJ, 2005), de Azoilda Loretto da Trindade. Essas problematizações quase inexistentes nas décadas anteriores³⁵ formam um conjunto de pesquisas que se destaca em relação a maioria das investigações do período, pois buscam pensar as representações e os estereótipos das mulheres negras por meio dos contextos históricos e ideológicos que as configuram, ligados ao cotidiano e a realidade brasileira e nas relações entre o racismo e o machismo.

Entretanto, apesar desses avanços, a década de 2000 pode ser pensada como uma fase contraditória, pois na medida em que há um número visivelmente maior de pesquisas sobre temática, ao mesmo tempo, ocorre um certo esvaziamento político das problematizações, fato que nos leva ao enxuto número de 29 pesquisas das 129 localizadas. Pensado o conjunto das investigações desta década com as décadas anteriores, os anos 2000 assumem um tipo de “relaxamento” político para com as problemáticas de gênero, essa moderação produziu pesquisas pouco empenhadas no caráter das disputas de poder e do vigor acadêmico-militante pelos quais os estudos feministas introduziram as questões de gênero.

³⁵ Em 1984 Solange Lima defende na USP a primeira tese em comunicação que reflete as relações entre raça, mulher e família: *Mulher e família negra: realidade e representação na obra de Nina Rodrigues* na USP. Outra questão histórica importante: Em 1988 ocorre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras com a participação de 450 mulheres negras de todo o país. “No período que se estendeu entre o primeiro e o segundo encontro nacional – realizado em 1991 em Salvador/BA -, o movimento de mulheres negras organizou-se, criando grupos, núcleos e fóruns estaduais. Outro desdobramento importante deste processo aconteceu em 1994, a partir de resolução elaborada durante o II Seminário Nacional de Mulheres Negras – Respostas Organizativas das Mulheres Negras no Fim do Século, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Negras” (BRASILEIRISSIMO, 2015, S/N).

É possível explicar esse esvaziamento político, entre outros fatores, pelo próprio contexto político do país. Nesse período, há um certo arrefecimento do feminismo brasileiro como força política militante. De acordo com Pinto (2010), durante essa década a questão das mulheres foi tratada como vencida fora do âmbito acadêmico, e as articulações políticas foram perdendo força em decorrência da onda neoconservadora dos anos 1980³⁶. Assim, o feminismo brasileiro passa de uma atitude opositiva para uma postura crítica e negociada com o Estado, e, já nas últimas décadas do século XX, se subdivide em duas correntes internas: uma mais institucionalizada, em ONGs e partidos políticos, e outra, mais autônoma e reflexiva, percebida em movimentos de ordem radical, mas com pouca expressão. Conforme Pinto (2010) uma das principais questões de embate e êxito do feminismo brasileiro na primeira década dos anos 2000 foi a luta contra a violência doméstica. Além das Delegacias Especiais da Mulher, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério. Conforme Sarti, nessa fase:

esvaziaram-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganhou força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não-governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras (SARTI, 2004, p.42).

No campo da cultura, os meios de comunicação colaboraram com a ideia de esmaecimento do feminismo, o tornando uma ideologia com sentido datado, sem efetividade no início do século XXI. O imaginário coletivo foi permeado pela ideia da supermulher, que trabalha, tem filhos, família e vida social, que é consumidora ativa – com força e poder de mercado. Além disso, as representações imagéticas contemporâneas, principalmente nas telenovelas, subscreveram os ideais femininos no tocante às relações entre família e

³⁶ “Liderada por Ronald Regan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher na Inglaterra” (GARCIA, 2011, p.93).

maternidade e amor romântico (ALMEIDA, 2003). Em contrapartida o feminismo e as feministas ainda estavam associados a imagens “negativas” como a mulher feia, masculina, mal amada e a intelectual sisuda de sexualidade dúbia (FERREIRA, 1996). Essas representações fizeram com que o feminismo fosse visto como “antifemino” ou “machismo às avessas”, o que acabou por afastar e inibir muitas mulheres no país, inclusive na academia (ZIRBEL, 2007).

No espectro acadêmico, certamente o modelo de ciência prospectado no Brasil até então também colaborou com o desinteresse político da área. Contudo, esse não é um contexto exclusivo da comunicação, conforme Zirbel (2007), o cenário brasileiro anti-feminista acabou por constituir também a própria substituição dos estudos feministas pelos estudos de gênero no final dos anos 1980, e essa troca fez com que as pesquisas que vinham sendo feitas se tornassem mais “palatáveis” ao gosto acadêmico. Para Costa e Sardenberg (1994) o termo gênero foi instrumentalizado na academia brasileira para responder as demandas de objetividade e neutralidade científica:

Para a academia é muito mais fácil assimilar “estudos de gênero” do que “feminismo”, sempre identificado pelos setores mais resistentes com a militância e não com a ciência. Portanto, também muito mais digerível para uma parcela significativa das acadêmicas que assim puderam incorporar-se aos *women's studies* sem correr o risco de serem identificadas com o feminismo (COSTA; SARDENBERG, 1994: 396).

Essa crítica diz respeito ao uso da categoria de gênero nos estudos brasileiros, principalmente seu caráter descritivo, como sinônimo de mulher, e binário, como relação entre homem-mulher. Em especial quando estes desassocia sua formulação as discussões feministas, ou seja, desconhecem ou omitem a sua genealogia, tornando invisíveis as próprias diferenças de gênero que configuram o pensamento científico e a constituição do conceito no tocante das lutas contra as assimetrias. Para Sonia Corrêa, em entrevista com Zirbel (2007, p.167), gênero é

uma invenção teórica feminista. Nesse sentido a relação é quase filogenética. Entretanto, se gênero é uma categoria conceitual, o feminismo é um campo, uma paisagem ampla que inclui a teoria e a ação política. Ainda que entenda haver uma postura mais política por parte do feminismo, Sônia argumenta que o campo dos estudos de gênero não é, em si, despolitizado. A despolitização, a falta de engajamento/compromisso com mudanças no campo das relações

sociais não seria um problema ligado ao conceito de gênero mas ao desconhecimento e à descontextualização do conceito.

O que leva também a uma conjuntura de pesquisas que estudam as mulheres sem se vincular aos estudos feministas de gênero. Especificamente no campo da comunicação essas linhas teóricas foram absorvidas e consolidadas, no período, pelo viés teórico dos estudos culturais, dos estudos de recepção, e dos estudos de jornalismo, tuteladas pelo grande guarda-chuva das *identidades culturais*, sem teor específico, em vertentes de pesquisa de comunicação, cultura e cidadania. Essas questões podem ser observadas nos currículos e linhas de pesquisa dos PPGs em comunicação, além do desenho dos Grupos de Trabalho da Compós e do Intercom. Considerando que grande parte dos estudos em comunicação produzem suas problemáticas através da multiplicidade e do imediatismo de seus fenômenos tecnológicos e sociais, a frouxa politização dessas pesquisas é reflexo do próprio contexto no qual estão constituídos os objetos das pesquisas nesse período.

Estudos *com* mulheres porém não *das* mulheres são comumente vistos, por exemplo, nas pesquisas em recepção dessa década, como demonstram John e Costa (2014): das 30 pesquisas de recepção com mulheres do período de 2000-2009 apenas 15 fazem suas problematizações pela ótica dos estudos de gênero. Além disso, Sifuentes, Silveira e Oliveira (2012) nos provocam a pensar outros dados dessa frouxa relação. As autoras realizam uma pesquisa nos dois principais periódicos do campo dos estudos de gênero no país, Estudos Feministas e Cadernos Pagu, no período de 2001-2009, e constatam que esse descompromisso com a temática recai também na escassa presença de publicações de pesquisadoras da comunicação nesses periódicos:

(...) nosso levantamento concluiu que os trabalhos brasileiros de Comunicação somam 27 artigos no período de 2001 a 2009 nas publicações *Cadernos Pagu* e *Revista Estudos Feministas*. Esse número significa que apenas 4,8 por cento dos trabalhos publicados nesses periódicos estão centrados na temática da mídia. Chama a atenção o fato de que os pesquisadores do campo não são responsáveis por mais do que 11 por cento dos estudos de nosso *corpus* (SIFUENTES; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 197).

Essa conjuntura que perfaz as pesquisas do período pode ser vista também como uma forma de pensar as linhas de força do campo da comunicação. Ao nos voltarmos para os números descritos no início, das 129

investigações encontradas no banco de teses e dissertações da Capes somente 29 sustentam um teor crítico epistemológico ligado aos estudos feministas e de gênero, e veremos que uma das razões para isso é porque o foco das pesquisas não está em uma problemática de gênero e comunicação, mas em outras questões como principalmente: 1) nas práticas do jornalismo, da publicidade e propaganda e das relações públicas; 2) nos aspectos midiáticos da televisão, do rádio, do cinema, da fotografia, da internet etc.; 3) nas interfaces com a educação, música, entretenimento, política, imaginário, cultura e 4) nos aspectos teóricos e metodológicos da semiótica, das “teorias da comunicação”, dos estudos de recepção, das mediações culturais etc. Assim, as pesquisas que perfazem esse período, em sua extensa maioria, vislumbram os temas de gênero, o que não significou uma mirada crítica aos problemas de gênero dos quais refletiam.

3.2.4 De 2010 a 2015: a revitalização do feminismo no Brasil. E os estudos feministas em comunicação?

Conforme observei anteriormente, década de 2000 foi um período de intensa produção, porém de frouxa problematização e tensionamento das questões feministas e de gênero, sobretudo atreladas ao contexto social brasileiro e pela constituição das linhas teóricas que deram força para pós-graduação em comunicação. Contudo, o cenário que se constitui entre 2010 e 2015 traz à tona a revitalização da teoria feminista em seu vigor político e epistemológico, induzindo o campo da comunicação a repensar as questões de gênero como também constituintes de suas problemáticas.

Essa revitalização pode ser pensada em termos conjunturais, já que o contexto sociopolítico brasileiro e internacional desse período tem importante contribuição para o repensar das problemáticas de gênero tanto no campo social quanto no acadêmico. Como vimos, no início dos anos 2000, o feminismo, enquanto movimento político, sofreu certa crise e dissolução e esse *backlash* respingou fortemente nas pesquisas em comunicação. De acordo com Hawkesworth (2006), os discursos midiáticos e acadêmicos que enfatizam recorrentemente a “morte” discursiva do feminismo desde da década de 1980 ganharam força no início do século XXI. Segundo a autora, essa crise tornou-se

uma realidade construída pela mescla entre o desapontamento de uma geração de feministas mais antigas com os rumos do movimento e pela proliferação de discursos conservadores no ideário político e econômico dos estados capitalistas. As motivações para tal discurso possuem apontamentos diversos e uma relação direta com o enfraquecimento da prática ativista e forte institucionalização do movimento, para além do fomento das liberdades genéricas e pelos êxitos das causas feministas vividos por gerações de mulheres mais jovens, como o voto, a entrada no mercado de trabalho e uma possível liberdade de expressão sexual. Estes aspectos fadaram ao feminismo contemporâneo à experimentação de uma crise representativa nos anseios das mulheres (HAWKESSWORTH, 2006).

Contudo, afastando-se dos discursos que enunciam o seu fim ou morte prematura, o feminismo, a exemplo de outros movimentos sociais tradicionais, passou a demonstrar vitalidade ímpar com a produção de ações coletivas globalmente situadas e desenvolvidas no entorno do universo das redes digitais, principalmente a partir de 2011. Conforme argumentam Gonçalves e Pinto (2011), o feminismo passou por um dismantelamento geracional e político bastante significativo nas últimas três décadas, contudo, há neste cenário a conformação de diversos coletivos independentes, primordialmente constituídos por mulheres jovens que não recusam as bandeiras feministas, mas sim, uma organização política pouco sensível às transformações culturais e geracionais.

Nesse contexto, surge uma nova onda de movimentos feministas em nível global que passa a reconfigurar as políticas de gênero e adquire uma forte atuação no cenário nacional. Movimentos como a Marcha das Vadias³⁷, outros coletivos e protestos fortaleceram a prática feminista no país a partir de uma nova lógica durante esse período, lógica essa que por suas práticas organizacionais é comunicacional. Esses feminismos contemporâneos adquirem

³⁷ “Advinda de um contexto histórico recente, com sua primeira manifestação no ano de 2011, em Toronto, no Canadá, essa ação coletiva desenvolveu-se em resposta à conduta de um policial que, quando indagado sobre a ocorrência de estupros contra as mulheres na cidade, afirmou a origem dos mesmos pelo fato delas vestirem-se como “*sluts*”, vadias. Assim, a partir da organização de um ato de protesto em três de setembro de 2011 contra o discurso opressor do policial, o movimento internacionalizou-se através de dinâmicas de comunicação em rede e solidariedade. Já em 2011, as manifestações espalharam-se por vários países, defendendo como principal bandeira a liberdade do corpo das mulheres e, reconhecendo, como lógica deste tipo de movimento, as questões peculiares de cada país/estado/ cidade onde foram/são realizadas as Marchas das Vadias” (TOMAZETTI; BRIGNOL, 2015, p.30).

proporções diversas e descentralizadas, porém algo que os torna comuns entre si, além de suas bandeiras, é a sua organização e atuação acentuadamente midiática. Os cartazes, os corpos, os pronunciamentos, as danças, as músicas, a atenção dos meios de comunicação e a conformação midiática através da internet tornam-se, em conjunto, o movimento em si. As mídias digitais e os meios de comunicação de massa passam a criar fluxos transnacionais de informação feminista (TOMAZETTI, 2015).

Nesse período o país também passou por transformações progressistas no cenário político: no ano de 2010 Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil. Junto a isso, a convocação de nove mulheres para ocupar os ministérios do país, número ainda baixo em contrapartida aos 28 homens que ocuparam o cargo de ministro no mesmo ano. Entretanto, a eleição de Dilma foi emblemática para o desenvolvimento de políticas públicas e novas reivindicações feministas no país. Nesse contexto, também a partir do ano de 2013 inúmeros coletivos, protestos e ações feministas passaram a ocorrer no país, e essa conjuntura política passou a ser considerada por algumas pesquisadoras e ativistas como primavera das mulheres ou primavera feminista, em alusão aos protestos que configuraram a primavera árabe no ano de 2011. Hoje, conforme o site MAMU – mapa de coletivos de mulheres – o Brasil tem mais de 100 coletivos³⁸, organizações, movimentos, grupos e projetos que tem como foco as mulheres, o feminino e o feminismo. Segundo as informações do projeto, os perfis dos coletivos também são variados e abrangem uma gama de demandas: maternidade, arte, cultura, saúde, amamentação, parto humanizado, estudos de gênero, direitos das mulheres, violência, aborto, direitos sexuais e direitos reprodutivos, democracia, luta contra o racismo, organização das mulheres, empreendedorismo, e muitos outros.

Nessa conjuntura de motivação e refortalecimento feminista, o cenário acadêmico também se vê revitalizado com o florescimento de novos ideais políticos e socioculturais. Os estudos feministas incitaram nesses últimos anos a reflexão sobre os múltiplos espaços de subordinação e a busca por visibilidade e empoderamento das mulheres a partir dos usos políticos e tecnológicos dos meios de comunicação e de novas estratégias de ação. Bastante diversos, os

³⁸ Link para acesso ao mapa de coletivos feministas no Brasil: <http://www.mamu.net.br/>

estudos contemporâneos põem em destaque nas suas múltiplas correntes questões como a prostituição, a pornografia, a transexualidade, a interseccionalidade de raça, classe social e gênero, a arte, a estética, a maternidade, os direitos sexuais e reprodutivos, a violência doméstica, entre tantos outros temas. Todas essas questões que inquietam estes feminismos possuem uma relação muito próxima com as políticas de liberdade e radicalidade do corpo.

Dessa maneira, as pesquisas em comunicação a partir de 2010 parecem fazer reverberar justamente esse novo vigor político do feminismo no cenário nacional. Na esteira dessas práticas, há sobretudo a constituição de um novo nicho de pesquisas situadas em nível qualitativo em problemáticas de gênero e comunicação. Nesse período, foram defendidas 4.643 teses e dissertações no PPG's em comunicação, dentre elas 55 pesquisas configuram suas problematizações no entorno das relações de gênero e do feminismo. É importante notar que há um significativo aumento de pesquisas defendidas como um todo nesse momento e também o início de novos programas na área: a partir de 2010 passaram a funcionar os PPG's da UFPR (2010, mestrado); da UFPA (2010, mestrado); da UFPI (2011, mestrado); da UFMS (2011, mestrado); da UEPG (2013, mestrado); da UFPB (2013, mestrado profissional) e da UFF (PPGMC, 2013, mestrado).

Entretanto, como pontuava, os avanços desse período não são, sobretudo, quantitativos mas dizem respeito ao nível de apropriação e tensionamento das questões de gênero nas pesquisas. Por essa razão gostaria de pensar essas investigações em dois níveis: 1) o primeiro nível se dará em relação aos temas e objetos de pesquisa, que dizem muito a respeito das linhas de força do próprio campo; e 2) o segundo nível será o das problematizações que as pesquisas realizam quando tensionam as questões de gênero em nível teórico-conceitual, configurando núcleos ou eixos de reflexão.

Quadro 5 – Teses e dissertações em comunicação feministas e de gênero (2010-2015)

Investigações 2010-2015	Ano	Autora
A Mulher e/em seu tempo: um estudo de Cláudia na década de 1960 (1961-1969) (UFF)	2010	Raquel de Souza Moreira Portilho
Jornalismo impresso e relações de gênero: enquadramentos da Folha de S. Paulo e d'O Estado de S. Paulo do caso de hostilização a uma estudante (UNESP)	2010	Noemi Correa Bueno

Masculino, o gênero do jornalismo: Um estudo sobre os modos de produção das notícias (UFRGS)	2010	Marcia Veiga da Silva
Desperta Mulher: Cartografia sobre comunicação e engajamento no jornal do Movimento de mulheres camponesas do RS (UNISINOS)	2010	Vera Martins
Da Bond girl à comédia romântica: identidades femininas no cinema de Hollywood (UFPE)	2010	Cecília Almeida Rodrigues Lima
Gêneros e figurinos no cinema de Hitchcock (PUC-SP)	2010	Priscila Tatiane dos Santos
Telenovela e a identidade feminina de jovens de classe popular (UFSM)	2010	Lirian Sifuentes
Antônia sou eu, Antônia é você: identidade de mulheres negras na televisão brasileira (PUC-RS)	2010	Lúcia Loner Coutinho
Uma análise das imagens estereotipadas da mulher brasileira na mídia (PUC-SP)	2010	Lisani A Souza
Um olhar sobre o filme "A mulher invisível": questões de gênero e estereótipos (UTP)	2011	Maria Elisa Sokoloski
Envelhecer com Passione: a telenovela na vida de idosas das classes populares (UFSM)	2011	Laura Hastenpflug Wotrich
Feminino velado: a recepção da telenovela por mães e filhas das classes populares (UFSM)	2011	Renata Cordova Silva
A questão de gênero, meta do milênio da ONU, e sua invisibilidade na televisão brasileira contemporânea: análises de programas telejornalísticos, com ênfase na Rede Globo (Universidade Anhembi Morumbi)	2011	Elizabeth R. N Andrade
Estudo de Recepção em Comunicação: as representações do feminino no mundo do trabalho das teleoperadoras (USP)	2011	Edilma Rodrigues dos Santos
Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas (UFRGS)	2012	Isis Cleide da Cunha Fernandes
Comunicação e feminismo: as possibilidades da era digital (USP)	2012	Vera de Fatima Vieira
Mulheres indígenas no facebook: corpos, intericonicidade e identidades (UNAMA)	2012	Raimundo de Araújo Tocantins
Cinema e arquétipos femininos: representação das relações de gênero na filmografia de Tata Amaral (UFG)	2012	Murilo Gabriel Berardo Bueno
Chicas del Montón: A representação de gênero no cinema de Pedro Almodóvar (PUC-RJ)	2012	Luana S. Muzy
Pra que rimar amor e dor?: análise das representações da violência de gênero na revista Marie Claire (UNIP)	2013	Danieli Aparecida
Cadê você, Maria?: dos operários anarquistas às mulheres operárias : suas representações a partir dos jornais operários anarquistas de São Paulo do começo do século XX (UNIP)	2013	Leila Dutra Rodrigues
Sem maneiras de conquistar seu homem: apropriações do discurso sobre a mulher na revista Tpm (UERJ)	2013	Bruna Mariano Rodrigues
Construções Imaginárias da Velhice no Cinema Brasileiro Contemporâneo (UNB)	2013	Maíra Carvalho Ferreira Santos
O fotógrafo, a atriz: Marcas de gênero presentes nos manuais de fotografia cinematográfica e os encaixes e desencaixes do cinema mexicano clássico industrial (UFF)	2013	Marina Cavalcanti Tedesco
"Seja ótima, seja feliz": discurso, representação e subjetividade feminina no canal GNT (UNB)	2013	Fabíola Orlando Calazans Machado
As múltiplas prisões femininas: um estudo sobre os textos e contextos midiáticos no ambiente prisional (PUC-RS)	2013	Helen Garcez Braun
Para que serve a mulher no anúncio? Um estudo sobre as representações de gênero nas imagens publicitárias (UNB)	2013	Júlia Simões Zamboni
Entre uma narrativa e outra... a menina fiada em movimentos de identidade: uma (re)visão sobre gênero feminino (UNANA)	2013	Mirna Lúcia Araújo de Moraes

Por saias e causas justas: Feminismo, comunicação e consumo na Marcha das Vadias (ESPM)	2014	Beatriz Beraldo Batista
Canções vadias: mulheres, identidades e música brasileira de grande circulação no rádio (UFPE)	2014	Isabela Zumba Mascarenhas Senra
As relações de gênero presentes nos anúncios publicitários do sabão em pó Omo (UNISINOS)	2014	Ana Paula Cardoso Dorneles
Garotas que jogam videogame: expressões de identidade e interações sobre cultura gamer no Facebook (UNISINOS)	2014	Rodrigo Oliveira de Oliveira
Mundos possíveis e telenovela: memórias e narrativas melodramáticas de mulheres encarceradas (UFRGS)	2014	Valquíria Michela John
Mulheres Nordestinas, Sujeitos Ou Objetos? Análise Da Representação Feminina Em Quatro Filmes Brasileiros Da Década De Oitenta (UNICAMP)	2014	Carla Conceição da Silva Paiva
A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do jornal brasil de fato (UNESP)	2014	Suelyn Cristina Carneiro da Luz
Desvendando imagens, revirando páginas, a construção do feminino nas revistas da década de 1960 (Brasil e Inglaterra a circularidade cultura) (UNIP)	2014	Sandra Couto Barbosa
A pornografia hoje: as estratégias do capitalismo através do sexo midiático. Ideologia e opressão da mulher (UFRJ)	2014	Erick Dau
Lugar de mulher: uma cartografia da construção discursiva da liberdade nas revistas femininas (PUC SP)	2015	Carolina Cerqueira Lôbo
Como as revistas femininas brasileiras identificam as representações da sexualidade feminina: um estudo de caso sobre as revistas Lola, Nova e Marie Claire (UFJF)	2015	Débora Fajardo Pontes
Jovens e Divas: construção do feminino na mídia contemporânea (UFRJ)	2015	Camila Maria Torres Medeiros
A Mulher Poderosa: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro (UFRJ)	2015	Tatiane Cruz Leal Costa
Mulher, Mulata e Migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa (UFRJ)	2015	Danubia de Andrade Fernandes
Mulheres na revista TPM: análise discursiva da construção da singularidade feminina (PUC-SP)	2015	Giovanna Lícia Rocha Triñanes Aveiro
A mulher na revista Seleções do Reader's Digest (1942-1945) (UNIP)	2015	Lérida Gherardini Malagueta Marcondes de Mello
Representações do Feminino no cinema brasileiro de ficção: Mar De Rosas, Um Céu De Estrelas e Trabalhar Cansa (UNICAMP)	2015	Marcella Grecco de Araújo
Cenários de gênero, sujeitos em trânsito: pelo devir feminista em audiovisuais contemporâneos (UFPE)	2015	Fernanda Capibaribe Leite
A Condessa de Monte Cristo: a representação da identidade da mulher presa na telenovela Insensato Coração (UFJF)	2015	William César Gonçalves
Movimentos sociais em rede e a construção de identidades: a Marcha das Vadias - SM e a experiência do feminismo em redes de comunicação (UFSM)	2015	Tainan Pauli Tomazetti
Identidade e suas costuras: processos midiáticos de representação da mulher em Páginas de vestuário no Facebook (Cáspere Líbero)	2015	Juliana Regina Machado
Mulheres e tecnologia: hackeando as relações de gênero na comunidade software livre do Brasil (UFBA)	2015	Mônica de Sá
Corpos visíveis: matéria e performance no cinema de mulheres (UFPE)	2015	Daiany Ferreira Dantas
Sob o risco do gênero [manuscrito]: clausuras, rasuras e afetos de um cinema com mulheres (UFMG)	2015	Carla Maia
METAMORFOSES DE PHOENIX: Representação Feminina em Fantasma do Paraíso (UAM)	2015	Nayara Vasconcelos

Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade (UFRGS)	2015	Marcia Veiga da Silva
A construção das relações de gênero na publicidade da cerveja Skol: uma análise sobre consumo, cultura e criatividade (UNB)	2015	Heloísa Oliveira

Em relação à constituição das investigações, é possível identificar alguns territórios comuns, mesmo que dimensionados em quadros teórico-metodológicos distintos. Essas territorializações foram pensadas não apenas por meio dos objetos, mas também por seus problemas de pesquisa e objetivos. Os principais eixos são: o jornalismo (17 pesquisas nas quais o jornalismo é refletido, seja ele de revista, impresso ou televisivo); o cinema (15 pesquisas nas quais o objeto cinema ou as narrativas fílmicas são refletidas); as telenovelas e ficção seriada (7 pesquisas nas quais o objeto em questão são as narrativas ficcionais em quaisquer meios ou suportes); a internet e as redes sociais (8 pesquisas); a publicidade (3 pesquisas); e as múltiplas mídias (4 pesquisas, estão os estudos de consumo, mídia um trabalho sobre música). Metodologicamente, os empreendimentos orquestrados nas pesquisas nos fornecem alguns dados ligados às principais preocupações dos territórios de pesquisa.

Entre as investigações de *jornalismo*, por exemplo, é reconhecível uma grande preocupação com os discursos, enquadramentos e com a construção das notícias. Nesse sentido, os problemas de pesquisa desses trabalhos estão, majoritariamente, voltados para o texto jornalístico, produzindo interpretações a respeito de suas intenções junto às representações elencadas. As problemáticas dessas pesquisas também são intensamente comuns entre si. Em sua grande maioria, são reflexões cujos empreendimentos correspondem a duas vertentes. De um lado, as pesquisas que buscam compreender e problematizar os modelos de representação e construção do feminino nos enquadramentos do jornalismo, seja de revista ou de jornal impresso. E, de outro, as pesquisas que dimensionam suas reflexões sobre a auto representação das mulheres em jornais alternativos ligados a movimentos sociais. Os estudos demonstram forte engajamento político e os resultados sustentados permitem denunciar as assimetrias que correspondem à representação e à padronização da mulher e seus papéis sociais em cotidianos demarcados pela discriminação de gênero. Outra

característica pertinente desses estudos está relacionada a majoritária produção de análises discursivas, semióticas e de conteúdo, preocupadas com o texto e com a enunciação jornalística. Isso se deve ao próprio elemento constituinte das investigações: desde onde elas problematizam seus objetos empíricos e também através de quais tradições ou linhas teóricas essas interrogações tomam forma. Apenas duas pesquisas as duas (VEIGA 2010; 2015) apresentam dimensões multimetodológicas e reflexões no âmbito da produção, do consumo e da recepção, para além dos textos, tornando-se mais afinadas ao caráter crítico das condições institucionais e dos processos de generificação. Essas investigações buscam descortinar os processos institucionais generificantes que formulam os saberes e as relações de poder produzidas tanto na prática jornalística quanto os seus modelos de formação nas universidades. Nesse sentido, torna-se clara uma lacuna para as pesquisas cujos empreendimentos cheguem nas leituras e no consumo das narrativas jornalísticas.

A correlação entre as questões de gênero e a formulação de uma problemática comunicacional nas pesquisas de jornalismo estão interseccionadas, na maioria dos casos, aos conceitos de representação e alteridade. A ideia de representação presente nos estudos está ligada à construção social da realidade pelo jornalismo e suas objetivações na vida social. Dessa forma, compreendendo as relações de gênero como marcas culturais, suas traduções, reflexos e caracterizações passam a ser instituídas no âmbito da comunicação pela via dos enquadramentos, das notícias e dos discursos e seus entremeados sociais. Assim, parece que as relações de gênero refletidas em tais investigações só passam a assumir um viés comunicacional no nível das representações sociais orquestradas pelas narrativas jornalísticas.

Nas pesquisas de *cinema*, não muito diferente, as problematizações estão ancoradas no corpo fílmico, ou seja, em análises que se concentram nos aspectos de construção ética, estética e narrativa do cinema, a fim de entender os processos de constituição dos enredos selecionados e suas representações. As pesquisas defendem, em sua maioria, uma mirada histórica atrelada às relações entre os marcadores analíticos de sexo/gênero, corpo e sexualidade o os filmes. Por esse motivo, os processos de produção adquirem um protagonismo maior do que nas pesquisas em jornalismo, apesar de, da mesma forma, o conceito de gênero estar atrelado à noção de representação. Contudo,

nessas investigações, há uma ênfase ao espectro político desse conceito vinculado a ideia geral de que o cinema produz saberes em processos de fração e escolha de determinados modelos sociais generificados a fim de serem reproduzidos no âmbito midiático.

Entre essas reflexões, as relações de gênero são dimensionadas em análises centradas em frentes que dialogam com as vias políticas do reconhecimento, da visibilidade, da representação e das identidades. É possível reconhecer, principalmente, duas fortes tendências: primeiro, aquelas investigações que tratam das especificidades de produção e representação das mulheres no cinema. Essas indagações são comumente aferidas nos trabalhos a partir da apropriação das teorias feministas e também de um reconhecimento pertinente de um campo de estudos de cinema e feminismo. Autoras como Teresa De Lauretis e Laura Mulvey, que embasam uma corrente de reflexões feministas para a área de cinema na década de 1980, são frequentemente apropriadas nas investigações. Portanto, existe um quadro conceitual de tensões e críticas já consolidadas que vem constituindo o campo dos estudos das mulheres no cinema. Isso nos leva também a uma vertente de pesquisas preocupadas com a produção cinematográfica de mulheres, seus processos de autoria e subjetivação nas narrativas fílmicas.

Da mesma forma, as investigações sobre *telenovela e ficção seriada* se concentram nos aspectos identitários que as narrativas e o enredo dos produtos em questão exprimem no contexto social. No entanto, essas pesquisas compreendem um universo de metodologias mais facetados, pois há uma gama de elementos e técnicas apropriados, como as pesquisas com foco na recepção e apropriação, que realizam trabalhos de inspiração etnográfica.

O conceito de gênero é acionado, assim como nos outros territórios, pelo viés da representação, no entanto, há maior ênfase nos processos identitários no sentido de reconhecimento ou politização dos personagens e das narrativas investigadas. A multiplicidade metodológica dessas pesquisas produz também distintas reflexões: de um lado, as investigações de recepção e apropriação das representações de gênero, que buscam entender *como* as telenovelas produzem sentidos e identificações no cotidiano das pessoas em nível microsocial. E, de outro, as pesquisas que refletem os textos ficcionais e sua produção e procuram compreender os *porquês* dessas representações em nível mais estrutural.

Nesses casos, então, os empreendimentos metodológicos são extremamente importantes, pois levam à configuração dos diagnósticos e das interpretações críticas e/ou descritivas da relação entre esses aparatos midiáticos e as dinâmicas culturais de sexo, gênero, corpo e desejo.

Essas investigações possuem algumas linhas de pensamento em comum. A primeira delas pode ser pensada pelo viés da recepção e da apropriação das telenovelas por grupos distintos de mulheres e também em relação aos contextos de produção e representação feminina na ficção televisa. Essas pesquisas nos alertam para um importante, e ainda pouco explorado, caráter de problemáticas interseccionais³⁹ nos estudos em comunicação, insuficiente nos estudos de cinema e jornalismo, por exemplo. Mesmo em seus limites, as investigações buscam aliar os marcadores de classe social, gênero, geração e etnia. Nessa dinâmica, os elementos refletidos nos fazem conhecer e pensar sobre a complexa realidade das mulheres brasileiras. Em contextos específicos, de caráter microsocial, os dados sugerem haver espaços de empoderamento e autorreflexão das mulheres pesquisadas em um jogo de assimilação e/ou crítica cultural.

Há, no entanto, alguns desafios pertinentes a serem discutidos. Em linhas gerais, as pesquisas tendem a suprimir uma relação horizontal entre os marcadores acima destacados em detrimento de um enfoque em apenas um deles, nas investigações desse período, por exemplo, o marcador de classe social é força motriz da maioria das análises e toma grande parte das articulações interpretativas. Além disso, apenas uma pesquisa realiza a intersecção entre gênero e raça (COUTINHO, 2010), este é certamente um espaço a ser preenchido em pesquisas no campo. Isso porque a articulação teórica-analítica dessas interseccionalidades, além de socialmente relevantes, qualificam a interpretação dos dados, fornecendo grande riqueza em termos de resultados teórico-empíricos.

Já, as pesquisas de *internet e redes sociais* possuem tanto recortes, problemáticas quanto metodologias distintas entre si, ora ligadas a expressão de movimentos sociais e da cidadania nas redes digitais, ora atrelados a convergência de discursos das mídias tradicionais na internet, ou ainda, ligados

³⁹ São pesquisas que contemplam os múltiplos marcadores que formam as identidades sociais como gênero, classe social, etnia e geração.

às reflexões a respeito da formação de grupos e espaços de discussão, compartilhamento e dinamização sociocultural de sujeitos nos ambientes digitais. No entanto, mesmo com a heterogeneidade de problemáticas e objetos, as pesquisas também giram em torno de processos identitários mas que, aqui, ganham força de fio condutor quando atrelados, principalmente, às noções de reconhecimento, conversação e políticas de visibilidade. Assim, de modo geral, a dinamicidade dos objetos de pesquisa nos ambientes digitais possibilita, ao contrário dos outros territórios acima descritos, uma ênfase na *ação* dos sujeit@s em relação aos usos das tecnologias de comunicação para revitalizar tanto o debate quanto as possíveis práticas identitárias ligadas às relações de gênero, sexualidade, políticas do corpo e do desejo.

As investigações de *e publicidade* do período investigado são apenas três, elas possuem em comum a análise dos estereótipos elegidos nas narrativas publicitárias. Muito embora tenha sido pouco tematizada nesse período, a publicidade é comumente refletida ao longo desses anos como objeto de tensão quando se trata do papel de objetificação da mulher nos estudos em comunicação. Embora com enfoques metodológicos distintos entre si, as discussões dos trabalhos problematizam criticamente *como* a publicidade reproduz padrões limitados sobre as expressões de gênero, alocando a problemática de gênero novamente no espectro das representações que adquirem, aqui, potencial crítico-descritivo por estarem atreladas, na sua maioria, aos próprios enredos publicitários. Como as investigações estão basicamente vinculadas aos produtos publicitários, este cenário nos permite dizer que essas pesquisas estão permeadas em maior ou menor grau pela falta de diversidade na eleição de objetos empíricos e pela escolha por análises voltadas aos discursos, sentidos e a enunciação das mensagens e textos publicitários.

As investigações do território *múltiplas mídias*, como o próprio nome deixa transparecer não estão atreladas a um objeto ou temática específica, na medida em que assinalam seus enfoques no entorno dos processos plurais de relação dos sujeitos com os meios, tecnologias, aparatos comunicacionais ou ainda a comunicação interpessoal. Com visões muito menos tradicionais das já constituídas nos outros territórios, como cinema e jornalismo, por exemplo, essas pesquisas acionam em suas reflexões os *processos* comunicacionais e suas

múltiplas circulações no que configura, principalmente, as estratégias sociais, políticas e identitárias na dimensão das relações de gênero e sexualidade. Com empreendimentos metodológicos abertos e criativos, as investigações flertam fortemente com outras áreas de estudo como a educação, as artes, a antropologia e a sociologia. Essa relação profícua, na maioria dos casos, amplia o entendimento de comunicação induzido pelas problemáticas, possibilitando também certa ruptura com os objetos empíricos em si e também certa independência para construir e problematizar as possíveis relações entre gênero e comunicação.

Diante dessas territorializações conseguimos observar claramente alguns segmentos e tendências tanto teóricos quanto metodológicos elegidos pelas pesquisas em comunicação e gênero de viés feminista. Esses territórios refletem também, de alguma forma, uma questão muito relevante para o campo da comunicação no que diz respeito ao que cada pesquisa entende como comunicação. Nesse sentido, olhar para os estudos de gênero no campo da comunicação é também olhar para a multiplicidade de linhas de pensamento que esse campo aglutina, algumas com mais tradição como os estudos em jornalismo e cinema, quando tratamos de objetos por exemplo, ou como os estudos de recepção e os estudos semióticos ou discursivos, quando tratamos de metodologias.

Como vimos até aqui, muito apesar da heterogeneidade das pesquisas ou desde onde elas passam a refletir as questões de gênero sob o viés feminista, há entre elas problematizações teórico-conceituais em comum. Os eixos de reflexão dos estudos feministas e de gênero em comunicação que vêm se constituindo desde a década de 1980 se conformam, principalmente, a partir de núcleos que vêm transformando seus enfoques de acordo com a conjuntura social do país e com as teorias de força no campo. De forma bastante sintética, pude identificar:

- 1) 1977-1989 – com um cenário de poucas pesquisas e de institucionalização dos estudos sobre mulher no país, o enfoque se constituiu basicamente entorno da a) *condição feminina* e dos b) *estereótipos sexuais*;

- 2) 1990-2000 – com um cenário de incorporação do conceito de gênero e das questões feministas nas pesquisas em comunicação, os eixos de reflexão dispersos anteriormente passam a se conformar com maior densidade entre: a) *estereótipos e ideologia dos meios* e b) *emancipação feminina*;
- 3) 2001-2009 – apesar da institucionalização dos estudos feministas no país, com grupos de pesquisa, eventos e revistas especializadas na área, os estudos feministas em comunicação sofrem certa despolitização teórica-epistemológica e se conformam nos seguintes eixos: a) *estereótipos e representação dos meios* com a substituição do conceito de ideologia pela ideia de representação e a continuidade do eixo b) *emancipação feminina*;

Entre 2010 a 2015 não há grandes transformações nesses núcleos de reflexão. Há, sobretudo, a consolidação das pesquisas que fazem a) *crítica aos estereótipos e representação dos meios*, em que estão a grande maioria das investigações. Acrescento, contudo, a palavra *crítica* como parte desse eixo, pois é justamente isso que essas pesquisas estimulam em conjunto: uma crítica em teor denunciativo aos modelos de representação das mulheres, da feminilidade e do feminino, seja através do conteúdo ou da apropriação dos discursos dos meios de comunicação. É importante pontuar que as pesquisas que configuram esse eixo, apesar de constituírem um importante olhar do campo da comunicação sobre os papéis de gênero e sobre a condição das mulheres no país, vem se configurando em lugar comum de pouco tensionamento. Se observamos esse cenário desde o início dos anos 2000, veremos que essas pesquisas possuem problemáticas, objetos e objetivos intensamente regulares entre si e que parecem não avançar do espectro denunciativo a fim de vislumbrar novos caminhos.

Coruja (2018) ao analisar as pesquisas que tratam de feminismo e comunicação no período de 2010-2015 também constata a forte tendência das investigações em refletir usualmente *como* os meios de comunicação representam as mulheres em caráter denunciativo. Outro aspecto importante para pensar essas pesquisas, é que, por constituírem uma força produtiva sobre a temática em nosso campo, também acabam por subscrever as interfaces entre

comunicação, gênero e feminismo, primordialmente, sob a égide do conceito ou da ideia de *representação*.

Podemos dizer que essa intersecção fornece ao conceito de gênero uma potência comunicacional por dois fatores: por repensar os modelos socialmente acionados para serem expostos pelas *mídias* para configurar uma dada realidade; e por servir de termo operacional no cerne de um processo político em busca de visibilidade e legitimidade das trincheiras feministas. Por outro lado, a luta por representação junto aos meios de comunicação possui uma função de incorporação normativa que sempre será excludente, na medida em que não corresponde à complexidade das articulações sociais e, nesse sentido, se não refletida em processos históricos que conseguem vislumbrar suas rupturas, tensões e descontinuidades, possui pouco valor explicativo em relação às construções de gênero, pois podem recair no caráter específico da identificação deliberada. Isso porque, mesmo produzindo certas realidades políticas, as representações estão a mercê das estruturas capitalistas hegemônicas de uma economia política que cria e monetiza assimetrias.

Apesar de se tratar de um número menor de investigações, o segundo núcleo de reflexão está intimamente conectado ao que podemos considerar revitalização ou reintrodução das problemáticas de gênero sob o viés feminista no campo. Principalmente a partir das pesquisas defendidas entre 2013 e 2015, o eixo *emancipação feminina* que vinha sendo timidamente formulado nos períodos anteriores, adquire uma potencial relevância qualitativa com a incorporação de uma analítica teórico-epistemológica feminista sobre os fenômenos comunicacionais. Esse núcleo de reflexão passa a se constituir como b) *emancipação feminina e luta feminista*. O termo *luta feminista* é acrescido, pois conota a intimação política desses estudos. São pesquisas que se constituem sob distintos objetos e caminhos metodológicos, porém seus empenhos comungam no tensiamento das práticas hegemônicas ao destacar: 1) os novos rumos do feminismo e suas relações com os meios de comunicação; 2) a cidadania e política para as mulheres e pelas mulheres e 3) a produção feminina e feminista de meios de comunicação e produtos comunicacionais alternativos. Nesse sentido, destacam-se as reflexões sobre corpo, subjetividades, experiência e articulação política de grupos e coletivos feministas, principalmente ligados às tecnologias de comunicação e informação.

Portanto, do ponto de vista comunicacional, a relação entre o feminismo e os meios de comunicação acentua a potencialidade reflexiva das pesquisas de gênero.

O grande destaque está em análises que dimensionam os espaços atuação do movimento no país. Essas pesquisas evidenciam, assim, as experiências feministas contemporâneas e o deslocamento das mulheres de objetos a sujeitos de seus próprios corpos, pleiteados como lugares de poder através de seus enlaces *com* e *nas* políticas de conformação midiáticas — no terreno da crítica aos meios de comunicação e em uma organização vinculada aos espaços comunicacionais, e, ao fazerem isso, redimensionam também certos lugares de poder e forças produtivas já instauradas no campo. Há, contudo, algumas discussões e temáticas que ainda merecem maior empenho. Destaco, nesse sentido, temas como: maternidade, migração, raça e etnia, muito pouco refletidos no período.

Por fim, gostaria de pontuar alguns aspectos gerais que demarcaram a constituição dessa genealogia. É possível considerar que não há em nosso campo, até o período em que concluo essa análise, a configuração de uma área de estudos que tenha como força motriz a problematização das questões de gênero sob o viés feminista. Isso porque a nossa produção até 2015 parece difusa e esparsa e, muito embora esse cenário esteja se transformando⁴⁰, ainda não constituímos núcleos de pesquisa e até mesmo material bibliográfico que fortaleça essa relação. Entre 1972 e 2015 foram defendidas aproximadamente 13.265 pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação, desse total 240 pesquisas, as que configuram essa genealogia, fizeram suas reflexões no tocante das questões de gênero e do feminismo, isso representa 1,78% das pesquisas em comunicação no cenário desses 43 anos de pós-graduação. Se observarmos esses números na conjuntura de seus períodos, veremos que não houve muita alteração quantitativa em proporcional ao aumento de PPG's e conseqüentemente de pesquisas defendidas:

⁴⁰ É importante considerar que a partir de 2015 aumentamos consideravelmente a nossa produção. Conforme pesquisa no banco de teses e dissertações da capes foram encontradas 58 investigações desse viés defendidas entre 2016 e 2018. Esse número é maior que a totalidade de pesquisas defendidas entre 2010 e 2015.

Quadro 6 – O Total de teses e dissertações defendidas *versus* o total de estudos de feministas de gênero (1972-2015)

Períodos	Teses/ Dissertações	Estudos feministas e de gênero	%
1972-1989	619	13	1,9
1990-2000	2.288	43	1,8
2001-2009	5.715	129	2,2
2010-2015	4.643	55	1,11
Total	13.265	240	1,78

Os fatores para tal conjuntura são diversos e vão desde aspectos institucionais, como o perfil das universidades, dos orientadores, dos grupos de pesquisas e das linhas de pesquisa dos PPG's em comunicação, até os aspectos científicos e epistemológicos, como a escolha de determinadas teorias, métodos e conceitos para se estudar no campo. Ambos fatores refletem diretamente na constituição dos núcleos de pesquisa e das associações científicas. Por exemplo, conforme o senso de 2016 do Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil, há na área da comunicação 719 grupos em atuação, desses, 11 se interessam ou pesquisam as questões de gênero de acordo com a minha pesquisa no próprio site do CNPq, sendo que, apenas 6⁴¹ existiam até 2015 e os outros 5⁴² iniciaram seus trabalhos a partir do ano de 2016.

Alguns aspectos científicos também constituem relações de poder sobre a condição marginal dessas pesquisas no campo da comunicação. As principais fontes conceituais nas investigações em comunicação ainda são representadas por uma significativa maioria de autores homens⁴³. Contudo, a questão que gostaria de pontuar não é o gênero dos autores, mas sim, em que dimensões

⁴¹ OBMIDIA UFPE - Observatório de Gênero, Democracia e Direitos Humanos;
GIG@ - Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura;
Grupo de Estudo e Pesquisa Cultura Científica, Gênero e Jornalismo;
Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero; Gênero, Comunicação e Sociabilidade;
GÊNERO, DISCURSO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: PARÂMETROS DE INTERPRETAÇÃO SOBRE GÊNERO (GEDIRES);
Afetos, Gênero e Encenações.

⁴² Grupo de Estudos e Pesquisas em Negritude, Gênero e Mídia – GEMINA;
Estudos em Gênero, Sexualidade e Comunicação;
Coragem - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero;
Comunicação, gênero e desigualdades;

⁴³ Como demonstram algumas pesquisas bibliométricas como Romancini (2006), que identifica os autores mais citados nas pesquisas de pós-graduação em comunicação e Primo e Stumpf (2008), que identificam os autores mais citados nos GTS da Compós. Ambas as pesquisas não refletem as questões de gênero, mas seus dados nos demonstram a significativa presença de autores masculinos e estrangeiros nas investigações e artigos da área.

suas teorias e conceitos permitem ou não vislumbrar as problemáticas de gênero como relevantes para o campo. Há certamente uma condição assimétrica de ordem estrutural que coloca certos autores como fontes hegemônicas para pensar, por exemplo, cultura, tecnologia, sociedade, meios de comunicação, epistemologia, ciência, identidade, representação, cidadania, política, jornalismo, entre tantos outros conceitos. Não seriam essas escolhas também generificadas?

Essa dimensão se torna mais complexa se pensarmos que, hoje, o nosso campo é composto por uma maioria de mulheres doutoras⁴⁴, mais de 50% conforme pesquisa do site Nexo Jornal. Mesmo assim, historicamente as principais associações científicas de nossa área foram poucas vezes presididas por doutoras. A Intercom⁴⁵, por exemplo, entre 1977-2017 teve dezessete mandatos com apenas 6 pesquisadoras como diretoras. E a Compós⁴⁶ possui em suas 14 diretorias entre 1991-2018 somente duas mulheres presidentes da Associação. Nesse sentido, certamente devemos considerar que existem certas linhas de força generificadas atuantes no campo, e elas condizem com o cenário de pesquisas que constitui as reflexões e as escolhas científicas da área. Além disso, essas duas associações só constituíram grupos de trabalho que tenham como foco discutir questões de gênero a partir de 2018. O GP Estéticas, Políticas do corpo e Gêneros, na Intercom, e o GT Comunicação, gêneros e sexualidades, que entrará em atividade na edição de 2019 da Compós.

Outro importante dado que pode ser pensado é a relação de pesquisadores e pesquisadoras que possuem bolsa de produtividade, concedida pelo CNPq, na área da comunicação. Conforme suas diretrizes de concessão, essas bolsas são destinadas “aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq”. No campo da comunicação, conforme os dados no site do CNPq, temos 128 bolsistas, entre eles 66 homens e 62 mulheres. Essas bolsas são divididas entre os níveis 2 e 1 – no nível 1 existe a gradação A, B, C e D, que compreendem a inserção desses pesquisadores e sua contribuição

⁴⁴ Segundo os dados da pesquisa do Nexo jornal: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil?utm_source=meio&utm_medium=Social&utm_campaign=socialbttns

⁴⁵ Dados retirados do site: http://www.portalintercom.org.br/memoria/linha_do_tempo

⁴⁶ Dados retirados do site: http://www.compos.org.br/a_compos.php

efetiva para área segundo as normas da agência entre elas: “excelência acadêmica, conjugada com liderança intelectual, presença institucional, inserção nacional/internacional e capacidade de formação dos pesquisadores”. Nossa área possui por ordem: 79 PQ-2; 19 PQ-1D; 7 PQ-1C; 10 PQ-1B e 14 PQ-1A. Em relação aos dois maiores níveis 1B e 1A, entre os 24 pesquisadores dessa classificação, apenas 8 são mulheres. Essa discrepância reflete em alguns aspectos sobre a ordem da dominância de certos paradigmas no campo, na medida em que essas agências de fomento consideram que os pesquisadores em nível A devam “extrapolar os aspectos unicamente de produtividade para incluir aspectos adicionais que mostrem uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa no Brasil e capacidade de explorar novas fronteiras científicas em projetos de risco”.

E por que menos mulheres possuem essas características, sendo que há um número muito parecido de pesquisadoras e pesquisadores com esse tipo de bolsa na área? Essa é certamente mais uma questão de gênero que precisa ser considerada em nível institucional. É sabido que a maioria das mulheres brasileiras possuem jornada dupla de trabalho, dividindo, muitas vezes, suas carreiras com a maternidade, com a família, e com o cuidado em diversos níveis, enquanto a maioria dos homens se dedicam integralmente às suas carreiras. Nesse sentido, o descuido com as questões feministas e de gênero nas pesquisas em comunicação, não pode ser pensado apenas no nível do uso dessas teorias nas pesquisas, mas também nos trânsitos e trajetos que levam ou não aos seus usos. Portanto, essa análise não seria completamente legítima se não considerássemos esses aspectos institucionais e científicos do campo, que ainda poderiam ser muito mais explorados.

Dessa maneira, de acordo com as tendências dos períodos estudados, desde a incorporação das teorias e conceitos feministas e de gênero entre as décadas de 1970 a 1990 até seu refluxo político no início do séc. XXI e seu reflorescer, nos primeiros cinco anos dessa década, observo que o que fomenta as escolhas teóricas e metodológicas das pesquisas em comunicação é a sua tendência ao empirismo. Ou seja, a análise de fenômenos culturais e tecnológicos de natureza imediata, sincrônica e pulverizada. Dessa maneira, o campo somente se atenta às questões teóricas e epistemológicas ligadas ao feminismo e aos problemas de gênero quando eles também são erigidos pela

sociedade e pela cultura política do país. São essas conjunturas contextuais que fazem “respingar” um viés feminista aos objetos elegidos nas pesquisas nos períodos estudados, e exatamente por isso aponto relevância de se pensar a conexão dos contextos históricos à produção científica.

Nesse sentido, arrisco afirmar, que, enquanto campo científico, ainda tratamos os problemas de gênero como temas subscritos em nossos objetos empíricos e não como problemáticas de caráter epistêmico, com teoria, conceito e método, daí a nossa fraca contribuição e tensionamento, sem contar as dimensões institucionais que reiteram a subalternização desse tipo de pesquisa, fatores que acredito estarem em processo de transformação nesses últimos três anos. Pois, o que fica dessa genealogia é potente.

Apesar de ainda não se tratar de um subcampo constituído na área da comunicação, posso afirmar que os estudos feministas e de gênero são uma área em plena formação, o que ficou evidente em suas linhas força, territórios de pesquisa e novas políticas de atuação teórica e metodológica nas investigações mais recentes. Talvez estejamos em pleno processo de produção, e exatamente por isso, não quero que saia daqui nenhuma ideia estanque. Apenas reflexões sobre caminhos que foram traçados heterogeneamente para contribuir com futuras pesquisas. Acima de tudo nesse processo, o tempo tem infundável importância.

4 OS ESTUDOS LGBT E/OU QUEER EM COMUNICAÇÃO

Com esse capítulo pretendo dar continuidade ao procedimento genealógico dos estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação. Nesse caso, me interesso pela segunda linha de força potencializada por essas investigações no campo: a perspectiva dos estudos LGBT e/ou queer. Contudo, meu objetivo, aqui, é compreender de forma mais profunda como os estudos queer atuam nessas produções. Isso, porque considero que sua apropriação recente nas investigações a respeito dxs sujeitxs e das manifestações LGBT trouxe à tona a perspectiva de gênero par tais estudos. Assim, esse capítulo é composto por uma genealogia que pode ser pensada em dois momentos: nas primeiras duas partes busco refletir o empenho teórico e epistemológico dos estudos queer em nível global e local. Para isso, encontro em algumas fontes bibliográficas e arquivos marcos conceituais e históricos que formulam essa perspectiva no desenvolvimento dos estudos de gênero e sexualidade. Na segunda parte, reconstituo uma possível trajetória dos estudos LGBT e queer nas pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação, produzindo uma versão histórica e teórica dessas pesquisas, entremeadas ao contexto social e ao desenvolvimento dos estudos queer no Brasil.

A insurgência dos estudos queer é multisituada em diferentes regiões do globo. Portanto, a leitura realizada nessa genealogia é propositalmente aberta a provocar alguns discursos que a constituem como um saber localmente situado no norte global. Prefiro dizer teorias ou estudos queer em vez de teoria queer. Quero evitar o entendimento de que há, nesse conjunto de ideias e reflexões, uma homogeneidade estéril de pensamento. Hoje também prefiro, já concordando com a pesquisadora e feminista Gayle Rubin (2016), recusar certa convenção de que esses estudos queer teriam unicamente florescido nos Estados Unidos da América no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. De acordo com a autora, já era possível identificar uma literatura queer estadunidense e europeia desde o século XIX, especialmente uma literatura acadêmica não institucionalizada e produzida por lésbicas e gays. Entretanto, gosto ainda mais da ideia descolonizada de recusar a convenção de que a corrente estadunidense e europeia dos estudos queer que aqui aportou nos anos

1990 teria inaugurado um pensamento queer no Brasil e no restante da América Latina.

4.1 A perspectiva queer para os estudos de gênero

Sob grande influência de fontes teóricas pós-estruturalistas, o que convencionalmente conhecemos como estudos queer se formularam como um campo acadêmico-político a partir de um contexto social de refluxo conservador, principalmente ligado a expressão das sexualidades não hegemônicas. Esse cenário foi resultado de uma conjuntura política que vinha ganhando força ativa desde o final dos anos 1960, quando ocorreu a chamada revolução sexual a partir de movimentos liberacionistas como o feminismo e os movimentos gays e lésbicos. Nesse espaço de tempo, até o final da década de 1980, ocorreram brechas para o desenvolvimento de discursos progressistas sobre as sexualidades desviantes e em 1973 a homossexualidade foi retirada da lista de patologias da Associação Americana de Psicologia e em 1975 foi a vez da Associação Americana de Psiquiatria fazer o mesmo⁴⁷.

Contudo, essa conjuntura progressista sofre forte retrocesso com o surgimento da epidemia de AIDS em meados da década de 1980. A doença foi instantaneamente apresentada pelos discursos conservadores e patologizantes da cultura hegemônica como o “câncer gay”, pela representatividade de casos na população homossexual:

a doença teve o efeito imediato de renovar a homofobia latente da sociedade, intensificando a discriminação já demonstrada por certos setores sociais. A intolerância, o desprezo e a exclusão – aparentemente abrandados pela ação da militância homossexual – mostravam-se mais uma vez intensos e exacerbados (LOURO, 2001, p. 545).

Ocorre nesse momento histórico o que é possível de denominar de repatologização das homossexualidades, agora com status de epidemia, gerando uma espécie de pânico moral nas sociedades ocidentais. Se voltarmos

⁴⁷ Embora isso tenha ocorrido, a Organização mundial da saúde inclui a homossexualidade na classificação internacional de doenças no de 1977, como doença mental (CID). É apenas em 1990 que a OMS faz uma revisão das doenças retira a classificação, além de retirar a nomeação de “homossexualismo” – o prefixo “ismo” na medicina indica doença. Apesar disso, cada país trata o tema da sua própria maneira. O Conselho Federal de Psicologia do Brasil, por exemplo, deixou de tratar a homossexualidade como doença em 1985.

para a história, veremos que a homossexualidade como conhecemos, ou ainda melhor, o sujeito homossexual, e claro, a própria heterossexualidade são invenções do século XIX⁴⁸, constituídas com o fim de patologização dos desvios sexuais não normativos, aqueles não ligados à finalidade de reprodução da espécie. A ideia de que a homossexualidade fosse um tipo de transtorno mental iniciou no final do século XIX, estando, sobretudo, associada ao livro *Psychopathia Sexualis* (1886) do sexólogo e psiquiatra austríaco-alemão Richard von Krafft-Ebing. Nesse livro, Krafft-Ebing relata, entre outros 200 estudos sobre práticas sexuais, que a homossexualidade era provocada por uma inversão congênita adquirida no nascimento. Essa perspectiva adquiriu força na comunidade psiquiátrica, e a homossexualidade passa a ser estudada cientificamente para a comprovação dessa teoria. Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria classificou a homossexualidade como “desordem” em seu primeiro *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais*. Nesse momento, a homossexualidade passou a ser tratada como problema psicológico e crime, e os saberes e práticas sociais normalizadores apelaram para medidas de internação, prisão e tratamento psiquiátrico dos homo-orientados (MISKOLCI, 2009). Até então, como afirma Ambrosino (2017), os seres humanos não haviam pensado que eles poderiam ser diferenciados entre si de acordo com o tipo de amor ou desejo sexual que sentiam. Os comportamentos sexuais já haviam sido identificados e catalogados, e até proibidos em certos momentos. Mas a ênfase estava no ato, não em quem o praticava (AMBROSINO, 2017). De acordo com Louro (2001, p.542):

Se antes as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia (uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir), tudo mudaria a partir da segunda metade daquele século: a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim marcado e reconhecido. Categorizado e nomeado como desvio da *norma*, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação – um lugar incômodo para permanecer.

⁴⁸ Conforme Ambrosino (2017, S/N) “No final dos anos 1860, o jornalista húngaro Karl Maria Kertbeny criou quatro termos para descrever experiências sexuais: heterossexual, homossexual e dois termos que hoje não são usados mas que na época descreviam masturbação e bestialidade, monossexual e heterogenit. Kertbeny usou o termo heterossexual uma década depois quando foi convidado a escrever um capítulo de um livro a favor da descriminalização da homossexualidade. O editor do livro, Gustav Jager, decidiu não publicá-lo, mas acabou usando os termos de Kertbeny em um livro que ele publicou em 1886. A vez seguinte em que a palavra foi publicada foi em 1889, quando o psiquiatra austríaco-alemão Richard von Krafft-Ebing a incluiu em um catálogo de “doenças sexuais” chamado *Psychopatia Sexualis*. Mas, em quase 500 páginas, a palavra “heterossexual” é usada apenas 24 vezes, e nem sequer consta no índice”.

A ideia de uma norma heterossexual⁴⁹, então criada para regulamentar jurídica, moral e psicologicamente a sexualidade humana foi e é mobilizada, como refletiu Foucault (1988), capilarmente pelos discursos da ciência assim como por instituições mais canônicas como a igreja, a família e a própria política, que produzem em conjunto um saber/poder sobre a sexualidade. Na contracorrente da ideia de anormalidade, surge na década de 1970 o movimento político gay e lésbico e de outras dissidências sexuais, bastante influenciado pela trajetória insurgente do movimento feminista de segunda onda. Nesse período, gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e travestis se unem para refletir demandas e repensar suas existências a fim de alcançar igualdade de reconhecimento social e justiça.

Este é o cenário no qual se configuram as primeiras políticas assimilacionistas do movimento, cuja intenção era a incorporação das homossexualidades e, em menor grau das dissidências de sexo/gênero⁵⁰, na ordem social existente. Para isso, cria-se um sujeito homossexual a partir de uma ótica identitária:

A afirmação da identidade supunha demarcar suas fronteiras e implicava numa disputa quanto às formas de representá-la. Imagens homofóbicas e personagens estereotipados exibidos na mídia e nos filmes são contrapostos por representações 'positivas' de homossexuais. Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política. O dilema entre 'assumir-se' ou 'permanecer enrustido' (no armário – *closet*) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade (LOURO, 2001, p.543).

Com essa lógica de bandeira identitária e aceitação integrativa ao *status quo*, o movimento passa, já no final da década de 1980, a sofrer certas rupturas internas. Essas fragmentações estavam ligadas ao desenvolvimento de ideias disruptivas a norma social vigente, sobretudo influenciadas pelo pensamento lésbico radical advindo da segunda onda do feminismo. Entre os argumentos, havia o questionamento dos ideais convencionais de amor, família, monogamia, sexo etc. Além disso, para alguns, a política identitária do movimento reproduzia

⁴⁹ O desejo sexual normal estava situado em um contexto maior de utilidade de procriação, uma ideia que combinava com as teorias dominantes sobre sexo no Ocidente. No mundo ocidental, muito antes dos atos sexuais serem divididos em hétero e homo, já havia uma outra ordem binária: sexo procriativo e não-procriativo. A Bíblia, por exemplo, condena o sexo homossexual pela mesma razão que condena a masturbação: porque a "semente" é desperdiçada no ato. Essa visão foi amplamente ensinada, mantida e reforçada pela Igreja Católica e depois por outras religiões cristãs

⁵⁰ As políticas sobre identidades trans começaram a ser pensadas apenas na década de 1990

uma ótica dominante masculina, que privilegiava os gays em detrimento das experiências e da visibilidade de lésbicas, transexuais, transgêneros e bissexuais. De acordo com Louro (2001), simultaneamente, com o impacto da epidemia de AIDS novas redes de solidariedade passaram a se constituir não mais alicerçadas pela lógica identitária, mas por ordens contra normativas, travando, de fato, uma cisão no movimento LGBT, entre os assimilacionistas e suas políticas identitárias e aqueles que buscariam desenvolver reflexões e embates críticos às dicotomias de gênero e sexualidade, que se autodenominaram de movimento queer.

Essas novas nuances no contexto político do movimento também provocaram transformações no âmbito acadêmico, e as teorias moveram-se da analítica das desigualdades e da defesa de identidades – onde estão os estudos sociológicos gays e lésbicos produzidos desde a década de 1970 – para o questionamento das categorias fixas, seus binarismos e limites, sob a ótica da crítica aos jogos de poder das normas sociais (LOURO, 2001; MISKOLCI, 2009). Na esteira desse pensamento surge, então, entre o final dos 1980 e início dos anos 1990, um movimento multifacetado de envergadura global formado por autoras e autores de distintas áreas do conhecimento que irá, em conjunto e de diferentes formas, constituir os estudos queer.

Entre as bases epistemológicas desses estudos é possível ressaltar um encontro promissor entre os Estudos Culturais e o pós-estruturalismo francês, estando, assim, interligados às correntes de pensamentos que problematizam e as concepções modernas de sujeito, identidade e identificação. Uma ideia importante que rege o pensamento queer é influenciada pela noção de sujeito advinda do pós-estruturalismo que, em contrapartida à ideia cartesiana, “é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido” (MISKOLCI, 2009, p.152). Também, o conceito de cultura⁵¹ ancorado pelos Estudos Culturais tem importante contribuição no que concerne a desconstrução das estruturas sociais para a compreensão dos motivos pelos quais indivíduos tornam-se o que são,

⁵¹ O alargamento do conceito de cultura pelos Estudos Culturais proporcionou uma ruptura de pensamento, na qual as práticas culturais eram vistas e analisadas de acordo com o contexto social, histórico e de relações poder no qual se encontravam. O cultural passou de dogma estrito, entre alta e baixa cultura, para tornar-se prática ordinária constituinte dos processos sociais. Assim, com distintos objetos de análise (literatura, cinema, televisão, artes etc) e mesclando qualitativamente inúmeras disciplinas sociais (sociologia, história, antropologia, filosofia, linguística etc), os Estudos Culturais iniciaram uma intensiva produção intelectual afinada aos debates de um projeto político pós-colonial (ESCOSTEGUY, 2001; TOMAZETTI; MARCONI, 2017).

ou seja, como são normalizados. É essa a virtude analítica que rege a argumentação dos estudos queer, que em si, prospectam uma crítica a conjuntura social vigente a qual reforça a “operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença” (MISKOLCI, 2009, p. 154).

Autores como Michel Foucault e Jacques Derrida foram de grande importância para o desenvolvimento teórico da perspectiva queer, principalmente a leitura de *A História da sexualidade*, de Foucault, obra publicada em 1976 e *Gramatologia* de Derrida publicada em 1967. O rompimento da hipótese repressiva das sexualidades advertido no primeiro volume de *A História da sexualidade* foi, de fato, relevante para os estudos *queer*. Não é que Foucault tenha dito que a repressão das sexualidades tenha sido mera ilusão, mas sim que “a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da idade moderna” (FOUCAULT 1988, p.17). Quanto ao pós-estruturalismo de Derrida (1973), os estudos *queer* utilizaram-se da perspectiva metodológica da desconstrução e da complementaridade. Segundo Richard Miskolci (2009), essa apropriação *queer* da teoria de Derrida sustenta a ideia de que desconstruir é explicitar o jogo entre presença e ausência de certas estruturas de sentido. Nesse caso, “a complementaridade é o efeito da interpretação porque oposições binárias como a de heterossexualidade/homossexualidade são reatualizadas e reforçadas em todo ato de significação (MISKOLCI, 2009, p.154).

Em sua gênese, os estudos *queer* também tiveram a influência das teóricas/ativistas feministas e dos antigos Estudos Gays e Lésbicos, mas não sem apresentar suas contraposições. Essas contraposições vão desde as críticas aos binarismos de gênero, passam pelas críticas aos fundacionalismos biológicos, pelas concepções de “essencialismos étnicos” e defendem o sujeito como um “termo em processo” (BUTLER, 2016). Textos de feministas lésbicas como *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*⁵², de Adrienne Rich,

⁵² Texto em que a autora critica a ideologia que supervaloriza a heterocentricidade, mesmo entre feministas. De acordo com sua crítica, Rich coloca-se a favor de um continuum lésbico, que abarcaria um grande escopo de variedades de experiências de identificação entre mulheres. Para ela, a existência lésbica deveria ser reconhecida historicamente como estratégia de empoderamento para todas as mulheres.

publicado em 1980 e *O pensamento hétero*⁵³, de Monique Wittig, publicado em 1988, também constituíram algumas continuidades e rupturas entre os estudos feministas e os estudos queer. Essas autoras irão contribuir justamente na reflexão sobre a condição heterosocial que produz o gênero em relação contínua com o desejo sexual. Como destaquei no capítulo anterior, o pensamento feminista desse período havia mostrado que o suposto olhar neutro que constitui a política, a ciência e as instituições modernas é de fundo a ótica masculina. Em continuidade a esse pensamento, os estudos queer dirão que, além de masculino, esse mesmo olhar é heterossexual e generificado no centro de normas sociais e relações de poder.

Nesse ponto, também é possível visualizar a presença de uma crítica engendrada pelos Estudos Culturais. Miskolci (2009) lembra que o que denominamos hoje de Estudos Culturais originou duas vertentes principais: os estudos pós-coloniais e os estudos *queer*, ambos encarados como teorias subalternas que elaboram uma crítica aos discursos hegemônicos da cultura ocidental. Os estudos pós-coloniais se ocupam de uma estratégia desconstrutiva e propositiva dos efeitos que as ações colonizadoras deixaram na cultura dos “países do sul”, sugerindo intervenções através da política, da filosofia e das artes. Os estudos *queer* também propõem esta crítica predominantemente desconstrutiva contra a epistemologia hegemônica e ocidental, mas com foco nas normatizações de uma cultura e de uma cidadania engendrada pelas normas de sexo/gênero. E ambas bebem da mesma fonte, pois foram os Estudos Culturais os primeiros a contestar, de maneira interdisciplinar, as distinções hierárquicas e a dar atenção às culturas, aos grupos e aos sujeitos sociais historicamente estigmatizados, explorados e subalternizados (MISKOLCI, 2009).

Em 1990, Teresa de Lauretis empregou a denominação Teoria *queer* pela primeira vez para contrastar o pensamento *queer* com os estudos sociológicos de gênero e sexualidade no artigo *Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities*. A fim de demonstrar um comprometimento político e epistemológico que não aspira ao centro e nem quer ser integrado ou tolerado, a autora também politiza um termo que durante muito tempo foi usado para ofender e desqualificar os

⁵³ Para Wittig, o sexo é social e se constitui como uma categoria política e não biológica. Para ela, o sexo escraviza as mulheres; na medida em que o ser sexuado em nossas culturas é obrigatoriamente a mulher em relações heterosociais.

sujeitos que desviam ou transgridem as normas de sexo/gênero: *queer* significa estranho, esquisito, transviado, bicha ou sapatão. Também no ano de 1990 o livro *Epistemologias do Armário* de Eve Kosofvsky Sedgwick foi lançado e não tardou para que os estudos *queer* possibilitassem uma alternativa de crítica radical aos estudos canônicos da área.

Sedgwick argumenta que o dispositivo da sexualidade e a ordem social são configurados pelo binarismo homo/heterossexual. Para ela, os discursos oficiais enclausuram a homossexualidade recusando-a de forma taxativa e violenta. Nessa ótica, a epistemologia do armário, ou seja, a interdição das expressões sexuais não normativas, funciona em termos sociológicos para a existência da norma sexual hegemônica⁵⁴. Em um contexto no qual a sexualidade produz uma identidade que precisa ser coerente, o sujeito homossexual é, ao mesmo tempo, proibido e necessário para a existência da ordem heterossexista. A homofobia, portanto, é o resultado das estratégias de manutenção da ordem vigente como naturais e moralmente aceitas. Conforme Miskolci, ainda, no seu primeiro trabalho *Between Men – English Literature and Male Homosocial Desire* (1985), Sedgwick constata que a homofobia está alicerçada na misoginia, marcando relações de poder da ordem social que afetam tanto as mulheres heterossexuais como gays e lésbicas:

Este primeiro estudo *queer* abalou a concepção usual da heterossexualidade ao revelar a história de sua construção e, portanto, o fato de que ao invés de natural, ela é compulsória. Ninguém nasce heterossexual, é a sociedade que força a todos a assim serem. Por quê? Porque a heterossexualidade compulsória é a base de toda uma ordem que beneficia com poder os homens que subordinam as mulheres e não se relacionam amorosamente com outros homens. Em outras palavras, vivemos em uma época em que a heterossexualidade é o meio privilegiado de socialização e apenas neste regime de verdade as pessoas são reconhecidas, aceitas e inseridas nas principais instituições sociais (MISKIOLCI, 2007, p.57)

É possível observar que Sedgwick utiliza-se da expressão heterossexualidade compulsória, primeiramente refletida por Adriene Rich em

⁵⁴ Conforme reflete Miskolci (2007), Sedgwick afirma ser necessário ter em mente que o armário não é um objeto de reflexão apenas sobre aqueles que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, mas também o meio de regulação que garante privilégios àqueles que se relacionam com indivíduos do sexo oposto e mantém a ordem heterossexista com suas instituições (como o casamento e a família tradicionais) e seus valores (como a assimetria entre os gêneros). Em suma, o armário não diz respeito apenas àqueles que vivem suas vidas amorosas em segredo, mas também àqueles que usufruem o privilégio de vivê-las abertamente.

1980, tensionando essa ideia na esteira de uma analítica queer. No mesmo espectro de torção de conceitos já evidentemente complexos, em 1991 Michel Warner, denominará o dispositivo da sexualidade foucaultiano, no interior de uma crítica queer, de heteronormatividade. Esse conceito torna-se logo imprescindível como estratégia analítica para refletir a dinâmica social que demanda obrigações e descreve situações, normas e ritos com os quais se transforma a heterossexualidade como fundamento da sociedade e, portanto, natural, coerente e neutra. A heteronormatividade, assim como o dispositivo da sexualidade foucaultiano, não se resume aos desejos sexuais heterocentrados – homem/mulher –, mas é pensada em virtude tanto das práticas sexuais hetero/homo como em relação à ordem de gênero masculino/feminino:

(...) ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 157).

Ainda em 1990 o quadro teórico conceitual dos estudos queer ganha mais uma obra de envergadura com a publicação de *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, da filósofa Judith Butler. No livro, a autora busca produzir uma tese a respeito das identidades de gênero e sexualidade no espectro da teoria feminista, dos estudos gays e lésbicos, do pós-estruturalismo e da psicanálise. Em um sentido genealógico foucaultiano, Butler se preocupa com a desestabilização da categoria de sujeito, propondo que sexo e gênero “são efeitos – e não causas – de instituições, discursos e práticas” (SALIH, 2012, p. 21).

Ao recair na reflexão das categorias de sexo e gênero, a autora passa a considerá-las, através da crítica ontológica, como saberes constituídos sobre os corpos sexuados. Para ela, não se pode entender os gêneros como estados definitivos dos sujeitos já que, tanto o gênero quanto o sexo, estão colocados em nossas sociedades como efeitos recíprocos de um status corporal construído pela cultura. Enquanto conceito político “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os

próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2016, p.27). É particularmente nessa reflexão que Butler estabelece uma importante contribuição aos estudos de gênero/ estudos queer e também aos estudos feministas, pois ao desconstruir, ou até mesmo refutar a hipótese da naturalização de uma das esferas que compõe o sexo/gênero, a autora explicita sua condição de instrumento (saber/poder) legitimador de uma ordem compulsória que tende a assegurar sua condição pré-cultural e pré-discursiva por meio de estratégias culturais (BUTLER, 2016).

A sintonia dos estudos *queer* com a obra de Butler, além da clara influência teórico-metodológica, está justamente na afirmação de que a linguagem preexiste e, portanto, assim como não existe identidade fora da linguagem, não existe sexo/gênero fora do discurso. Pelo contrário, o sexo/gênero é produzido no interior dos processos linguísticos e discursivos. Trata-se, então, de um corpo/sexo/gênero como significado e como significação, um corpo que só pode ser conhecido, apreendido, compreendido através da linguagem e do discurso. Logo, a linguagem não apenas nomeia o corpo como também institui o próprio corpo, isto é, o corpo é um aspecto do discurso que tem o poder de produzir o que nomeia (BUTLER, 2016). É possível notar que Butler traz à tona nessa reflexão a torção dos conceitos de sexo e gênero no encaminhar de um pensamento que, de certa forma, estabelece um *continuum* entre os estudos feministas e os estudos queer.

Nesse contexto, a torção de alguns conceitos, já trabalhados por autoras e autores distintos, são relevantes na constituição da tese de Butler, o primeiro deles seria a noção de *ordem compulsória* entre um sexo, um gênero e um desejo/prática sexual. Para ela, essa ordem gera um sistema linear que exige a coerência total entre os termos. A sustentação da ordem compulsória se dá por meio de uma estratégia classificatória, linguística e discursiva de saber/poder, o sexo/gênero

A ordem compulsória é fraturada pela emergência cultural daqueles cujo gênero é incoerente e descontínuo, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2016, p. 38)

Essa ordem coerente, assim como a heterossexualidade compulsória, prevalece na matriz cultural vigente, e quando é fraturada estabelece identidades

não inteligíveis, desviantes, descontínuas e incoerentes. Esse rompimento é estrategicamente censurado e rechaçado para a manutenção da ordem linear. Nesse sentido, a ideia compulsória por detrás da tríade sexo/gênero/desejo, nos ajuda a formular essas categorias como ficções que regulam nossos corpos a fim de que estejamos de acordo com os regimes de poder, normalização e normatização heterossexistas, que convergem em si na manutenção da opressão masculina.

Outra importante contribuição da autora nesse livro é a noção de *performatividade* de gênero. Ao desfazer a distinção entre sexo e gênero, Butler argumenta que não há, assim, nenhum corpo natural que exista antes da sua inscrição cultural. Isso pressupõe apontar que gênero não é aquilo que somos, mas aquilo que fazemos. A substituição do *ser* para o *fazer* tensiona a prescrição ontológica e identitária por detrás da linguagem e do discurso que possibilitam a nossa existência na matriz cultural. É nessa reflexão que está embasada a ideia de performatividade como uma sequência de atos repetidos no interior de uma dinâmica altamente rígida a partir da qual se cria e se estiliza o gênero:

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem um *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. (BUTLER, 2016, p.194, grifo da autora)

A partir dos atos performativos a ação de fazer um gênero é o efeito da constituição do sujeito e sua identidade e não a sua causa. Por essa razão, é importante salientar que os atos performativos são normas rígidas e regulatórias de sexo/gênero que preexistem ao feito. O modo de instrumento de subversão será determinado e possibilitado pelo próprio instrumento, em outras palavras, a subversão e a agência são condicionadas, se não determinadas, por discursos dos quais não se pode fugir. A reflexão da autora encaminha-se para o que denomina de subversão do status de gênero como forma de desencaixe da ordem compulsória (heterossexualizante). Sendo assim, se os gêneros são uma fabricação instituída por atos performativos, eles não são nem verdadeiros ou falsos, mas efeitos de um saber/poder que legitima esse discurso como verdadeiro, primário e estável. Nesse sentido, o desencaixe da ordem, bem

como a performatividades de gênero que se possibilita instável, não-inteligível, podem se tornar estratégias que denunciam o caráter fictício e parodiável das identidades coerentes.

Assim como Sedwick, Warner e Lurtis, Butler contribui imensamente com os fundamentos dos estudos *queer* ao indagar a ficção do binarismo sexo/gênero, repensando a noção de sujeito estável e coerente no interior das estratégias discursivas, talvez por essa razão, *Problemas de gênero* continua sendo uma das obras mais revisitadas e refletidas quando se trata de entender processos de generificação por meio dessa perspectiva. Gostaria também de apontar a relevância de outras teóricas e teóricos queer com reflexões mais contemporâneas como Paul Beatriz Preciado, que publica nos anos 2000 o livro *O manifesto contrassexual* e Marie Helene Boucier, que em 2005 publica seu livro *Sexpolitiques: Queer Zones (2)*.

Ao basear suas análises em conceitos como normatividade, saber/poder, desconstrução, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade, sexo/gênero, performatividades, as formulações dos teóricos queer rompem com os limites da heterossexualidade, revelando as potencialidades da constituição do sujeito para além dos binarismos homem/mulher, hetero/homo, masculino/feminino. Os estudos queer recorrem a ideia de embaraçamento entre as categorias, voltando-se para as populações estigmatizadas pela operação binária e, assim, gays, lésbicas, drag queens, transgêneros, travestis, transexuais e outras tantas dissidências de gênero e sexualidade passam a ser compreendidos de acordo com seus próprios termos.

4.2 E o que tem de queer no sul global?

Gostaria de iniciar essa parte da genealogia com a trajetória do movimento LGBT em solo nacional. Penso que há, aqui, uma considerável reciprocidade entre o contexto político e social dos ativismos LGBT e da constituição de um campo de pesquisas que trata das dissidências de gênero e sexualidade sob essa perspectiva, assim como o feito já conhecido do movimento feminista. As datas podem ser traiçoeiras e redutoras de certas trajetórias, porém, inegavelmente elas representam certa contingência, sobretudo, no traçar de algumas linhas de força e na captação de certas

estratégias históricas de saber/poder (FOUCAULT, 1988). Minha intenção nessa seção é buscar identificar momentos históricos que ajudaram a formular um campo de saberes ligado às desconstruções de sexo/gênero e sexualidade, mesmo antes da leitura e apropriação de autoras e autores considerados precursores dos estudos queer. No meu ponto de vista, esses saberes estão muito mais embaraçados e interconectados do que friccionados, contudo, é preciso dar atenção as especificidades da produção de cada época e de como o contexto social brasileiro contribuiu para constituição do paradigma dominante de investigação e pensamento em cada período.

No Brasil, é possível reconhecer a emergência de um movimento político das causas LGBT a partir do final da década de 1970, no contexto de ditadura militar, advindo de ideias e reflexões coletadas pelos exemplos de intelectuais e ativistas latino-americanos e também de brasileiros exilados que entravam em contato com o pensamento progressista circulante nos países europeus e nos EUA. Conforme Louro (2001), é também nesse período que nas artes, no teatro e na música⁵⁵ alguns artistas apostam na ambivalência das expressões de gênero e sexualidade, realizando performances e ocupando espaços *mainstream* na cultura do país.

A fundação do grupo Somos, em 1978, é considerada um marco da articulação do movimento de forma mais organizada. Com sede em São Paulo, a constituição do Somos foi marcada pela efervescência da contracultura no país, produzindo um discurso de luta contra o autoritarismo e pela transformação da sociedade, cujo objetivo estava em levantar a bandeira das homossexualidades como forma de corromper com as estruturas sociais. Conforme conta o historiador americano James N. Green, que participou ativamente desse processo (2000):

Durante o longo verão entre 1978 e 1979, uma dúzia de estudantes, escriturários, bancários e intelectuais reuniam-se semanalmente em São Paulo. Indo de apartamento em apartamento, sentando no chão

⁵⁵ “As décadas de 1960 e 1970 são marcadas pelo lançamento de diversas peças de teatro e romances sobre o tema da homossexualidade, como por exemplo: a peça *Nosso Filho vai ser mãe*, de Walmir Ayala, interpretada em 1965; *The Boys in the Band – Os rapazes da banda*, peça off- Broadway apresentada no Brasil em 1968; *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*, de Fernando Mello, interpretada em 1974; e os romances *O Beijo no asfalto*, de Nelson Rodrigues (1966); *Histórias do amor maldito*, antologia de 35 contos de diversos autores brasileiros sobre a homossexualidade, editado por Gasparino Damta (1967); *Primeira Carta aos Andróginos*, e Aguinaldo Silva (1975); e o amplamente divulgado *A Meta*, de Darcy Penteado, de 1976. Nesta mesma tendência, é importante perceber os diversos ícones artísticos como Caetano Veloso, Ney Matogrosso – Secos e Molhados, e os Dzi Croquettes, que contribuíam para o embaralhamento das noções de papéis de gênero” (BENETTI, 2013, p.34).

por falta de móveis suficientes, eles planejaram o futuro da primeira organização pelos direitos dos homossexuais no Brasil. As reuniões se alternavam entre sessões de conscientização e discussões. Os participantes, na maioria homens gays, mas também algumas lésbicas que iam e vinham, debatiam as últimas matérias contra os homossexuais publicadas pelo jornal escandaloso Notícias Populares, e a resposta que deveria ser dada pelo novo grupo, Ação pelos Direitos Homossexuais (GREEN, 2000, p. 272).

Ainda de acordo com Green, tensionamentos marcaram a constituição do grupo desde a escolha do nome, que primeiramente seria Ação pelos Direitos Homossexuais. Após um longo debate naquele verão, os membros do movimento decidiram pelo nome *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*. O grupo se assumiu em público na arena de lutas sociais brasileiras em 6 de fevereiro de 1979, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, em meio a um debate sobre as “minorias brasileiras” – mulheres, índios, negros e homossexuais – (GREEN, 2000). A criação do Somos nasceu marcada pela primazia de seu caráter político, mas também pela polarização entre os ideais da esquerda e a autonomia das lutas das minorias que, posteriormente, seria responsável por alguns de seus conflitos internos.

Em 1978 também nasce o jornal Lampião da esquina, importante meio de comunicação alternativo que dará vigor ao movimento recém organizado no país. O jornal, em formato tabloide, era produzido por um grupo de escritores e intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo e obteve grande destaque pela visibilidade atingida com sua distribuição nacional. A linha editorial da publicação seguia ordem das manifestações contra o autoritarismo político o preconceito da sociedade brasileira, discutindo abertamente sexualidade, discriminação e machismo por meio de reportagens, textos e colunas. O Lampião teve vida editorial curta, durou até 1981, com 38 edições, apesar disso, as discussões levantadas tanto pelo jornal quanto pelo grupo Somos foram consideravelmente responsáveis pela gênese do movimento LGBT no Brasil.

Conforme Fachini (2009), o Somos inspirou a formação de outros grupos espalhados pelo Brasil até o início dos anos 1980. Esses coletivos eram pequenos, em grande maioria, e integrados pela classe média intelectual de universitários, professores, funcionários públicos, que já faziam parte da luta contra a ditadura no país. Formulam-se nesse período as principais bandeiras de luta e demandas do movimento que perduram até os dias de hoje. Entre elas Fachini cita: “luta contra a violência e a discriminação voltadas para

homossexuais, pelo “casamento homossexual”, pelo tratamento digno na mídia, por educação sexual nas escolas e contra a patologização de homossexuais” (FACHINI, 2009, p.60).

Nos primeiros anos da década de 1980 ocorre uma fricção de nível político e ideológico nesses grupos⁵⁶, há também certo espraiamento geográfico do eixo Rio-São Paulo para outros estados do país. De acordo com Green (2000), em 1981, no auge do movimento, existiam 20 grupos organizados no Brasil, no entanto, três anos mais tarde somente sete grupos sobreviveram: “vários fatores contribuíram para o declínio do movimento. Com algumas exceções, os grupos nunca passaram de várias dezenas de membros em um determinado momento. Faltavam recursos financeiros e infra-estrutura”. Além disso, o contexto da epidemia de AIDS contribuiu para o esmaecimento dos grupos que se proliferavam em relação às liberdades sexuais, muitos deles redefiniram seus rumos para políticas de luta contra a doença. O fim da ditadura, em 1985, também fez com o que movimento se projetasse para os novos rumos da democracia, com a expectativa de direitos assegurados, isso “exigia uma mudança de perfil para a continuidade dos grupos, pois não oferecia mais o “inimigo” externo que unificava todos contra “o poder”” (FACHINI, 2009, p.61).

Nesse contexto, novas lideranças e novas políticas de ação refizeram o movimento no fim da década de 1980, entre elas, está a criação do Grupo Gay da Bahia, fundado pelo antropólogo e professor Luiz Mott. O GGB, como é conhecido é hoje o grupo mais antigo em atuação Brasil. Nessa época, de contexto de epidemia de AIDS e com a proliferação de um discurso conservador e moralista, o grupo alcançou feitos importantes como a campanha para convencer o Conselho Nacional de Saúde a abolir a classificação que categorizava homossexualidade como uma forma tratável de desvio sexual.

Liderada por Mott, a campanha conseguiu o apoio de organizações profissionais importantes e várias Assembleias Legislativas. Intelectuais e personalidades importantes assinaram um abaixo-assinado nacional exigindo a revogação da classificação. Em fevereiro

⁵⁶ Conforme Green (2000, p.283), em maio de 1980, o Somos se dividiu em relação a sua participação nas mobilizações operárias e no papel da esquerda no movimento gay. “Aqueles que se opunham à construção de alianças com o movimento operário e a esquerda formaram um novo grupo em São Paulo, que se chamava Grupo Outra Coisa: Ação Homossexualista. As lésbicas do Somos, que já tinham organizado um coletivo autônomo dentro da organização, saíram do grupo para formar uma entidade independente, o Grupo Lésbico Feminista, onde elas podiam organizar suas atividades sem preocupar-se com sexismo em um grupo dominado por homens”.

de 1985, o conselho removeu a homossexualidade da categoria de doenças tratáveis (GREEN, 2000, p.284).

Outro importante nome nesse período é João Antônio Mascarenhas, um dos fundadores do Lâmpião da Esquina e do Grupo Triângulo Rosa. Mascarenhas foi um dos responsáveis pela disseminação da ideia de orientação sexual no país como forma de demarcar a inclusão das homossexualidades na nova constituição federal. Entre 1987 e 1988, o Grupo Triângulo Rosa organizou campanhas para incluir medidas que proibissem a violência baseada na orientação sexual na Constituição:

Em 28 de janeiro de 1988, 461 dos 559 membros da Constituinte votaram, porém somente 130 apoiaram a provisão que proibia a discriminação. Vinte e cinco dos 33 pastores evangélicos da Constituinte votaram contra a medida. A bancada da esquerda, incluindo o PT, apoiou a proibição da discriminação baseada na orientação sexual (GREEN, 2000, p.285).

Muito apesar dessa derrota, o movimento LGBT nacional a partir dos anos 1990⁵⁷, em contrapartida ao desmantelamento de outros movimentos sociais, passou se fortalecer, com a proliferação de grupos, instituições e ONGs. Diversos setores da sociedade civil começaram a levantar a bandeira dos direitos da população LGBT em suas plataformas. Nesse momento, também surge com força no país um mercado especializado em diversos âmbitos. Conforme Fachini (2009), constituem-se, além disso, as primeiras associações entre os ativismos LGBT e os partidos políticos nacionais como o PT e o PSTU, mas é somente no começo dos anos 2000 que essas relações começam a tomar forma:

(...) as primeiras demonstrações mais vivas de reconhecimento de LGBT nas políticas públicas e nos programas de governo aparecem de modo mais expressivo apenas nos anos 2000. Isto sugere um processo de construção da legitimidade da temática LGBT nos partidos, que ocorre em meados dos anos 1980 e se intensifica nos anos 1990. Nesse processo, a proposição do projeto de lei sobre a parceria civil

⁵⁷ Algo interessante de se reconhecer a partir dessa década é transformação das siglas do movimento. Isso porque essas transformações são resultado de disputas e reflexões internas de modo a repensar a representatividade de seus sujeitos políticos. Conforme retoma Fachini: “em 1993, ele aparece descrito como MGL (“movimento de gays e lésbicas”) e, após 1995, surge primeiramente como um movimento GLT (“gays, lésbicas e travestis”) e, posteriormente, a partir de 1999, começa a inaugurar também como um movimento GLBT – de “gays, lésbicas bissexuais e transgêneros”, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o B de bissexuais à sigla aceita no país e convencionando que o T se refere a travestis, transexuais e transgêneros. A solução provisória encontrada pelo XII EBGLT foi posteriormente revogada e, em 2008, o evento já se chamava EBLGBT (Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). A sigla do EBLGBT acompanhou mudança ocorrida em meados do ano de 2008, a partir da Conferência Nacional GLBT, quando, não sem alguma polêmica, foi aprovado o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento” (FACHINI, 2009, p. 63-64).

entre pessoas do mesmo sexo, em 1995, é um marco que indica as primeiras conquistas dessa articulação LGBT pela via partidária. As mudanças, no entanto, não se restringem ao aumento e à diversificação dos grupos e à ampliação da rede de relações do movimento (FACHINI, 2009, p.63).

No espectro acadêmico, é possível dizer que as questões que envolvem as dissidências de gênero e sexualidade foram prioritariamente desenvolvidas no Brasil, assim como as questões feministas, no campo dos estudos socioantropológicos. As primeiras reflexões remontam ao final da década de 1970. Simões e Carrara (2014) se dedicam a essa genealogia citando os trabalhos pioneiros de Carmem Dora Guimarães, *O homossexual visto por entendidos* de 1977; de Rosemary Lobert, *A palavra mágica Dzi: uma resposta difícil de se perguntar*, 1979, além das importantes pesquisas de Peter Fry, *Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei*, de 1982 e *Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil* também de 1982; e o artigo *Escravidão e homossexualidade* (1982), de Luiz Mott.

Esse período é marcado por uma contraposição às hipóteses higienistas das teses sobre homossexualidade produzidas por médicos sanitaristas e psiquiatras nos primeiros anos do século XX, essas pesquisas traçavam um perfil comum aos chamados pederastas, ressaltando os malefícios das práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo (GREEN, 2000). Foram iniciadas, nesse momento, as investigações autorais de pessoas assumidamente gays e lésbicas, que reclamavam uma postura política no entorno da construção das homossexualidades, discutiam as dificuldades enfrentadas e as estratégias de luta contra a opressão das dissidências sexuais em solo nacional (GÓIS, 2003).

A partir de meados da década 1980 a produção acadêmica desses estudos, muito embora esparsas, acabam tomando maior fôlego, principalmente em virtude da organização política do movimento LGBT e do aparecimento dos primeiros casos de AIDS, que se tornou um grande tema até meados da década de 1990⁵⁸. Simões e Carrara (2014) destacam as investigações de Roberto Leite,

⁵⁸ Conforme Góes (2003) "O levantamento da bibliografia sobre homossexualidade, bissexualidade e HIV/AIDS na área de ciências sociais e afins realizado por Carmem Dora Guimarães, Veriano Terto Júnior e Richard Parker, 1992, mostra com clareza essa tendência. Dos cerca de cem trabalhos coligidos publicados entre 1972 e 1991, 31 referem-se diretamente a questões que ligam AIDS e condutas homoeróticas. Desses, 30 foram publicados entre 1985 e 1991, não coincidentemente um momento no qual aquela epidemia tornava-se um problema central na sociedade brasileira"

Acasos, casos e ocasos: o relacionamento sexual masculino e a ideologia sexual dominante (1986); a relevante obra de Nestor Perlongher *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo (1987)*, além dos livros *O lesbianismo no Brasil (1987)* e *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição (1989)*, ambos de autoria de Luiz Mott.

Nos primeiros anos década de 1990, esses estudos sofrem uma guinada significativa e acabam se diversificando em relação às temáticas, teorias e quadros metodológicos (GÓES, 2003). Destacam-se, entre muitas outras investigações, as pesquisas de Richard Parker *Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo (1992)*, Maria Luiza Helborn *Dois é par. Gênero e identidade sexual em contexto igualitário (1992)* e Hélio Silva *Travesti, a Invenção do Feminino (1993)*. No final dos anos de 1990 e na virada do século as investigações irão aumentar consideravelmente, surgem outras denominações e perspectivas teórico epistemológicas, incluindo aqui as incorporações dos estudos queer e dos novos paradigmas identitários como as lesbianidades, as transexualidades, as travestilidades, as bissexualidades e outras tantas dissidências de sexo/gênero e sexualidade que serão refletidas no campo das ciências sociais. Essas novas temáticas começam a ganhar terreno próprio como um campo de estudos, que surgem de certa fricção com os estudos até então realizados, os quais se dedicavam em maioria aos homens gays.

Para Simões e Carrara (2014) o campo dos estudos das homossexualidades no Brasil sofre duas grandes fraturas que dão ao seu conjunto uma complexidade teórico-metodológica. Tradando das ciências sociais, os autores dizem que a primeira ruptura corresponde a emergência gay-lésbica, que ocorre entre 1970 e 1980, na qual toma-se como objetos principalmente as homossexualidades masculinas com uma tardia reflexão sobre as identidades lésbicas, isso acontece de forma simultânea ao desenvolvimento do movimento LGBT no país:

No Brasil, sobretudo a partir dos anos 1980, “homens homossexuais”, muitos já autoidentificados como “gays”, rompiam com as expectativas de feminilidade que de modo geral recaíam sobre eles, afirmando de diferentes maneiras que não era porque se sentiam sexualmente atraídos por pessoas do mesmo gênero/sexo que se identificavam com o sexo/gênero oposto. Menos visível socialmente, o mesmo processo ocorria com “mulheres homossexuais/lésbicas”. Tornava-se concebível e até mesmo desejável que parcerias homossexuais envolvessem

homens igualmente viris e mulheres igualmente femininas, ou parceiros que pudessem alternativamente ocupar posições ou performances masculinas e femininas sem se fixar em nenhuma delas (SIMÕES; CARRARA, 2014, p.82).

Posteriormente, os autores identificam a emergência das pesquisas trans, situadas no final dos 1990 e início dos anos 2000. Assim como ocorre na produção das pesquisas gays e lésbicas, as pesquisas sobre travestis, transexuais e transgêneros é articulada pela própria organização social de pessoas trans em movimentos, coletivos e ONGs. Além disso, havia uma intensa necessidade de constituir políticas públicas para essa população e estudos que viabilizassem a realidade desses sujeitos tornaram-se urgentes no país. Para Simões e Carrara, além do fato de levantar a bandeira trans, as pesquisas produzidas no início dos anos 2000 sobre a temática, irão tentar desmitificar as confusões categóricas a respeito dessa população. Havia um paradigma a ser rompido com a invariável incompreensão sobre as dissidências de sexo/gênero.

Os estudos queer tiveram grande importância nesse procedimento de ruptura com as ideias normativas que negavam as experiências trans e de outras dissidências de sexo/gênero. Revisando os discursos já convencioneados, essas teorias teriam nos chegado, especialmente dos Estados Unidos, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, pelas portas das universidades brasileiras, e não de modo encadeado com as mobilizações que estavam acontecendo nos Estados Unidos na década de 1980 e 1990. Lá havia, na verdade, uma conjunção de grupos de ativismos queer organizados que combatiam um novo recrudescimento conservador em função da epidemia da AIDS e uma corrente de estudos que se apropriou e politizou o termo queer. Aqui, fora das universidades, era mais sintomático um desconhecimento ou uma rejeição ao queer feita por alguns movimentos LGBT que recém estavam se organizando após anos de sufocamento da ditadura civil-militar e que agora enfrentavam os efeitos políticos e culturais da AIDS por meio de estratégias de conciliação e assimilacionismo, postura igualitária que também estava encampada nos Estados Unidos.

De acordo com a revisão historiográfica escrita por Benetti (2013), o envergamento dos estudos queer ocorreu de forma gradual no país, acompanhando não apenas a maturidade dos estudos de gênero no campo

intelectual brasileiro ao longo dos anos 1990, como também através de um forte diálogo com pesquisadores de outros países. Sobretudo, Benetti entende que o início de uma história dos estudos queer no Brasil não deve atender a uma solidificação teórica ou a uma busca pelo estabelecimento de uma data ou de uma publicação. Em seu texto, também é possível notar que desde a emergência das teorias queer passou a existir um diálogo potente desta corrente de pensamento com diversas áreas de conhecimento, com especial destaque para a educação, a sociologia e a antropologia.

Assim como Góes (2003) e Simões e Carrara (2014), Benetti também problematiza o lugar subalterno dos estudos LGBT na construção de um campo de estudos de gênero no Brasil. Essa condição está atrelada, sobretudo, ao próprio desenvolvimento de núcleos de pesquisa e fomento para questões mais ligadas às problemáticas feministas durante as décadas de 1970 e 1980. Contudo, com o surgimento das revistas Estudos Feministas em 1992 e Cadernos Pagu em 1993, os estudos de gênero no Brasil passaram a se consolidar em termos teóricos, o que fez ressaltar o desenvolvimento de novas propostas e problematizações. É justamente a partir desse espaço de trocas que, em meados da década de 1990, o interesse pelas reflexões de Judith Butler teve seu início, antecedendo a recepção dos estudos queer no Brasil. De acordo com Benetti, essa relação começa a tomar forma quando, em 1995, Karla Bessa Martins escreve uma resenha do livro *Gender Trouble: feminism and subversion of identity*, ainda sem tradução no Brasil, para a Revista Cadernos Pagu:

O título do texto é Gender Trouble: outra perspectiva de compreensão do Gênero. Nesta resenha Martins documenta o que talvez tenham sido as primeiras leituras e interpretações do livro de Judith Butler no Brasil. O livro foi publicado em 1990 e em 1995 ainda tinha que ser lido em sua versão original, pois a íntegra do texto só seria traduzida ao português em 2003. Em geral, a resenha aponta para os primeiros diálogos com as teorias de desconstrução das identidades e demonstra o entusiasmo de quem está entrando em contato com novas teorias (BENETTI, 2013, p.59).

As reflexões de Butler começam a se tornar, assim, atraentes para os pesquisadores da área de gênero no país, sobretudo pela noção crítica de sujeito e identidade, e pelas ideias de performatividades de gênero e heterossexualidade compulsória. O que a torna uma autora que, ao meu ver, realiza no campo dos estudos de gênero brasileiros a intersecção entre os

estudos feministas e os estudos LGBT. Isso porque em grande medida, e de forma intensamente crítica, Butler não separa os procedimentos de generificação dos sujeitos de suas expressões de sexualidade e desejo, há sobretudo, uma conexão constante que mobiliza sua teoria.

Conforme Benetti (2013), essa relação começa a se fortalecer quando, em 1998, a *Cadernos Pagu* publica a tradução do artigo de Butler *Contingent Foundations: Feminism and the Question of "Postmodernism"* de 1990, no volume 11 da revista. Em 1999 a *Cadernos Pagu* também publica na sua edição especial de 50 anos de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, dois artigos⁵⁹ que fazem diálogo com os escritos de Butler e que, além disso, começam a se utilizar da expressão queer e dos conceitos como "heterossexualidade compulsória, heterossexismo, binarismos, desnaturalização do sexo, sexualidades múltiplas" (BENETTI, 2013, p. 61).

Seguindo a linha genealógica, é possível notar a contribuição do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu e da revista *Cadernos Pagu* como pioneiros na divulgação de algumas das ideias queer junto aos estudos de gênero nacionais. Além disso, sobressaem-se nessa história outros nomes importantes como o de Guacira Lopes Louro, professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que fundou o GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) em 1990. A pesquisadora publicou artigos e livros de destaque para a incorporação dos estudos queer no Brasil: *A escola e a produção das diferenças sexuais e de gênero* (Revista de Educação CNTE, 1998); *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (1999) e *Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação* (Revista de Estudos Feministas, 2001), considerado por alguns autores o texto marco dos estudos queer no Brasil.

Contudo, Louro divide espaço com outros nomes que realizaram publicações (resenhas, artigos, dissertações, teses) nesse mesmo período, como Mário César Lugarinho (USP), *Dizer o homoerotismo em português: como traduzir a teoria queer* (1999) e *Como traduzir a teoria queer para língua portuguesa* (Revista Gênero, 2001); Denilson Lopes (UFRJ): *Manifesto camp* (Revista Gragoatá, 1997); Tomas Tadeu da Silva (UFRGS): *Documentos de*

⁵⁹ Os textos *Feminismo e Lesbianismo: Identidade em questão* de Tânia Navarro Swain, e *A Performatividade da masculinidade Portenha no churrasco* de Jeffrey Tobin

Identidade, uma introdução às teorias do currículo/Uma coisa 'estranha' no currículo: a teoria queer (1999) e Marko Synésio Alves Monteiro: *Masculinidade em revista: um estudo da VIP, Exame, Sui Generis e Homens* (Unicamp, 2000)⁶⁰.

É possível perceber que há um conjunto multisituado de pesquisadoras e pesquisadores que farão a incorporação dos estudos queer nas pesquisas brasileiras. Essa incorporação tem, em suas particularidades, o empenho de tomar para si uma epistemologia crítica a fim de entender as realidades do sul global. Nesse sentido, concordo com as proposições de autor@s como Pelúcio (2014); Bento (2017); Pereira (2015) e Benetti (2013) que buscam não sobreescrever os estudos queer como aportes teórico-metodológicos emprestados de outros contextos, mas como uma epistemologia de saber subalterno formulada como ferramenta analítico-crítica da sociedade heterossixta e de suas mazelas.

Larissa Pelúcio (2014), Berenice Bento (2017) e Paulo Gomes Pereira (2012) já elaboraram diferentes tentativas de traduções e torções destes estudos (e da própria grafia inglesa do termo queer para teorias cu, teorias cuir ou teorias transviadas). Também apontaram a necessidade de descolonizar (e penso que isso também significa “racializar”) os estudos queer para que estes não sejam, mais uma vez, uma reinscrição hierárquica do binômio centro/periferia: eles, são as cabeças do “Norte” e produzem as teorias. Nós, que fomos sistematicamente produzidos como o cu do mundo do Sul global, as lemos e as aplicamos em nossa realidade.

Felipe Rivas San Martín (2011), lembra que nossas leituras de Butler, Eve Sedwick, Michel Warner, Paul Beatriz Preciado, Sam Boucier e Teresa de Lauretis não sejam usadas apenas como mimese, mas sim como apropriação antropofágica a partir das nossas culturas e das nossas geografias anatomizadas. Pelúcio (2014), já ressaltou a necessidade de dar reconhecimento a outros teóricos e teóricas latinas do final do século XX. Isto é, aqueles e aquelas que assumiam uma postura epistemológica queer sem estabelecer um diálogo direto com a primeira geração dos estudos queer dos Estados Unidos, a exemplo da *ciência de bueiro* feita pelo antropólogo Nestor Perlonguer e seu *Negócio de Michê: prostituição viril em São Paulo* (1987).

⁶⁰ Para maiores detalhes sobre essas publicações ver Benetti (2013)

Benetti (2013), vai mais além e considera certas características das perspectivas queer já sendo refletidas em artigos da revista *Lampião da Esquina* (1978-1981):

Lampião da Esquina é um jornal que escreve para o público do seu tempo, e com as ideias do seu tempo, porém não posso deixar de evidenciar que as discussões realizadas por seus editores contribuam para uma arqueologia do saber sobre a Teoria Queer. Além disso o jornal dedica alguns números para as questões que seriam tratadas posteriormente com mais dedicação pelos teóricxs queer, como um número inteiro dedicado à questão da transexualidade, a edição nº 35, e também a edição nº 32, com matéria de capa falando sobre travestilidade. É interessante perceber a visibilidade destxs questões neste momento histórico marcado principalmente pela luta homossexual e lésbica (BENETTI, 2013, p.40).

Gosto de lembrar também, assim como apontou Miskolci (2009), de que os estudos queer, seja aqui no Brasil, na Argentina, no Chile, na França, na Espanha, na Colômbia ou nos Estados Unidos não são apenas uma corrente de pensamento que abriga as dissidências de sexo/gênero. Acho mais adequado dizer, de antemão, que os estudos queer devem ser encarados como um conjunto de saberes subalternos construídos fora das sistematizações tradicionais do pensamento dominante e que propõem uma crítica predominantemente desconstrutiva contra a epistemologia hegemônica, generificada, masculinista, sexuada, ocidental, positivista e eurocêntrica, ainda que a própria ideia de teorias queer descoloniais sejam um desafio que precisa ser enfrentado (GOMES, 2015).

Hoje, no Brasil, estamos em uma realidade diferente, pois essas ideias e reflexões queer estão sendo agenciadas, apropriadas, rasuradas, sujas, mastigadas e reviradas pelas mãos, bocas e cabeças de estudantes, ativistas, músicos, escritores, professores, artistas, militantes e pesquisadores brasileiros, nas ruas, nos diretórios acadêmicos, nas universidades, nos grupos de militância, nas escolas, nos debates das redes sociais. São, também, quase cooptadas por instituições financeiras e quase silenciadas por movimentos ultraconservadores, que são os mesmos que protestaram contra a vinda de Judith Butler ao Brasil no ano de 2017. Ou se manifestaram pelo fim da mostra Queermuseu no Santander Cultural, também em 2017.

As especificidades da história dos estudos e dos ativismos LGBT brasileiros escavadas até aqui me fazem pensá-los em extrema conexão com o argumento dos estudos queer por uma lógica político-social que está muito além

do comprometimento teórico com autoras e autores estrangeiros. Exatamente por isso creio que seja necessário ampliar esses termos – LGBT e queer – para os entendermos em linhas de pensamento muito mais associadas do que apartadas. Isso porque já convencionalmente os estudos LGBT e queer são tratados sumariamente como se fossem significantes de abordagens distintas e até mesmo contrárias no que condiz ao argumento identitário e assimilacionista de um e desconstrutivista e pós-identitário de outro. Isso se dá pela forma com que encaram as problemáticas de gênero e sexualidade. Por exemplo: é comum assistir nas pautas mobilizadas pelo movimento LGBT a ideia de que ser gay, lésbica, bissexual é algo normal, e que essas identidades querem ser reconhecidas socialmente e, assim como os heterossexuais, querem casar, ter filhos e viver uma vida monogâmica. Paralelo a isso, os estudos e ativismo queer questionam: Por que queremos uma vida similar aos heterossexuais? Por que o casamento proposto é baseado na família nuclear? Por que dependemos da assimilação à heteronormatividade para sermos reconhecidos? Por que precisamos nos assimilar a uma ordem que recusa as diferenças sexuais e de gênero que não estejam conformadas com a uma moralidade burguesa, medicalizada e eurocentrada?

Contudo, se pararmos para refletir a sociedade brasileira e o contexto de formação das nossas identidades, ambas as formas de olhar para as dissidências de sexo/gênero e sexualidade foram/e são desde sempre disruptivas e epistemologicamente subalternas quando comparadas a outros modelos de conhecimento, e, claro, com a violência social em que as expressões de gênero e sexualidade não normativas são encaradas em nosso contexto. Embora isso possa parecer contraditório nos termos com os quais esses estudos vieram para cá, no país em que mais se mata gays, lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros, é, sim, desconstruído, disruptivo, contra normativo defender essas bandeiras identitárias como forma de conduta social possível, assim como também é, mais claramente, desconstruído viver no desencaixe entre sexo-gênero-desejo a fim de fugir das categorias que cerceiam a constituição de nossas vidas. Ao meu ver, é uma questão de contexto e contingências.

Por esse motivo, é importante reconsiderar algumas ideias ativas vislumbradas nas apropriações dos estudos queer. Primeiramente, a noção de

identidade rejeitada é aquela que essencializa os sujeitos em vias de generalizações fixas e a-históricas. Não se trata, então, de uma corrente de pensamento que nega a relevância de identidades políticas, mas pensa suas reivindicações em outros termos, muito mais questionadores do que assimilativos.

Este é um *olhar subalterno* muito mais do que um olhar *sobre* o subalterno, pois busca evidenciar que a criação de categorias estáveis é força motriz do pensamento binário e de suas consequentes assimetrias. Em uma genealogia a respeito desses saberes, torna-se evidente que o queer é muito mais do que uma denominação ou termo referente as rupturas pós-identitárias ou a uma nova identidade fluída, mas é uma vertente de pensamento ao mesmo tempo epistemológica, teórica e política. No meu ponto de vista, os estudos queer foram formulados por pensador@s feministas a fim de generificar os estudos de sexualidade. Por isso, assim como os estudos feministas, os estudos queer são políticos, e não podem se desprender dessa virtude em razão de sua gênese. Como bem esclarece Larissa Pelúcio em reflexão com Foucault:

a teoria queer deve sua elaboração a um complexo processo histórico e político pelo qual “saberes sujeitados” foram se insurgindo e conquistando, a partir do segundo pós-guerra, múltiplas arenas de expressão. Para Michel Foucault, os saberes sujeitados compunham um conjunto heterogêneo de conhecimentos silenciados pelas circunstâncias históricas estabelecidas por densas relações de poder e que foram desqualificados, deslegitimados, em nome de um conhecimento verdadeiro, “em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns” (Foucault, 2005: 12-13) (PELUCIO, 2014, p.37)

Nesse sentido, é preciso entender a constituição desses estudos no Brasil como uma tessitura complexa de discursos contra opressores de acordo com seu tempo, e suas fissuras teóricas como formas de entender e de analisar politicamente essas mesmas opressões.

4.3 O que quer o queer nas pesquisas em comunicação brasileiras? Uma genealogia das teses e dissertações (1990-2015)

Em 2015, em um evento acadêmico da área, eu estava apresentando um artigo no qual identificava algumas vertentes dos estudos de gênero nas pesquisas em comunicação. No momento do debate, um professor já instituído no campo questionou: o que quer o “*cuér*”? “Essa não é apenas mais uma

denominação para os estudos ativistas gays?”, perguntou ele em tom de afirmação. Naquele momento, imbuído de um *habitus* acadêmico, resolveu explicar epistemologicamente a ruptura queer em relação aos estudos de gênero, mas ele parecia não entender, ou procurou desconsiderar, os limites e tensões que eu havia traçado de um campo para o outro.

Esse questionamento é tão instigante quanto problemático por sua ênfase a-política no entorno de uma teoria que se diz política desde o princípio, sobretudo porque essa virtude não a torna academicamente questionável. Por essa razão, essas perguntas me perseguiram durante os anos seguintes, tonando-se força motriz para o desenvolvimento desse momento genealógico, como também de um curso de comunicação gêneros, sexualidades em três universidades federais no sul do Brasil⁶¹ e do primeiro evento acadêmico de gênero e comunicação do país, o Aquenda⁶². Sobretudo, porque ainda existe um desentendimento primário em relação a esses estudos no campo da comunicação no Brasil. Os relatos de outros colegas que trabalham com essas perspectivas fazem coro a essa narrativa. Muitas vezes, com tom de desdém e provocação, as epistemologias subalternas são desafiadas a se explicar, dizer para o que vieram e porque existem: “E se são políticas? Militantes? Não deveriam estar em outro lugar? ”.

Pois bem, academicamente essa é uma questão até mesmo simples de ser justificada: o desconhecimento dessas teorias em nossa área, gera uma lacuna que precisa ser preenchida e essa é uma história que, *queer* queiram ou não, existe para ser contada. Já no sentido epistemológico, minha trajetória de reflexão e estudo sobre as relações de gênero me faz considerar que os estudos queer generificaram os estudos das sexualidades brasileiros, e justamente por isso justifico meu empenho em pormenorizar essas relações e encarar essa genealogia como particularmente interessada em saber como a perspectiva queer⁶³ atua na configuração dos estudos de gênero em comunicação.

Nesse mesmo sentido, existem caminhos e estratégias discursivas calcadas pelos processos históricos das ciências sociais e suas paralelas

⁶¹ O curso de extensão Gêneros, sexualidades e comunicação oferecido na UFRGS em 2016, na UFRGS e na UFSC em 2017 e na UFSM em 2018.

⁶² O I Aquenda de comunicação, gêneros e sexualidades, que ocorreu entre os dias 1, 2 e 3 de agosto de 2018, na Faculdade de Biblioteconomia e comunicação da UFRGS, em Porto Alegre.

⁶³ Assim como pensei os estudos feministas

rupturas epistemológicas e institucionais que fazem parecer “normais” e academicamente corretos aqueles questionamentos objetivistas acima tratados. Travando algumas batalhas com meu mapeamento, eu demorei a acreditar que antes de 1990 não houve nenhuma tese ou dissertação no campo da comunicação que tratasse das homossexualidades. Isso significa apontar que nos primeiros 18 anos de Pós-Graduação em comunicação no Brasil, as dissidências de gênero e sexualidade não foram sequer consideradas como temática de pesquisa no campo⁶⁴. Essa ruptura ocorrerá apenas em 1990, quando, Margareth Rossi defende a dissertação *Homossexualidade masculina: caminhos percorridos* (UFRJ). Muito embora meu entusiasmo em ler e refletir seu pioneirismo, infelizmente essa pesquisa não se encontra disponível na biblioteca de teses e dissertações da UFRJ, não tive acesso nem ao seu resumo. Mesmo assim, penso ser relevante pontuá-la como uma investigação ainda isolada no campo, já que a temática só será alvo de reflexão novamente sete anos depois.

Em 1997, Rosana Soares defende a dissertação *Imagens veladas, imagens re-veladas: narrativas da aids nos escritos do jornal Folha de S. Paulo (1994-1995)* (USP). Buscando refletir as construções narrativas da AIDS em matérias do jornal paulista, a investigação de Soares está mais interessada em pensar as estruturas discursivas e os enunciados produzidos pelo jornal do que pela questão das sexualidades. Muito embora, o trabalho dê algumas pistas importantes sobre como a AIDS vinha sendo enfrentada no país numa relação com a homossexualidade masculina, assim como fez Fausto Neto (1996) em outra reconhecida e similar investigação do campo⁶⁵. Porém, em ambas as reflexões as problemáticas desenvolvidas giram no entorno da linguagem e das estruturas discursivas, sem o devido alcance ou destaque para o tensionamento dessas realidades pelo espectro generificado desses mesmos discursos.

Esse primeiro momento de investigações ainda esporádicas encerra-se no ano de 2000 com duas pesquisas. A dissertação *Matou a bicha e foi ao*

⁶⁴ Contudo, esse não é um dado que deve ser considerado como única forma possível de reconhecer esses estudos no campo da comunicação. Além disso, eu encaro esse conhecimento sobre esses processos históricos como provisórios e inacabados, assumindo suas fragilidades em relação as pesquisas mapeadas, devido a própria dificuldade encontra-las, principalmente aquelas defendidas entre 1970 e 1986.

⁶⁵ FAUSTO NETO, Antonio. *A Construção da Aids na Mídia Impressa*. 1. ed. São Paulo: Hacker, 1996.

cinema. *A representação da homossexualidade nos programas televisivos populares: um estudo sobre ética, violência e educação na mídia brasileira* (UFRJ), de Luiz Claudio Gonçalves, investiga a representação das homossexualidades a partir do tratamento sensacionalista de alguns programas televisivos. Já a dissertação *O estilo Sui Generis de vida gay: identidade e esfera pública* (UFMG) de Marcus Antônio Lima, busca compreender, de forma bastante ampla, o processo de constituição da identidade gay a partir da revista *Sui Generis*, o autor faz reflexões sobre o que denomina de “estilo de vida gay” e “cultura gay” e sobre a possibilidade de uma esfera pública para a discussão das homossexualidades naquele momento a partir dessa mídia. Ambas as investigações possuem aproximações teórico-conceituais pela perspectiva das identidades, há sobretudo uma reflexão de caráter inicial sobre os procedimentos adotados pelos meios de comunicação em questão para representar as homossexualidades. Contudo, mesmo sendo vetor de discussão, as questões de gênero e sexualidade são tangenciadas, sem que haja um empreendimento teórico que lhes dê alguma relevância nos trabalhos.

Quadro 7 – Teses e dissertações em comunicação com temática LGBT (1990-200)

Investigações 1990-2000	Ano	Autoria
Homossexualidade masculina: caminhos percorridos (UFRJ)	1990	Margareth V. Rossi
Imagens veladas, imagens re-veladas: Narrativas da AIDS nos escritos do jornal “Folha de S. Paulo” (USP)	1997	Rosana de Lima Soares.
Matou a bicha e foi ao cinema. A representação da homossexualidade nos programas televisivos populares: um estudo sobre ética, violência e educação na mídia brasileira (UFRJ)	2000	Luiz Claudio Gonçalves
O estilo Sui Generis de vida gay: identidade e esfera pública (UFMG)	2000	Lima, Marcus Antônio Assis.

Os estudos produzidos entre a 1990 e 2000, não estão preocupados em desenvolver teoricamente as reflexões de gênero e sexualidade. Pelo contrário, eles tangenciam os problemas de gênero e sexualidade em detrimento de outras questões como os enunciados discursivos, a gramática televisiva e a própria discussão genérica sobre as identidades. Há, sobretudo, um alcance do tema pelo interesse do campo nesse período em centrar suas reflexões no estudo das mídias: jornal, televisão e revista.

Portanto, embora a temática das sexualidades inicie nos anos 1990, não é até o início da década 2000 que ela será encarada de forma mais crítica pelos

estudos em comunicação. Não há, dessa forma, nenhuma tendência ou incorporação epistemológica que dê luz aos estudos de gênero e sexualidade nesse período, e muito menos por uma perspectiva queer. Mesmo assim, considero importante reconhecer o empenho reflexivo dessas investigações, pois ao que tudo indica, seus autores encararam um campo de pesquisas ainda inexplorado na área, e, provavelmente, essa inconsistência teórico conceitual em relação a temática se deve, em boa medida, pela própria constituição institucional da área da comunicação e a inexpressiva aderência dos PPGs pelo tema naquele momento.

4.3.1 2001-2009: Os estudos gays e lésbicos em comunicação e o paradigma identitário

A primeira década dos anos 2000 foi, em suma, de muita relevância para os ativismos LGBT brasileiros, assim como para o campo de estudos das dissidências de gênero e sexualidades que começou a se conformar no início dos anos 1990 e passou a se consolidar com significativas pesquisas e reflexões teórico-metodológicas. Ao contrário do que acontece com outros ativismos, como o movimento feminista, o movimento LGBT brasileiro toma maior fôlego nessa década, principalmente em relação às suas demandas políticas, travando embates em relação à representação das homossexualidades nos meios de comunicação e pela necessidade de instituição de leis contra a violência. Ocorre também maior atenção das identidades lésbicas e transexuais, que embora já fizessem coro ao movimento ainda permanecessem até a virada do século à margem da sua atenção política. Há também nesse período a consolidação de um nicho de mercado econômico destinado a população LGBT no país. Em praticamente todos os setores de consumo constituem-se produtos e serviços especializados. (FACHINI, 2009).

Nesse contexto, os estudos queer brasileiros ganham notável impulso acadêmico em diversas áreas do conhecimento. Além de autores que já vinham produzindo tensões queer no Brasil desde da década de 1990, como Guacira Lopes Louro, Denílson Lopes, Mario César Lugarinho e Tania Navarro Swain, os anos 2000 trouxeram novos pesquisadores que produziram artigos e pesquisas

que muito contribuíram para difusão dos estudos queer, como Berenice Bento Larissa Pelúcio, Richard Miskolci e Leandro Colling.

Entre algumas publicações iniciais em artigos de revistas e eventos, o ano de 2003 é marcado pela primeira versão traduzida do livro *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade*, de Judith Butler. Nesse mesmo ano, Berenice Bento defende o que provavelmente foi uma das primeiras teses de doutorado no país sob a perspectiva queer, *A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (UNB), pesquisa que será publicada em livro no ano de 2006, no qual a autora explica detalhadamente os estudos queer, relacionando-os ao contexto brasileiro. No ano de 2004 Guacira Lopes Louro publica o livro *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*, com uma seleção de artigos sob viés queer que vinham sendo produzidos por ela nos últimos anos, conforme Beneti (2013), esse é o primeiro livro, escrito por uma autora brasileira, que se utiliza da expressão “teoria queer” em seu título.

Ainda em 2004 Larissa Pelúcio publica o artigo *Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo* na Revista *Anthropológicas*, texto em que a autora ensaia uma aproximação com os estudos queer, que serão aprofundadas em sua tese de doutorado em ciências sociais *Nos Nervos, Na Carne, Na Pele - uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids* (UFSCAR), publicada em 2007, e em diversos artigos como, *Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem*, publicado na Revista *Estudos Feministas* em 2006; *Fora do Sujeito E Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis que se prostituem*, publicado na Revista *Gênero* em 2007 com parceria com Richard Miskolci.

Miskolci é também uma fonte importante para a conformação dos estudos queer nesse período, em 2005 o autor publica seu primeiro artigo discutindo com maior foco os estudos queer na Revista *Teoria e Pesquisa* intitulado *Do Desvio às Diferenças*, no qual realiza uma reflexão histórica sobre as teorias sociológicas do desvio ao longo do século XX até chegar em um panorama dos estudos queer como novo paradigma teórico das diferenças. Em 2009, Miskolci publica na Revista *Sociologias* o artigo *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*, artigo que possui uma detalhada reflexão

sobre os paradigmas constituintes dos estudos queer em relação ao campo da sociologia. Esse artigo torna-se uma referência recorrente nas pesquisas sob o viés queer no Brasil, justamente porque reúne seus principais aspectos teóricos e metodológicos.

A partir desse momento, os estudos queer irão se proliferar em um número diverso e movente de artigos, livros e pesquisas nas áreas da antropologia, sociologia, educação e história, mas e seu diálogo com os estudos em comunicação? Não há claramente algum pesquisador ou pesquisadora da comunicação que tenha contribuído teoricamente para a dispersão desses estudos, exceto o artigo *Manifesto Camp* (Revista Bogotá, 1997) de Denilson Lopes (UFRJ), pesquisador que mais tem se destacado na área com publicações sobre cinema e estudos queer, além de ter sido orientador de algumas das primeiras pesquisas sob o viés queer no campo da comunicação. Ainda assim, embora Denilson Lopes seja graduado em jornalismo e atue como professor no Programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura (UFRJ), sua formação (mestrado e doutorado) foram em literatura e sociologia. Por isso, também faço recordar o nome de Leandro Colling (UFBA), que apesar de ter sua formação na área da comunicação, atua em um Programa de Pós-Graduação interdisciplinar. Colling vem publicando artigos e pesquisas sob o viés queer desde 2007, inclusive em periódicos da comunicação como *A heteronormatividade nas representações de personagens não-heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo (1998 a 2008)*, artigo publicado na Revista Eco-Pós (UFRJ) em 2010 e *O corpo intersex e a politização do abjeto em XXY*, na Revista InTexto (UFRGS) em 2011. Além disso, Colling é criador e coordenador do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS) e um dos editores da revista acadêmica *Periódicus*, revista inteiramente dedicada aos estudos queer no Brasil.

Nesse cenário de efervescência acadêmica e social que toca o ideário político nacional a respeito das homossexualidades, o raro encontro entre essas vertentes teóricas e as pesquisas em comunicação sofre certa expansão, ou melhor ainda constituem-se as primeiras investigações sobre gênero, sexualidades e comunicação. De acordo com os dados por mim mapeados, entre 2001 e 2009 das 5.715 teses e dissertações defendidas nos PPGs em comunicação, 23 tematizam as homossexualidades. Esses estudos constituem um escopo de reflexões ainda isolado que se baseia, consideravelmente, nos

conceitos de identidade e representação. O empenho teórico-conceitual dessas pesquisas faz com que o período se constitua por análises cujo o paradigma de produção seja identitário. Isso significa que as investigações, de forma geral, concentram seus objetivos em pormenorizar as representações midiáticas elegidas pelos objetos de estudo a fim de refletir como essas mesmas representações operam ou constroem identificações e processos de constituição de identidades ligadas a gênero e sexualidade.

É possível também observar algumas tendências: a maioria das pesquisas reflete a homossexualidade masculina, mesmo quando se referem ao movimento LGBT como um todo. Em contrapartida, a partir de 2005 também surgem as primeiras investigações da área que irão discutir as identidades lésbicas (TONON, 2005; GOMIDE, 2006). Não há, contudo, nenhuma pesquisa sobre as transexualidades, nem as bissexualidades nesse período. Em relação às suas problematizações, das 23 investigações 9 fazem suas reflexões no entorno das telenovelas ou de programas de entretenimento televisivos, o que torna a problemática das representações nas narrativas ficcionais uma linha de força para discussão das dissidências de gênero e sexualidade no período. Além disso, três pesquisas tratam de revistas especializadas e duas de jornalismo impresso. Já o cinema é objeto de três investigações, assim como a internet e as primeiras investigações sobre sites e redes de sociabilidade online.

Outro aspecto relevante, está na dimensão teórica das investigações. Se na década anterior os poucos estudos sobre as homossexualidades nem sequer mencionavam uma questão de gênero em seus quadros teórico-metodológicos, a partir de 2001 esse cenário é consideravelmente modificado. Isto é, mais da metade das pesquisas mapeadas produz algum tipo de reflexão que busca conjugar as problemáticas de gênero e sexualidade em seus empreendimentos. Em primeiro momento, essa relação se baseia na proximidade genética entre os estudos gays e lésbicos e a ótica feminista, saudada nas pesquisas pela menção ao conceito de gênero e suas repercussões na teoria social, além da empreitada feminista que deu abertura para o desenvolvimento de outros movimentos sociais nas décadas de 1960 e 1970 em nível contextual. Há uma preocupação, sobretudo, em formular um conceito de gênero que dê atenção ao espectro das sexualidades, embora ele ainda não se constituía como um marcador analítico importante para as investigações.

Quadro 8 – Teses e dissertações em comunicação LGBT e/ou queer (2001-2009)

Investigações 2001-2009	Ano	Autoria
Repórter Eros: O Sexo no Jornalismo de Revistas Masculinas, Femininas e Gays (USP)	2001	Valmir José da Costa
O super-8 na Paraíba: cinema, sociedade e sexualidade (UFF)	2001	Rosinalva Alves de Souza
O discurso da Telenovela sobre a "homossexualidade" (UMESP)	2002	Willian Caldas Trevizani
Visibilidade Gay, Cotidiano e Mídia: Grupo Arco-Iris - Consolidação de Uma Estratégia. Um Estudo de Caso (UNB)	2002	Augusto José de Abreu Andrade
Transgressão e felicidade: uma abordagem da temática homossexual a partir das cartas dos leitores enviadas à revista G Magazine (UNB)	2003	Ellis Regina Araújo da Silva
Fica Comigo Gay e a ' fabricação' midiática das homossexualidades' (UNISINOS)	2003	Marcia Rodrigues Aquino
A Identidade Homossexual no Cinema Contemporâneo: um estudo de caso de recepção no Grupo Estruturação (UNB)	2003	Henrique Codato
Da esfera cultural à esfera política: a representação de grupos de sexualidade estigmatizadas nas telenovelas e a luta pelo reconhecimento (UFRGS)	2003	Ângela Cristina Salgueiro Marques
Nem Comédia, Nem Drama: Gay como gente. Análise crítica do seriado televisivo Os Assumidos (Queer as Folk) (UNB)	2004	Sofia Cavalcanti Zanforlin
Comunicação, Sociabilidade e Escrita de si. A comunidade GLS no Ciberespaço" (UFBA)	2004	Giselle Marchiori Nussbaumer
Quando o afeto ganha a esfera midiática: casos de sujeitos homoeróticos e estratégias jornalísticas para enquadrar s vozes de leigos e especialistas (UFMG)	2004	Roberto Alves Reis
Recepção de telenovelas: identidade e representação da homossexualidade. Um estudo de caso da novela Mulheres Apaixonadas (UNESP)	2005	Joeseana Tonon
Do Armário à Tela Global: a Representação Social da Homossexualidade na Telenovela Brasileira (UERJ)	2005	Luiz Eduardo Peret
Representações das identidades lésbicas na telenovela Senhora do Destino (UNB)	2006	Silvia del Vall Gomide
<i>Representações sociais e imagens em fotografias do corpo masculino em revistas gays (UNB)</i>	2007	Ellis Regina Araújo da Silva
Jornal do Nuances - A prática midiática de uma ONG de Porto Alegre - RS para o confronto político entre o "GAY CLASSE MÉDIA" e a "BICHA BAFONA (UNISINOS)	2007	Fernando Luiz Alves Barroso
A Gestualidade na Construção do Estereótipo do Personagem Homossexual no Cinema (UNIP)	2007	Edivaldo Reis de Souza
Identidade Capturada. A Parada do Orgulho Gay de São Paulo em 2007 nos Telejornais (UNIP)	2008	Irineu Ramos Ribeiro
As representações das homossexualidades na publicidade e propaganda veiculadas na televisão brasileira: um olhar contemporâneo das últimas três décadas (UFRGS)	2008	André Rodrigues Iribure
As representações da homossexualidade feminina na esfera pública virtual (UFRGS)	2008	Vera Costa
Tensões da representação e deslizamentos identitários no Programa Papeiro da Cinderela' (UFBA)	2009	Rodrigo Carvalho Marques Dourado
Contextos contemporâneos - homossexuais, cultura e mídia' (USP)	2009	Joseleide Terto de Souza.
Comunidades Gays do Orkut: Encontros, confrontos e (re)construções de identidades (UFG)	2009	Andrea Pereira dos Santos

Na esteira desse debate, a perspectiva queer como dimensão teórica entra em cena nas investigações de mestrado e doutorado em comunicação a partir do ano de 2004 através duas pesquisas, a dissertação *Nem Comédia, Nem Drama: Gay como gente. Análise crítica do seriado televisivo Os Assumidos (Queer as Folk)* (UnB), de Sofia Cavalcanti Zanforlin, e a tese *Comunicação, Sociabilidade e Escrita de si. A comunidade GLS no Ciberespaço* (UFBA), de Giselle Marchiori Nussbaumer. É possível perceber nessas pesquisas algum tipo de apropriação teórica que, embora tímida, se faz a partir de uma discussão crítica entre a ótica identitária e assimilacionista do movimento LGBT e a perspectiva fluida e pós-identitária do movimento queer. Essa discussão é recorrente nas investigações a partir desse momento já que, como destaquei, em grande parte, elas discutem processos de construção de identidades em suas problemáticas.

Mas é em 2006 com a pesquisa de Silvia Gomide, *Representações das identidades lésbicas na telenovela Senhora do Destino* (UNB), que os estudos queer parecem tomar maior fôlego nas investigações em comunicação. Gomide se utiliza do aporte teórico de Butler para discutir o binômio sexo/gênero, empreendimento que ainda não havia sido realizado em outras pesquisas. Além disso, as ideias das teorias queer começam a ser apropriadas conceitualmente, sobretudo, pela incorporação de uma perspectiva pós-estruturalista para pensar as identidades de gênero e sexualidade em intersecção com os estudos culturais, principalmente a partir de Stuart Hall, como nas investigações de Silva (2007), Ribeiro (2008), Iribure (2008) e Santos (2009). Como já ponderei anteriormente, apesar dos estudos *queer* denotarem um marcador de instabilidade, isso não significa que suas proposições aboliram a existência das identidades. A perspectiva queer trabalha, na verdade, contra a reificação das identidades como experiências unitárias dos sujeitos e, portanto, o paradigma identitário sob o viés dos estudos culturais que constitui as investigações do período merece atenção.

Teoricamente, quando se empreende uma pesquisa de viés queer, deve-se atentar para a desestabilização das identidades sexuadas e generificadas, esse tipo de analítica se constitui pelo olhar sobre os processos de normalização e nas relações de poder aí implicadas, refletindo os sujeitos e corpos descontínuos e incoerentes que deixam de se conformar às inteligibilidades

culturais. Em resumo, temos aqui uma política pós-identitária (LOURO, 2001), isso porque essa noção se faz pelo pós-estruturalismo, assim como é formulada a noção de identidade cultural conceituada por Stuart Hall (2006) sob o flerte com a pós-modernidade.

Portanto, é possível estabelecer relações muito próximas entre essas duas vertentes. Quando em *Identidade Cultural na Pós-modernidade*, Hall reflete os cinco descentramentos que constituem o sujeito pós-moderno, a fim conceituar a desestabilização das identidades no momento de globalização⁶⁶, ele se aproxima fortemente da genealogia de Butler em *Problemas de Gênero* e sua reflexão sobre a desestabilização da categoria de sujeito, mesmo que haja entre eles objetivos e objetos teóricos distintos. Como refleti em outro momento juntamente com Marconi, estes cinco descentramentos, ainda que indiretamente, figuram de forma constante nas teorizações *queer* e na obra de Butler:

O primeiro descentramento apontado por Hall refere-se ao pensamento de Marx. Butler (2003), assim como algumas releituras marxistas, explica que os indivíduos não podem ser os autores ou os agentes originais da história, uma vez que estes podem agir apenas com base em condições históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos materiais e culturais que lhes foram fornecidos. Essa posição é visível na obra da autora quando explora os conceitos de performatividade e ordem compulsória de sexo/gênero. Além disso, a ideia de sujeito como um termo em processo ou que está sempre envolvido em um devir (Butler, 2003), alinha-se ao segundo descentramento apresentado por Hall e pelos Estudos Culturais. Este segundo descentramento foi motivado, na visão do autor, pelo deslocamento que Sigmund Freud causou ao afirmar que as identidades permanecem incompletas em um constante processo de formação. Há, então, uma postura *queer* e uma apropriação dos Estudos culturais que vão ao encontro uma da outra e que defendem a compreensão da identidade como um processo de identificação e desidentificação: inacabada, em andamento, marcada pela diferença. Já o terceiro descentramento apresentado por Hall tem como base a linguística saussureana e os posteriores estudos em linguagem. Esta proposição também está intrinsecamente vinculada às inspirações e tensões entre os estudos do pós-estruturalismo empregados por Foucault, Derrida e também pelos movimentos políticos identitários da modernidade tardia. E é por este motivo que as teorizações de Michel Foucault e as ações destes movimentos constituem, respectivamente, o quarto e o quinto grande descentramento das identidades apontados por Hall (TOMAZETTI; MARCONI, 2017, p. 577-578).

Assim, não parece haver incongruências epistemológicas entre os conceitos de identidade formulados pelos estudos culturais e pelos estudos

⁶⁶ A saber: o marxismo, a psicanálise, a linguagem, Foucault e o feminismo,

queer. Contudo, em nível empírico e analítico, a apropriação conceitual das pesquisas no período baseia-se muito mais no paradigma identitário e suas rupturas e descentramentos, como apontadas por Hall, do que pela análise de suas normalizações e relações de poder, o que metodologicamente constituiria o tensionamento das teorias queer em relação aos objetos de estudo da comunicação. Assim, considero que a perspectiva queer até esse momento foi encarada nessas investigações como uma lente crítica para pensar as homossexualidades em detrimento, ou contrapartida, do viés político identitário do movimento LGBT no Brasil. Em alguns casos, mesmo a apropriação teórica queer sendo um dos pilares da investigação, ela serve como uma dimensão contextual e não epistemológica.

Por essa razão, mesmo que haja o desenvolvimento da perspectiva queer nesse período, sobressaem-se nas pesquisas a questão das identidades como processo de formação de “guetos” ou “sub-culturas” gays e lésbicas em contextos nacionais e regionais. Em se tratando de lógicas comunicacionais e midiáticas, esses fenômenos são vistos pela relação entre cultura e identidade de forma bastante ampla. Contudo, são analisados, especificamente, por duas vias: a problematização do consumo, apropriação e redefinição de certas representações midiáticas machistas, estereotipadas e contraproducentes; e a reflexão daquelas identidades midiáticas que servem como caminho de politização e manifestação positiva das expressões de gênero e sexualidade. Apesar dessa bifurcação ser o *modus operandi* das investigações, é possível notar que os empreendimentos estão consideravelmente focados nos problemas de gênero e sexualidade que perpassam certos objetos empíricos da comunicação e não em aspectos técnicos, culturais e tecnológicos de gramática das mídias como nas pesquisas da década de 1990.

É preciso ponderar também que, em certa medida, as leituras de autoras e autores queer no campo eram iniciais naquele momento. E justamente por isso, muitas vezes, essa perspectiva surge nas investigações para apontar um contexto de insurgência social e política ligada às sexualidades, não sendo, de fato, a via que as autoras e autorxs escolhem para problematização dos objetos empíricos, na medida em que não se baseiam na crítica sobre os processos de normalização das identidades e abjeção, mas em descrições e análises sobre os processos de construção e apreensão de certas características identitárias

orquestradas tanto pelos meios de comunicação como por sujeitos sociais como forma de representação política possível.

4.3.2 2010-2015: o queer quer perturbar os estudos em comunicação: das representações para além

Se no início dos anos 2000, a perspectiva queer estava apenas batendo na porta das salas dos PPGs em comunicação, a partir de 2010 ela entra sem ser convidada a fim de perturbar. Mas essa entrada não é mera coincidência. Esse período é marcado por importantes conquistas na arena política nacional para as pessoas LGBT, em meio às políticas públicas progressistas, além da potencial consolidação dos estudos queer nacionais.

Nas eleições de 2010, quando Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidenta do Brasil, o professor Jean Wyllys ganhou a disputa como deputado federal pelo Rio de Janeiro, e se elegeu como o primeiro deputado abertamente gay a defender as causas LGBT no país. Em 2011, a união estável entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Em maio desse mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva como uma entidade familiar. Em junho, o primeiro casamento civil entre pessoas do mesmo sexo do Brasil foi formalizado em Jacareí, interior de São Paulo. No âmbito midiático, em 2011, "Amor e Revolução", novela de horário nobre do SBT, transmitiu o primeiro beijo entre duas mulheres da televisão brasileira. Já o primeiro beijo gay em novelas da rede Globo foi ao ar em 2014, na novela "Amor à Vida"

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça permitiu o casamento civil entre homossexuais, assim como a conversão de uniões estáveis homoafetivas em casamentos civis. Dois anos depois, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu a Resolução 175, proibindo que cartórios de todo o Brasil se recusem a celebrar casamentos de casais homossexuais ou deixem de converter em casamento a união estável homoafetiva. Nesse mesmo ano, o Conselho Federal de Medicina (CFM) determinou que casais homossexuais estão incluídos em processos de reprodução assistida, podendo, portanto, realizar fertilização in vitro se desejarem. Além disso, São Paulo tem hoje a maior parada LGBT do mundo, segundo o Guinness Book, o livro dos records.

De acordo com o último registro do livro, o recorde foi atingido na edição de 2006, que teve 2,5 milhões de participantes.

Essas conquistas e ações dos ativismos LGBT nacionais criaram um cenário propício para o avanço dos debates entorno das homossexualidades, como também suscitaram o encaminhamento de novas e importantes reflexões sobre seus êxitos e limites. Sobretudo, os estudos queer nacionais reverberam sua atenção para as margens desses ganhos, a fim de produzir uma crítica aos valores impostos pela incorporação das demandas sociais heteronormativas, que de forma autoritária e preconceituosa, exigem uma assimilação às suas normas. Em outras palavras, os estudos queer irão apontar que aceitação dos valores hegemônicos, como o casamento e a família nuclear, e a normalização de pessoas LGBT aos padrões binários heterossociais são excludentes, pois não incorporam todas as dissidências sexuais e de gênero. Por essa razão, a perspectiva queer não defende as homossexualidades como conduta normal, mas critica os regimes sociais que fazem a exigência de normalização dessas condutas. Como alerta Miskolci (2012, p.24), “a problemática queer não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção”, e a abjeção se constitui como a experiência de ser rejeitado, desprezado, relegado à humilhação por sua própria existência como uma ameaça a uma visão estável e coerente de humanidade (BUTLER, 2016).

De acordo com a genealogia de Benetti (2013), a partir de 2010 os artigos e produções acadêmicas queer se tornam um farto conjunto de reflexões no país. Nesse período também começam a surgir eventos acadêmicos que irão reunir e refletir as políticas e teorias queer no Brasil. Em 2011, ocorre na UFBA o evento *Stonewall 40+*, organizado por Leandro Colling, buscando pensar sobre as mudanças nos movimentos LGBT e queer nos últimos 40 anos:

Alguns dos trabalhos apresentados foram compilados e publicados num livro com o mesmo nome do evento. Neste livro estão presentes textos de diversos autorxs que vêm sendo enfatizados aqui como importantes para o desenvolvimento da Teoria Queer no Brasil. Leandro Colling escreve o capítulo inicial, intitulado *Políticas para um Brasil além do Stonewall*; Larissa Pelúcio publica *É o que tem pra hoje - os limites das categorias classificatórias e as possíveis novas subjetividades travestis*; Richard Miskolci assina o capítulo intitulado *Não Somos, Queremos - Reflexões queer sobre a Política Sexual Brasileira Contemporânea*; e Berenice Bento escreve um capítulo intitulado *Política da Diferença: feminismos e transexualidade* (BENETTI, 2013, p. 89)

Em 2012 ocorre na UFRJ o evento *Queering Paradigms*, congresso internacional que reuniu pesquisador@s nacionais e estrangeiros a fim de debater os estudos queer em âmbito mundial. Também em 2012 Guacira Lopes Louro traduz o livro *Judith Butler e a Teoria Queer*, de Sarah Salih, e Richard Miskolci publica o livro *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Já em 2013 ocorre a primeira edição do Seminário Internacional Desfazendo Gênero, evento criado por pesquisador@s e ativistas dos estudos queer, a fim de construir um espaço de debate e trocas teóricas, conceituais e metodológicas dos estudos das subalternidades no país. A primeira edição do evento, que ocorre no nordeste do país, foi coordenada por Berenice Bento e trouxe a escritora e teórica queer Marie-Hélène Bourcier. Em 2015, o II Desfazendo Gênero ocorre na UFBA, coordenado por Leandro Colling com o tema *Ativismos das dissidências sexuais e de gênero*, trazendo a filósofa Judith Butler para a mesa de abertura. Também em 2015 ocorre o *I Seminário Queer*, em São Paulo, realizado pelo Sesc em parceria com a Revista Cult, o evento contou com mesas e debates de Judith Butler, Berenice Bento, Carla Rodrigues, Guacira Lopes Louro, Jorge Leite Júnior, Karla Bessa, Larissa Pelúcio, Leandro Colling, Marcia Tiburi, Marie-Hélène Bourcier, Pedro Paulo Gomes Pereira e Richard Miskolci e foi transmitido ao vivo pelo Youtube.

As áreas em que os estudos queer nacionais passam a se desenvolver são múltiplas e diversificadas. Nesse mesmo período em que ocorrem tais eventos acadêmicos e publicações, o número de teses e dissertações no campo da comunicação que tematizam as problemáticas LGBT e queer aumentam consideravelmente em relação às décadas de 1990 e 2000. Das 4.643 teses e dissertações defendidas nos PPGs em comunicação entre 2010 e 2015, 35 realizam essa interface. Em menos tempo esse número corresponde quase ao dobro de investigações realizadas entre 2000 e 2009. Dessas 35 pesquisas, 10 não fazem nenhuma relação entre gênero e sexualidade, focando suas discussões em outros aspectos e tangenciando o desenvolvimento dessas reflexões. Contudo, 22 pesquisas desse período possuem perspectivas queer incorporadas em suas problematizações, construídas prioritariamente nas intersecções entre gênero e sexualidade e, por vezes, na conjunção com outros marcadores como classe social, raça e etnia.

Em um cenário também distinto ao do período anterior, do total de pesquisas, cerca de 30 investem suas reflexões no movimento LGBT ou nas dissidências de gênero e sexualidade como um todo, buscando problematizar questões que envolvem gays, lésbicas, transgêneros, transexuais, bissexuais e outros. Embora a homossexualidade masculina ainda prevaleça como foco exclusivo de 7 das 30 pesquisas. Desde de 2010 é possível observar que a maioria das investigações flertam reflexões a respeito das identidades trans e lésbicas, contudo, apenas três pesquisas desse período possuem o foco na transexualidade: Krambeck (2013), Majerowicz (2014) e Aquino (2015), sendo, por sua vez, as primeiras do campo da comunicação com essa empreitada, além disso, duas investigações focam nas identidades lésbicas (RODRIGUES, 2012 e AGOSTINI, 2015).

Quadro 9 – Teses e dissertações em comunicação LGBT e/ou queer (2010-2015)

Investigações 2010-2015	Ano	Autoria
Masculino, o gênero do jornalismo: Um estudo sobre os modos de produção das notícias (UFRGS)	2010	Marcia Veiga da Silva
Os efeitos de personagens LGBTs de telenovelas na formação de opinião dos telespectadores sobre a homossexualidade (PUC-SP)	2010	Welton Danner Trindade
Entre o prazer e o pudor: representações do sexo e da sexualidade no cinema produzido no Rio Grande do Sul (PUC-RS)	2011	Cristina Kessler Felizardo
As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão (UFRGS)	2012	Vicente da Silva Darde
Imagens e Corpos Sujeitos: A Sexualidade na Campanha Publicitária Be Stupid (UEL)	2012	Douglas Menegazzi
A representação das identidades homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: uma leitura dos personagens protagonistas no período da censura militar à televisão (UFJF)	2012	Guilherme Moreira Fernandes
The L Word em movimento: convergências de uma séria lésbica (UFJF)	2012	Lilian W. Rodrigues
Pelo buraco da fechadura: o espetáculo obscuro do corpo pornográfico (UFRJ)	2012	Isabela Rosa Lachtermacher
Representação do Corpo Masculino: relações de imagem, identidade e cultura sobre o corpo masculino no jornal Lâmpião da Esquina e na revista Junior (UNESP)	2013	Muriel Emídio Pessoa do Amaral
Cyberqueer: performances de gênero e mobilização de traços identitários na construção da narrativa da personagem Katylene no blog e no Twitter (UNISINOS)	2013	Rafael Soares Krambeck
A identidade LGBTTT no cinema: a análise de cinco curtas metragens de 2008 a 2011 (UAM)	2013	Ricarco M. da Silva
O movimento LGBT e a mídia: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos (UFRJ)	2013	Luiz Henrique Coletto
A Representação dos Homossexuais Masculinos nas Telenovelas Brasileiras: Um Estudo de Caso de Fina Estampa (UERJ)	2013	Alessandro Paciello de Castro Bezerra

A construção da Heteronormatividade em personagens gays na telenovela (PUC-SP)	2013	Marcelo Hailer Sanchez
O Discurso sobre a homossexualidade em Insensato Coração: ressonância nos comentários - fragmentos discursivos - dos internautas em websites (UNB)	2013	Plábio Marcos Martins Desidério
A construção de gêneros nas tiras de humor do blog Sábado Qualquer (UFPI)	2013	Cássia T. Souza
Do palco ao asfalto, dos meios aos corpos : observando os tentáculos da performance-polvo como estratégias comunicativa-educativa (UFPR)	2014	Camila Olivia de Melo
Ativismo anti-homofobia: embates político-midiáticos da rede LGBT na internet (UFS)	2014	Carole Ferreira da Cruz
A construção discursiva e a recepção da homoafetividade na teledramaturgia brasileira: consumo, representação e identidade homossexual (UMESP)	2014	José Aparecido de Oliveira
Prazeres, pudores e poderes: a invenção do erotismo nos bastidores de um sex shop (PUC-RJ)	2014	Lorena Mochel Reis
O “segredinho” que não é mistério: corpo e transexualidade no discurso jornalístico popular (UERJ)	2014	Fábio Grotz Majerowicz
Do invisível ao visível: em busca de imagens da lesbianidade (UFMG)	2015	Adriana Agostini
Cinema gay brasileiro: políticas de representação e além (UFPE)	2015	Luiz Francisco Buarque de Lacerda Júnior
Figuras (não) binárias: construções de gênero em personagens trans-mulheres no cinema do início do século XXI (UFMG)	2015	Talita lasmin Soares Aquino
Vilania e homossexualidade: O personagem Félix Khoury da telenovela Amor à vida nas leituras da Comunidade LGBT na cidade de São Paulo (ESPM)	2015	Lívia Cretaz
Uma visão sobre as transgressões da heteronormatividade no cinema contemporâneo (PUC-SP)	2015	Marco Aurélio Paiva Gomes
Identidades gays” como ato performativo nas práticas comunicativas no facebook: uma perspectiva pragmática (UFPR)	2015	Humberto da Cunha Alves de Souza
Sexualidades e gêneros cambiantes (militância e ativismo nos documentários Generonautas: jornada por identidades mutantes e De gravata e unha vermelha (UFF)	2015	Sandra Alesia Pereira da Silva
A Máquina de fabricar vampiros: tecnologias da morte do sangue e do sexo (UFRJ)	2015	Diego Paleólogo Assunção
O andrógino na fotografia de moda: Corpo, Gênero e Indefinições (UNB)	2015	Anelise Wesolowski Molina
Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro: um desfile-mobilização e suas estratégias comunicativas (UFRJ)	2015	Gisele Santanna Paris
Bicha (nem tão) má: representações da homossexualidade na telenovela Amor à Vida PUC-RS telenovela	2015	Fernanda Nascimento da Silva
Documentários queer no sul do Brasil (2000-2014): narrativas contrassexuais e contradisciplinares nas representações das personagens LGBT (UFSM)	2015	Dieison Marconi
Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade (UFRGS)	2015	Marcia Veiga da Silva
Vivendo no front: discursos acionados por sujeitos na fronteira entre perspectivas LGBTs e evangélicas (UFMG)	2015	Helbert Vieira Vanrochris
“SIN PORNO NO HAY POSPORNO”: Corpo, Excesso e Ambivalência na América Latina' (UFF)	2015	Erica Ramos Sarmet dos Santos

Supergays: singularidades, diferenças e devir nas superaventuras da Marvel (UEL)	2015	Lucas Dalberto
--	------	----------------

O paradigma das identidades e representações continua a ser explorado e incorporado nas problematizações desse período, como feito nos primeiros anos da década de 2000. Essa é certamente uma tendência teórica do campo, e, ao meu ver, o que mais movimenta o empenho dessas investigações é a problemática das representações sociais e midiáticas nos objetos elegidos. Embora, muitas vezes, as representações não estabeleçam um eixo teórico, elas estão acionadas como linguagem, discurso, signo, modelo de atuação e interpretação sociocultural. Nesse mesmo sentido, penso que a questão das representações surge em sintonia com determinadas predileções em relação ao desenvolvimento das pesquisas em nível empírico. Isto é, torna-se possível encontrar territórios comuns entre essas investigações, sobretudo, quando a maior linha de força do período é a problematização de materiais audiovisuais contemporâneos. Dentre as 35 pesquisas, 11 fazem reflexões sobre cinema e outras 10 sobre telenovelas ou ficção seriada em produtos televisivos. Entre essas pesquisas, as relações de gênero e sexualidade são dimensionadas em análises centradas em frentes que dialogam com as políticas do reconhecimento, da visibilidade e da identificação.

Nas pesquisas que envolvem o cinema, há um empenho em problematizar as matrizes de constituição de gênero, sexualidade e representação na constituição de um cinema *queer* ou LGBT em filmes nacionais e estrangeiros. Assim, alguns marcadores reflexivos como pornografia, homoerotismo, identidades, normalizações e resistências constituem mapeamentos e análises fílmicas centradas nas transgressões da heteronormatividade, reconhecida nas pesquisas como um dispositivo estruturante da sexualidade normativa marcada pelo ponto de vista masculino e heterossexual, e das lógicas de universalização genérica de corpos, gêneros, desejos e sexualidades (SARMET, 2015; AQUINO, 2015 GOMES, 2015; SILVA, 2015; LACERDA, 2015 e MARCONI, 2015). Nessa perspectiva, os materiais fílmicos escolhidos para as análises são vislumbrados, na maioria dos casos, pela relação entre os marcadores analíticos de sexo/gênero, corpo e sexualidade e as estruturas fílmicas. Essa conexão descritivo-interpretativa faz com que os

estudos de cinema potencializem tensionamentos tanto teóricos quanto empíricos entre um saber comunicacional que problematiza e endossa análises de gênero. Nesse sentido, as formas de agir e pensar do cinema, como produtor de saberes, são movimentadas pelos processos de reconstituição da realidade social coletiva

É relevante salientar a lacuna de pesquisas que sustentem seus olhares para a dimensão do consumo, das espectralidades e da circulação dos discursos desde pesquisas sobre processos de produção e recepção de cinema. A maioria das pesquisas se preocupa com análises voltadas exclusivamente ao corpo fílmico, suas estéticas, seus enredos e personagens a partir de modelos de representação, identidades e diferenças. Nesse sentido, é fundamental o reconhecimento de que as obras fílmicas não cessam seus sentidos no produto final, mas são ressignificadas e apropriadas de múltiplas maneiras e em contextos socioculturais distintos que operam a complexidade social dessas narrativas (SILVA; MARCONI; TOMAZETTI, 2018).

Quanto às pesquisas que estudam as telenovelas, as problemáticas desenvolvidas possuem um caráter histórico e contextual, principalmente relacionados aos fatores socioculturais e às relações de poder que tornaram visíveis, ou não, as dissidências de sexo/gênero nas narrativas ficcionais. A maioria dessas pesquisas busca estabelecer uma mirada crítica dos modelos de representação e identidade LGBT sustentados pelos enredos ficcionais, como o aparecimento de personagens cômicos e estereotipados ou a normalização dos corpos a partir de uma integração heteronormativa, marcadamente branca e de classe social elevada. Outro elemento destacado é o apagamento das sexualidades e dos desejos sexuais e amorosos dos personagens estudados.

Essas pesquisas estão metodologicamente mais aliadas aos discursos das narrativas ficcionais e suas lógicas de produção do que aos processos de recepção. Nesse sentido, é possível destacar o apurado empreendimento contextual produzido por algumas dessas investigações, que trazem as questões sobre a produção contemporânea de personagens com papéis de gênero e sexualidade dissidentes num fluxo histórico de demandas e negociações sociais, políticas e midiáticas (FERNANDES, 2012; SANCHEZ, 2013; OLIVEIRA, 2014; e SILVA, 2015). Em caráter teórico, os conceitos de representação e identidade são majoritariamente apropriados para embasar as problemáticas de gênero e

comunicação nessas investigações. Conectados na produção dos sentidos socioculturais que as narrativas ficcionais empreendem na sociedade brasileira, a utilização desses conceitos em paralelo com as dimensões metodológicas das pesquisas caracteriza dois caminhos. De um lado, as pesquisas de recepção e apropriação das representações de gênero, que buscam entender *como* as telenovelas produzem sentidos e identificações no cotidiano das pessoas em nível microssocial. E, de outro, as pesquisas que refletem os textos ficcionais e sua produção e procuram compreender os *porquês* dessas representações em nível mais estrutural. Nesses casos, então, os empreendimentos metodológicos são extremamente importantes, pois levam à configuração dos diagnósticos e das interpretações críticas e/ou descritivas da relação entre esses aparatos midiáticos e as dinâmicas culturais de sexo, gênero, corpo e desejo.

Outras cinco pesquisas estudam problemáticas ligadas ao jornalismo. Entre elas, uma investiga as representações LGBT em jornais (DARDE, 2012), e uma as representações da homossexualidade masculina em revistas (AMARAL, 2013). Contudo, o destaque está nas investigações que apresentam empreendimentos mais inovadores no que tange os estudos de gênero e sexualidade no campo, como a pesquisa de Majerowicz (2014), que reflete exclusivamente as representações da transexualidade no jornalismo que apresenta dimensões multimetodológicas e reflexões no âmbito da produção, do consumo e da recepção, para além dos textos, tornando-se mais afinada ao caráter crítico das condições institucionais e dos processos de generificação. Além disso, a pesquisa assume uma postura crítica em relação aos modelos hegemônicos do jornalismo, refletindo também os movimentos de negociação e subjetivação, tanto de profissionais do jornalismo quanto de consumidores, dinamizados pelas múltiplas formas de apreensão sociocultural, contextual e também pela conduta dinâmica e interseccional dos sujeitos operantes nesses processos.

Outras cinco pesquisas não trabalham necessariamente com o conceito de representação, e isso se deve pela tensão que elas estabelecem entre seus objetos empíricos e teóricos. São investigações que produzem problemáticas de gênero e sexualidade não conectadas a um meio de comunicação ou gênero midiático específico, dimensionando seus enfoques em processos de comunicação plurais, por ora ligado ao desenvolvimento do movimento LGBT

nacional e suas conexões, estratégias e tensões com a mídia (COLETTI, 2013; PARIS, 2015 e VIEIRA, 2015). Outras vezes, as investigações sobressaem-se por seus empenhos menos tradicionais, com reflexões metodológicas abertas que flertam fortemente com outras áreas de estudo como a educação, as artes, a antropologia e a sociologia (MELO, 2014; REIS, 2014). O desenvolvimento dessas investigações em nível teórico e metodológico amplia, de certa forma, o escopo de problematizações a respeito das questões de gênero e sexualidade mais comuns no campo da comunicação, possibilitando um tensionamento sociocomunicacional que independe das materialidades e gramáticas dos objetos midiacentrados, o que acaba por construir profícuas relações entre os estudos de gênero e os estudos de comunicação.

Outras quatro investigações realizam reflexões no âmbito da internet e das redes sociais, essas pesquisas giram em torno de processos identitários e ações de sociabilidade e estratégias políticas de grupos ou pessoas LGBT (KRAMBECK, 2013; SOUSA, 2013; CRUZ, 2014; SOUZA, 2015). De modo geral, há uma ênfase nos aspectos específicos que as redes sociais online e a própria internet possibilitam na constituição de redes de visibilidade e práticas sociais associadas as expressões de gênero e sexualidade, sobretudo, no espectro da ação dos sujeitos em relação aos usos dessas tecnologias. Por fim, duas pesquisas trabalham com imagem a partir da moda, uma com foco na publicidade (MENEGAZZI, 2012) e outra em relação a própria fotografia (MOLINA, 2015). Embora ambas as investigações tenham enfoques metodológicos distintos, as discussões dos trabalhos refletem criticamente de que formas a indústria cultural da moda cria e reproduz imagens com padrões limitados de gênero e sexualidade, contudo, para além disso, buscam apresentar e discutir outras possibilidades de representações corpóreas menos normativas e padronizadas no âmbito da moda e da publicidade.

Como mencionei, 22 investigações incorporam em suas reflexões a perspectiva queer. Isso, contudo, não significa a apropriação e tensionamento de uma analítica queer em todas essas reflexões. Há, sobretudo, na maioria delas, o desenvolvimento de um arcabouço contextual em relação as políticas e teorias queer sob uma ótica histórica e paradigmática para os ativismos e estudos LGBT e de gênero. Nesse sentido, é interessante notar como ocorre esse tipo de apropriação que vou chamar de *teórico-contextual*.

Como vimos, o termo queer e sua própria teoria parece ter se popularizado nas investigações em comunicação a partir do ano de 2006, mas é em 2010 que vemos ascensão de alguns empreendimentos que levam em consideração esses estudos como eixos de análise. No ano de 2013 temos, inclusive, a primeira pesquisa em comunicação que carrega em seu título a expressão queer: *Cyberqueer: performances de gênero e mobilização de traços identitários na construção da narrativa da personagem Katylene no blog e no Twitter* (KRAMBECK, 2013).

Contudo, os estudos queer ganham evidente destaque no ano de 2015, quando é possível localizar 12 das 22 investigações que incorporam a perspectiva queer em suas análises. Porém, essa popularização se dá, principalmente, como uma nova forma de se referir aos problemas e limitações das políticas de identidades, assim como nos primeiros estudos da década anterior. Nesse aspecto, as pesquisas apresentam um tipo de “denúncia” aos aprisionamentos identitários estáveis, ao mesmo tempo em que objetivam realizar reflexões que ressaltam a construção de identidades e representações de gênero e sexualidade como fluídos, contingentes e contextuais.

Assim, nas pesquisas em que há o domínio de uma apropriação *teórico-contextual*, as concepções queer são vislumbradas em termos de distinção entre as lógicas de reconhecimento e os processos pelos quais os sujeit@s LGBT tornam-se atores sociais, parecendo não indicar análises centradas nos regimes de saber/poder que conformam as sexualidades, mas na defesa e politização de determinadas identidades sexuais e de gênero. Mesmo quando consideradas fluídas e inacabadas, há um aspecto residual de proteção de um essencialismo identitário estratégico, geralmente atribuído a experiências “positivas” de incorporação social e representações “respeitáveis” e politicamente aceitas pela sociedade na esfera cultural e midiática heterocentrada. No mesmo sentido, também não é raro que o termo *queer* apareça como um meio de designar uma nova categoria identitária. Levando isso em conta, a abordagem *teórico-contextual*, em muitas vezes, acaba por extrair a potencialidade de subversão e desestabilização das normas sociais que é evidente aos estudos queer, pois se prospecta em análises que questionam apenas parcialmente a hegemonia heterossocial e masculinista como cultural e política.

Em contrapartida, há em um número menor de pesquisas desse período uma abordagem queer que ressalta os problemas de gênero e sexualidade como vetores de estratificação e produção social das diferenças e desigualdades. Nessas investigações, há o que denomino de apropriação *teórico-epistemológica* queer, que se difere da apropriação *teórico-contextual* pelo empenho em produzir análises críticas sobre as matrizes culturais, pelas vias das normas e convenções de gênero e sexualidade que exigem, criam e permitem desigualdades e violências.

São investigações que apostam em empreendimentos teórico-históricos ao problematizarem os processos essencializantes que produzem as subalternidades e assimetrias. Nesse sentido, a incorporação dos estudos queer é tensionada não apenas como arcabouço teórico, mas como procedimento analítico, e as pesquisas tomam para si o desafio de entender e criticar os processos de normalização como generificados e generificantes.

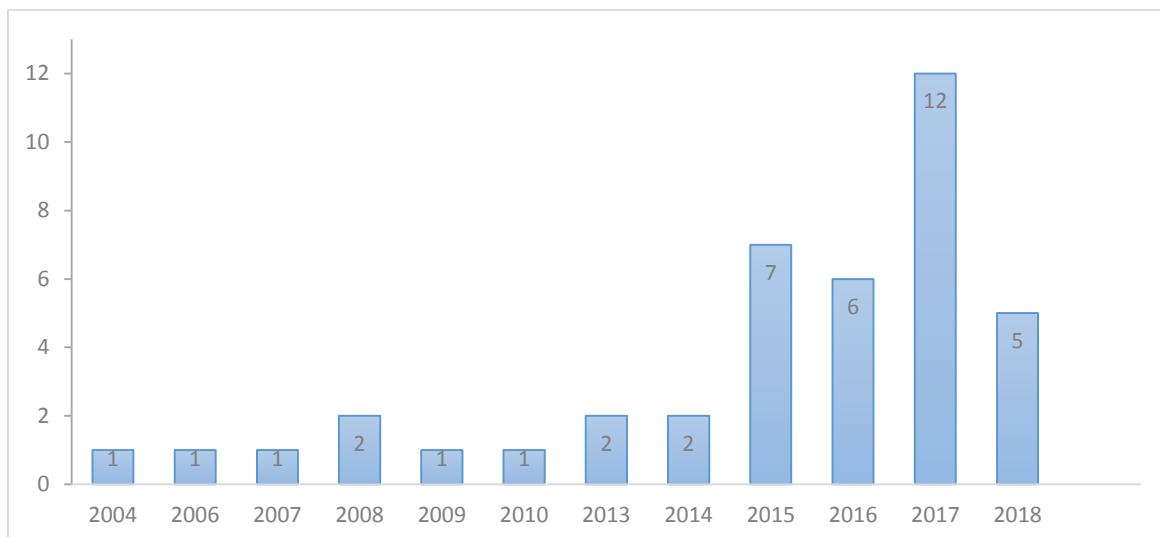
No desenvolvimento dessas investigações, é possível perceber um desvio dos empreendimentos mais comuns nas pesquisas em comunicação que tematizam as dissidências de gênero e sexualidade, pois elas não se baseiam apenas em descrever as diferenças e as desigualdades nos objetos elegidos, mas sim, em vislumbrar essas categorias como objetos de produção e reprodução de assimetrias políticas. São investigações que não estão preocupadas, por exemplo, em revelar as especificidades de representação das homossexualidades nas telenovelas, no cinema ou no jornalismo, apontando e descrevendo a sua condição de desigualdade, mas sim, em constituir análises que tratem das redes capilares de sujeição e domínio que, de algum modo histórico, conformaram essas representações como norma social de reprodução das homossexualidades.

Metodologicamente, considero importante destacar o esforço de maturação das perguntas feitas aos seus objetos de pesquisa nessas investigações, pois é a partir delas que são desenhados os caminhos teórico-metodológicos. Ao recorrerem a desmontagem dos processos de normalização essas análises apresentam alguns cuidados: como um detalhado processo de exploração do objeto empírico, a reconstituição histórico-contextual de suas formações ideológicas e políticas e o tensionamento da realidade empírica recortada em relação às suas estruturas sociais correspondentes, a fim de não

congelar o objeto em questão no tempo-espaço em movimento. Por isso, existe nessas pesquisas um tensionamento importante sobre a ideia de representação, na medida em que ela é vislumbrada a partir de suas relações com uma história cultural normalizadora, por parte dos meios de comunicação e da indústria cultural e midiática. As representações são radicalmente questionadas a tal ponto, que algumas pesquisas denotam estrategicamente a emergência de histórias alternativas diante daquelas que insistem em reproduzir a neutralização e a padronização dos corpos, das sexualidades, dos desejos, enfim, das performatividades interseccionais de gênero e sexualidade.

Com esse cenário configurado, gostaria de alçar algumas considerações em relação a conjuntura das investigações dessa genealogia. Pensando o período em que foram produzidas as teses e dissertações que tratam das dissidências de gênero e sexualidade no campo, 1990 a 2015, é possível observar uma corrente preocupação. Sobretudo, entre 2010-2015, período que se mostra profícuo com o desenvolvimento teórico e epistemológico dos estudos queer nas pesquisas em comunicação. Mesmo assim, alguns limites ficam evidentes. Assim como os estudos de viés feminista, é possível considerar que não há em nosso campo a configuração de uma área de pesquisas que tenha como força motriz a problematização das questões de gênero sob o viés queer. Isso porque a nossa produção até 2015 parece ainda estar no caráter inicial de seu desenvolvimento, com poucas pesquisas que se constituem pela evidente problemática queer. Contudo, com esse cenário em desenvolvimento, há uma potencial lacuna a ser preenchida, e acredito que estejamos em plena constituição desse *devoir*. Se observarmos no gráfico abaixo veremos a notória ascensão do termo queer nos resumos e títulos das teses e dissertações em comunicação catalogadas pela Capes a partir do ano de 2015.

Gráfico 7 – Recorrência do termo queer nas teses e dissertações em comunicação (2004-2018)



Ainda assim, considero importante pontuar que não temos em nossa área, até o momento que concluo essa genealogia, não há nenhuma linha de pesquisa institucionalizada nos PPGs em comunicação que se apodere da perspectiva queer ou dos estudos de gênero. Os números podem não indicar qualitativamente o empenho e aprofundamento de nossas produções, contudo, em um quadro conjuntural de aproximadamente 13.265 pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação defendidas entre 1972 e 2015, apenas 62 investigações realizam suas reflexões no tocante das questões LGBTQ, isso indica que somente 0,48% do total de teses e dissertações. Ainda em relação aos números, apenas 39 dessas pesquisas tensionam em conjunto as problemáticas de gênero e sexualidade, e, desse total, somente 29 incorporam a perspectiva queer em seus empenhos teóricos e metodológicos:

Quadro 10 – O Total de teses e dissertações defendidas *versus* o total de estudos de LGBTQ e /ou queer (1972-2015)

Períodos	Teses/ Dissertações	Estudos LGBTQ e queer	%
1972-1989	619	-	-
1990-2000	2.288	4	0,17
2001-2009	5.715	23	0,40
2010-2015	4.643	35	0,79
Total	13.265	62	0,48

Torna-se significativo dizer, portanto, que as pesquisas em torno das dissidências de gênero e sexualidade no campo, não chegaram a 1% do total de defesas nos PPGs em comunicação. O desinteresse da área, se reflete também nos grupos de pesquisa. Conforme os dados levantados no Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil, há na área da comunicação 719 grupos, sendo que nenhum deles menciona o termo LGBT, e somente 4⁶⁷ grupos possuem em seus interesses os estudos queer. O que nos leva a tal conjuntura pode ser especulado em diferentes âmbitos, desde as estruturas curriculares, os grupos e linhas de pesquisa nos programas até as correntes questões dos aspectos científicos e epistemológicos alçados na área. No entanto, eu só posso falar em relação ao trajeto que fiz até aqui e considero, sobretudo, importante afirmar que o interesse crescente e a própria tentativa de consolidação dos estudos subalternos de gênero, sexualidade, raça e etnia, feministas e queer na área da comunicação, não ocorre pela via tradicional do sistema de orientação, mas pelo esforço, por vezes isolado, solitário e autodidata, dos estudantes de pós-graduação. Essa é talvez uma das razões pelas quais não estabelecemos ainda o elo institucional e acadêmico necessário para a conformação e consolidação desses estudos na área da comunicação.

Talvez exatamente por isso, finalizo essa reflexão propondo uma abertura para as potencialidades ainda insurgentes e subversivas dos estudos LGBT e queer nas pesquisas em comunicação. Esse debate está em desenvolvimento tanto na academia quanto na sociedade. Erro meu em separá-las. A academia é ou deveria ser a sociedade, essas divisões já não nos servem mais. Qual é o limite do olhar político para o epistemológico? As dissidências de gênero e sexualidade existem e são, sim, militantes e acadêmicas pelo mesmo *devoir* queer queiram ou não:

- O que quer o queer? Essa não é apenas mais uma denominação para os estudos ativistas gays?

Perguntou ele.

⁶⁷ Afetos, Gênero e Encenações;
Grupo de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT;
Nex - Núcleo de Estudos do Excesso nas Narrativas Audiovisuais;
ComGênero - Comunicação, gênero, corpo e sexualidade.

Depois de três anos pensando sobre isso, hoje, acho que deveria ter respondido:

- O queer quer perturbar, rasurar, incomodar, queerizar, desestabilizar, tensionar, aquendar... questionar o processo de classificação que fez gerar essa sua colocação.

Não sei exatamente se essa seria uma resposta aceitável em um evento acadêmico. Mas também não é mais meu objetivo responder essas perguntas, de modo que elas me foram moralmente impostas a fim de tolher um empenho reflexivo contra normativo, que por muitos não é considerado tema acadêmico. Eu prefiro escrutinar o sentido de cada palavra que torna essas frases interrogações acadêmicas plausíveis e “normais” para alguns. Isso sim é um problema que precisa de empenho intelectual e social conjunto para ser pormenorizado, pois por detrás delas estão as injúrias, violências e pagamentos de nossas experiências.

Dessa maneira, opto por entender o queer como um exercício contínuo; uma ação político-epistemológica potencializadora que busca desafiar o status quo academicista que cerca muitos de nossos debates. É uma teoria ativa, movente e sem raízes que nos ensina que é preciso, muito mais do que ditar os ingredientes do bolo, meter a mão na massa, rasurar a receita e acrescentar novos ingredientes a essa gramática ajeitada e coerente:

uma nova gramática que desafie as estreitezas de uma ciência que nos ensinou que para sermos levados a sério temos que usar os artigos no masculino. Assim, quando queremos falar de humanidade devemos nos referir ao Homem como abstração com pretensões de neutralidade. Se não o fizermos corremos o risco de ofendermos a audiência. Isto é, a própria linguagem para falarmos e sermos ouvidas; para ser falar de coisas sérias e com pretensão de verdade, é falocêntrica. O Incômodo, neste caso, é ele mesmo um gesto que se abre para experimentos que possam nos ajudar a fazer uma ciência verdadeiramente humana, porque plural e arejada, aberta a outros saberes, sobretudo aqueles gestados pelas pessoas que estiveram historicamente banidas do campo respeitável da academia (PELÚCIO, 2014, p. 37).

5 À GUIZA DE CONCLUSÃO: ESTUDOS DE GÊNERO NA COMUNICAÇÃO OU ESTUDOS DE GÊNERO *EM* COMUNICAÇÃO?

O fato de colocar um ponto final nesse processo, definitivamente, não significa que ele está concluído ou encerrado. Na verdade, coloquei um ponto de interrogação, isso porque penso esse movimento genealógico apenas como uma contribuição, espero que válida, mas uma contribuição consciente de seus limites e do seu caráter provisório. O meu desejo é que, sem ultimações, remates ou acabamentos, continuemos a produzir, pensar e costurar as políticas de gênero no campo da comunicação brasileiro. Talvez, por isso, eu considere o trabalho de pesquisa realizado até aqui como um ponto de interrogação entremeado a novas perguntas, uma conjugação, uma descrição, um apontamento, uma análise sobre reflexões que estavam dispersas e, possivelmente, ocultas de uma versão histórica e teórica mais tradicional da área.

Penso que existem, a partir daqui, possibilidades múltiplas para o desbravar de novas genealogias, cartografias, mapeamentos e análises para os estudos de gênero e comunicação, possibilidades essas que merecem nosso olhar atento e nosso esforço coletivo de não deixa-las recair ao obscurantismo que de tempos em tempos assombram as nossas conquistas. Portanto, não considero esse capítulo como um momento de explanar conclusões ou resultados definitivos, isso porque essa pesquisa não cessou, ela continua em um processo inconcluso de reflexões não-normativas que estão em potencial *devenir*. Esse capítulo suscita, assim, muito mais provocações, rasuras, lacunas, tendências, caminhos possíveis. E, por que não, novas perguntas?

Com o intuito de investigar a incorporação, as apropriações e o tensionamento dos estudos de gênero nas pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação do Brasil, essa tese acabou por produzir também uma reflexão sobre como o campo da comunicação abraçou as problemáticas de gênero e sexualidade ao longo de 43 anos de institucionalização de sua pós-graduação. E, nesse sentido, as questões aqui pontuadas estão intimamente conectadas ao caráter contextual dessa produção. Nesse sentido, é importante considerar que um dos primeiros limites dessa tese está atrelado a necessidade de delimitação

do seu material empírico, principalmente por não ter considerado a investigação de outras possíveis fontes para pensar tal relação, como os artigos, os livros, os eventos e as revistas científicas da área, nas quais também se relatam importantes processos de pesquisa em diferentes níveis de atuação.

Portanto, gostaria de pensar essas considerações como uma forma de desmembrar o objetivo geral dessa pesquisa justamente a partir dos termos que utilizo: incorporação, apropriações e tensionamento. Os dois momentos principais dessa investigação buscaram refletir justamente esses pontos. No **capítulo 2**, o mapeamento das teses e dissertações em comunicação e gênero, e o enfoque em aspectos quantitativos dessa produção, corresponde ao processo de *incorporação* dessa perspectiva nos estudos de mestrado e doutorado em comunicação. Já, as genealogias produzidas nos **capítulos 3 e 4** objetivam refletir a *apropriação* e os possíveis *tensionamentos* que essas pesquisas fazem a partir dos vieses teóricos e conceituais identificados, os estudos feministas e os estudos LGBT e /ou queer.

Com o mapeamento das pesquisas realizado, no segundo momento da investigação o procedimento genealógico tornou-se o caminho metodológico da tese. A constituição das duas genealogias, dos estudos feministas e dos estudos LGBT e/ou queer, tentaram dar conta de refletir os caminhos teóricos e conceituais das investigações mapeadas, a fim de compreender como os estudos de gênero foram e estão sendo apropriados e tensionados nas teses e dissertações em comunicação. Cada genealogia produzida possuiu um desenvolvimento próprio, com especial atenção às singularidades dos acontecimentos, e também ao caráter estratégico de sua constituição, visto que foram permeadas por um olhar crítico baseado nas relações entre saber/poder e teoria/prática. Recusando uma ideia continuísta e reprodutivista de história, o procedimento genealógico contribuiu, sobretudo, com a produção de uma versão problematizadora de uma história acadêmica que foi pouco refletida, com o intuito de conectar essas produções a ao contexto social e político do país, a fim de entendermos certas escolhas e caminhos como efeitos de relações de poder tanto em nível institucional quanto cultural.

Sendo assim, passemos agora a reflexão desses momentos.

5.1 A *incorporação dos estudos gênero nas teses e dissertações em comunicação (1972-2015)*

Mesmo depois do empenho dessa tese, ainda considero imprecisa a incorporação dos estudos de gênero nas pesquisas em comunicação nos termos de sua produção. Existem poucas reflexões em nossa literatura que reconstituem tais caminhos e suas vertentes teóricas e metodológicas, e essa imprecisão é por si só um dado de pesquisa, pois os momentos de dedicação às problemáticas de gênero nas investigações de mestrado e doutorado foram e ainda parecem ser, ao longo dos períodos estudados, esporádicos, pontuais e sem o devido esforço coletivo da área para sua consolidação. Dessa maneira, em um sentido conjuntural, foi importante para essa pesquisa pensar a produção das teses e dissertações em comunicação como sintomáticas das tendências teóricas e epistemológicas do campo e intimamente conectadas a relações de poder institucionais.

Gostaria, assim, de retomar alguns dados: desde de 1972, quando foram fundados os primeiros PPGs na área, até o ano de 2015 produziu-se, aproximadamente, 13.265 investigações de mestrado e doutorado em comunicação. Desse número total, 316 pesquisas realizam algum tipo de interface com os estudos de gênero. Essas investigações estão distribuídas em 28 dos 44 Programas de Pós-Graduação que possuíram defesas nesses 43 anos. Geograficamente, as investigações de gênero e comunicação estão em sua grande maioria localizadas nas regiões Sudeste (66%) e Sul (19%) do Brasil, representando 85% da produção total. Em seguida estão as regiões Centro-Oeste (8%), Nordeste (6%) e Norte (1%). Essa disparidade deve ser pensada em relação a distribuição dos PPGs nas cinco regiões do país, sendo que, o Sudeste e o Sul possuem em conjunto o maior e mais antigo número de Programas da área.

A incorporação da temática de gênero na pós-graduação em comunicação do Brasil data do final da década de 1970, mais precisamente em 1977 com a dissertação *Personagens femininas da telenovela em suas relações com o trabalho*, de Dulce Monteiro, defendida no PPG da UFRJ, sendo a única pesquisa da década de 1970. Aqui eu gostaria de realizar uma distinção importante: a temática de gênero é incorporada a partir do viés de estudos sobre

a condição feminina, mas isso não remete consequentemente a produção de estudos de gênero já a partir desse momento, há, portanto, uma clara diferença na medida em que tematizar não significa propriamente refletir essa problemática. Mesmo assim, os primeiros estudos temáticos são pensados como momentos de impulsão para a *posteriori* incorporação de uma perspectiva de gêneros nas pesquisas.

Entre as décadas de 1980 e 1990 a produção de investigações passa por certa linearidade, entre uma a cinco pesquisas de gênero defendidas até o ano de 2000, sendo esse o período em que há a evidente incorporação de teorias e conceitos de gênero nas pesquisas. Entre 2001 e 2009, esse número sofre um tímido aumento, entorno de três a sete pesquisas por ano. É somente a partir de 2010 que as investigações de gênero e comunicação começam a formar um corpo mais denso de investigações, com 11 pesquisas defendidas naquele ano. A partir daí o crescimento é exponencial, sendo possível considerar 2015 como ano ápice com cerca de 35 pesquisas defendidas, praticamente o dobro de investigações em relação aos anos de 2013, com 18 e 2014 com 16.

Esse corpo de investigações possui entre si reflexões comuns, sendo possível entendê-las como territórios de pesquisa nos quais se perfazem as problemáticas de gênero no campo. Entre esses territórios, estão, principalmente, as investigações que tratam do jornalismo, seja ele de revista, impresso ou telejornalismo, que formam 29% das pesquisas. Os audiovisuais são também um forte território de investigação, a ficção seriada, as telenovelas e os programas de entretenimento, estudados principalmente a partir da televisão, estão em segundo lugar representando 17% das pesquisas, seguido dos estudos de cinema, que formam 15% das investigações. Em seguida, aparecem os estudos de internet, apropriação de redes sociais e convergência, com cerca de 10% do total de pesquisas. Em quinto estão os estudos teóricos e outros, que são aquelas investigações que se perfazem, em certa medida, por problemas não midiacentrados, com questões mais sociológicas, antropológicas, históricas, e claro, teóricas, que representam 9% das investigações. Em seguida aparecem os estudos de publicidade, em diferentes meios, representando 8%. Por fim, os estudos de consumo e apropriação de múltiplas mídias, que são 4%, e as pesquisas menos recorrentes que refletem questões ligadas ao rádio (3%), a literatura (2%), a arte (2%) e a fotografia (1%).

Algumas questões a respeito desses territórios podem ser levantadas, já que partir delas foi possível observar determinados segmentos e tendências tanto teóricas quanto metodológicas. Esses territórios refletem também as possibilidades de problematização das questões de gênero no campo. Isso porque cada um deles carrega consigo vertentes conceituais já incorporadas ou até mesmo naturalizadas na área, como os estudos discursivos no caso do jornalismo, os estudos de recepção, quando se trata de telenovelas e ficção seriada, e as análises fílmicas nos estudos de cinema. Nesse sentido, as investigações se concentram em refletir as interfaces que surgem de uma relação complexa entre seus objetos empíricos, meios de comunicação, gêneros comunicacionais ou ainda processos de comunicação e as teorias de gênero. Muito embora cada um desses territórios se constitua por arcações teórico-metodológicos distintos, ao tratar das questões de gênero, há entre eles uma singular similaridade: o desenvolvimento de problemáticas de gênero no entorno do conceito ou da ideia de representação.

Talvez pela natureza midiática dos principais objetos empíricos selecionados para refletir as questões de gênero no campo da comunicação, essa relação parece se constituir quase que obrigatoriamente nos termos em que são pensadas as pesquisas. Explico: o *modus operandi* das investigações acaba por tornar as ideias de representação e gênero como um binômio indissociável quando se reflete objetos midiáticos e, essa associação, que é tanto teórica quanto empírica, acaba produzindo as interfaces entre comunicação e gênero.

Os estudos de gênero são, assim, tensionados por reflexões que encaram os problemas de representação dos grupos excluídos ou marginalizados. Embora, muitas vezes, a própria ideia de representação não seja conceitualmente refletida nas pesquisas, ela costuma inferir as formas de pensamento arbitrárias construídas e partilhadas socialmente. Esse tensionamento operante nas investigações, de alguma forma, acaba fornecendo ao conceito de gênero uma potência comunicacional por fazer, a partir dele, uma crítica aos modelos socialmente acionados para serem expostos pelas mídias ou meios; e por servir de termo operacional no cerne de um processo político em busca de visibilidade e legitimidade. Esse olhar converte-se em um importante caminho crítico adotado pelas investigações a respeito dos discursos sociais

hegemônicos, principalmente quando tratados pela via dos estereótipos, pensados como estratégias de representação cristalizadas e hierárquicas das diferenças de gênero e sexualidade. No sentido político, existem pesquisas que fazem uso do conceito de representação como articulador de disputas e práticas sociais que podem dar voz ativa aos grupos excluídos, nesses casos, a representação envolve a participação e manifestação das identidades de gênero e sexualidade nas esferas midiáticas e comunicacionais como forma de inclusão sociopolítica.

Por outro lado, por ser uma prática significadora (HALL, 2007), a representação não pode ser encarada como reflexo do social, e sim como uma forma social que também é constituinte da cultura. Dessa maneira, existem alguns limites que precisam ser considerados a respeito dessa associação entre gênero e representação. Os modelos de representação são excludentes, eles contribuem para manutenção da ordem social, principalmente no que tange os binários feminino-masculino, normal-patológico, aceitável-inaceitável e assim por diante. Tanto a representação política quanto sua crítica devem encarar, assim, as representações como práticas de poder que constroem ou estabelecem as normalidades e assimetrias. Nesse aspecto, a luta por representação junto aos meios de comunicação possui uma função de incorporação normativa que sempre terá constrangimentos e rejeições, na medida em que não corresponde à complexidade das articulações sociais. E, nesse sentido, se não refletidas em processos históricos que conseguem vislumbrar suas rupturas, tensões e descontinuidades, as representações possuem pouco valor explicativo em relação às construções de gênero, pois podem recair no caráter específico da identificação essencialista. Isso porque representação enquanto discurso é uma forma de poder simbólico racionalizado e unificante, que pode congelar as diferenças e as complexidades identitárias.

5.2 A *apropriação* e os *tensionamentos* dos estudos de gênero nas teses e dissertações: o que as genealogias nos dizem?

No sentido de *apropriação* e *tensionamento* dos estudos de gênero nas pesquisas em comunicação, a análise das investigações me proporcionou a percepção de algumas linhas de força teóricas e epistemológicas atuantes no

que concerne as suas perspectivas de gênero. Essas linhas de força conformaram o exercício genealógico dessa tese. A primeira e mais expressiva em termos de sua produção foi a genealogia dos estudos de viés feminista e/ou de mulheres, produzida no **capítulo 3**. Essas pesquisas representam um total de 240, das 316 investigações de gênero do período. São investigações que tendem a realizar reflexões sobre as condições assimétricas de representação, objetificação, violência e emancipação das mulheres e do universo feminino junto aos meios ou processos de comunicação. As questões que as impulsionam estão, em sua grande maioria, vinculadas a desnaturalização das relações de poder que determinam as desigualdades de gênero ou ainda as particularidades da vida e do cotidiano das mulheres, como as relações de maternidade, trabalho e sexualidade. Os estudos feministas estão em todos aqueles territórios investigados e representam 76% do total de estudos do período analisado. São reflexões de extrema importância e, ao que parece, estão se consolidando no campo da comunicação.

Muito apesar da heterogeneidade dessas investigações ou desde onde elas passam a refletir as questões de gênero sob o viés feminista, há entre elas problematizações teórico-conceituais em comum. O exercício genealógico dessas pesquisas me proporcionou um olhar conjuntural e contextual de suas produções, a partir do qual eu pude identificar algumas tendências temáticas e investigativas que as constituem. Eu denominei essas tendências de eixos de reflexão. Esses eixos começam a se constituir a partir da década de 1980, e se constroem através de núcleos de reflexão que vêm se transformando ao longo dos períodos estudados, intimamente conectados ao contexto social brasileiro e com as teorias de força no campo:

O primeiro período estudado foi o de 1977 a 1989, esse foi um momento de institucionalização dos estudos sobre mulher no país, com as primeiras pesquisas sobre a temática e a constituição dos estudos feministas brasileiros. No campo da comunicação, essas reflexões têm pouca aderência nas pesquisas de mestrado e doutorado, e o enfoque das 13 pesquisas do período se constituiu basicamente no entorno de dois eixos: a) *condição feminina*, no qual se constituem as pesquisas que pensam as especificidades sociais das mulheres no país, suas relações de trabalho, família e cotidiano cultural, a fim de denunciar a condição de subordinação, recorrentemente abafada pela luta contra a

ditadura e b) *estereótipos sexuais*, no qual estão as primeiras pesquisas sobre representações negativas e limitadoras das mulheres nos meios de comunicação e na literatura, com análises sobre ideologia dos meios a partir do conceito de indústria cultural.

O segundo período estudado foi o de 1990 a 2000, esse foi um momento particularmente relevante para os estudos de gênero no campo da comunicação, pois é nessa década que tanto o conceito de gênero como as questões feministas começam a ser problematizadas, e as pesquisas passam a se dotar abertamente por um teor político, além disso, vale destacar a importante contribuição das primeiras investigações que incorporam do conceito de gênero entremeadado às relações de poder (MELO, CORAZZA, 1999; SILVESTRIN, 2000). Os eixos de reflexão dessa década, se conformam com maior densidade em dois núcleos: a) *estereótipos e ideologia dos meios* no qual se subscrevem a maioria das pesquisas, constituindo as primeiras de uma vertente de estudos de crítica ao conteúdo dos meios de comunicação e suas maneiras de representar, veicular, enquadrar as realidades socioculturais da mulher e do feminino na sociedade brasileira e b) *emancipação feminina* eixo que corresponde a singularidade da produção de conteúdo feminino ou feminista por meios de comunicação tradicionais ou não, para além de refletir ou historicizar figuras emblemáticas femininas e também estratégias de ação e atuação das mulheres em sociedade a partir do final da década de 1980.

No período de 2001 a 2009, o cenário dos estudos feministas de gênero nas teses e dissertações em comunicação sofre certa despolitização em nível teórico-epistemológico, isso porque das 129 pesquisas produzidas no entorno das temáticas do universo feminino, apenas 29 realizam alguma reflexão e apropriação dos estudos de gênero, e isso acontece por diversos fatores contextuais, como o esmaecimento do feminismo como movimento político no país. Quanto aos eixos de pesquisa dessa década é possível reconhecer dois importantes núcleos de reflexão: a) *estereótipos e representações dos meios*, aqui ocorre a substituição da *crítica a ideologia dos meios*, da década anterior, para os estudos que recorrem a indagação ou a descrição dos simbolismos e figurações das feminilidades nos objetos de estudo elegidos. Um fator que conforma essas investigações é a recorrência aos conceitos de representação e identidade como operadores analíticos-descritivos. O segundo eixo segue

sendo, como na década anterior, b) *emancipação feminina* cujo vetor de discussão está em análises de cunho histórico e pesquisas sobre estratégias de ação feministas em mídias alternativas ou mesmo em mídias tradicionais. Essas pesquisas formam um núcleo de investigações epistemologicamente feministas, na medida que intencionam caminhos singulares para refletir a condição das mulheres por uma ordem tensionadora dos aspectos dominantes da cultura. Contudo, são poucas as investigações que fortalecem esse eixo no período.

Em contrapartida, entre os anos de 2010 a 2015, último período dessa genealogia, consegui observar uma importante revitalização política nos estudos feministas e de gênero em comunicação. Essa transformação acontece propriamente ligada a um contexto social de reintrodução das problemáticas feministas no seio da sociedade, com uma nova onda de ações e movimentos políticos. Apesar de não haver, contudo, grandes transformações nos eixos de pesquisa das 55 pesquisas desse período, há uma importante virada qualitativa. Entre os eixos de reflexão foi possível notar a consolidação das pesquisas que fazem a) *crítica aos estereótipos e representação dos meios*, onde estão a grande maioria das investigações. Nesse caso, foi possível adicionar a palavra *crítica* como parte desse eixo, pois é justamente isso que essas pesquisas estimulam em conjunto: uma crítica em teor denunciativo aos modelos de representação das mulheres, da feminilidade e do feminino, seja através do conteúdo ou da apropriação dos discursos dos meios de comunicação. Apesar de ser constituída por um número menor de investigações, assim como nos outros períodos, o segundo eixo de reflexão está intimamente conectado ao que considere como revitalização ou reintrodução das problemáticas de gênero sob o viés feminista no campo. Principalmente a partir das pesquisas defendidas entre 2013 a 2015, o eixo b) *emancipação feminina e luta feminista*, adquire uma potencial relevância qualitativa com a incorporação de uma analítica teórico-epistemológica feminista sobre os fenômenos comunicacionais. O termo *luta feminista* é acrescido, pois denota a intimação política desses estudos. São pesquisas que se constituem sob distintos objetos e caminhos metodológicos, porém seus empenhos comungam com o tensiamento das práticas hegemônicas ao destacar: os novos rumos do feminismo e suas relações com os meios de comunicação; a cidadania e política para as mulheres e pelas mulheres e a produção feminina e feminista de meios de comunicação e produtos

comunicacionais alternativos. Nesse sentido, destacam-se as reflexões sobre corpo, subjetividades, experiência e articulação política de grupos e coletivos feministas, principalmente ligados as tecnologias de comunicação e informação. Portanto, do ponto de vista comunicacional, a relação entre o feminismo e os meios de comunicação acentua a potencialidade reflexiva das pesquisas de gênero.

O grande destaque está em análises que dimensionam os espaços de atuação do movimento no país. Essas pesquisas evidenciam, assim, as experiências feministas contemporâneas e o deslocamento das mulheres de objetos a sujeitos de seus próprios corpos, pleiteados como lugares de poder através de seus enlaces *com* e *nas* políticas de conformação midiáticas — no terreno da crítica aos meios de comunicação e em uma organização vinculada aos espaços comunicacionais, e, ao fazerem isso, redimensionam também certos lugares de poder e forças produtivas já instauradas no campo. Há, contudo, algumas discussões e temáticas que ainda merecem maior empenho como, maternidade, migração, raça e etnia.

Por fim, essa genealogia me forneceu inúmeros dados e acontecimentos importantes que mereceriam maior dedicação e aprofundamento. Mas ponderando esses limites, penso que há, daqui para frente, novas questões a serem refletidas no entorno das problemáticas entre gênero, feminismo e comunicação, como os aspectos institucionais que levam esses trabalhos e essas teorias a serem frouxamente apropriados e refletidos nos diferentes âmbitos científicos da área da comunicação. No final do **capítulo 3**, eu menciono algumas disparidades pouco refletidas, como os referenciais teóricos do campo serem majoritariamente masculinos, as assimetrias de gênero em relação ao consentimento de bolsas de produtividade e o baixo índice de mulheres doutoras nos cargos de chefia das instituições científicas, apesar de haver mais mulheres doutoras em comunicação. Esses são apenas alguns aspectos estruturais que devem ser refletidos com maior densidade em outros momentos. Nesse sentido, é preciso potencializar ainda mais a crítica social em nossas análises para que possamos encarar as assimetrias institucionais e científicas como dados desse campo, que ainda estabelece limites divisões entre homens e mulheres. As relações de poder e hierarquia do campo científico não devem ser jamais naturalizadas, devem, pelo contrário, ser escrutinadas sob olhar generificado a

fim de conceber e produzir um conhecimento problematizador sobre o campo social e sobre si mesmo, evidenciando suas relações como arbitrárias e excludentes em muitos momentos.

Ao encontro dessa problematização, com a segunda linha de força das investigações de gênero e comunicação, os estudos LGBT e/ou queer, estabeleci no **capítulo 4** a segunda genealogia dessa investigação. Nessa vertente teórica, estão aqueles estudos que buscam compreender as relações entre a comunicação e a produção das diferenças de gênero e sexualidade não centrados apenas nas mulheres como gênero, mas em processos de generificação, como as pesquisas as homossexualidades e as identidades, lésbicas, gays, trans e outras dissidências de gênero e sexualidade. Essas investigações correspondem a um total de 64 pesquisas, as quais se preocupam com políticas de representação e identidade e diferença de sujeitos LGBT. As formulações de gênero desses estudos rompem com os limites da heterossexualidade, revelando as potencialidades do gênero para além do binarismo homem/mulher.

O objetivo dessa genealogia esteve mais centrado em entender como a perspectiva dos estudos queer atua na configuração dos estudos de gênero e sexualidade em comunicação. Isso porque considero que a recente apropriação dessa perspectiva nas investigações trouxe à tona um olhar de gênero para tais estudos. Assim, esse capítulo foi composto por uma possível trajetória dos estudos LGBT e queer nas pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação, produzindo uma versão histórica e teórica dessas pesquisas, entremeadas ao contexto social e ao desenvolvimento dos estudos queer em nível local e global. Da mesma forma que a genealogia dos estudos feministas, dividi as investigações por períodos a fim de entendê-las em relação ao seu tempo histórico.

Como o desenvolvimento dessa vertente de investigações no campo inicia no ano de 1990, o primeiro período refletido foi entre 1990 ao ano 2000, a partir de 4 pesquisas defendidas naquele período. Essas investigações não estão atreladas aos estudos de gênero, podendo ser considerados como estudos temáticos propulsores. Muito embora sejam estudos pioneiros, são reflexões que tangenciam os problemas de gênero e sexualidade em detrimento de outras questões como os enunciados discursivos, a gramática televisiva e a própria

discussão genérica sobre as identidades. Há, sobretudo, um alcance do tema pelo interesse do campo nesse período em centrar suas reflexões no estudo das mídias: jornal, televisão e revista. Assim, embora a temática das sexualidades inicie nos anos 1990, não é até o início da década 2000 que ela será encarada de forma mais crítica pelos estudos em comunicação. Não há, dessa forma, nenhuma tendência ou incorporação epistemológica que dê luz aos estudos de gênero e sexualidade nesse período, e muito menos por uma perspectiva queer. Mesmo assim, considere importante reconhecer o empenho reflexivo dessas investigações, pois ao que tudo indica, seus autor@s encararam um campo de pesquisas ainda inexplorado na área, e, provavelmente, esse despropósito teórico conceitual em relação a temática se deve, em boa medida, pela própria constituição institucional da área da comunicação e a inexpressiva aderência dos PPGs pelo tema naquele momento.

O segundo período refletido foi de 2001 a 2009, momento em que se constituíram as primeiras investigações que problematizaram gênero, sexualidades e comunicação. Com um total de 23 investigações, as reflexões dessa década baseiam-se, consideravelmente, nos conceitos de identidade e representação. Sendo assim, o empenho teórico-conceitual dessas pesquisas faz com que o período se constitua por análises cujo o paradigma de produção seja identitário. Um aspecto relevante dessa década está na própria dimensão teórica das investigações, pois, se no período anterior as pesquisas sequer mencionavam um conceito de gênero em seus quadros conceituais, a partir de 2001 esse cenário foi consideravelmente transformado, já que mais da metade das pesquisas realiza algum tipo de reflexão junto aos estudos de gênero.

Também nesse período, a partir de 2004, a perspectiva queer aparece timidamente em algumas investigações como uma dimensão teórica e contextual das homossexualidades (ZANFORLIN, 2004; NUSSBAUMER, 2004). Já a partir de 2006, os estudos queer parecem ser encarados com maior vigor nas investigações como uma lente crítica em detrimento, ou contrapartida, do viés político identitário do movimento LGBT no Brasil. Além disso, as ideias das teorias queer começam a ser apropriadas conceitualmente, sobretudo, pela incorporação de uma perspectiva pós-estruturalista para pensar as identidades de gênero e sexualidade em intersecção com os estudos culturais, principalmente a partir de Stuart Hall (GOMIDE, 2006; SILVA, 2007; RIBEIRO,

2008, IRIBURE, 2008 e SANTOS, 2009). Em alguns casos, mesmo com a apropriação teórica queer sendo um dos pilares da investigação, ela serve como uma dimensão contextual e não epistemológica. Por essa razão, mesmo que haja o desenvolvimento da perspectiva queer nesse período, sobressaem-se nas pesquisas a questão das identidades como processo de formação de “guetos” ou “sub-culturas” gays e lésbicas em contextos nacionais e regionais. Nesses casos foi possível observar algumas tendências: a maioria das pesquisas reflete a homossexualidade masculina, mesmo quando se referem ao movimento LGBT como um todo. Em contrapartida, a partir de 2005 também surgem as primeiras investigações da área que irão discutir as identidades lésbicas (TONON, 2005; GOMIDE, 2006). Não há, contudo, nenhuma pesquisa sobre as transexualidades, nem as bissexualidades nesse período

O terceiro e último momento dessa genealogia correspondeu ao período de 2010 a 2015, contexto no qual o número de teses e dissertações a respeito das temáticas LGBT e queer aumentou consideravelmente em relação às décadas anteriores. Das 4.643 teses e dissertações defendidas nos PPGs em comunicação entre 2010 e 2015, 35 realizam essa interface. Dessas 35 pesquisas, 10 não fazem nenhuma relação entre gênero e sexualidade, focando suas discussões em outros aspectos. Contudo, 22 pesquisas desse período possuem perspectivas queer incorporadas em suas problematizações. Além disso, surgem as primeiras investigações que possuem o foco nas transexualidade (KRAMBECK, 2013; MAJEROWICZ, 2014 e AQUINO, 2015).

A popularização dos estudos queer nas teses e dissertações em comunicação configura-se com maior densidade a partir do ano de 2013, quando inclusive temos a primeira pesquisa que carrega seu título a expressão queer em termos teóricos (KRAMBECK, 2013). Isso, contudo, não significou a apropriação e tensionamento de uma analítica queer. Pude observar, nesse sentido, modos distintos de apropriação teórica, configurando dois núcleos: a) apropriação *teórico-contextual*, na qual as concepções queer são vislumbradas pelas pesquisas em termos de distinção entre as lógicas de reconhecimento e os processos pelos quais os sujeit@s LGBT tornam-se atores sociais. Essas análises não estão centradas, assim, nos regimes de saber/poder que conformam as sexualidades, mas na defesa e politização de determinadas identidades sexuais e de gênero. Mesmo quando essas pesquisas consideram

os processos identitários como fluídos, elas acabam por reincidir suas reflexões em aspectos essencialistas, geralmente atribuídos às experiências “positivas” de incorporação social e representações “respeitáveis” e politicamente aceitas pela sociedade na esfera cultural e midiática heterocentrada. No mesmo sentido, também não é raro que nessas pesquisas o termo *queer* apareça como um meio de designar uma nova categoria identitária.

O segundo núcleo corresponde b) apropriação *teórico-epistemológica*, no qual estão, em número menor, algumas investigações que realizam uma abordagem queer que ressalta os problemas de gênero e sexualidade como vetores de produção social das diferenças e desigualdades. Há, nessas investigações, o empenho em produzir análises críticas sobre as matrizes culturais, pelas vias das normas e convenções de gênero e sexualidade, apostando em empreendimentos teórico-históricos que problematizam os processos essencializantes. Nesse sentido, a incorporação dos estudos queer é tensionada não apenas como arcabouço teórico, mas como procedimento analítico, e as pesquisas tomam para si o desafio de entender e criticar os processos de normalização como generificados e generificantes. São investigações que não estão preocupadas, por exemplo, em revelar as especificidades de representação das homossexualidades nos meios de comunicação ou gêneros midiáticos, mas em análises que tratem das redes capilares de sujeição e domínio que, de algum modo histórico, conformaram essas representações como norma social de reprodução das homossexualidades. As representações são radicalmente questionadas a tal ponto, que algumas pesquisas denotam estrategicamente a emergência de histórias alternativas diante daquelas que insistem em reproduzir a neutralização e a padronização dos corpos, das sexualidades, dos desejos, enfim, das performatividades interseccionais de gênero e sexualidade.

Com esse cenário configurado, alguns limites ficam evidentes. Assim como os estudos de viés feminista, é possível considerar que não há em nosso campo a configuração de uma área de pesquisas que tenha como força motriz a problematização das questões de gênero sob o viés queer. Isso porque a nossa produção até 2015 parece ainda estar no caráter inicial de seu desenvolvimento, com poucas pesquisas que se constituem pela evidente problemática queer. Contudo, com esse cenário em desenvolvimento, há uma potencial lacuna a ser

preenchida, e acredito que estejamos em plena constituição desse *devoir* em vista do contínuo crescimento dessas investigações no campo a partir de 2015, como é possível observar no **Gráfico 7** (p.157). Apesar disso, em um quadro conjuntural, apenas 62 investigações realizam suas reflexões no tocante das questões LGBT entre 1972-2015, isso significa que apenas 0,48% do total de teses e dissertações produzidas nesse tempo área possui interesse nessas problemáticas. Torna-se significativo dizer, portanto, que as pesquisas entorno das dissidências de gênero e sexualidade no campo, não chegaram a 1% do total de defesas nos PPGs em comunicação.

Por fim, a produção dessas genealogias me disseram muito mais do que a respeito da apropriação e tensionamento dos estudos de gênero nas pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação. Em um primeiro sentido, foi possível considerar que – de acordo com as tendências dos períodos estudados, desde a incorporação das teorias e conceitos feministas e de gênero entre os anos 1980-90; a produção de pesquisas sobre homossexualidades somente a partir da década de 1990; o refluxo político das pesquisas feministas no início do séc. XXI, contrariamente à constituição das primeiras pesquisas de viés queer nesse mesmo período, e, por fim; o reflorescer e a revitalização de ambas as perspectivas a partir do ano de 2010 – percebi que o que fomenta as escolhas teóricas e metodológicas das pesquisas em comunicação é a sua tendência ao empírico.

Nesse sentido, produzimos, prioritariamente, análises sobre fenômenos culturais e tecnológicos de natureza imediata, sincrônica e pulverizada. Dessa maneira, o campo das pesquisas de mestrado e doutorado parece se atentar às questões teóricas e epistemológicas ligadas aos estudos de gênero quando eles também são erigidos pela sociedade e pela cultura política do país. São essas conjunturas contextuais que fazem “respingar” um viés feminista ou queer nos objetos elegidos nas pesquisas nos períodos estudados, e exatamente por isso aponto a relevância de se pensar a conexão dos contextos históricos a sua produção científica. Nesse sentido, arrisco afirmar, que, enquanto campo científico, ainda tratamos os problemas de gênero como temas subscritos em nossos objetos empíricos e não como problemáticas epistemológicas, com teorias, conceitos e métodos, daí a nossa fraca contribuição e tensionamento, sem contar as dimensões institucionais que reiteram a subalternização desse

tipo de pesquisa, fatores que acredito estarem em processo de transformação nesses últimos três anos.

Vale destacar, ainda, no sentido autoreflexivo desse empenho, que compreendo os limites de pensar a urgência de um saber ou campo de conhecimento, como os estudos de gênero na área da comunicação, e que esses campos não se restringem ao trabalho de pesquisa das teses e dissertações. Por isso, proponho a emergência de reflexões que extrapolem os discursos científicos das pesquisas e passem a refletir os próprios pesquisadores em suas conjunturas institucionais, pois há, aqui a contingência de jogos de poder e disputas ditas e não-ditas.

Ademais, essas genealogias me fizeram refletir, sob um olhar problematizador, algumas dimensões do campo da comunicação. Entre elas, considero importante afirmar que o interesse nos estudos de gênero e talvez a tentativa de sua consolidação na área, foi um exercício solitário de alguns pesquisadores e pesquisadoras até pouco tempo. Porém, mais recentemente, considero que a ascensão dos estudos subalternos de gênero, sexualidade, feministas e queer vem acontecendo pelo caminho inverso da via tradicional do sistema de orientação, ele se dá pelo esforço, também por vezes isolado, solitário e autodidata, dos estudantes de pós-graduação. Essa é talvez uma das razões pelas quais não estabelecemos ainda o elo institucional e acadêmico necessário para a conformação e consolidação desses estudos. Em outra medida, esse pode ser o início de um ciclo profícuo de novas articulações.

Talvez exatamente por isso, ao fim dessas genealogias e dessa tese gostaria de propor um exercício crítico de reflexão que possa nos levar a tensionar nossos próprios debates a fim de ocuparmos um lugar mais independente e menos complacente e assimilador de teorias e conceitos. Para, quem sabe, produzirmos cada vez mais estudos de gênero *em* comunicação. Faço essa reflexão como um adendo, sendo que ela pode ser considerada ou não como parte integrante de minhas análises, ela não está, contudo, preocupada com uma coerência com o todo dessa problematização, nem ao menos com as genealogias, é um ensaio crítico comprometido com potencialidades futuras.

ADENDO

Por uma postura crítica: usos e abusos do conceito de gênero⁶⁸ nas teses e dissertações em comunicação (2010-2015)

Tina Chanter (2011, p.9) quando declara que “o gênero é sempre já vivido, gestual, corporal, culturalmente mediado e historicamente constituído”, infere que não existimos através de uma masculinidade ou de uma feminilidade centralmente definidas, ao contrário, nos construímos e somos constituídos culturalmente enquanto gênero na medida em que nos apropriamos de códigos historicamente estabelecidos. Assim, tão logo nascemos e somos “sistematicamente treinados de acordo com nosso gênero”, ou, por aquilo que supõe nossa existência sexual: “expectativas são formadas, ideologias culturais são absorvidas, e se espera que aquelas que sejam anatomicamente identificadas como garotas ajam como garotas, e que aqueles que sejam identificados como garotos ajam como garotos” (p.9). No interior desses códigos residem as disposições de poder que nos definem como seres humanos em situação com um universo social.

Nessa perspectiva, o conceito de gênero emergiu em um determinado momento histórico para ampliar o entendimento cultural que mobiliza as relações de poder e assimetria nas esferas culturais que são dissimuladas como naturais e pré-determinadas. Ele foi formulado, sobretudo, como um conceito relacional que extrapola as dicotomias sexuais estagnantes das identidades no seio da luta contra a opressão patriarcal. Essa luta adquiriu proporções diversas ao longo da história a partir de coalizões emergentes entre as diversas vertentes do pensamento feminista e de outros movimentos sexuais e de gênero, os quais fizeram com que esse conceito adquirisse um caráter movente e potencialmente político.

Como nota Heilborn (1994), as múltiplas dimensões do conceito gênero e seu intenso debate enraízam-se nas próprias tensões epistemológicas das ciências sociais. Em sua aplicabilidade, dois domínios podem ser explicitados: “como forma de classificação ordenadora do mundo social a ser examinada e como dado constitutivo da identidade do sujeito de pesquisa” (HEILBORN, 1994,

⁶⁸ Para fazer o de um título recorrente na revisão crítica desses estudos: (SCOTT, 2012; MORAES, 1998; HEILBORN, 1992).

p.2). Nota-se, assim, a implicação de duas grandes matrizes de pensamento que operam distinções e possibilidades ao conceito, de um lado a tradição do empirismo que, em sua ênfase interpretativista, busca o entendimento no âmbito singular da experiência recusando as universalidades para a explicação do mundo. Em contraposição, as correntes do racionalismo que se sustentam pela ênfase na abstração dos sentidos universais no que tange os fenômenos sociais.

O que impulsiona a tensão de uma vertente para outra é exatamente o problema que nos colocamos aqui: gênero é categoria empírica ou categoria analítica? Existe gênero sem sexo? Sua ordem é particular ou universal? Ele problematiza os vetores da diferença enquanto dispositivos de poder ou é dado de uma ordem simbólica particular? As respostas são variadas, pois mesmo que se constituam de epistemes divergentes e sem consensos sobre as posições que se possam tomar em relação ao conceito, as pesquisas e teorias que se constituem em sua análise ancoram-se, em grande medida, pela transversalidade dos aspectos de ambas as matrizes de pensamento.

O gênero, assim, é percebido enquanto uma categoria conceitual de importante complexidade e reconhecível polissemia. O aprofundamento do conceito, sob o escopo de diversas teorias e campos de estudo, vide a importância de pensa-lo no campo da comunicação, indica que seu debate não é tarefa fácil e requer cuidadoso reparo analítico interdisciplinar. Nesse sentido, nos ancoremos naquilo que move o conceito em sua base evidente: a (des)construção das diferenças sexuais que classificam os seres humanos como referentes naturais de duas esferas, o feminino e o masculino. O que está em questionamento são as assimetrias de poder entre dois polos contrários e complementares de acordo com a própria cultura. A problemática que cerca o conceito pretende desmistificar justamente essa bifurcação perguntando-se sobre as diversidades, hibridismos e marcas de distinção possíveis.

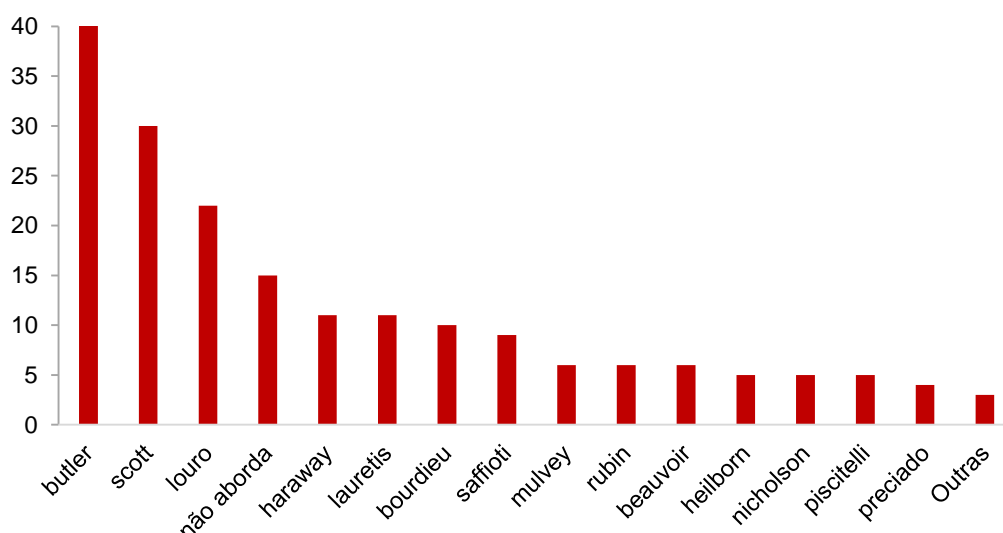
Pensando essa constituição, gostaria de fazer uma reflexão sobre os usos desse conceito nas recentes pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação, produzidas entre 2010 e 2015. Sobretudo, a partir de um sentido específico da própria gênese do conceito de gênero: seu compromisso político com um projeto de mudança e transformação social.

Entre 2010 e 2015 o campo da comunicação produziu 94 pesquisas de mestrado e doutorado cujas problemáticas desenvolviam questões de gênero e,

para esse exercício reflexivo, gostaria de começar pontuando a partir de que fontes referenciais o próprio conceito de gênero é incorporado nessas investigações. Essas escolhas teóricas, nos dizem muito a respeito da lente epistemológica dessas investigações junto ao campo da comunicação.

Nesse sentido, há certa linearidade nas fontes selecionadas. Entre as autoras elegidas para a construção conceitual das problemáticas de gênero são majoritariamente citadas as norte-americanas Judith Butler e Joan Scott e a brasileira Guacira Lopes Louro:

Gráfico 8 – Número de citações por autoras



Butler é referenciada em 41 pesquisas, principalmente a partir de seu livro *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicado em 1990 e traduzido no ano de 2003 pela editora Civilização Brasileira. Já Joan Scott

é citada em 30 pesquisas através de seu notório artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado originalmente em 1986 e traduzido em 1990 por Guacira Lopes Louro para a revista *Educação e Realidade*. Além delas, Guacira Lopes Louro é a autora brasileira mais apropriada pelas pesquisas em comunicação e gênero, constando em 22 investigações, seus livros mais citados são *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, publicado em 1998, e *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*, coletânea de artigos de diversos autores publicado em 2004.

Entre outras autoras, é possível notar a apropriação de importantes artigos traduzidos das norte-americanas Donna Haraway⁶⁹ e Teresa de Lauretis⁷⁰, citadas em 11 trabalhos, além da brasileira Heleieth Saffioti⁷¹ e do autor francês Pierre Bourdieu⁷², com 10 citações cada. A maioria das fontes utilizadas para tratar dos estudos de gêneros são de autoras norte-americanas. Além de Guacira Lopes Louro e Heleieth Saffioti, entre as autoras brasileiras e latino-americanas mais citadas estão a argentina Adriana Piscitelli e a brasileira Maria Luiza Heilborn, ambas com cinco citações cada.

A apropriação extensiva dos textos de Joan Scott e Judith Butler indica, assim, que a maioria das pesquisas em comunicação e gênero do período é delineada por uma perspectiva pós-estruturalista ou desconstrucionista de gênero. Essas duas autoras, em particular, compartilham certos posicionamentos epistemológicos e uma relação de crítica aos modelos teóricos totalizantes, que buscam analisar e explicar as transformações históricas por meio de estruturas sociais rígidas. De encontro a essa perspectiva, elas trabalham com uma noção de poder fragmentado nas práticas sociais, institucionais e nos processos de subjetivação (FOUCAULT, 2014). Além disso, conjugam com a ideia de dissolução da noção de sujeito universal - cujo as identidades são fixas, unitárias e universais – realizando trabalhos genealógicos que valorizam a linguagem e os discursos como práticas de saber que configuram as relações humanas, seus processos históricos, institucionais e culturais com marcas no presente.

⁶⁹ Com o artigo *Gênero para um dicionário Marxista*, publicado na revista *Cadernos Pagu* em 2004

⁷⁰ Com o artigo *A tecnologia de gênero*, publicado na coletânea organizado por HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

⁷¹ Principalmente a partir do livro *Gênero, patriarcado, violência*, publicado em 2004.

⁷² Principalmente a partir do livro *A dominação masculina*, publicado no Brasil em 1998.

Nesse sentido, em um primeiro momento, é possível dizer que a ideia partilhada nos estudos em comunicação é a de que *o conceito de gênero representa uma categoria epistemológica de saber/poder sobre a realidade social, estando muito além da inscrição biológica dos corpos.*

De modo geral, Butler e Scott discutem que a suposta neutralidade das ciências, das instituições e das leis modernas foram/são, na realidade, estruturadas por um olhar masculino, branco e europeu. Dessa maneira, orientadas por um pensamento foucaultiano⁷³, elas buscam demonstrar que essas instituições estabeleceram regimes de verdades (saber/poder) sobre a constituição das identidades humanas. Essas verdades, não neutras e nem ao menos universais, possuem em seu cerne uma lei obrigatória do desejo, a partir de um recorte heterossexual e generificado de acordo com uma linearidade entre sexo-gênero-prática sexual (BUTLER, 2016).

Para Butler (2016), ao gênero cabe a legitimação dessa ordem a partir de um status pré-cultural e pré-discursivo que se inscreve nas diferenças sexuais para sustentar uma suposta natureza biológica das assimetrias sociais. Conforme ela, é preciso reformular a ideia de gênero a fim de demonstrar que sua artificialidade cultural não é um efeito a-histórico da ordem natural das diferenças sexuais, mas sim, resultado de um aparato (saber/poder) cultural que reitera e estabelece essas diferenças sexuais. O papel do gênero seria produzir, através de atos corporais repetidos em um conjunto regulador e altamente rígido, a falsa noção de estabilidade substancial do *ser*.

No mesmo sentido, Scott (1995) se posiciona a partir de um desafio eminentemente epistemológico para os problemas de gênero: a produção de análises voltadas não apenas para as experiências masculinas e femininas, mas para suas conexões históricas, que dão sentidos para a organização das relações de gênero do presente. Rompendo com o que considera as ideias descritivas de gênero: como sinônimo de mulher; como relação entre homens e mulheres e como diferença sexual imposta sobre o corpo; o gênero, para Scott, deve representar uma categoria analítica que permite vislumbrar muito além das dualidades. Mulheres e homens não seriam, nesse pensamento, categorias fixas e opostas, mas formas de dar significado cultural para diferenças hierárquicas.

⁷³ Principalmente a partir da publicação de *História da Sexualidade I* em 1976.

Para ela, corpo, sexo e gênero são assuntos de Estado, poder e normalização social. Isso significa dizer que a existência de pênis e vagina, homem e mulher, masculino e feminino, só possuem sentidos históricos a partir de um olhar cultural e discursivo heterocentrado, como saberes sobre os corpos que orientam relações de poder (SCOTT, 1995).

Assim, de acordo com elas, somos generificados no momento que identificam nossas genitálias, antes mesmo de nosso nascimento. A partir daí, somos diferenciados entre meninos e meninas e quando nascemos somos sistematicamente treinados de acordo com essa distinção e lidados por nossas genitálias em uma ordem compulsória e predominantemente heteronormativa⁷⁴. A norma cultural, configurada pelo pensamento androgênico é, então, embasada pela assimetria de poder entre homens e mulheres e por uma economia de troca sexual e reprodutiva⁷⁵. Assim, tudo que escapa dessa normalidade é tido como anormal, abjeto, dissidente, marginal, estando a mercê dos códigos de violência e disciplinarização. Dessa forma, as autoras buscam olhar para os processos que generificam os seres humanos para desmontar a sua artificialidade social e cultural. Isso quer dizer que é preciso reconhecer o gênero enquanto categoria de saber/poder que funda a vida, as relações sociais/políticas, jurídicas e econômicas. Nessas autoras, então, apesar das diferenças de produção, reside um encaminhamento para o refinamento do conceito de gênero para uma teoria movente; que dá atenção a multiplicidade e as políticas da diferença para além dos binarismos.

No entanto, os usos dessas reflexões nas pesquisas em comunicação em questão nem sempre corresponde a essa constituição epistemológica. Sendo utilizadas, na maioria dos casos, para a definição de um conceito de gênero nos trabalhos, as autoras fazem o papel, quase que exclusivo, de locutoras conceituais para a formulação de capítulos teóricos. Em linhas gerais, suas reflexões não estão somadas às questões metodológicas e até mesmo epistemológicas, na configuração de um olhar para o universo empírico das pesquisas. Com alguns casos divergentes, elas são apropriadas com certa descontinuidade e fragmentação na interpretação dos dados e, até mesmo, na análise dos resultados. Isso demonstra que há uma intenção teórico-conceitual,

⁷⁵ Como demonstrou Rubin (1993).

muitas vezes sofisticada, que não corresponde a pormenorização e reflexão dos dados de pesquisa, dados esses que, geralmente, são correspondentes de um universo da comunicação, seja ele midiático, institucional ou interpessoal porque estão relacionados aos objetos de pesquisa problematizados.

Esses usos podem inferir a certos problemas, principalmente ligados ao desvio do conceito de gênero como categoria analítica no interior de lutas contra-opressoras. Autoras feministas como Maria Luiza Heilborn (1992), Cláudia Costa (1998), Maria Lygia Moraes (1998) e Adriana Piscitelli (2002) vem constituindo desde dos anos 1990 importantes críticas nesse sentido em território nacional. Elas refletem, sobretudo, a incorporação despolitizada da categoria de gênero, em um terreno neutro de reflexões que abusa das substituições irrefletidas e apressadas do termo gênero como mulher ou homem:

A categoria de gênero não deve ser acionada como um substituto de referência para mulher ou homem. Seu uso designa, ou deveria fazê-lo, a dimensão inerente de uma escolha cultural e de conteúdo relacional. Por outro lado, ele traz embutida a articulação desse código que se apropria da diferença sexual tematizando-a em masculino e feminino com outros níveis de significação do universo (HEILBORN, 1992, p.5).

Nesse sentido, se a categoria de gênero não está acionada como um marcador de diferenças culturais no interior de uma crítica as convenções que constroem homens como masculinos e mulheres como femininas, ela não designa um conhecimento crítico sobre a cultura, mas indica simplesmente uma terminologia de caráter descritivo. Para Moraes (1998), a ideia por detrás dessas substituições corrobora com o efeito do pensamento binário, tornando a categoria de gênero como uma terminologia científica academicamente correta. Em um exemplo interessante, Moraes cita a apropriação do termo gênero pelo sociólogo Anthony Giddens no seu livro *Sociology: a brief but introduction*, onde no capítulo 5, *The family and Gender*, “o autor se refere o tempo todo a homens e mulheres sem sequer se dar ao trabalho de explicar o que entende por gênero” (MORAES, 1998, p. 102).

Essas marcas de substituição acontecem em diversos níveis, e, em certa medida, acabam por naturalizar o termo gênero como um correspondente identitário essencialista. Nas pesquisas em comunicação, isso acontece frequentemente em alguns trabalhos que buscam pesquisar a representação da

feminilidade e do feminino, assim em termos singulares, nos quais esses mesmos termos são vistos *a priori* como gênero, quando na realidade são, de forma limitada, um espectro isolado de uma constituição generificada.

Outro exemplo interessante desse tipo de uso é que cerca de 13,9% das pesquisas de gênero realizadas nos PPGs em comunicação entre 2010 e 2015, não apresentou nenhuma referência aos estudos de gênero, mesmo utilizando-se recorrentemente dessa expressão ou apontando um recorte de gênero na condução da pesquisa. Ou seja, são trabalhos que consideraram estudar questões de gênero, mas omitem seu tensionamento conceitual em detrimento de outras categorias. Nesses casos, mesmo que não conscientemente, persiste-se em uma ideia de naturalização da categoria de gênero, que passa a ser utilizados como dado universal fundado, principalmente, em uma distinção biológica entre homens e mulheres. Por essa via, as pesquisas que não se preocupam em conceituar as relações de gênero em seus empreendimentos desconsideram completamente a produção intelectual deste campo de estudos que, desde a década de 1970, contribui, justamente, para desmontar a operação assimétrica e universalizante das relações de gênero e sexualidade.

Em meio ao reconhecimento das possibilidades contra hegemônicas do que entendemos enquanto corpo, sexo e gênero, torna-se importante identificar o poder de alastramento e reprodução das instituições midiáticas na construção de saberes sobre as práticas que engendram a generificação de nossos corpos. Nesse sentido, é pertinente que nossa área de estudos se empenhe em fugir das dimensões essencialistas que decretam a feminilidade e a masculinidade como categorias fixas e acabadas. Principalmente quando insistimos em falar de identidades e de representações, é preciso se ater no caráter processual, dinâmico e interseccional da conduta humana, caso contrário, recaímos no problema da fixação universal das categorias.

Isso porque refletir o gênero como categoria analítica, implica em toma-lo como um saber que não se limita as referências biológicas, mas a práticas e relações sociais de desigualdade. O conceito de gênero quando tomado por sua concepção epistemológica abarca a organização da vida social para além dos corpos, implicando um olhar evidente às relações de poder que generificam e separam todas as práticas sociais (BONETTI, 2012).

Em outro sentido, essa crítica pode ir além do uso apriorístico da categoria de gênero nas pesquisas, mas pensar quais relações nós estabelecemos entre as nossas próprias investigações. Nesse caso, é possível apontar certa omissão de cunho teórico-metodológico operada, principalmente, por dois fatores: a falta de uma produção contínua na área, como já demonstraram Escosteguy e Messa (2008) e John e Costa (2014), e também a falta de leitura e apropriação das pesquisas que já foram produzidas no desenvolvimento de novas investigações. É como se sofrêssemos de uma síndrome de “cachorro vira lata” no interior dos quadros acadêmicos das ciências sociais e humanas. As autoras mais referenciadas não estabelecem em seus estudos relações com objetos e temáticas da comunicação, configurando suas reflexões a partir de olhares disciplinares próprios, como a filosofia, a história, a educação, a antropologia e a sociologia. No entanto, em virtude da própria interdisciplinaridade dos campos de gênero e comunicação, a busca por fontes exógenas não é, de fato, um obstáculo para o desenvolvimento tensionamentos teóricos mais profícuos. Mas, o problema evidente que, enquanto campo científico, nós pouco nos referenciamos, dando predileção conceitual e metodológica para outras áreas em nossos quadros teóricos. Isso nos traz uma desvantagem, pois não avançamos nas problemáticas que nós mesmos formulamos. Além disso, essa omissão faz com que as pesquisas tornem-se reflexões isoladas, mesmo quando há entre elas objetivos altamente similares.

Há, ainda, um apagamento de certas tradições de pesquisas de mídia, comunicação e gênero que deve ser levado em consideração. Escosteguy e Messa (2008) já demonstraram a articulação histórica que os estudos de mídia possuem com as teorias feministas desde a década de 1970 junto as pesquisas desenvolvidas no CCCS (*Center for Contemporary Cultural Studies*), na Inglaterra. Essas reflexões têm seu compasso com a configuração do *Womens Group* em 1974 e com a publicação da edição *Women Take Issue*. Esse volume de trabalhos reuniu resultados e experiências de pesquisa de autoras como Angela McRobbie, Charlotte Brudson, Dorothy Hobson, Janice Winship, Christine Geragthy, Charlotte Brumdon entre outras, revelando uma primeira tentativa de produção intelectual feminista com envergadura acadêmica preocupada com os meios de comunicação (ESCOSTEGUY, 2001; SHULMAN, 2004). Os ensaios apresentados no volume lidam, em grande medida, com as

mulheres de classe operária e encaram, sobretudo, as ideologias que comportam as relações de produção na divisão sexual do trabalho e na naturalização das assimetrias entre os gêneros (BRUMDON, 1978).

As autoras ainda demonstram a contínua produção acadêmica que se estabelece nas décadas de 1980 e 1990, apontando para a reconfiguração do próprio feminismo como prática acadêmica institucionalizada nas universidades ao redor do mundo⁷⁶. As análises produzidas no período voltam-se particularmente para a representação do universo feminino no contexto da indústria cultural. Refletindo as audiências e os textos das mídias por meio de metodologias abertas e de cunho interpretativo, como as etnografias. É possível notar, assim, que as teorias da comunicação, em especial aquelas produzidas pelos estudos culturais, não foram omissas aos estudos de gênero. O feminismo e suas problematizações, constituíram, inclusive novos paradigmas para pensar a crítica dos meios de comunicação de massa e suas interfaces com as relações de gênero, de classe social, e com as identidades culturais (TOMAZETTI; MARCONI, 2017).

No entanto, nossa elaboração teórica fica à mercê de uma ainda escassa produção estrangeira traduzida. Por outro lado, a negligência de uma produção nacional também deve ser considerada. No Brasil, existem grupos, pesquisadores e publicações que se dedicam exclusivamente ao tema, como as revistas *Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*, além de pesquisas de pós-graduação em diversas áreas, como os PPGs em Educação e Antropologia da UFRGS; o PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC; os PPGs em Ciências Sociais e Antropologia da Unicamp, para citar apenas alguns. Na prática, essas produções estão sendo pouco exploradas em nossas investigações, o que não deveria ocorrer, principalmente pelo fato delas se

⁷⁶ Messa (2008), aponta com detalhes essa produção elencando os principais trabalhos: Janice Winship, *Sexuality for Sale* (1980); Angela McRobbie, *An Ideology of Adolescent Femininity* (1982); *Feminism and Youth Culture: from Jackie to Just Seventeen* (1991) e *Postmodernism and Popular Culture* (1994); Dorothy Hobson, *Crossroads: the Drama of a Soap Opera* (1982); Annette Kuhn, *Women's genres*(1984); Ien Ang; *Watching Dallas: Soap Opera and Melodramatic Imagination*; Carol Lopate e Tânia Modleski, Michèle Mattelart, *Women and the Cultural Industries* (1982) e *Women, Media and Crisis: femininity and disorder* (1986); Christine Geraghty (1990; 1995); *Women and Soap Opera* (1990) *Feminism and media consumption* (1995); Andrea Press, *Class, gender and the female viewer*, Andrea Press (1992); Charlotte Brundson, *Crossroads: notes on soap opera* (1981), *Women watching television* (1986) e *Feminism and Soap Opera* (1988).

realizarem em contexto nacional, refletindo o próprio universo sociocultural de nossas pesquisas.

Por fim, há uma especificidade em nossa produção que diz muito a respeito de nossos usos e abusos do conceito de gênero. Se os estudos de gênero chegaram no Brasil entre nos anos 1980, para nós, do campo da comunicação, eles ainda são novos, e estão chegando com pouca aderência e esporádica produção desde a metade da década de 1990. Podemos nos considerar um campo retardatário? Acredito que estamos em processo de aprendizagem. Não pretendo fazer juízo de valor, nem mesmo uma crítica infundada. Justamente essa morosidade, pode nos permitir flutuar em lugares ainda não explorados e potencializar nossos empenhos de pesquisa em um *devoir* epistemológico. Apesar de nossos saberes ainda estarem a mercê das fontes cânones – Butler e Scott – e de textos traduzidos da década de 80 e 90. Essas autoras provavelmente detestariam ser chamadas assim – mas nosso uso deliberado as faz parecer burocratas dessa teoria. De fato, na maioria dos casos, não avançamos com apetite em suas problemáticas conceituais, que se formulam na tensão entre a construção de nossos objetos de reflexão e da apropriação teórico metodológica emprestada de outros contextos.

Nessa medida coloco algumas questões que não serão respondidas aqui, mas que permitem refletir nossas práticas científicas: porque nosso paradigma ainda é representacional, se reside nessas autoras justamente uma crítica aos limites políticos da representação? Comunicação é representação? Se é, provavelmente, é uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão, e deve ser pensada em transformação como o objeto que tenta elaborar. Nosso desafio, como sugerem essas autoras, consiste em fazer explodir a noção de rigidez e essencialidade do caráter identitário das representações, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à representação binária do gênero a uma aparência atemporal.

Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política, bem como uma referência às instituições e à organização social das quais emanam as relações de poder. Acredito, assim, para citar Joan Scott (1995), que devemos mudar alguns de nossos hábitos de trabalho. Devemos examinar atentamente nossos métodos de análise. Em vez de buscar origens únicas, temos que pensar em relações de poder e assimetria como estando tão interconectadas aos

problemas de gênero que não podem ser separadas. É evidente que isolamos certos problemas para serem estudados e que estes problemas constituem pontos de partida. Porém, devemos nos perguntar mais seguidamente *como* as coisas acontecem para descobrir *por que elas acontecem*.

Talvez, devêssemos retornar ao princípio dessa crítica, parar com os usos e abusos do conceito de gênero, desafiar a burocratização das teorias e dos conceitos aí articulados, pois nenhum deles é cânone, nenhum deles tem raiz epistêmica fechada, não há certezas nessas linhas teóricas, apenas dúvidas, tensionamentos e fricções. Talvez devêssemos aprender mais, ouvir mais, nos relacionar mais, sair de nossas salas e de nossas telas, fazer nossas teses e dissertações com a sociedade. Talvez nosso lugar de iniciantes seja o melhor lugar para se estar nesses tempos, pois estamos abertos para aprender, sem verdades absolutas que nos cercam.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **Telenovela, consumo e gênero**: “muitas mais coisas”. Bauru: EDUSC, 2003.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BENETTI, José Fernando. **A bicha Louca está fervendo**: uma reflexão sobre a emergência da teoria queer no Brasil (1980-2013). Trabalho de Conclusão de curso. Centro de Ciências Humanas e da Educação, na Universidade do Estado de Santa Catarina, 2013.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BOUYER, Gilbert Cardoso. O método da genealogia empregado por Foucault no estudo do poder-saber psiquiátrico. **Memorandum**, v. 16., p.64-76, 2009.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, v. XXV, n. 58, 2011.

BRAGA, José Luiz. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. **Revista Contracampo**, n. 10/11, p. 219-236, 2004.

BRUMDON, Charlotte. It is well known that by nature women are inclined to be rather personal. **Women take issue**. London: Hutchison, 1978.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CORUJA, Paula. Comunicação e feminismo: um panorama a partir da produção de teses e dissertações do campo da comunicação entre 2010 e 2015. **Revista Ártemis**, v. 25, n. 1, p. 148-162, 2018.

COSTA, Cláudia de Lima. O Tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 127-140, 1998.

COSTA, Albertina de Oliveira. Os Estudos da Mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, número especial, p. 401-407, 1994.

COSTA, Ana Alice de Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). **Mulher e Relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171, 2002.

DEBERT, Guita Grin; ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Entrevista com Sherry Ortner. **Cad. Pagu**, n. 27, p. 427-447, 2006.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato J. Ribeiro. 1973.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Pensando as relações entre mídia e gênero através de histórias pessoais: o caso brasileiro. **Derecho a Comunicar**, 2012. Cidade do México, n. 4, p. 174-186, 2012.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. (org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Notas para um estado da arte sobre os estudos brasileiros de recepção nos anos 90. **Mídias**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais** - uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, 2009.

FERREIRA, Verônica. Entre Emancipadas e Quimera – Imagens do feminismo no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, p. 153-200, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)** São Paulo: Martins Fontes, 2005 (Original publicado em 1976).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANÇA, Vera. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, C.; LOPES, V. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FRANÇA, Vera. O objeto da comunicação/ A comunicação como objeto In: HOHLFELDT, A. MARTINO, Luiz. FRANÇA, Vera. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GÓIS, João Bosco Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 289, 2003.

GONCALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. **Cad. Pagu**. n. 36, p. 25-46, 2011 .

GREEN, James N. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 271-295, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. **Feministas históricas e novas feministas no Brasil**. Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis: UFSC, n. 28, 1998.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. n.5, p. 7-41, 1995.

HAWKESWORTH, Mary. A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 3, p. 737, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler nas Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília: CAPES, p. 183-222, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza. "Usos e Abusos da Categoria de Gênero" In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) **Y Nosotras latinoamericanas?** Estudos sobre Gênero e raça". São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1992, p. 39-44.

JACKS, Nilda et al. **Meios e audiências 3: reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

JACKS, Nilda et al. (Org.). **Meios e audiências 2: A consolidação dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

JACKS, Nilda; MENEZES, D.; PIEDRAS, E. **Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

JACKS, Nilda Aparecida; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e recepção**. Hacker, 2005.

JOHN, Valquíria; COSTA, Felipe da. Mulheres, identidade de gênero e sexualidade: Problemáticas e desafios a partir do recorte de sexo. In: JACKS, Nilda (Org.). **Meios e audiências 2: A consolidação dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos-Revista de Filosofia**, v.1, n. 18, 2017.

LAQUEUR, Tomas. **Inventando o sexo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2008.

LEAL, Ondina Maria Fachel. **A leitura social da novela das oito**. 1986. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia, Política e Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986.

LONGINO, H. Epistemologia Feminista. In: GRECO, J.; SOSA, E. **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo: Loyola, 2012.

LOPES, M. M.; PISCITELLI, A. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as "margens". **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, 2004.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Diversidade & Interdisciplinaridade** - teses e dissertações: Ciências da Comunicação. ECA-USP, 1972-2002. São Paulo, Nupem, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. O campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas. **Revista FAMECOS**, n.30, 2006.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Pesquisa de comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 27, n. 1, p. 15–39, 2004.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo (org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo, Edições Loyola. 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. O campo da comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. **Revista USP**. n. 48, p. 46–57, 200.

LOURO, Guacira Lopes. “Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer”. **Labrys, estudos feministas**, agosto/ dezembro, n. 6, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer-uma política pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 541, 2001.

MARQUES DE MELO, José. A constituição da comunidade acadêmica brasileira no campo das ciências da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo **Vinte anos de ciências da comunicação no Brasil**. São Paulo:

Intercom, 1999.

MARTINO, L. M. S. Trilhas da investigação epistemológica: o GT de Epistemologia da Comunicação da Compós. **Anais...** 2014 XXIII Encontro Anual da Compós: Universidade Federal do Pará, 2014.

MARTINO, L. A Ilusão Teórica no Campo da Comunicação. **Famecos**. n. 36, p. 111–117, 2008

MELO, José Marques de. Circunstâncias que marcaram o percurso de um Jornalista / Pesquisador pelo Campo das Ciências da Comunicação no Brasil (1965/2015) In: LOPES, Maria. I. V. (Org) **Epistemologia da comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas**. São Paulo: ECA-USP, 2016.

MESSA, Márcia Rejane. Os Estudos Feministas de Mídia: uma trajetória anglo-americana In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina. (org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MISKOLCI, Richard. Comentário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 55-63, 2007.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, n.21, 2009.

MORAES, Maria Lygia de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, v.11, p. 99-105,1998.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo. **Relatório 2016: Assassinatos de LGBT no Brasil**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2016. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, p. 9-41, 2000.

NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfin; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRAL, Euclides Afonso. Dossiê: **A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans**. Rio de Janeiro: Rede Trans Brasil, 2017. Disponível em: <http://redetransbrasil.org/dossiecirc2016.html>.

OKLEY, Ann. **Sex, Gender and Society**. Nova York: Harper, 1972, p. 158-172.

OLIVEIRA, Erick Felinto. DA TEORIA DA COMUNICAÇÃO ÀS TEORIAS DA MÍDIA Ou, temperando a epistemologia com uma dose de cibercultura. **Revista ECO-Pós**, v. 14, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, Fátima de. **Pós-graduação: educação e mercado de trabalho**. Campinas: Papirus. 1995.

ORTNER Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura? In: ROSALDO, Michelle e LAMPERE, Louise. **A Mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

PELÚCIO, Larissa. “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?”. **Revista Acadêmica Periódicus**, v.1. 1, no. 1, 2014.

PELÚCIO, Larissa. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. **Florestan**, p. 26, 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. “Queer nos trópicos. Contemporânea”. **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, p. 371-394, 2012.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 2, p. 411, 2015.

PINTO, Regina Celi. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, jun. p. 15-23, 2010.

PINTO, Regina Celi. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002

PRADO Filho, K. A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. **Revista de Ciências HUMANAS**, Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 311-327, jul-dez 2017

QUIROGA, Tiago. Sobre o campo científico da comunicação. **Questões Transversais**. v. 1, n. 1, p. 32–40, 2013.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012.

RIVAS. San Martín, Diga “queer” con la lengua afuera: Sobre las confusiones del debate latinoamericano. In: **Por un feminismo sin mujeres**. Santiago de Chile: CUDS, 2011.p. 59-75.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da Comunicação no Brasil: institucionalização e capital científico**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de mulheres: notas sobre economia política do sexo. **Edição SOS Corpo**, 1993.

RÜDIGER, Francisco. Epistemologia “da” Comunicação: elementos para a crítica de uma fantasia acadêmica. **Revista Famecos**, 2014. v. 21, n. 2, p. 395–417.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, n.12, v.2 p. 35-50, 2004

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2,1995, p.71-99.

SCHULMAN, Norma. O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. In: SILVA, Tomaz. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SIFUENTES, L.; SILVEIRA, B. R.; OLIVEIRA, J. C. Mídia e relações de gênero nas publicações feministas brasileiras. **Derecho a Comunicar**, n.4, p. 187-203, 2012.

SILVA, Marcia Veiga da; MARCONI, Dieison; TOMAZETTI, Tainan. Notas sobre espectralidade queer//Notes on queer spectatorship. **Contemporanea-Revista de Comunicação e Cultura**, v. 16, n. 1, p. 183-206, 2018.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. The field of socio-anthropological studies on sexual and gender diversity in Brazil: an essay on subjects, themes and approaches. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 75-98, 2014.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; CORUJA, Paula. Relações de gênero nos estudos de recepção e de consumo midiático: as perspectivas das teses e dissertações em comunicação entre 2010 e 2015. **Novos Olhares**, v. 6, n. 1, p. 115-128, 2017.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; BRIGNOL, Liliane Dutra. A Marcha das Vadias e o fenômeno do feminismo comunicacional: usos sociais do Facebook na construção de políticas de identidade de gênero na sociedade em rede. **Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, n. 11, p. 26, 2015.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. O feminismo na era digital e a (re) configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero. **Razón y palabra**, n. 90, p. 39, 2015.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**: um debate. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Teses e Dissertações (2010-2015)

AGOSTINI, Adriana. **Do invisível ao visível:** em busca de imagens da lesbianidade. 2015. 218 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. **Representação do Corpo Masculino:** relações de imagem, identidade e cultura sobre o corpo masculino no jornal Lâmpião da Esquina e na revista Junior. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista., Bauru, 2013.

APARECIDA, Danieli. **Pra que rimar amor e dor?:** análise das representações da violência de gênero na revista Marie Claire. 2013. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2013.

AQUINO, Talita Iasmin Soares. **Figuras (não) binárias:** construções de gênero em personagens trans-mulheres no cinema do início do século XXI. 2015. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ARAËJO, Marcella Grecco de. **Representações do Feminino no cinema brasileiro de ficção:** Mar De Rosas, Um Céu De Estrelas e Trabalhar Cansa. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

AVEIRO, Giovanna Lícia Rocha Triñanes. **Mulheres na revista TPM:** análise discursiva da construção da singularidade feminina. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARBOSA, Sandra Couto. **Desvendando imagens, revirando páginas, a construção do feminino nas revistas da década de 1960 (Brasil e Inglaterra a circularidade cultura).** 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação,, Universidade Paulista, São Paulo, 2014.

BEZERRA, Alessandro Paciello de Castro. **A representação dos homossexuais masculinos nas telenovelas brasileiras:** um estudo de caso de fina estampa. 2013. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BUENO, Murilo Gabriel Berardo. **Cinema e arquétipos femininos:** representação das relações de gênero na filmografia de Tata Amaral. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

BUENO, Noemi Correa. **Jornalismo impresso e relações de gênero:** enquadramentos da Folha de S. Paulo e d'O Estado de S. Paulo do caso de hostilização a uma estudante. 2010. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-

Graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista., Bauru, 2010.

COSTA, Tatiane Cruz Leal. **A Mulher Poderosa: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro.** 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

COUTINHO, Lúcia Loner. **Antônia sou eu, Antônia é você: identidade de mulheres negras na televisão brasileira.** 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CRETAZ, Livia. **Vilania e homossexualidade: o personagem Félix Khoury da telenovela Amor à vida nas leituras da Comunidade LGBT na cidade de São Paulo.** 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2015.

DALBETO, Lucas do Carmo. **Supergays: singularidades, diferenças e dever nas superaventuras da Marvel.** 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

DANTAS, Daiany Ferreira. **Corpos visíveis: matéria e performance no cinema de mulheres.** 2015. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

DARDE, Vicente William da Silva. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão.** 2012. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FERNANDES, Danubia de Andrade. **Mulher, Mulata e Migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa.** 2015. 532 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERNANDES, Guilherme Moreira. **A representação das identidades homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: uma leitura dos personagens protagonistas no período da censura militar à televisão.** 2012. 364 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

FERNANDES, Isis Cleide da Cunha. **Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas.** 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GOMES, Marco Aurélio Paiva. **Uma visão sobre as transgressões da Heteronormatividade no cinema contemporâneo.** 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

GONÇALVES, William César. **A Condessa de Monte Cristo**: a representação da identidade da mulher presa na telenovela *Insensato Coração*. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora,, Juiz de Fora, 2015.

JAKUBASZKO, Daniela. **A construção dos sentidos da masculinidade na telenovela A Favorita**: um diálogo entre as representações da masculinidade na telenovela e as representações das manifestações discursivas do ambiente social brasileiro. 2010. 347 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JOHN, Valquíria Michela. **Mundos possíveis e telenovela**: memórias e narrativas melodramáticas de mulheres encarceradas. 2014. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LACERDA JÚNIOR, Luiz Francisco Buarque de. **Cinema gay brasileiro**: políticas de representação e além. 2015. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LEITE, Fernanda Capibaribe. **Cenários de gênero, sujeitos em trânsito**: pelo devir feminista em audiovisuais contemporâneos. 2015. 150 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LE MOS, Lis Carolinne. **Não é pela vida das mulheres**: o aborto nas eleições de 2010. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

LIMA, Cecília Almeida Rodrigues. **Da Bond girl à comédia romântica**: identidades femininas no cinema de Hollywood. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

LINO, Thatiana de Souza. **Vida e morte de um projeto editorial**: um estudo da representação do masculino na Revista Alfa. 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2015.

LÔBO, Carolina Cerqueira. **Lugar de mulher**: uma cartografia da construção discursiva da liberdade nas revistas femininas. 2015. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

LUZ, Suelyn Cristina Carneiro da. **A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do jornal Brasil de Fato**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista,, Bauru, 2014.

MACHADO, Fabíola Orlando Calazans. **Seja ótima, seja feliz**”: discurso, representação e subjetividade feminina no canal GNT. 2013. 238 f. Tese (Doutorado) -

Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MAIA, Carla. **Sob o risco do gênero:** clausuras, rasuras e afetos de um cinema com mulheres. 2015. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MAJEROWICZ, Fábio Grotz. **O “segredinho” que não é mistério:** corpo e transexualidade no discurso jornalístico popular. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MARCONI, Dieison. **Documentários queer no sul do Brasil (2000 a 2014):** narrativas contrassexuais e contradisciplinares nas representações das personagens LGBT. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MARTINS, Vera. **Desperta Mulher:** Cartografia sobre comunicação e engajamento no jornal do Movimento de mulheres camponesas do RS. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos., São Leopoldo, 2010.

MEDEIROS, Camila Maria Torres. **Jovens e Divas:** construção do feminino na mídia contemporânea. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MELLO, Lérida Gherardini Malagueta Marcondes de. **A mulher na revista Seleções do Reader's Digest (1942-1945).** 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, José Aparecido de. **A construção discursiva e a recepção da homoafetividade na teledramaturgia brasileira: consumo, representação e identidade homossexual.** 2014. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

PAIVA, Carla Conceição da Silva. **Mulheres Nordestinas, Sujeitos Ou Objetos?** Análise Da Representação Feminina Em Quatro Filmes Brasileiros Da Década De Oitenta. 2014. 317 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

PEREIRA, Caroline Suellen Cardoso. **Narrativas da sexualidade e suas prescrições revistas.** 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PONTES, Débora Fajardo. **Como as revistas femininas brasileiras identificam as representações da sexualidade feminina:** um estudo de caso sobre as revistas Lola, Nova e Marie Claire. 2015. 277 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora., Juiz de Fora, 2015.

PORTILHO, Raquel de Souza Moreira. **A Mulher e/em seu tempo**: um estudo de Cláudia na década de 1960 (1961-1969). 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RODRIGUES, Bruna Mariano. **Sem maneiras de conquistar seu homem**: apropriações do discurso sobre a mulher na revista Tpm. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, Leila Dutra. **Cadê você, Maria?**: dos operários anarquistas às mulheres operárias : suas representações a partir dos jornais operários anarquistas de São Paulo do começo do século XX. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação,, Universidade Paulista, São Paulo, 2013.

SANCHEZ, Marcelo Hailer. **A construção da heteronormatividade em personagens gays na telenovela**. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Edilma Rodrigues dos. **Estudo de Recepção em Comunicação:as representações do feminino no mundo do trabalho das teleoperadoras**. 2011. 281 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, Máira Carvalho Ferreira. **Construções Imaginárias da Velhice no Cinema Brasileiro Contemporâneo**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SANTOS, Priscila Tatiane dos. **Gêneros e figurinos no cinema de Hitchcock**. 2010. 75 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SARMET, Érica. **“Sin porno no hay pos porno”**: Corpo, Excesso e Ambivalência na América Latina. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SIFUENTES, Lirian. **Telenovela e a identidade feminina de jovens de classe popular**. 2010. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SILVA, Fernanda Nascimento da. **Bicha (nem tão) má**: representações da homossexualidade na telenovela Amor à Vida. 2015. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Renata Cordova. **Feminino velado**: a recepção da telenovela por mães e filhas das classes populares. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SILVA, Ricardo Mastrococco da. **A identidade LGBTT no cinema**: a análise de cinco curtas metragens de 2008 a 2011. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2013.

SILVA, Sandra Alesia Pereira da. **Sexualidades e gêneros cambiantes (militância e ativismo nos documentários Generonautas: jornada por identidades mutantes e De gravata e unha vermelha.** 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SOKOLOSKI, Maria Elisa. **Um olhar sobre o filme "A mulher invisível": questões de gênero e estereótipos.** 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Linguagens, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

TEDESCO, Marina Cavalcanti. **O fotógrafo, a atriz: Marcas de gênero presentes nos manuais de fotografia cinematográfica e os encaixes e desencaixes do cinema mexicano clássico industrial.** 2013. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

TRINDADE, Welton Danner. **Os efeitos de personagens LGBTs de telenovelas na formação de opinião dos telespectadores sobre a homossexualidade.** 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

VASCONCELOS, Nayara Maria. **Metamorphoses de Phenix: Representação Feminina em Fantasma do Paraíso.** 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2015.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do Jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias.** 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VEIGA, Márcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade.** 2015. 276 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WOTTRICH, Laura Hastenpflug. **Envelhecer com Passione: a telenovela na vida de idosas das classes populares.** 2011. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.